

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS
Curso de Doutorado

REDES, SOLIDARIEDADE E
CIDADANIA DEMOCRÁTICA:
**A experiência inovadora da Articulação do Semi-
Árido - ASA**

PAULO AFONSO BARBOSA DE BRITO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Henrique Martins de Albuquerque.

Recife-PE, fevereiro de 2007

Brito, Paulo Afonso Barbosa de

Redes, solidariedade e cidadania democrática: a experiência inovadora da articulação do Semi-Árido - ASA. – Recife: O Autor, 2007.

347 folhas : il., tab., graf., mapas.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia. Recife, 2007.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Sociologia – Associativismo – Asociacionismo. 2. Solidariedade. 3. Redes sociais. 4. Democracia – Participação – Dádiva. 4. Brasil – Nordeste – Semi-Árido.. I. Título.

**316.4
302**

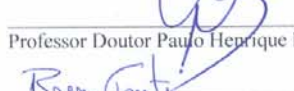
**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

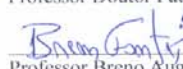
**UFPE
BCFCH2007/15**

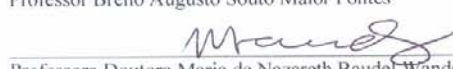
Ata da Defesa de Tese de PAULO AFONSO BARBOSA DE BRITO do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

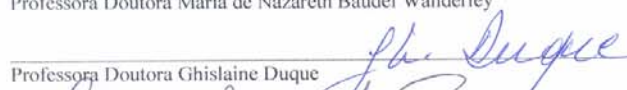
Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete,, reuniram-se, na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame de Tese de Doutorado de PAULO AFONSO BARBOSA DE BRITO**, intitulada: **“REDES, SOLIDARIEDADE E CIDADANIA PARTICIPATIVA: a experiência da ASA (Associação do Semi-Árido).”** A Comissão foi composta pelos professores: **Professor Doutor Paulo Henrique Martins de Albuquerque – Presidente/orientador; Professor Doutor Breno Augusto Souto Maior Fontes – Titular Interno – PPGS; Professora Doutora Maria de Nazareth Baudel Wanderley – Titular Interna – PPGS; Professora Doutora Ghislaine Duque – Titular Externa – UFCG e Professor Doutor Alfredo Macedo Gomes – Titular Externo – PG Educação/UFPE.** Dando início aos trabalhos o **Professor Doutor Paulo Henrique Martins de Albuquerque**, explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra ao autor da Tese, para que apresentasse o seu trabalho. Após esta apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se para, em secreto, deliberar sobre o trabalho apresentado, depositado dentro do prazo estabelecido. Ao retornar, o **Professor Paulo Henrique Martins de Albuquerque**, presidente da mesa e orientador do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Tese por maioria**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 28 de fevereiro de 2007.

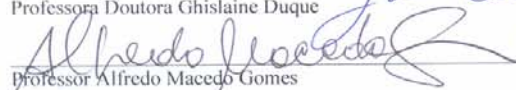

Secretária


Professor Doutor Paulo Henrique Martins de Albuquerque


Professor Breno Augusto Souto Maior Fontes


Professora Doutora Maria de Nazareth Baudel Wanderley


Professora Doutora Ghislaine Duque


Professor Alfredo Macedo Gomes


Paulo Afonso Barbosa de Brito

RESUMO

A experiência de “convivência com o semi-árido”, no Nordeste brasileiro, articula um conjunto de iniciativas que buscam vida melhor para amplos agrupamentos humanos residentes em uma extensa região do país. Afirma-se, ao mesmo tempo, como paradigma profundamente inovador nos estudos sobre o semi-árido brasileiro, redefinindo as relações entre sociedade e Estado na promoção de alternativas de desenvolvimento regional. Essa experiência social, nascida nos chamados “grotões” do Nordeste, rompe com a dominação social, política, econômica, cultural e intelectual que, durante séculos, tem reproduzido uma situação de extrema pobreza e desigualdade, mas rompe também com todas as iniciativas anteriores de intervenção estatal para o enfrentamento desta situação, presente na agenda social e política nacional desde o século XVIII. Essa inovação e esse rompimento foram possíveis devido a várias iniciativas associativas e solidárias de base, que construíram alianças, articulando-se em rede permanentemente organizada, com vontade e disposição para enfrentar coletivamente a problemática do semi-árido.

Nascida no seio das lutas populares, essa experiência incorpora-se e relaciona-se com a complexa trama que envolve a chamada emergência da sociedade civil brasileira que, em nossa análise, não surge como “um setor” ou uma realidade à parte do Estado e do mercado, mas relaciona-se intimamente com eles, embora mantendo sua identidade, sua autonomia e enfrentando suas próprias contradições.

Para a análise dessa experiência, articulamos coerentemente algumas abordagens presentes na atualidade das Ciências Sociais, reconhecendo que nenhuma abordagem, por si só, pode dar conta da complexidade, do significado e do conjunto de relações que esse processo envolve, mas também evitando o ecletismo teórico-metodológico. Partimos dos fundamentos das ações coletivas, de solidariedades e alianças em que os valores do vínculo social e do pertencimento fazem parte do movimento paradoxal entre o interesse e o desinteresse, entre a liberdade e a obrigação, no qual os primeiros têm primazia sobre os segundos, ou seja, a generosidade, a amizade, o companheirismo, têm primazia sobre o cálculo racional e utilitário. O conjunto dessas escolhas aparece articulado em torno do paradigma da dádiva, onde o circuito do dar, receber, retribuir, tal qual formulado por Marcel Mauss e atualizado pelo Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS), permanece como um movimento permanentemente recriado. Consideramos também as abordagens fenomenológica e hermenêutica de Boaventura Sousa Santos, na ênfase dada “contra o desperdício da experiência”, privilegiando-se a experiência e o dialógico para a organização da realidade social. Articulamos também estas abordagens com algumas das elaborações em torno dos novos movimentos sociais, considerando que o atual paradigma das redes sociais é um ancoradouro necessário para a análise das solidariedades e dos processos de mudança nas sociedades contemporâneas. Esta “triangulação” de abordagens nos permite articular o associacionismo, a solidariedade e a participação com os princípios da justiça social e da democracia.

Palavras chaves: **solidariedade, associacionismo, redes sociais, dádiva, participação, democracia.**

RÉSUMÉ

L'expérience de “convivialité avec le ‘semi-árido’ (demi-aride)», au nord-est Brésilien, articule un ensemble d'initiatives qui cherchent d'améliorer la vie de grands groupes humains qui habitent cette vaste région du pays. Elle s'affirme, en même temps, comme paradigme profondément innovateur dans les études sur la région demi-aride brésilienne, redéfinissant la relation entre société et État pour la promotion d'alternatives de développement régional. Née dans des communautés du nord-est, isolées des grands centres urbains et qu'on considère arriérées, cette expérience sociale rompt avec la domination sociale, politique, économique, culturelle et intellectuelle qui a reproduit, pendant des siècles, une situation d'extrême pauvreté et d'inégalité, mais elle fait aussi une rupture avec toutes les initiatives précédentes d'intervention d'État face à cette situation, présent dans l'ordre du jour social et politique du pays depuis le XVIII^{ème} siècle. Cette innovation et cette rupture ont été possibles par l'action de plusieurs initiatives associatives et solidaires de base, qui ont construit des alliances, en s'articulant dans des réseaux organisés et permanents, avec la volonté et la disposition de regarder en face la problématique de la région sèche.

Née au sein des luttes populaires, cette expérience s'incorpore et se rapporte avec la complexe trame qu'implique l'éveil de la société civile brésilienne qui, dans notre analyse, n'apparaît pas comme “un secteur” ou une réalité séparée de l'État et du marché, mais qui est en étroites relations avec eux, bien qu'en gardant son identité, son autonomie et portant ses propres contradictions.

Pour l'analyse de cette expérience, nous articulons quelques abordages présents dans l'actualité des Sciences Sociales. Nous reconnaissons qu'aucun d'eux, de lui-même, ne peut suffire à l'analyse de la complexité, de la signification et de l'ensemble de relations impliquées dans ce processus, mais qu'il faut aussi éviter l'éclectisme théorique et méthodologique. Nous partons des fondements des actions collectives, des solidarités et des alliances dans lesquelles les valeurs des liens sociaux et de l'appartenance font partie du mouvement paradoxal entre l'intérêt et l'indifférence, entre la liberté et l'obligation, dans lequel les premiers ont priorité sur les derniers, c'est-à-dire, la générosité, l'amitié, la camaraderie ont priorité sur le calcul rationnel et utilitaire. L'ensemble de ces choix apparaît articulé autour du paradigme du don, où le circuit don-accueil- rétribution, tel quel formulé par Marcel Mauss et modernisé par le Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales (MAUSS), reste comme un mouvement sans cesse recréé. Nous considérons aussi les abordages phénoménologique et herméneutique de Boaventura Sousa Santos, dans l'accent donné “contre le gaspillage de l'expérience”, et le privilège qu'ils concèdent à l'expérience et au dialogue pour l'organisation de la réalité sociale. Nous combinons aussi ces abordages avec certaines élaborations sur les nouveaux mouvements sociaux, considérant que l'actuel paradigme des réseaux sociaux est une référence nécessaire pour l'analyse des solidarités et des processus de changement dans les sociétés contemporaines. Ce triangle d'abordages nous permet d'articuler l'association, la solidarité et la participation avec les principes de la justice sociale et de la démocratie.

Mots clés : **solidarité, association, réseaux sociaux, don, participation, démocratie.**

ABSTRACT

The experience of “conviviality with the semi-arid”, in the north-east of Brazil, articulates a set of initiatives in search of a better life for large human groups, living in that vast region of the country. It can also be seen as a deeply innovative paradigm for studies on that half-barren region, redefining the relationship between society and State in the promotion of alternatives for regional development. This social experience, born in poor and so called backward communities of the Northeast, breaches with social, political, economic and cultural domination that, for centuries, has reproduced a situation of extreme poverty and inequality, but it breaches also with all the previous initiatives of state intervention in this region, present as a problem in the country’s social and political agenda since the XVIIIth century. This rupture of tradition and the novelty of it have been possible because of associative and solidary grass-roots initiatives, which have built alliances, articulating themselves in permanently organized networks, with the firm will to face collectively the problematic of the semi-arid region.

Born in the heat of popular struggles, this experience is incorporated in the complex fabric of Brazilian emergent civil society that, in our analysis, does not appear as a “sector” kept apart of the State and the market, but is closely related to them, although keeping its own identity, its autonomy and facing its own contradictions.

For the analysis of this experience, we articulate some of the approaches offered by Social Sciences in the present time, considering that none of them, by itself, can give complete account of the complexity, the meaning and the whole of relations involved in this process, but also trying to avoid theoretical and methodological eclecticism. We base our study on collective actions, solidarities and alliances in which the values of the social bond and of the sense of belonging are part of the paradoxical movement between interest and indifference, between freedom and obligation, in which the first terms have priority on the last, meaning that generosity, friendship, fellowship have priority on the rational and utilitarian calculation. The set of these choices appears articulated around the paradigm of gift, meaning the continuing circuit of giving-receiving-returning, such as formulated by Marcel Mauss and brought up to date by the Movement for Anti-Utilitarianism in Social Sciences (MAUSS). We also consider phenomenological and hermeneutic approaches of Boaventura Sousa Santos, that positions himself “against the waste of experience”, privileging experience and dialogue as factors of organization in social realities. We also articulate these approaches with some of the theoretical contributions on new social movements, considering that the paradigm of social networks is a necessary anchorage for the analysis of solidarities and processes of change in contemporary societies. This “triangulation” of approaches makes possible to articulate social organizations, solidarity and participation with the principles of social justice and democracy.

Key words: solidarity, social organizations, social networks, gift, participation, democracy.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO:	14
INTRODUÇÃO:	16
O objeto de estudo:	16
Referenciais teóricos:	17
A sociedade:	19
Movimentos Sociais:	20
Redes Sociais:	23
Dádiva:	26
Metodologia:	30
A proposta:	30
Pesquisa de campo:	33
Disposição dos capítulos:	36
CAPÍTULO I	
1. A SOLIDARIEDADE NO DEBATE SOCIOLÓGICO:	47
1.1. Apresentação do capítulo	47
1.2. Desafios da globalização para as políticas de solidariedade	49
1.3. A solidariedade social em alguns clássicos	58
1.3.1. Escola Francesa	58
1.3.2. Marxismo	69
1.4. A solidariedade social em algumas correntes contemporâneas:	84
1.4.1. Repensando o ator e as práticas sociais	84
1.4.2. O M.A.U.S.S. e a retomada dos estudos da escola francesa	89
CAPÍTULO II	
2. MOVIMENTOS SOCIAIS, REDES E NOVA ESFERA POLÍTICA:	95
2.1. Apresentação do capítulo	95
2.2. A teoria dos movimentos sociais: algumas abordagens	97
2.3. Redes Solidárias: questões históricas e teóricas	113
2.3.1. Questões históricas	113
2.3.2. As ciências sociais e o tema das redes	120
2.4. Redes sociais e ação política local e global:	141
2.4.1. Os limites da globalização	141
2.4.2. Resgate do cosmopolitismo	145
CAPÍTULO III	
3. CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA:	152
3.1. Apresentação do capítulo	152
3.2. A luta pela democracia	155
3.3. Expansão dos movimentos sociais	163
3.4. Participação cidadã e sociedade civil	167
3.5. Os instrumentos de participação cidadã	174
3.6. Dádiva, solidariedade e democracia participativa	182
3.7. Democracia participativa e o debate democrático contemporâneo	189

CAPÍTULO IV

4. A ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO - ASA: UM NOVO SUJEITO

IRROMPE NA CENA POLÍTICA:	197
4.1. Apresentação do capítulo	197
4.2. O Semi-Árido e o Nordeste	200
4.2.1. Aspectos históricos e ambientais	200
4.2.2. A economia nordestina e o planejamento público	204
4.2.3. Repensando o Nordeste e o semi-árido	212
4.3. Novas práticas associativas no semi-árido – A criação da ASA	215
4.3.1. As expressões coletivas	215
4.3.2. As lutas sociais	217
4.3.3. Participação nas políticas Públicas	227
4.4. A ASA e as redes solidárias no semi-árido	231
4.4.1. Aspectos históricos	231
4.4.2. As cisternas e novas solidariedades	236
4.4.3. Linhas de ação	240
4.4.4. A estrutura organizacional	248
4.4.5. Governança e jogos de poder	251

CAPÍTULO V

5. SOLIDARIEDADES LOCAIS: REPENANDO A CIDADANIA:	258
5.1. Apresentação do capítulo	258
5.2. Redes locais e indicadores de mudanças	261
5.3. O cotidiano do semi-árido e as ações em rede	274
5.3.1. “Jeito sertanejo”: acolhimento e sensibilidade solidária	274
5.4. Reorganização do poder local	284
5.4.1. Ações participativas	284
5.4.2. Combate à manipulação do poder	288
5.5. Redes locais e articulações nacionais e internacionais	295

CONSIDERAÇÕES FINAIS	304
----------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	327
--------------------	-----

ANEXOS	345
--------------	-----

ÍNDICE de TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS:

Configurações de Redes	126
Mapa do Nordeste localizando o semi-árido	200
Tabela nº 01: Situação de indigência no Nordeste e no Brasil	212
Mapa do Nordeste localizando os municípios pesquisados	262
Tabela nº 02: Indicadores característicos dos municípios pesquisados	269
Tabela nº 03: Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios pesquisados (IDH – M)	270
Tabela nº 04: Associações e movimentos organizados em redes locais.....	277
Tabela nº 05: Principais conquistas verificadas pelas organizações articuladas em redes locais	279
Gráfico: Redes reticuladas em níveis locais, nacionais e internacionais	297

SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural
ANA – Agência Nacional da águas
ASA – Articulação do Semi-Árido
ASPAN – Associação pernambucana de Amigos da Natureza
ASSOCENE – Associação das Cooperativas do Nordeste
AP1MC – Associação Programa Um Milhão de Cisternas
ATTAC – Associação pela Taxação de Transações Financeiras em favor dos Cidadãos
CEB’S – Comunidades Eclesiais de Base
CECAPAS – Centro de Capacitação em Projetos Alternativos
CIMS – Coletivo pelo Impulso dos Movimentos Sociais
CP – Carta de Princípios
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CENTRAC – Centro de Ação Cultural
CEPFS – Centro de Educação Popular e Formação Sindical
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra a Seca
DNTR/CUT – Departamento dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
DSA – Declaração do Semi-Árido
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EFPT – Escola de Formação Paulo de Tarso
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA – Encontro Nacional de Agro-ecologia
ENCONASA – Encontro Nacional da ASA
EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
FERU – Fórum de Reforma Urbana
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
FNPP – Fórum Nacional de Participação Popular
FOCAMPO – Fórum do Campo – Rio Grande do Norte
FSM – Fórum Social Mundial
FSNE – Fórum Social Nordestino
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC - Juventude Estudantil Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MAARA – Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária
MAB – Movimento dos atingidos por Barragens
MAUSS – Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MER – Movimento de Evangelização Rural
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG's – Organizações Não-Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC's – Projetos Alternativos Comunitários
PCI's – Pequenas Comunidades Inseridas
PROPAC – Programa de Apoio Comunitário
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
P1MC – Programa de Mobilização Social 1 Milhão de Cisternas
RESAB – Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro
RIPP – Rede de Intervenção em Políticas Públicas
SAB – Semi-Árido Brasileiro
SABIÁ – Centro Agro-ecológico Sabiá
SEAPAC – Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS – Sistema Único de Saúde
UNCED – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

AGRADECIMENTOS

Joana Dar’c da Silva, por todas as fogueiras acesas e pelas que ainda se acenderão.

Minha família, pelo estímulo de seguir em frente, pela certeza do porto seguro em todos os momentos: minha mãe Inês, pelos tantos “deus te abençoe”, “deus te acompanhe”; minhas irmãs, irmãos e cunhadas: José Ivaldo, Cristina, Biu Ulisses, Ádja, Ester, Clênia; minhas sobrinhas e sobrinho: Larissa, Violeta, Sara, Igor.

Meu orientador, Paulo Henrique Martins, por sua presença compreensiva e instigante, respeitosa e propositiva, que me motivou a concluir a tese.

Ester Vieira, Valéria Rezende e Viviana Rezende, pela correção ortográfica e gramatical, e pelas diversas sugestões para melhorar o texto. Esta tese tem muito delas.

Lideranças da ASA e dos movimentos e redes sociais locais, que me receberam e me acolheram, durante minhas visitas aos municípios, com imensa disposição para apresentar todas as informações de que necessitava.

Funcionários e professores do PPGS/UFPE, pela produção de conhecimentos sobre a realidade social, e pela colaboração para que os alunos do programa assumam também tal processo.

Professores da Banca Examinadora do Projeto de Pesquisa: Nazaré Wanderley e Breno Fontes, pelo “baculejo”, que foi fundamental para melhorar a organização da proposta geral da pesquisa e da elaboração da tese.

Professores do Exame de Qualificação: Lília Junqueira, Aécio Matos e Jonathas Ferreira, que apontaram caminhos para melhor delimitação do marco teórico.

Colegas de trabalho da Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP), pela compreensão, a respeito da importância desse estudo para o nosso trabalho educativo junto às redes sociais do Nordeste.

Colegas da turma doutorado - PPGS/UFPE – 2002, com quem experimentamos várias descobertas epistemológicas, e com quem partilhamos várias outras alegrias nos processos de interação acadêmica.

Colegas do grupo de estudos dádiva e processos de mudança, ou os orientandos de Paulo Henrique, pela confiança, apoio, gratuidade nas nossas relações e na produção de conhecimentos comprometida com as necessárias mudanças na nossa realidade.

Rede de Educadores Populares do Nordeste, com quem temos alimentando a esperança da reinvenção da emancipação social.

Rildo Veras, pela dedicação solidária.

À MEMÓRIA DE:

Ulisses Barbosa de Brito, meu pai, homem que, no seu tempo, soube interpretar e preparar o futuro de forma espetacular. Onde estiver, estará contente com o que fez, pois continua a nos guiar, senão, não chegaríamos onde temos chegado, e não seríamos o que somos e como somos.

Vanderlúcia Maria da Silva. Erra quem pensa que ela “já não diz pra mim as coisas que eu preciso ouvir”. Marcou como ninguém a nossa geração, por isso continua tão presente!

APRESENTAÇÃO:

A presente tese apresenta um momento de um processo de construção do conhecimento sociológico, marcado pelo percurso no curso de doutorado em sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): por encontros mensais entre os estudantes do programa que têm referência teórica no paradigma da dádiva e em processos de mudança social; e, sobretudo, por dois anos de pesquisa de campo, através de visitas, entrevistas, convivências, participação em festas e comemorações, em diversos recantos de sete estados da região Nordeste do Brasil, os chamados (pejorativamente ou preconceituosamente) grotões, onde encontrei fantásticas experiências de vivência comunitária e sensibilidade solidária, artes associativas e disputas evidenciadas ou camufladas, acolhimento e hospedagem, lutas por direitos a uma vida melhor e por reconhecimento, horizontes de esperanças e utopias e realizações de generosidades cotidianas, mudanças no poder local e deslocamentos na política tradicional.

A euforia vivenciada nos debates acadêmicos em salas de aula, uma marca das atitudes da nossa “turma doutorado 2002” do PPGS, a colaboração e cumplicidade solidária nos encontros mensais entre colegas com maior aproximação de concepção teórica e perspectiva analítica da realidade social, criando-se um ambiente marcado por processos de reflexão e construção coletiva de conhecimentos. Esta euforia coletiva é contraditória com a solidão do ato de escrever a tese, com uma certa angústia que se impõe pela lentidão no processo de elaboração, o amontoado de papéis, registros, tabulações, fitas, transcrições, gravadores, que se arrumam e desarrumam num esforço lógico de encontrar coerência e rigorosidade

investigativa; as alegrias desconfiadas da conclusão dos capítulos são marcas e sentimentos fortemente presentes durante todo o processo da tese.

Nosso objeto de estudo são as redes sociais, a questão da solidariedade e das ações coletivas, como condições para criar e manter os vínculos sociais. Assume a análise de experiências concretas de organização e ação social em rede, como formas fundamentais de expressão dos interesses coletivos. Concretamente, apresentamos o resultado da pesquisa realizada junto a Articulação do Semi-Árido (ASA), e a redes locais vinculadas a ASA – Brasil.

Nossa abordagem sociológica, ancora-se na tradição da “sociologia da ação” proposta por Alain Touraine, autor que desenvolveu intensas pesquisas sobre os movimentos sociais, e que fundou uma linha interpretativa da realidade social, com força explicativa dos fenômenos sociais, provocando impacto para grande parte da produção sociológica na segunda metade do século XX e que contagiou e entusiasmou centenas de intelectuais e militantes dos movimentos sociais. Porém, essa teoria da ação de Touraine, apresenta limites ao não tratar das diversas motivações do agir humano em grupos, creditando influência central ao papel do ator. Pó isso, partimos desta ancoragem, mas trabalhamos com uma “triangulação” de referenciais teóricos coerentemente articulados: o paradigma da dádiva e as elaborações do Movimento Anti Utilitarista nas Ciências Sociais; a abordagem fenomenológica e hermenêutica proposta por Boaventura Sousa Santos; as teorias dos novos movimentos sociais. Como estas são ancoragens marcantes da presente tese, voltaremos a elas em todos os capítulos que seguem.

INTRODUÇÃO:

O objeto de estudo:

O nosso estudo enfoca as redes sociais e a questão da solidariedade e das ações coletivas, como condições para criar e manter os vínculos sociais. Assume como foco principal a análise de experiências concretas de organização e ação social em rede, como formas fundamentais de expressão dos interesses coletivos que se expandem à medida que as próprias redes (seus membros individuais e coletivos) criam e assumem metodologias específicas de ação em rede; conseguem legitimidade de suas demandas junto ao conjunto da sociedade, às forças políticas presentes no jogo político local e global; provocam mudanças significativas na realidade local e fortalecem os vínculos solidários na base social, constituindo, assim, um novo sujeito social e político, expressão do fortalecimento da sociedade civil. Este processo enfrenta paradoxos e contradições, não se apresentando de forma linear e evidente em todas as experiências pesquisadas, nem mesmo no interior de nenhuma delas, pois faz parte da dinâmica social que também tem sua dimensão contraditória e complexa. As análises buscam contextualizar as experiências pesquisadas, bem como relacioná-las com o debate sociológico tradicional e contemporâneo.

O nosso objeto de estudo é a experiência inovadora da Articulação do Semi-Árido – ASA, e através desta experiência, estamos realizando uma análise sociológica da presença das redes como significativo fenômeno de dinamização da vida comunitária e de mobilização social, capaz de provocar importantes impactos na realidade atual. Ou seja, estamos estudando o fenômeno das redes sociais na sociedade contemporânea, mas estamos delimitando uma rede específica de onde parte a nossa reflexão e a nossa análise. Trata-se de uma rede presente em onze

estados do país (região do semi-árido: o Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo), analisamos suas ações e sua organização nacional; mas também nos detivemos no aprofundamento de experiências locais integradas na ASA, escolhendo sete municípios, distribuídos em diferentes estados, que detalharemos mais adiante.

Em fidelidade à nossa opção metodológica, realizamos a pesquisa de campo através da investigação sobre a ASA-Brasil, sua dinâmica e funcionamento nacional, mas pesquisamos também as redes locais, reticuladas à ASA, onde a dinâmica comunitária se move através das relações cotidianas face-a-face.

Referenciais teóricos:

Nossas concepções e opções teórico-metodológicas estão articuladas prioritariamente a três referências fundamentais: a abordagem fenomenológica e hermenêutica propostas por Boaventura Sousa Santos; o paradigma da dádiva concebido por Marcel Mauss e seus enfoques contemporâneos realizadas pelo Movimento anti-utilitarista nas ciências sociais (M.A.U.S.S); e as teorias dos novos movimentos sociais, entre as quais, metodologicamente, a presente tese assume a proposta investigativa da sociopraxis elaborada por Tomás Villasante.

A definição da concepção e dos procedimentos metodológicos certamente precisa enfrentar uma velha questão presente desde a origem da sociologia, que se expressa na antinomia entre estrutura e ação, ou seja, as explicações da sociedade a partir de suas características globais, de sua totalidade, ou as explicações que enfatizam as ações e relações entre os indivíduos responsáveis pelos processos estruturais. Queremos apreender a sociedade como produto da ação recíproca dos homens, contudo esta ação tem condicionamentos históricos, portanto estruturais,

significando que há uma relação permanente entre relações sociais e comportamento individual.

Neste sentido, reportamo-nos à proposta analítica de Boaventura Sousa Santos, para uma leitura da relação estrutura/ação nas sociedades capitalistas, pois esta nos parece expressar um modelo convincente para superar velhas dicotomias, à medida que propõe articular uma análise mais estrutural com a da produção de subjetividades pessoais e coletivas, apontando seis lugares estruturais ou seis modos de produção da prática social das sociedades capitalistas: espaço doméstico, espaço da produção, espaço do mercado, espaço da comunidade, espaço da cidadania, espaço mundial. (SANTOS, 2000, p. 253 – 254) ¹. Em nossa pesquisa, demos ênfase ao espaço da comunidade e ao espaço da cidadania. Estes espaços estão marcados pelas relações de produção e reprodução, de práticas sociais, de identidades coletivas, de símbolos e relações interpessoais.

Como parte da ênfase na ação da cidadania, queremos incorporar também as preocupações e proposições de Alain Touraine, que em seu “O método da sociologia da ação”, apresenta elementos significativos para a fidelidade das ciências sociais à dinâmica societal, que alguns preferem chamar de mundo da vida, valorizando a produção do conhecimento social, como contribuição ou intervenção da sociologia, para ajudar homens e mulheres a fazer sua história:

[...] é com angústia que nos perguntamos se o espaço da sociedade civil que conseguimos aos poucos estender no ocidente no decorrer dos séculos não será novamente invadida pela floresta estatal. A razão de ser da sociologia é defender, palmo a palmo, esta clareira e as culturas que as coletividades humanas nelas desenvolvem. O método da intervenção está a serviço desta defesa. Uma de suas metas é o conhecimento, mas procura também elevar o nível da ação, proporcionar à ação uma real aproximação cada vez maior com o máximo de ação possível. (TOURAINÉ, 1982, p. 45).

¹ Ver quadro síntese em Boaventura Sousa Santos, 2000, p.254. Em “Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência”. Porto: Edições Afrontamentos.

A Sociedade:

Apresentamos a nossa concepção da sociedade como uma realidade em movimento, que se produz e se reproduz a partir das ações históricas de grupos sociais, classes, movimentos, instituições, pessoas humanas em relação umas com as outras. Portanto, uma realidade constituída de elementos simbólicos e materiais os quais se entrelaçam segundo a percepção que estas pessoas, grupos, classes, instituições tenham de si mesmos, mas também no esforço por explicitar a apreensão da sociedade como produto da ação recíproca dos homens, mesmo que esta ação tenha influências históricas e estruturais. Trata-se de uma concepção do mundo social que se reflete nas opções metodológicas assumidas. Sempre no esforço por desdogmatizar a ciência moderna, como afirma Boaventura Sousa Santos (1989), “Teoria é, não só o conhecimento que se produz (teoria substantiva), como o modo como se produz (teoria processual, o método)”. (SANTOS, 1989, p. 72). E para quem ainda,

O conhecimento é sempre falível, a verdade é sempre aproximada e provisória. Contudo, nem todo conhecimento é igualmente falível, e o fato de o conhecimento e o mundo material serem realidades qualitativamente diferentes não significa que não haja relações entre eles. (Idem, p. 75).

Para o enfrentamento destas questões de ordem prática sobre as redes sociais, através da pesquisa social, ancoramos-nos numa concepção que concebe a sociedade como uma realidade em movimento, que se produz ou se reproduz a partir das ações históricas de grupos sociais e das relações que criam e mantêm.

Esta concepção indica que as ciências sociais, e especialmente a sociologia, têm por objetivo o conhecimento da realidade societal, os vínculos sociais construídos, os processos, articulações, aproximações e distanciamentos das pessoas em torno do movimento da sociedade, tanto para manutenção do *status quo*, quanto

para provocar mudanças comportamentais, culturais, sociais, estruturais. Neste sentido, estamos dialogando com os princípios metodológicos de George Gaskell (2002), para quem:

O primeiro ponto de partida é o pressuposto de que o mundo societal não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmo estabeleceram. Assume-se que estas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial. (Gaskell, 2002: 65).

Movimentos Sociais:

Na esteira das abordagens dos novos movimentos sociais, que é outra ancoragem significativa de nossa análise sobre as redes sociais, consideramos a existência de um grande leque elaborações, mas selecionamos algumas referências centrais que se aproximam da referida “sociologia da ação”, ou têm tido significativa repercussão no Brasil, com relevância para a análise e o contexto que estamos trabalhando. Neste sentido, a orientação de Alberto Melucci, é significativa para indicar o caminho analítico que pretendemos seguir, pois apresenta uma proposta analítica valorizando os elementos da subjetividade nos processos de construção do conhecimento sobre a realidade social. Assim ele se expressa:

Eu me interesso pela dimensão pessoal da vida social porque estou convencido de que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições estruturais. Elas sempre se adaptam e dão um sentido próprio às condições que determinam suas vidas. Eu acho que, provavelmente esta idéia está ligada à minha experiência pessoal: eu cresci em uma família de classe operária, em um ambiente de classe operária e sempre percebi que as pessoas não são somente exploradas e submetidas à dominação. Elas criavam formas próprias de interação no interior das condições estruturais em que estavam inseridas [...] Em segundo lugar, eu sempre tive um interesse profundo pelas estruturas emocionais porque não me considero apenas um indivíduo racional. Eu sou profundamente consciente das minhas experiências corporais, emocionais e afetivas enquanto pessoa e acredito que esta parte da experiência humana foi completamente removida do paradigma ocidental dominante, das filosofias generalizantes. (MELUCCI, 1994, p. 153).

Para confirmar sua propositura, Melucci lembra que não é por acaso que os movimentos de mulheres e de jovens trouxeram essas dimensões de volta para a esfera pública, para o discurso político, transformando um assunto até então privado em uma questão inserida no debate público. Para ele, a sociologia particularmente na Europa, e especialmente nos meios marxistas, que tiveram uma importância fundamental para a análise e impulso das lutas sociais, tomou uma forma hiperestruturalista de análise do comportamento e da realidade social, observando também que “a tradição sociológica sempre esteve dividida entre a tentativa de refletir a opinião e o comportamento dos indivíduos, ou a tentativa contrária de levar até os indivíduos algum tipo de verdade” (Idem, p. 154). Essa verdade já estaria dada *a priori*, desvendada pela sociologia ou pelos sociólogos de então. Segundo Melucci, para desvelar o sentido dos indivíduos e de suas relações, faz-se necessário romper com essa posição autoritária a respeito do conhecimento e, para isso, a sociologia necessitaria de novas formas de abordar o social, justificando-se assim o interesse em aprofundar a percepção sobre o papel dos movimentos sociais neste processo de construção do conhecimento:

Os movimentos sociais constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido. Ao menos para mim, eles não constituem um simples objeto social e sim uma lente através da qual os problemas mais gerais poder ser abordados.” (MELUCCI, 1994, p. 155).

Melucci faz a crítica ao paradigma da “mobilização de recursos”, credita seu sucesso à forma pela qual traz à tona a dimensão da permanência dos movimentos através do tempo, de como eles intercambiam recursos com outras instituições societárias, processo denominado ‘administração de recursos’. Embora Melucci reconheça e não subestime a importância dessa dimensão, enfatiza as dimensões do ‘como’ e do ‘porque’ do sucesso e permanência dos movimentos; nesta perspectiva,

recupera uma parte da herança positiva do marxismo, que é a análise das raízes estruturais dos movimentos sociais, embora afirme que os próprios marxistas europeus se afastaram completamente dessa herança e que todos os teóricos dos movimentos sociais se tornaram “*rational choicers*”², uma vez que, para ele, a “mobilização de recursos” não passa de uma versão atenuada da *rational choice*. E neste caso, a questão do significado dos fenômenos sociais em relação às mudanças estruturais das nossas sociedades é completamente eliminada da análise social. (Idem, p.159).

A própria questão da ação coletiva é completamente eliminada, já que para a *rational choice*, a coordenação da ação não se coloca jamais enquanto um problema interativo, ela é sempre concebida enquanto coordenação automática de resultados dando, portanto, uma ênfase exclusiva na ação política organizada.

Em contraposição, Melucci, lembra que os movimentos sociais são cheios de paixão, constituem ‘formas quentes’ de ação e que não podem ser explicados simplesmente pela sua redução a ação social organizada, desprezando-se o restante como irracional. “Eles não são irracionais, mas são uma forma apaixonada de ação que é bastante significativa para a mudança social. Afinal, se não houvesse paixão, porque alguém se importaria em transformar?” (Idem, p. 160). É esta valorização das paixões, dos valores, dos elementos de ordem subjetiva como a dedicação, a espontaneidade, a criatividade que contribui para uma explicação totalizante das ações dos movimentos sociais, o que anularia a lógica dos interesses racionais, ou seja, as pessoas agindo sempre e apenas porque elas calculam os seus resultados.

² “Escolha racional”, teoria formulada pelo sociólogo norte-americano George Homans e seus seguidores, baseada na idéia de que toda ação é fundamentalmente de caráter “racional” e que as pessoas fazem cálculos do tipo custo-benefício em relação a cada ação, antes de decidir agir, negando a existência de qualquer outro tipo de ação humana que não seja “racional” e “calculista”. cf. Scott, John. **Rational Choice Theory** in *Understanding Contemporary Society: Theories of The Present*, G. Browning, A. Halcli, e F. Webster (org). Sage Publications, 2000.

Dentre as concepções e práticas metodológicas presentes nas elaborações em torno dos novos movimentos sociais, destacamos a proposta da sóciopráxis, sistematizada por Tomaz Villasante (2002), que postula processos e programações que incluem: a reflexividade do que se propõe, em vez de linearidade de causa e efeito; a práxis a partir das redes construídas ou em construção, em vez de declarações de valores universais e abstratos; os processos abertos às sinergias de outros processos, em vez de planificações fechadas em si mesmas; complexidades como virtudes, mesmo que marcadas pelos paradoxos, em vez da simplicidade das fórmulas únicas que pretendem reduzir o comportamento humano a medidas identificatórias.

Portanto, trata-se de concepções marcadas pela crítica às teorias individualistas contemporâneas, como a rational choice e o individualismo metodológico, que ganharam forte impulso com a hegemonia neoliberal nos últimos anos, fundamentando-se na potência da ação racional e na estratégia calculada de resultados, dedicando pouca ou nenhuma importância aos valores morais e as vivências coletivas.

Redes Sociais:

As redes sociais constituem o centro da análise sociológica que ora desenvolvemos. A opção por este objeto de estudo foi devida à percepção de que aquelas têm se revelado uma novidade inegável nos contextos locais, nacional e internacional, sobretudo nas duas últimas décadas. Expressam significativo fenômeno de mobilização social, de construção e manutenção de vínculos sociais, de proposição e negociação de políticas públicas, ampliando a esfera pública não estatal, modificando procedimentos governamentais e, redimensionando a qualidade dos processos reivindicatórios e de mobilizações coletivas.

As iniciativas de organização e ações em rede multiplicaram-se de modo notável nestas duas últimas décadas. Os atores sociais responsáveis por tais iniciativas passaram a empregar uma importante parcela do seu tempo e de seus recursos para iniciativas mobilizadoras e organizativas articuladas tanto local como internacionalmente. Este fenômeno desperta o interesse da sociologia, cujos pesquisadores têm se dedicado especialmente aos estudos sobre a emergência de novas redes de solidariedade, fundadas em mecanismos de sociabilidade originários da sociedade civil e calcados na vida cotidiana. As redes conferem novas possibilidades de avançar no debate teórico sobre mobilizações sociais a favor da cidadania e da democracia, bem como sobre o papel da sociedade civil em si mesma e suas relações com o Estado e o mercado.

A análise que estamos assumindo apresenta uma ampla abrangência do fenômeno, destacando a constituição de redes a partir de processos de interação dos indivíduos entre si, constituindo vínculos sociais, estilos de vida, condutas sociais do dia-a-dia, ou seja, as chamadas “redes egocentradas” (FONTES, 2004) ou “redes informais e condutas transversais” (VILLASANTE, 2002). Evidencia, ainda, as interações dos indivíduos através de processos mais amplos com a sociedade envolvente, o que geralmente se concretiza através da participação em estruturas organizativas. Em nossa análise, priorizamos os movimentos sociais através das redes associativas ou redes organizacionais.

No ângulo das redes organizacionais ou institucionais, destacamos duas dimensões: *as redes próprias da sociedade civil*, onde seus participantes se fortalecem tecendo suas identidades coletivas, construindo suas práticas e vivenciando seus valores, criando novas formas societárias e expressões de solidariedade social, indicando modelos de organização e convivência coletivas na

sociedade contemporânea; e *as redes organizativas institucionais de intervenção política*, em que se incorpora a relação com segmentos do poder público e os aparelhos de Estado, e até do mercado, em função da resolução de uma problemática específica que desafia diversos sujeitos sociais e políticos envolvidos na trama local. Um exemplo seria a ação em rede para construção de “barragens sucessivas”, como alternativa para a falta de chuvas em determinada região ou município, ou, para a despoluição de um rio que serve aos habitantes de toda a localidade.

Entre as nossas perguntas iniciais, para o caso das redes organizacionais (alguns autores preferem assumi-las como redes de movimentos sociais), priorizadas em nossa análise, destacamos: em torno de que temas se tecem, e quais questões suscitam um conjunto de organizações a atuarem em rede e manterem-se articuladas de forma mais ou menos permanente? Essas articulações estão sendo capazes de atrair e incorporar novas redes ou organizações que não foram envolvidas anteriormente? Criam-se ambientes propícios à inclusão efetiva do conjunto das organizações e pessoas envolvidas? Estas redes têm demonstrado capacidade para gerar novas redes mantendo o fluxo articulador? Estão criando condições para se juntar a outras redes mais amplas com propósitos e ações coletivas em torno de questões globais? A ação destas redes tem provocado impacto nas condições de vida das pessoas por elas atingidas? Sua intervenção tem conseguido provocar mudanças em outras esferas sociais e políticas, como no poder local e na política tradicional? É possível manter a experiência participativa com o conjunto articulado compondo afinidades e diferenças, relações solidárias e disputas individuais, sendo participantes efetivos em processos de mudanças, onde o que une é mais forte do que o que separa?

Além da análise da própria experiência das redes, a pesquisa levanta indícios de como as ações realizadas provocam acordos políticos mais permanentes, como modificam os processos e os métodos de tomada de decisões políticas, como incitam modificações nas políticas públicas, ou seja, como se constitui uma esfera pública não estatal e não governamental, onde a sociedade civil reconstrói sua identidade e se fortalece, mas também contribui para que o Estado se transforme, assumindo novas formas de relação com a sociedade.

Dádiva:

Nossa opção por esse paradigma explicita uma concepção metodológica em que se relacionam o macro e o micro, o subjetivo e o objetivo, o individual e o coletivo, o cultural e o social, a prática e a teoria, o material e o simbólico, o unidisciplinar e o multidisciplinar (MARTINS, 2006; CAILLÉ, 2002). Nessa concepção, e em seus procedimentos metodológicos, a produção do mundo, dos bens, dos valores, tem caráter eminentemente relacional, livrando-se assim da necessidade de definição de condicionantes, seja da estrutura, seja da agência.

Este paradigma tem como base a sociologia de Marcel Mauss. A teoria da dádiva tira sua originalidade do fato de ser uma reflexão sobre a prática social, ao mesmo tempo em que a realidade é percebida como um fenômeno total, ou seja, uma reflexão da prática que não se confunde com os riscos do empirismo. Valorizamos esta perspectiva analítica porque a teoria da dádiva é eminentemente relacional, não se fixa nem se preocupa em afirmar hierarquias ou determinações nem na estrutura, nem na agência, o relevo é colocado no ciclo ascendente e permanente de troca de bens materiais e simbólicos.

Em o “Ensaio sobre o dom – formas e razão da troca em sociedades arcaicas” (MAUSS, 2003), o criador do paradigma da dádiva fundamenta a sua proposta analítica em um movimento cíclico e ascendente, permanentemente recriado, com três momentos que se sucedem continuamente: dar – receber – retribuir. Este “ensaio” escrito em 1924, só veio a readquirir notoriedade, reconhecimento e divulgação na década de 1980, motivados, por um lado, pela crise do estruturalismo que havia hegemonizado a produção sociológica nas últimas décadas, e por outro, pela constituição do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S) por um grupo de intelectuais e pesquisadores (inicialmente franceses) decididos a resgatar a extraordinária contribuição de Marcel Mauss às ciências sociais. Partindo da crítica ao individualismo e ao utilitarismo nas ciências sociais, os estudiosos do M.A.U.S.S apresentam uma redescoberta da dádiva como paradigma fundado na valorização da ação, reabilitando as intencionalidades e as justificativas do ator, da aliança, da reciprocidade.

A perspectiva da dádiva é, como o próprio ser humano, eminentemente relacional. Esta perspectiva teórico-metodológica afirma que o ser humano não pode ser percebido apenas, nem principalmente, por sua já dada individualidade, mas sim pelas suas relações, pelas potencialidades de abertura e orientação para a relação com o outro e com o meio. Nestas relações ele reconstrói sua própria individualidade. A tripla obrigação da dádiva (dar – receber – retribuir) implica numa permanente dívida relacional de gratidão, de doação. (MAUSS, 2003, p. 210 – 212). Esta idéia é retomada e re-elaborada por vários integrantes do M.A.U.S.S. Entre estes Jacques Godbout, em colaboração com Alain Caillé, enfoca como, no sistema da dádiva, os bens (objetos, gestos, favores,) circulam a serviço dos vínculos, sendo portanto a própria base da dinâmica social (GODBOUT, 1999).

Alain Caillé recupera e aprofunda o sentido central da teoria da dádiva, definindo-a como “[...] toda e qualquer prestação de bens ou serviço efetuada sem garantia de retorno, no intuito de criar, manter ou regenerar o vínculo social. Na relação de dom, o vínculo é mais importante do que o bem”. (CAILLÉ, 2002, p. 142). O argumento central da assertiva de que o vínculo é mais importante do que o bem dado/recebido, refere-se a práticas em que as prestações efetuadas não têm obrigação, garantia ou certeza de retorno. Para este autor, a proposta da obrigação do dom está relacionada à espontaneidade, embora isso possa parecer contraditório, há uma relação entre obrigação e gratuidade na perspectiva de que a ação é ao mesmo tempo interessada e desinteressada, existe o interesse pelo prestígio e reconhecimento pessoal, mas também, no mesmo movimento, o gosto pela amizade, pela aliança, pela generosidade e o interesse pelos outros. Ou seja, “... o dom não pode ser pensado sem ou fora do interesse e sim contra o interesse instrumental. Trata-se do movimento que, visando à aliança ou/e à criação, subordina os interesses instrumentais aos interesses não instrumentais”. (Idem, p. 145).

Relacionado ao debate sociológico geral, uma inovação significativa de Marcel Mauss, que tem repercussão para o estudo que estamos realizando, diz respeito à apreensão da realidade social como fato social total. Segundo Paulo Henrique Martins (2005), para Marcel Mauss tanto a sociedade quanto qualquer de suas partes devem ser compreendidas nessa totalidade, apresentando duas dimensões do total:

Totalidade no sentido de que a sociedade inclui todos os fenômenos humanos de natureza econômica, cultural, política religiosa, entre outros, sem haver nenhuma hierarquia prévia que justifique uma economia natural que precederia os demais fenômenos sociais. Totalidade, também, no sentido de que a natureza desses bens produzidos pelos membros das comunidades não é apenas material, mas também e sobretudo simbólica. (MARTINS, 2005, p. 46).

Para o pensamento sociológico contemporâneo, especialmente para a análise que estamos realizando, a interpretação da realidade e proposta analítica da dívida ganham força pela crítica aos reducionismos economicista-mercantil, utilitarista e metodológico, conforme apresentados por um dos expoentes dos estudos da dívida no Brasil:

Por reducionismo economicista- mercantil deve-se compreender aqui a redução das relações econômicas a relações exclusivamente mercantis. Por reducionismo utilitarista, compreende-se a redução dos motivos da ação em geral ao registro exclusivo do interesse, no sentido de um cálculo utilitário de conseqüências. Por reducionismo metodológico, compreende-se a redução dos indivíduos à sociedade, ou da sociedade aos indivíduos, operada respectivamente pelo holismo e pelo individualismo metodológico. (CARVALHO DE FRANÇA, 2001, p. 18).

Independente do grau valorativo atribuído a esta categoria, o modelo da dívida parece inovador entre as nossas análises sociológicas, tanto pelas afirmações dos autores acima explicitadas quanto porque, entre outras contribuições, resgata traços fortemente presentes nas relações sociais e na “multiculturalidade” brasileira, fazendo ver como os laços sociais são mantidos em função de uma constante dívida recíproca entre parceiros, entre grupos e indivíduos. Não se trata de uma dívida contábil, mas o sentimento de qualidade e quantidade do que cada um recebe e dá. No modelo mercantilista, baseado nas relações utilitaristas, há uma base para a liquidação da “dívida contábil”, no modelo da dívida, porém, os laços e a relação dar – receber – devolver, fazem parte de uma dinâmica permanente, marcada por gratuidade e cobranças que, apesar dos riscos, não pode ser confundida com o sentimento da caridade religiosa ou do holismo simbólico.

Libertar a teoria dos dogmas, valorizar a experiência concreta de vínculos sociais, desenvolver a criatividade para a compreensão profunda da realidade, parecem ser desafios importantes para o pensamento sociológico da atualidade. Neste

sentido a contribuição sociológica da Marcel Mauss e a força criadora e criativa da teoria da dádiva nos apontam um caminho significativo.

Este modo de olhar a realidade concreta como um fenômeno paradoxalmente total – ao mesmo tempo simbólico e material, individual e social, sagrado e profano, nacional, local e mundial – no interior do qual tudo é importante – os gestos, os risos, os abraços, mas também as crenças, os valores, as normas e as regras – é que funda a originalidade e a força da sociologia de Marcel Mauss (MARTINS, 2001, p.05).

Metodologia:

A proposta:

Nossa opção metodológica buscou construir a maior aproximação possível entre o pesquisador e o público pesquisado, consideramos que este é um caminho importante para captar as singularidades da experiência pesquisada: em torno de que as pessoas se agrupam, como tecem os vínculos sociais, elaboram estratégias de ação e organização, como na prática se constrói e se mantém uma experiência participativa na qual atores articulam-se, compondo afinidades e diferenças, relações solidárias e disputas individuais, mas sendo participantes efetivos de processos de mudança social.

Esta proposta metodológica baseia-se, ao mesmo tempo, no esforço de atingir um “rigor científico”, mas também na crítica a certos valores canônicos do método científico historicamente consagrados – como a neutralidade, a objetividade, a validade, a confiabilidade, o poder de generalização, segundo o modelo apresentado e criticado por Martin Bauer e George Gaskell (2002) – por não os considerarmos absolutos ou suficientes para definir a cientificidade da pesquisa. O nosso rigor metodológico se situa na busca de percepção da ação humana em toda sua dinamicidade e complexidade, concebida como práxis, exigindo do pesquisador

rigoroso cuidado no processo contínuo e permanente, mas não linear, de relacionamento com o objeto pesquisado. Tal compreensão do rigor é a que tem validade para analisar agrupamentos e ações concretas, percepções da realidade concebidas por tais agrupamentos historicamente, socialmente, culturalmente, politicamente e geograficamente situados.

Buscamos inspiração também em elementos do método da pesquisa participante que consideramos fundamentais, através do esforço de sistematização e justificativa de Carlos Rodrigues Brandão (1985). Esse autor propõe uma relação horizontal entre o pesquisador e os grupos pesquisados, e considera que os grupos populares são também produtores diretos ou, pelo menos, participantes associados do processo de construção de conhecimentos, a partir do seu próprio saber orgânico, um saber que por ser popular não está impedido de ser científico e crítico. Tais grupos trazem um saber que orienta a ação coletiva e, por referir-se justamente à prática do povo, pode ser plenamente crítico e científico do seu próprio ponto de vista (BRANDÃO, 1985). Daí a necessidade, na pesquisa de campo, de procedimentos metodológicos que incorporem esses grupos populares também como sujeitos do conhecimento, de forma a relacionar esse conhecimento da vida do povo com o conhecimento erudito academicamente sistematizado e chegar a resultados confiáveis.

Apesar de considerar fundamental tal premissa aqui apresentada, para evitar os riscos de certo “basismo intelectual” muitas vezes arraigados a algumas correntes da pesquisa participante, tentarei incorporar a contribuição analítica de Boaventura Sousa Santos, no seu esforço de “desdogmatizar a ciência moderna”, para quem o conhecimento é sempre uma verdade aproximada e provisória e a “Teoria é, não só o conhecimento que se produz (teoria substantiva), como o modo como se produz

(teoria processual, o método)”³ (SANTOS, 1989, p.72). Mas este autor também afirma que nem todo conhecimento é igualmente falível, e que o fato de o conhecimento e o mundo material serem realidades qualitativamente diferentes não significa que não haja relações entre eles (Idem, p. 73 –74). Para Santos, a questão do método no domínio das ciências sociais agudiza-se, com o fim do consenso positivista, apesar de parecer paradoxal uma vez que foram os positivistas, sobretudo os da vertente empirista, quem mais aprofundou a questão do método e das técnicas na investigação científica. Mas ele mesmo nos aponta uma recomendação metodológica:

Perdida a inocência empirista, a via de acesso ao conhecimento tornou-se uma via sinuosa e cheia de percalços, em suma, uma via dolorosa. Ao contrário do que a primeira vista poderia parecer, quanto mais precária e provisória se tornou a verdade, mais difícil e arriscada se tornou o caminho para obtê-la [...] Daí o pluralismo metodológico, a combinação, por exemplo, entre métodos qualitativos e quantitativos e, conseqüentemente, o uso articulado de várias técnicas de investigação (SANTOS, 1989, p.74).

O autor aconselha que se preste rigorosa atenção ao que está propondo como pluralismo metodológico, para que não se confunda com anarquismo metodológico.

Nesta linha analítica utilizamos a contribuição do sociólogo espanhol Tomás R. Vilasante (2002) que, tendo como base elementos do enfoque construtivista social e sociopraxis, propõe uma metodologia específica para estudo e análise das redes sociais. Tal proposta considera como premissa que a investigação sobre o interior dos processos pesquisados seja tanto ou mais importante do que os condicionantes externos. Implica partir de casos concretos, investigar com maior profundidade sua práxis e tratar de refletir sobre as análises e debates para que sejam operativos para os movimentos estudados. “Além de perceber as identidades e sujeitos, pretendemos comprovar suas dinâmicas na prática, através da confrontação dos seus discursos, da observação da realidade local e do discurso das bases” (Villasante, 2002: 42).

Segundo Tomás Villasante, para a análise da mobilização social e de suas reivindicações, é preciso perceber algo mais do que o manifesto, fazendo-se necessário atentar para os estilos culturais, as relações sócio-políticas. Por isso considera que uma só perspectiva

³ Ver Boaventura Sousa Santos, no texto Metodologia e hermenêutica, no livro “Introdução a uma ciência pós moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989 – pág. 71 – 75.

metodológica parece insuficiente para explicar o atual fenômeno das redes sociais. Contudo, ele também adverte para a falsidade do princípio relativista do “vale tudo” ou de “abrir-se a todos os pontos de vista”. Daí a necessidade de rigorosa crítica e, inclusive, a auto-crítica quanto aos paradigmas que servem de sustentação para a análise de movimentos emancipadores contemporâneos.

Em suma, Villasante propõe algumas exigências metodológicas importantes que devem estar estreitamente articuladas: 1ª - a investigação sobre o interior dos processos é tanto ou mais importante que os condicionantes externos; 2ª - incorporação, na análise, dos culturalismos locais, os hábitos das pessoas e grupos, os conjuntos de ações que os movem; 3ª - considerar os projetos ecossociais, destacando-se as aspirações tanto dos movimentos sociais quanto a intervenção das políticas públicas, dedicando-se especial ênfase para a sustentabilidade dos projetos, tanto técnica, quanto organizativa e política. (VILLASANTE, 2002, p. 29 –30).

Pesquisa de campo:

Considerando as concepções metodológicas até aqui apresentadas, indicamos os procedimentos metodológicos que assumimos na realização da pesquisa de campo, os quais foram definidos a partir de uma triangulação entre observação participante, entrevistas narrativas e entrevistas grupais. O material coletado, ordenado, indexado, serviu como base para construção de quadros referenciais de análise da experiência pesquisada e para a construção do diálogo com o referencial teórico assumido ou, mais precisamente, com os referenciais teóricos, uma vez que estamos trabalhando com um esforço de aproximação entre o paradigma da dádiva, tal qual formulada por Marcel Mauss e retomada pelo M.A.U.S.S, as abordagens fenomenológica e hermenêutica formuladas por Boaventura Sousa Santos, e as teorias dos novos movimentos sociais.

No esforço de aproximação metodológica com a proposta de Tomás Villasante, construímos um modelo de entrevistas grupais com características de “oficinas com especialistas convivenciais” (pessoas das comunidades e das articulações ou redes locais). Quanto às “oficinas com especialistas temáticos” e com os “especialistas metodológicos”, na realidade, reconhecemos como tal o grupo de estudos sobre dádiva e processos de mudança social, ou o grupo de orientandos do professor Paulo Henrique Martins, nos quais, durante dois anos e meio, participamos de quase todos os encontros mensais de reflexão e análise das questões postas pelas pesquisas de campo de cada um(a) dos participantes.

As “entrevistas narrativas” foram realizadas como técnica de coleta de dados, de forma a reconstruir a trajetória do fenômeno pesquisado: a Articulação do Semi-Árido (ASA). Para tal, conseguimos entrevistar diversos(as) dirigentes estaduais ou nacionais da ASA – Brasil. Trata-se de sujeitos sociais (nove pessoas ao todo) centrais no processo de construção da experiência, em geral representantes de alguma entidade ou movimento impulsionador da origem e do desenvolvimento da ASA nos estados da Região Nordeste do Brasil, que concentra 86,4% de todo o semi-árido brasileiro. Neste aspecto, conseguimos registrar o processo de mobilização social e de iniciativas de trabalho articulado que veio a constituir uma rede com dimensões nacionais; destacamos as suas principais ações, percebendo em torno de que as pessoas e organizações se juntam e com fazem para permanecer agindo coletivamente; identificamos seus métodos de ação, investigamos como conseguem combinar processos de mobilização, com constituição de espaços organizativos, como fazem para que as pessoas e organizações permaneçam articuladas e como avançam na proposição e negociação de políticas públicas; essas e outras descobertas estão sistematizadas no quarto capítulo desta tese.

As “entrevistas grupais”, foram realizadas em alguns municípios priorizados, a partir das informações adquiridas nas entrevistas narrativas, onde a ASA parece ter uma experiência especialmente dinamizadora de vínculos sociais, impulsionando ações coletivas, reveladoras de intervenção da sociedade civil organizada em rede social na esfera pública, garantindo uma articulação local com caráter mais ou menos permanente, demonstrando condições reais de provocar mudanças nas dinâmicas associativas locais e também nas condições de vida do povo, bem como indicando uma relação significativa com as estruturas de poder local dominantes.

Estas entrevistas grupais (com caráter de grupos de diálogo ou “oficinas convivenciais”) foram realizadas nos seguintes municípios: Afogados da Ingazeira, no Estado de Pernambuco; Ibicuímirim, no Estado do Ceará; Itainópolis, no Estado do Piauí; Lagoa Seca, no Estado da Paraíba; Pintadas, no Estado da Bahia; São Bernardo, no Estado do Maranhão; Serra Negra do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte. Como consequência desses momentos, montamos um quadro interpretativo ou “matriz inicial”, onde se destacam aquelas questões que supomos serem as principais variáveis para análise da experiência. Em cada um destes municípios realizamos duas visitas, permanecendo no local geralmente entre dois e cinco dias, quando, além das entrevistas grupais, participávamos de atividades coletivas organizadas principalmente pelas redes locais, ou por alguma das entidades ou movimentos participantes das referidas redes, bem como de atividades mais amplas da dinâmica social e política local.

Paralelamente às entrevistas (narrativas e grupais) fomos experimentando um processo de observação participante, que fez com que durante dois anos presenciássemos atividades nacionais, estaduais e microrregionais da ASA, incluindo-se diversas comemorações ou outras iniciativas locais (festa de padroeira,

aniversário de emancipação política do município, festival cultural regional, feiras livres, feiras das “sementes da paixão”, assembléias de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Plenárias em Câmaras Municipais para pressionar os vereadores a aprovar a criação do “fundo da moradia popular”, entre outras). A observação e o registro desses eventos permitiu ir montando um “mapeamento” que, combinado com outras fontes, nos permitiu sistematizar os conhecimentos apresentados no quarto capítulo desta tese.

Todo o material coletado, ordenado, indexado, sistematizado, a partir da pesquisa de campo tem servido como referência central para o diálogo com os modelos teóricos, analíticos e paradigmáticos. Permite-nos, principalmente, verificar como a herança sociológica construída até nossos dias faz sentido para a análise das novas redes sociais em toda a sua complexidade e campo de relações. Dessa forma, poderemos afirmar, com Michel Lallerment (2004), que a sociologia vive os seus “canteiros de obras de um novo tempo” ou, com Antony Giddens (2001), que a sociologia encontra-se em estado de “fermentação intelectual”.

Disposição dos capítulos:

Nos diversos capítulos da tese, procuramos explicitar as questões centrais para a análise que estamos realizando, como o contexto social, político, econômico, cultural onde se movem as experiências analisadas (sobretudo nos capítulos que apresentam a sistematização do trabalho de campo): as explicações apresentadas sobre a ótica do paradigma da dádiva; a explicitação das experiências e as abordagens vivenciadas ou evidenciadas pelos movimentos e redes sociais. Todos os capítulos apresentam uma introdução inicial, situando a problemática tratada, e se

distribuem em três ou quatro seções, com subtítulos que caracterizam os conteúdos dos respectivos capítulos.

Desta forma, apresentamos o texto da tese conforme a seguinte distribuição: uma introdução metodológica, onde são apresentados o debate teórico-metodológico em torno da problemática analisada e os procedimentos técnico-metodológicos assumidos, e cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta o acúmulo teórico na tradição sociológica e em suas elaborações contemporâneas relacionadas ao objeto pesquisado; o segundo destaca o debate sociológico atual sobre a emergência das redes sociais; o terceiro apresenta uma mediação entre a análise direta das experiências pesquisadas com o debate teórico e político sobre a cidadania e a democracia na atualidade; o quarto registra e analisa o fenômeno específico da rede ASA em sua criação, organização e intervenção nacional e o quinto registra e discute as expressões locais de organização e intervenção em redes e suas relações com redes nacionais e globais. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais relacionando os elementos revelados na pesquisa de campo com as abordagens e as afirmações presentes no debate sociológico atual, mais precisamente com aquelas abordagens que nos serviram de referência para o nosso estudo. Apresentamos a seguir, alguns elementos constitutivos destes diversos momentos da tese.

No primeiro capítulo, intitulado “Solidariedade no debate sociológico”, apresentamos o debate em que está inserida a problemática da tese, destacando o lugar da solidariedade e das ações coletivas na tradição sociológica, passando pelas novas formulações percebidas a partir dos processos de globalização, e as formulações sociológicas contemporâneas marcadas pelo fenômeno das redes sociais, que articulam o vínculo social com a identidade dos sujeitos e com suas estratégias de intervenção. Este capítulo está distribuído em três sessões:

Na primeira seção, discutimos “Os desafios da globalização para as políticas de solidariedade”, reconhecendo que o fenômeno da globalização afeta as experiências do vínculo social e das ações coletivas, bem como a posição dos atores sociais frente ao mesmo. Neste sentido, recuperamos o debate realizado entre formuladores dos movimentos sociais, principalmente a controvérsia explicitada entre Manuel Castells e Boaventura Sousa Santos.

Na segunda seção, registra o lugar da solidariedade social entre conflitos e alianças, entre estruturas e símbolos, segundo autores clássicos da sociologia. Este debate é marcado pela tradição sociológica francesa, inicialmente nas obras de Émile Durkheim, com a análise dos princípios da organização e coesão social, recuperando os conceitos centrais de solidariedade orgânica e solidariedade mecânica, e também pela contribuição de Marcel Mauss. Esse autor (sobrinho e auxiliar de Durkheim) apresenta a descoberta do paradigma da dádiva, provocando uma profunda inovação no interior da sociologia francesa, pois rompe com uma concepção naturalista e evolucionista, que percebia os fatos sociais como coisas, enfatizando todo o significado e importância do simbolismo. Por isso, consideramos que esta é uma sociologia marcada pela controvérsia entre estruturas e símbolos, entre conflitos e alianças. Ainda nesta seção, apresentamos o registro da Solidariedade no marxismo, entre conflitos e cooperação, destacando as elaborações de seus formuladores iniciais, F. Engels e Karl Marx, em torno do que consideramos uma dupla perspectiva: uma solidariedade finalista, pensada para o futuro com a transformação da empresa capitalista em empresas associativas; e uma solidariedade instrumental, em que os trabalhadores se associam solidariamente em função de conquistar melhorias trabalhistas e salariais (classe em si) e em função de provocar transformação na realidade (classe para si). Registramos ainda as diversas cisões no

interior dessa corrente teórica, com ênfase naquelas referências – como Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci e George Luckács – que explicitaram atitudes solidárias e que tiveram (e, em alguns casos, ainda têm) importância junto aos movimentos sociais, que assumem as bandeiras da solidariedade. Registramos, também, o esforço de renovação do marxismo provocado pelo movimento conhecido como marxismo analítico.

Na terceira seção, tratamos do debate “Solidariedade social em algumas correntes contemporâneas”. O foco dessa seção é a possível aproximação entre as abordagens dos novos movimentos sociais e da teoria da dádiva, aproximação mediada pelas experiências dos movimentos no século XXI, ou a sociologia na virada do milênio, entre vínculos, identidades e estratégias, as contribuições atuais relacionando a solidariedade com os novos movimentos sociais que têm assumido uma estratégia de redes, e o pensamento das redes formuladas pelo Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.). Nesta seção, são registradas, ainda, as atualizações do pensamento maussiano sobre a dádiva através das elaborações do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.).

No segundo capítulo, sob o título “Movimentos Sociais, redes e uma nova esfera política”, enfocamos o debate sociológico atual em torno do fenômeno das redes sociais, destacando a emergência dos “novos movimentos sociais” nas décadas de 70 e 80 do século passado, com a euforia entusiasmada da análise teórica daí decorrente. Tratamos, sobretudo, das análises suscitadas pelo fenômeno das redes sociais, que para alguns autores significa um sinal de avanço dos movimentos sociais, para outros, tais movimentos são uma das referências (mesmo que seja a mais significativa na atualidade) para organização do fenômeno e para análise social sobre o enfoque das redes. Este capítulo está distribuído em três sessões.

A primeira seção, “A teoria dos movimentos sociais: algumas abordagens”, expressa as formulações sobre o que há de novo nos novos movimentos sociais. Entre as diversas formulações, destacamos as aproximações e os confrontos nas interpretações entre dois dos principais formuladores dos movimentos sociais, Alain Touraine e Alberto Melucci. Nesta seção, registramos, ainda, as contribuições originais do Coletivo para o Impulso dos Movimentos Sociais (CIMS), especialmente de Jorge Richmann. Apresentamos também alguns formuladores que têm estudado os movimentos sociais no Brasil, como Eder Sader e Maria da Glória Gohn.

A segunda seção deste capítulo, “Redes Solidárias: questões históricas e teóricas”, realiza um balanço das principais formulações em torno da problemática, sobretudo, aquela que enfatiza a essência de novas redes de solidariedade, fundadas em mecanismos de sociabilidade, originárias da sociedade civil e calcadas no mundo da vida. Para tal, ressaltamos as formulações de Manuel Catells, Tomás Villamante, Euclides Mance, Breno Fontes; de estudiosos dos novos movimentos sociais no Brasil, como Maria da Glória Gohn e Ilse Warren-Sherer; e de pesquisadores articulados em torno do M.A.U.S.S, na França e no Brasil, como Alain Caillé, Jacques Godbout e Paulo Henrique Martins.

A terceira seção, intitulada “Redes sociais e ação política local e global”, apresenta algumas evidências e práticas da ação das redes, desde aquelas ligadas a sua própria organização e articulação até a intervenção em políticas públicas e em organismos intergovernamentais, com destaque para os movimentos anti-globalização e ênfase na construção do Fórum Social Mundial (FSM).

No terceiro capítulo, encontra-se o debate em torno do tema “Cidadania, democracia e participação”, que é ao mesmo tempo uma reflexão em torno das

questões suscitadas pelas experiências registradas no quarto e quinto capítulos e um diálogo com o debate sociológico atual. Coloca a questão do avanço da participação cidadã na esfera política local, nacional e internacional, o que revela uma nova noção de cidadania, com ampla visibilidade e reconhecimento social e político. Este avanço rompe com um traço bastante difundido nas ciências sociais no Brasil até cerca de três décadas atrás, em que a cidadania era vista como uma noção muito distante do cotidiano popular e das decisões políticas, creditando esta distância tanto à fragilidade da democracia brasileira, quanto à fragilidade da própria sociedade civil que tinha uma grande parcela da população vivendo em extrema pobreza, dificultando condições de participação. Por outro lado, o Estado ocupava a centralidade das análises e da participação como protagonista prioritário (senão único) de políticas públicas e de formulação de projetos sociais e de desenvolvimento. Este capítulo está dividido em seis seções assim distribuídas:

A primeira seção que registra “A luta pela democracia no Brasil”, embora considere essa presença na história da República, detém-se ao período da ditadura militar pós 1964 e, sobretudo, aos processos de redemocratização: o processo de reorganização dos movimentos sociais, as grandes mobilizações e o enfrentamento da ditadura, destacando como os movimentos vão modificando a conjuntura e ao mesmo tempo vão sendo modificados por ela. Na segunda seção, destaca a ampliação dos movimentos sociais. De suas bandeiras de luta e métodos de intervenção, de forma a incorporar a questão democrática em suas agendas, não só em oposição à ditadura militar, mas construindo um outro modelo de democracia, que não se limita aos espaços tradicionais da democracia representativa e parlamentar, mas busca cada vez mais criar novos ambientes e novos modos de vida democráticos. A terceira seção registra um debate político e teórico em torno da

“Participação cidadã e sociedade civil”, uma vez que esta questão aparece como um debate emergente na atualidade das ciências sociais, e as experiências pesquisadas levantam novas questões a este respeito, colocando em cheque a expressão de sociedade civil como “um setor” diferenciado do mercado e do Estado.

A quarta seção aborda “Os instrumentos de participação cidadã” nas decisões públicas, destacando os que estão em funcionamento, e fazem parte da agenda dos movimentos sociais. A quinta seção, intitulada “Dádiva, solidariedade e democracia participativa”, discute a dádiva como participação solidária nas sociedades contemporâneas, incorporando um debate teórico de valor prático, tão caro à tradição sociológica. A sexta seção, recupera o debate atualizado da “Democracia participativa no debate democrático contemporâneo”, retomando o histórico debate da democracia liberal como forma de governo, marcada por princípios procedimentais, mas seguindo as orientações do “bom governo” e, por outro lado, destaca as inovações provocadas pelas novas experiências de democracia participativa que está construindo um novo patamar sobre as práticas e os discursos da democracia.

O quarto capítulo registra e discute a experiência de uma rede social concreta, com o título “A Articulação do Semi-Árido – ASA: um novo sujeito irrompe na cena política nordestina”. Este capítulo discute sobre como os chamados “flagelados da seca”, presentes no imaginário nacional como característica da população nordestina, especialmente do semi-árido, assumem a condição de cidadania através de uma organização em rede e, reticulando-se, contribuem na formulação de um novo paradigma capaz de provocar importantes transformações na vida das pessoas e da própria região. Este capítulo também está distribuído em três seções.

A primeira seção “O Semi-árido e o Nordeste”, registra e caracteriza os aspectos históricos da Região Nordeste, e o contexto social, econômico, ambiental, político. Apresenta uma rápida história das secas na região onde se realiza a experiência da ASA, bem como, destaca as grandes desigualdades sociais no interior da região e entre as regiões do país. Registra também a intervenção histórica dos agentes públicos para enfrentar os graves problemas sociais e regionais. A análise apresenta as formulações de vários pesquisadores que rejeitam as explicações dos determinismos físico-climáticos para a explicação da situação de pobreza e subdesenvolvimento da região, evidenciando as suas causas estruturais. Apresenta, ainda, um novo paradigma que vem provocando essa reviravolta em toda concepção que, durante séculos, vem implementando as políticas para a região, trata-se da “convivência com o semi-árido”, que através de iniciativas simples apresenta possibilidades de libertação na e da região.

A segunda seção trata do registro da criação e consolidação da Articulação do Semi-árido – ASA, com o título “Solidariedade e Participação – A Criação da ASA”. Nesta seção, estão registradas as experiências coletivas para criação de alternativas para melhorar a vida no semi-árido, verificadas na história da região, detendo-se nos movimentos sociais no campo, que se desenvolveram a partir da década de 1970 e experimentaram grande ampliação na década seguinte, diversificando as formas organizativas e os métodos de luta. Aponta um destaque significativo para a ocupação conjunta e massiva do prédio da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, realizada durante a grande seca de 1991 – 1993, mais precisamente em março 1993. Esta ocupação, com todo conteúdo propositivo e simbólico que expressa, dá início a uma nova relação entre movimentos sociais e Estado para o enfrentamento da grave crise social vivida na região. Daí até a

realização da Conferência das Nações Unidas sobre desertificação, realizada em novembro de 1999, no Recife, as entidades experimentam várias ações articuladas e em rede, com destaque para organizações estaduais de Fóruns ou Articulações em torno da seca e da vida no semi-árido. No processo preparatório para a citada experiência, decide-se pela institucionalização da ASA.

A terceira seção, intitulada “A ASA e as redes solidárias no semi-árido”, apresenta as expressões espontâneas e organizadas de solidariedade que vierem a constituir a ASA; registra a realização dos Encontros Nacionais como momentos privilegiados de avaliação da ação e definição de novas estratégias de intervenção e de organização e a plataforma de ação e as frentes de intervenção da articulação (que constitui o conteúdo do paradigma da “convivência com o semi-árido”). Esta seção discute ainda a criação de estratégias para manutenção, monitoramento, avaliação e redefinição das estratégias de ação, revelando como à medida que crescem a capacidade mobilizadora e o reconhecimento público da ASA, cresce também a necessidade de estruturas organizativas, evidenciando novos desejos e novas necessidades, provocando tensões em torno dos princípios de uma articulação leve, com destaque para redes de idéias e sensibilidade solidária com fluidez nas comunicações e organização, e uma realidade que exige cada vez mais estruturas organizativas e burocratizadas. Esta tensão apresenta-se como um instigante debate no interior da ASA, destacando as relações internas de poder.

No quinto capítulo, tratamos dos modelos de organização e intervenção de redes sociais locais, destacando experiências de alguns municípios localizados no interior nordestino, pejorativa ou preconceituosamente, associadas à noção de “grotões”. As experiências localizadas, contudo, revelam a espetacular capacidade do “pulsar social”, assumindo iniciativas reticuladas. Esse capítulo, intitulado

“Solidariedades locais e uma nova noção de cidadania”, está distribuído em quatro seções, que articuladas expressam as vivências, as ações, as mudanças provocadas pelas redes locais, conforme apresentamos a seguir:

A primeira seção, “Redes locais e indicadores de mudanças”, apresenta uma breve descrição dos contextos locais onde se realizam as experiências. Trata-se de um contexto em mudanças, tanto das condições de existência de suas populações, quanto das estruturas de poder local e das relações políticas. A segunda seção trata do “jeito sertanejo” de ser, destacando as práticas de acolhimento e a sensibilidade solidária, evidentes nos estilos de vida do povo do semi-árido. Discute como as experiências reticuladas constroem novos modos de vida locais e faz um mapeamento das formas organizativas em redes nos diversos municípios. A terceira seção, “Reorganização do poder local”, debate o processo como se revelam as transformações nas relações das forças políticas locais e nas relações de poder, a partir da emergência reticulada dos movimentos e lutas sociais locais; apresenta as formas e os métodos de intervenção na dinâmica política mais ampla do município e nos jogos e disputas do poder local e da política tradicional. A quarta seção dá conta da relação entre as iniciativas locais de trabalho em rede com as redes nacionais e internacionais, o que caracteriza uma “sociedade em rede”.

Nas “Considerações finais”, defendemos as redes locais, como experiências participativas e de construção de vínculos sociais, através de “comunidades de afeto ou de valores”, de lutas por vida melhor e intervenção na política local, expressam interesses coletivos, que se ampliam para constituição de novas esferas públicas não estatais e não governamentais, mas com profundas vinculações a estas esferas políticas, o que se configura como democracia participativa. Estas experiências são demonstrativas de solidariedades individuais e coletivas, expressando os paradoxos

entre liberdade e obrigação, a espontaneidade e os acordos constituídos em regras, o interesse e o desinteresse, a gratuidade e a obrigação, as solidariedades cotidianas e a institucionalização de compromissos solidários. Essas conclusões, reveladas a partir da pesquisa de campo, abrem um novo diálogo com o paradigma da dádiva, com a tradição da sociologia da aliança e da reciprocidade (ou do vínculo social), colocando à prova um estatuto teórico que tem se afirmado na sociologia contemporânea através do M.A.U.S.S.

As redes revelam ainda, importantes inovações para os movimentos sociais no início do século XXI, abrindo um novo patamar para o debate sociológico da atualidade, apontando a capacidade desses movimentos em enfrentar positivamente as críticas e desencantos de alguns de seus principais formuladores e, por outro, as fortes campanhas desenvolvidas por setores dominantes nacionais e internacionais que têm buscado criar condições para criminalizar os movimentos sociais, retomando antigas querelas de “riscos para a democracia”. As experiências analisadas indicam que novos caminhos marcados por laços de solidariedade locais e globais estão sendo recriados, através das redes sociais, adquirindo uma importância extraordinária para as sociedades contemporâneas.

CAPÍTULO I

A SOLIDARIEDADE NO DEBATE SOCIOLÓGICO

1.1. Apresentação do capítulo:

O interesse pelas ações coletivas e pelas atitudes e modos de vida solidários esteve sempre presente na trajetória e na teoria sociológica, de forma que os mecanismos e valores da socialização e da solidariedade são percebidos por fundadores e teóricos da sociologia como eixos centrais para a análise da realidade social, e portanto, para as ciências sociais. Para o registro dessa trajetória e suas elaborações, este capítulo está organizado em três partes: o novo debate sociológico provocado pelo processo de globalização; o debate entre alguns dos clássicos da sociologia, resgatando uma tradição sociológica entre estruturas e símbolos, veiculada através da sociologia francesa, nas obras de Emile Durckheim e de Marcell Mauss, e uma sociologia do conflito e da cooperação, presente nas obras de F. Engels, Karl Marx e do marxismo; o debate sociológico contemporâneo, ou a sociologia na virada do milênio, entre vínculos, identidades e estratégias, as contribuições atuais relacionando a solidariedade com os novos movimentos sociais, repensando atores e práticas através do novo pensamento das redes sociais.

No início deste capítulo, registramos o debate sociológico atual em torno do processo de globalização que, de novo, revela “cenários de manifestações coletivas” e “teatro de uma aventura indomesticável”, conforme a metáfora de Remo Mutzemberg (2002), reforça a necessidade de uma revisão dos paradigmas presentes na sociologia para a análise das ações coletivas e o exercício da solidariedade nas sociedades contemporâneas. Para tal, tratamos das contribuições específicas de

Manuel Castells (1998; 1999) e de Boaventura Sousa Santos (2002; 2003). Estes autores apresentam um importante confronto de posições, a respeito das fantásticas transformações da sociedade contemporânea, marcada pelos processos de globalização, e dos respectivos papéis dos movimentos sociais.

Apresentaremos também o debate sobre a problemática, tal qual presente entre alguns fundadores da sociologia. Para a análise que estamos realizando, recuperamos as contribuições de um dos fundadores da sociologia, Emile Durckheim (1977), que cunhou no centro da teoria sociológica, o debate em torno da solidariedade como elemento central de coesão social. Suas interpretações da solidariedade mecânica e solidariedade orgânica, mesmo tendo sofrido todas as críticas, associando suas abordagens ao positivismo de Augusto Comte e ao organicismo de Spencer, continua como fonte de inspiração e análises da sociologia contemporânea. Nesta mesma seção, registramos também da contribuição de Marcel Mauss, pois, revelando-se ao mesmo tempo como, continuador da obra de Dürkheim, este autor provoca inovações e até rupturas epistemológicas no interior dessa linha sociológica, os dois autores fazem parte da tradição da escola francesa de sociologia. Para nossa análise nos deteremos mais, nas elaborações em torno da solidariedade, assumida como aliança, associação, reciprocidade, que se articula em torno da dádiva, caracterizada pela tripla obrigação de dar – receber – retribuir.

Encontramos também, algumas das contribuições sistematizadas em torno das elaborações marxistas, devido à sua influência nas ciências sociais na segunda metade do século XIX e durante todo o século XX. Embora não se localize nas obras de Marx elaboração específica em torno das ações solidárias - como também não formulou uma teoria especificamente sobre a classe operária e o Estado, mas foram conceitos que estiveram fortemente presentes nas suas análises – uma vez que, o foco

dos seus estudos foi em torno da explicação da sociedade capitalista, sua gênese histórica, seu desenvolvimento, especificamente o papel da mercadoria para o desenvolvimento das relações sociais, consideramos necessário esse nosso registro pela importância acima referida e pelo debate contemporâneo de algumas vertentes do pensamento marxista. Refletiremos com certa ênfase em torno da análise marxista, também devido à íntima relação que esta abordagem teve (e em alguns casos ainda tem) com os movimentos sociais que pautam a solidariedade e os vínculos fraternais ou igualitários como razão de sua existência.

Na última parte do capítulo, registramos o debate sociológico na virada do milênio, o que Michel Lallermant chama “canteiros de obras de um novo tempo” na sociologia, principalmente as análises das ações coletivas e ações solidárias, com o foco em torno das redes solidárias. Embora as analisemos especificamente no capítulo seguinte, adiantamos aqui a relação desses temas com o debate histórico no interior da sociologia, articulando-o com as análises oferecidas pelo paradigma da dádiva – tratada pelo seu criador Marcel Mauss, retomado e renovado através do movimento intelectual conhecido pelo nome de Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.)⁴ – e com as pesquisas e reflexões em torno dos novos movimentos sociais, que tem marcado a sociologia desde as últimas décadas do século passado.

1.2. Desafios da globalização para as políticas de solidariedade:

O conceito e a experiência de globalização fazem parte do cotidiano contemporâneo, sendo referenciados diariamente nos noticiários por jornalistas,

⁴ O Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.), foi criado na França, no início da década de 1980, esta sigla é tanto um esforço em atualizar e colocar em movimento o paradigma da dádiva, quanto uma forma de prestar uma homenagem a Marcel Mauss, criador de tal paradigma na análise social.

empresários, políticos, acadêmicos, sendo também um conceito de uso generalizado, inclusive por “pessoas comuns”, em atividades ou encontros populares. Mas esta generalização não significa dizer que exista consenso em torno de seu significado teórico e político que continua mergulhado numa heterogeneidade de interpretações, motivadas geralmente por distintas concepções ontológicas e políticas.

Embora exista um grande número de autores e de publicações analisando o fenômeno da globalização, achamos importante, para o debate que ora realizamos e em função do objeto de nossa pesquisa, selecionar alguns posicionamentos que têm incidência na sociologia contemporânea, principalmente entre os pesquisadores dedicados aos estudos das redes sociais. Para tal, os autores aqui tratados se articulam em torno de duas concepções, uma se agrupando em torno das posições de Manuel Castells, e outra em torno de Boaventura Sousa Santos.

Para alguns analistas, a globalização deve ser encarada como processo histórico iniciado a partir do século XV, justamente com o processo de acumulação de capital e, a consolidação do capitalismo nos séculos seguintes, com a evolução e mundialização da economia de mercado. Para outras análises, a ênfase é dada a um fenômeno recente, com o advento da computação e particularmente da internet, concentrando-se no fenômeno da globalização dos mercados, o que afeta o papel do Estado na relação não só com o mercado, mas com a sociedade e a nação.

Para a perspectiva liberal a questão é simples, a globalização faz parte do processo evolutivo da humanidade, com a universalização das relações mercantis trazendo efeitos positivos para as sociedades, pois o desenvolvimento da competitividade geral das economias permitiria uma eficaz distribuição mundial dos recursos e o aumento do bem-estar geral (European Comissão, 1995: 24).

Embora as principais análises da globalização como fenômeno contemporâneo (concepção dominante) coloquem o início de tal fenômeno nos anos 80 do século passado, uma vez que este é o período de liberalização dos fluxos de capitais, é necessário registrar que tal liberalização já vinha sendo gestada desde o acordo do GATT (General Agreement of Tariffs and Trade), realizado em 1947. Desta data até a formalização da OMC (Organização Mundial do Comércio) em 1995 (a rodada do Uruguai), experimenta-se um progressivo e ofensivo processo de liberalização, aumentando espetacularmente a quantidade e a velocidade das transações financeiras internacionais com base no investimento especulativo (FIORI, 1995). Entre os elementos caracterizadores deste processo, presentes nas análises da maioria dos estudiosos da questão, podemos destacar as mudanças ocorridas nos mercados de capitais, nas comunicações, nos fluxos de informações, de bens e serviços, no papel do Estado-nação, nos padrões de consumo. Tais análises enfatizam a globalização como processo de emergência de um sistema mundial em que as decisões e ações realizadas em uma parte do mundo produzem conseqüências significativas para pessoas, comunidades, e nações situadas em outras regiões do planeta. Porém, os consensos chegam até aí, uma vez que a este respeito argumenta-se que essas decisões e ações não se realizam de forma descentralizada no planeta, há protagonistas que conduzem o processo e não é difícil perceber o papel que cumprem os Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental.

Para nos determos especificamente no debate sociológico, registramos aqui as importantes contribuições de Manuel Castells e de Boaventura Sousa Santos.

Para Castells (1999) as profundas transformações ocorridas nas duas últimas décadas são conduzidas fundamentalmente pelas dimensões econômicas e tecnológicas, mas produzem drásticas mudanças sociais (CASTELLS, 1999, p. 22).

Este autor enfatiza a “revolução tecnológica” atual, que se originou e se difundiu em um período histórico de reestruturação global do capitalismo, para o qual foi uma ferramenta básica. Para ele,

a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional (CASTELLS, 1999, p. 31).

Neste sentido, o autor apresenta a perspectiva teórica que fundamenta sua abordagem analítica:

[...] as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de produção, experiência e poder. Produção é a ação da humanidade sobre a matéria (natureza) para apropriar-se dela e transformá-la em seu benefício, obtendo um produto, consumindo (de forma irregular) parte dele e acumulando o excedente para investimentos conforme os vários objetivos socialmente determinados. Experiência é a ação dos sujeitos humanos sobre si mesmos, determinada pela interação entre identidades biológicas e culturais desses sujeitos em relação a seus ambientes sociais e naturais. É constituída pela eterna busca de satisfação das necessidades e desejos humanos. Poder é aquela relação entre sujeitos humanos que, com base na produção e na experiência, impõe a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial ou real de violência física ou simbólica (Idem, p. 33).

Esta perspectiva teórica leva Castells a considerar o paradigma da tecnologia da informação como eixo indutor do processo de reestruturação capitalista empreendido a partir dos anos 80, de forma que o novo sistema econômico e tecnológico pode ser adequadamente caracterizado como capitalismo informacional. Para ele “... o informacionalismo está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo” (Idem, p. 37). Caracteriza esse momento como a superação do modelo keynesiano de crescimento capitalista, que estava dando sinais de crise a partir do fim da segunda guerra mundial e esgotando-se na década de 70. O novo modelo, portanto, marcado pela desregulamentação, privatização, dismantelamento do contrato social entre o capital e o trabalho, viabiliza uma série de reformas, buscando

como objetivos principais: aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital-trabalho; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade de condições mais vantajosas para realização de lucros em qualquer lugar; criar condições para o apoio estatal em favor de ganhos de produtividade e competitividade das economias, em detrimento de normas de proteção social e do interesse público.

Portanto, é uma “economia informacional” que caracteriza o processo de globalização, marcando uma nova fase da economia capitalista, que é ao mesmo tempo informacional e global.

“É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades e agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como os seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É informacional e global porque, sob novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação” (CASTELLS, 1999, p. 87).

Sendo informacional e global, a nova fase de desenvolvimento do capitalismo provoca mudanças nos modelos da divisão internacional do trabalho, deslocando-se os tradicionais centros de decisão. O autor enfatiza como o novo modelo quebra as barreiras históricas entre os países do Norte e do Sul, eliminando inclusive a velha idéia de Terceiro Mundo, apesar de reconhecer que a economia global é profundamente assimétrica,

“Mas não na forma simplista de um centro, semiperiferia e uma periferia, seguindo uma oposição direta entre o Norte e o Sul, porque há vários ‘Centros’ e várias ‘periferias’ e porque tanto o Norte como

o Sul, são tão diversificados internamente que teria pouco significado analítico usar essas categorias” (Idem, p. 125).⁵

Tais afirmações sofrem importantes críticas em vários campos das ciências sociais, conforme dissemos anteriormente a respeito da heterogeneidade das interpretações da globalização. Neste último sentido, José Luiz Fiori (1995) oferece uma análise diametralmente oposta, pois considera que, do ponto de vista econômico, a globalização mantém e aprofunda a relação de dependência entre centros e periferia, provocando uma novíssima dependência com espetaculares contradições. (FIORI, 1995, p. 224).

Para mantermos-nos no interior dos debates no campo da literatura sociológica, tratemos da reflexão oferecida por Boaventura Sousa Santos (2002). Para este autor, a globalização é “um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo” (SANTOS, 2002, p. 26). Para ele, tal fenômeno interage de modo muito diversificado com outras transformações no sistema mundial que lhes são concomitantes, tais como o aumento dramático das desigualdades entre países ricos e países pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, os conflitos étnicos e religiosos, as catástrofes ambientais, a emergência de novos Estados e a falência ou implosão de outros, o crime globalmente organizado e o narcotráfico, a proliferação de guerras civis, a afirmação da democracia formal como condição política para a assistência internacional. Daí, explicita o caráter conflitivo do processo de globalização.

Nesta perspectiva, a interpretação da globalização, longe de ser consensual, é um vasto e imenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses

⁵ Para essa afirmação, Castells utiliza as elaborações de Coutrot, T. e Husson, M (1993) *Les Destins du tiers monde*, Paris: Nathan. E Harris, Higel. (1987) *The End of the Third World*, Harmondsworth, Middx: Penguin.

hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos por outro; mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas. No entanto, por sobre todas as suas divisões internas, o campo hegemônico atua na base de um consenso entre seus mais influentes membros, o chamado “consenso neoliberal” ou “Consenso de Washington”, por ter sido nesta cidade que, em meados da década de 80, realizou-se a reunião dos principais agentes políticos e empresariais dos Estados Centrais, definindo-se (e subscrevendo-se) os traços fundamentais do futuro da economia mundial, das políticas de desenvolvimento e do papel do Estado na Economia. (SANTOS, 2002; SADER, 2001).

Na análise de Santos, é conferida ênfase ao papel dos agentes sociais, políticos e empresariais na elaboração e realização do processo de globalização e, assim, realiza-se profunda crítica à análise proposta por Castells, fundamentalmente à ênfase dada por esse autor à globalização como resultado inelutável da revolução nas tecnologias de informação, bem como a afirmativa de que tal processo estaria pondo fim a idéia de “Terceiro Mundo”, o que relativizaria a dimensão das assimetrias e desigualdades que têm sido flagrantemente aprofundadas pela globalização. Este último argumento é também aprofundado no interior do debate sociológico por Emir Sader em “Pós Neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático”. SADER, 1995).

Neste sentido, Santos considera aqueles argumentos uma falácia, pois consistem em transformar as causas da globalização em seus efeitos. Para ele, a globalização resulta de fato de um conjunto de decisões políticas identificadas no tempo e na autoria. O “Consenso de Washington”, conforme nos referimos acima, é uma decisão política dos Estados centrais, como são políticas as decisões dos Estados

que adotaram, com diferentes intensidades, os princípios e as políticas ali definidas. Ao lado da considerada falácia do determinismo tecnológico, Santos chama a atenção para a falácia do desaparecimento do Sul, ou do Terceiro Mundo, que, segundo ele, tende a perder credibilidade à medida que a globalização se transforma num campo de contestação social e política, pois se para alguns ela continua a ser considerada como o grande trunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade, capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros ela é anátema já que em seu bojo transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial. (Santos, 2002: 50 - 53).

O avanço dos processos de globalização em todo o mundo, os seus mecanismos de expansão ilimitados, principalmente na dimensão econômica, mas também política, social e ideológica, articulados em torno do paradigma do neoliberalismo, é cada vez mais percebido como um processo ofensivo que se construiu e consolidou em cerca de meio século, uma vez que podemos assumir como referência histórica o período entre a criação do GATT em 1947 e a consolidação da OMC em 1995, contando com a valiosíssima colaboração de Margareth Thatcher a partir da Inglaterra e de Ronald Reagan a partir dos Estados Unidos, durante a década de 80, que forneceram as condições e os instrumentos necessários para a referida consolidação. Entre os instrumentos e as condições para tal, além dos já citados, podemos citar as periódicas reuniões do G – 7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo que até então se assumiam como do livre comércio) e mais a Rússia (convidada sob a justificativa de ser uma potência bélica). Destas reuniões, se formulou e adquiriu importância o “Fórum Econômico Mundial”, conhecido como “Fórum de Davos”, uma referência a cidade suíça sede de suas reuniões anuais.

Parecia um processo perfeito de construção de nova hegemonia, ideólogos, assumidos como teóricos do novo modelo e como tal sentindo-se com autoridades para fornecer as “bases científicas” para explicar o novo fenômeno, consideravam pouco afirmá-lo apenas como modelo hegemônico e passaram a defendê-lo (e explicá-lo) como única alternativa para o mundo atual.

Mas aí a indomável experiência humana e social expressa-se através de enormes manifestações coletivas, desde experiências locais e específicas, como comunidades de base, associações populares, grupos de jovens e de mulheres, que retomam suas atividades permanentes demonstram uma enorme sensibilidade para a ação em rede.

Estas experiências locais articulam-se em suas redes específicas: os grupos de mulheres se envolvem com as redes feministas, os grupos comunitários de geração de trabalho e renda se articulam com as redes de economia solidária, ações contra a poluição de rios e lagoas se articulam ao movimento ambientalista, os grupos e movimentos locais de moradia se articulam com a rede Habitat, os grupos de sem-terra e sindicatos de trabalhadores rurais se articulam na Via Campesina e assim, sucessivamente. Além disso, as organizações de crítica ou combate ao capital especulativo ganham corpo como movimentos internacionais, como a Associação por uma Taxa Tobin em Apoio aos Cidadãos (ATTAC), que inicialmente era uma Ação pela Taxação do capital especulativo, cujos recursos beneficiariam os povos dos países empobrecidos, e que se transforma numa Associação Internacional realizando ações de grande impacto⁶. Trata-se de diversas iniciativas que demonstram o grande atrativo dos “movimentos anti-globalização”, que passam a se manifestar com grande capacidade criativa e inovadora, cada vez que ocorre um

⁶ A expressão Taxa Tobin é uma homenagem ao economista que propôs este tipo de imposto, como forma de colocar limites nas transações financeiras internacionais, que operam lucram no mercado especulativo com liberdades ilimitadas.

evento patrocinado pelo modelo dominante, sejam as reuniões da OMC, do G – 7, do Fórum de Davos (trataremos destas redes no segundo capítulo).

1.3. A Solidariedade social em alguns clássicos:

1.3.1. Escola Francesa:

A solidariedade como conceito central na análise sociológica, teve em Emile Dürkheim (1977) um marco inaugural explícito e significativo. Este autor inicia sua elaboração insurgindo-se contra as concepções dominantes do fato social, durante a última década do século XIX. Segundo Charles-Henri Cuin e François Gresle, (1994) essas concepções afirmavam-se pelo princípio de que “tudo que é geral foi primeiro individual” (CUIN e GRESLE, 1994, p. 92), ou seja, uma interpretação sociológica baseada no princípio de que os indivíduos determinam os fatos sociais, que não seriam mais do que o somatório das ações individuais. É contra esse modelo interpretativo que Dürkheim dirige grande parte de sua obra, numa luta intelectual marcada por profunda dedicação, com ardor e entusiasmo investigativo constantes, apontando a experiência social e a realidade como fontes principais da análise sociológica, fazendo com que seus opositores o rotulassem de defensor do “coisismo sociológico” (Idem, 1994, p. 92).

Em sua primeira publicação de grande alcance acadêmico, sob o título: *Da Divisão do Trabalho Social*, esta preocupação é revelada, tratando como fundamental, para a sociologia, a natureza da relação entre os indivíduos e a sociedade, ou mais precisamente, as relações entre a personalidade individual e a solidariedade social. Para Dürkheim, os indivíduos, de fato, vão ganhando autonomia

frente à sociedade moderna, contudo, dependem cada vez mais dessa sociedade para sobreviverem. “A vida comum é atraente ao mesmo tempo que é coercitiva. Sem dúvida a coação é necessária para levar o homem a ultrapassar-se a si mesmo, a juntar à sua natureza física uma outra natureza” (DÜRKHEIM, 1977, p. 23). Para ele, a solidariedade social se transformou, passando de uma forma mecânica para uma forma orgânica e contratual, por meio do desenvolvimento da divisão do trabalho social. Dürkheim nutria a convicção de que o avanço da ciência, a modernização do direito e a crescente industrialização seriam vetores confiáveis e seguros do progresso social. Nutria especial entusiasmo para com a empresa industrial, como fonte de uma dinâmica coesionadora da sociedade, ou como portadora de ingredientes necessários à coesão social. Mas conferiu, igualmente, importância especial às convicções éticas e morais, inclusive ao fator religioso, para a integração da sociedade.

O desenvolvimento de formas arcaicas de relações sociais e o crescimento da divisão do trabalho social contribuíram para liberar a consciência dos indivíduos, mas esta emancipação os envolve em novas tramas, pois, ao enfrentarem processos de especialização mais complexos, sentem-se também atraídos à ação coletiva. Antony Giddens (1996) refere-se a esta apreensão de Dürkheim como o “constrangimento” que a ação coletiva exterior exerce sobre o comportamento do ator, enfatizando que a preocupação do sociólogo foi a tentativa de elaborar uma teoria da relação entre a ação e as propriedades das coletividades sociais. O que seria tratado mais tarde em “As regras do método sociológico”. (GIDDENS, 1996, p. 111).

A solidariedade se torna uma noção básica de sua teoria da coesão social. Ele constrói o conceito de solidariedade mecânica para descrever e criticar os processos

de excessiva autonomização do todo social; e o de solidariedade orgânica para exaltar as dinâmicas de convergência coesionadora. Para ele, enquanto a solidariedade mecânica deriva das similitudes e corresponde ao direito repressivo, a orgânica deriva da divisão do trabalho e corresponde ao direito cooperativo.

Solidariedade mecânica é considerada aquela cujos laços sociais estão mantidos pelo direito repressivo, cuja ruptura constitui um crime, como nas palavras do próprio autor: “Vê-se assim que espécie de solidariedade o direito penal simboliza. Com efeito, toda a gente sabe que existe uma coesão social cuja causa se encontra numa certa conformidade de todas as consciências particulares a um tipo comum”. (DÜRKHEIM, 1977, p.125); ou, como afirma mais enfaticamente, “Daí resulta uma solidariedade *sui generis* que, oriunda das semelhanças, vincula diretamente o indivíduo à sociedade”. (Idem, p. 126). Neste sentido ele dedica especial atenção à originalidade dos laços de solidariedade oriundos das semelhanças, mas registra a necessidade de mecanismos exteriores que garantam a coesão: “O mesmo se passa em relação à pena, [...] A sua verdadeira função estar em manter intacta a coesão social, mantendo toda a sua vitalidade e consciência comum”. (Idem, p. 128). E ainda:

[...] Existe uma solidariedade social que provém do fato de um certo número de estados de consciência serem comuns a todos os membros da mesma sociedade. É essa solidariedade que o direito repressivo configura materialmente, pelo menos no que tem de essencial [...] Quanto mais relações diversas houver em que esta última faça sentir a sua ação, mais também ela cria laços que prendem o indivíduo ao grupo, conseqüentemente, mais a coesão social deriva completamente desta causa e dela traz a marca. (Idem, p. 130).

Nesta perspectiva, Dürkheim analisa os agrupamentos profissionais, sob a percepção de que os indivíduos identificam-se por condições herdadas, inclusive quando se entregam ao mesmo ofício, colocando-se em relações uns com os outros a partir de suas ocupações similares. Mas chama a atenção para os limites desse tipo de

relacionamento: “Os únicos agrupamentos que tem uma certa permanência são os que hoje se chamam os sindicatos, quer de patrões quer de operários. Seguramente há aí um começo de organização profissional, mas ainda muito informe e rudimentar”. (Idem, p. 13) Mas ele detecta como limite o fato de que o sindicato é uma associação privada, sem autoridade legal, pois é desprovida de poder regulamentador. Essa aproximação por similitude revela certo tipo de solidariedade que não pode ser considerada apenas como nociva para a sociedade – como tendia a ser na sociedade européia de seu tempo – pois considera que “[...] nem toda organização corporativa é necessariamente um anacronismo histórico” (Idem, p. 17), chegando a afirmar que há fundamentos para valorizar o seu papel nestas sociedades incluindo o exemplo dos agrupamentos profissionais como os artesãos:

Aquilo que de mais vemos no grupo profissional é um poder moral capaz de conter os egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores o mais vivo sentimento da sua solidariedade comum, de impedir que a lei do mais forte se aplique tão brutalmente às relações industriais e comerciais. (Idem, p. 17).

Embora Dürkheim expresse os potenciais positivos e negativos na solidariedade mecânica, é visível sua ênfase para os aspectos negativos; provavelmente, isso se deve à sua necessidade em apresentar em contraposição este tipo de solidariedade e a solidariedade orgânica para ressaltar sua opção favorável a esta última, que, para ele, constitui o elemento central da coesão social nas sociedades modernas. A solidariedade orgânica compreender-se-á melhor em contraposição à solidariedade que deriva das semelhanças, na qual a consciência coletiva recobre toda a consciência pessoal, então “a nossa individualidade é nula. Ela não pode nascer senão quando a comunidade tomar em nós menos lugar”. (Idem, p. 151). É em contraste com essa caracterização da solidariedade mecânica que

apresenta o que para ele são as características e os valores positivos da solidariedade orgânica:

Tudo se passa de modo diferente com a solidariedade produzida pela divisão do trabalho. Enquanto que a precedente implica que os indivíduos se assemelhem, esta supõe que difiram uns dos outros. A primeira não é possível senão na medida em que a personalidade individual está absorvida na personalidade coletiva; a segunda não é possível senão quando cada um tem uma esfera de ação que lhe é própria, conseqüentemente uma personalidade. (Idem, p. 152).

Ele nota que cada órgão tem aí efetivamente sua fisionomia especial mas garante-se a unidade do organismo, aliás, a apresentação dessa metáfora ao conceito de organismo vivo (relação com as ciências biológicas), em contraposição à metáfora da máquina, com que ele caracterizava a solidariedade mecânica, esclarece sua interpretação da dinamicidade social provocada pela divisão do trabalho social, que promove a solidariedade orgânica. Enquanto a solidariedade mecânica é caracterizada como uma cooperação automática, rígida, funcional entre seres semelhantes, marcada por organizações excessivamente burocratizadas e emperradas, a solidariedade orgânica é constituída pela cooperação viva e dinâmica entre diferentes, a primeira movida pelo direito repressivo, a segunda, pelo direito restitutivo: “Enquanto o direito repressivo tende a permanecer difuso na sociedade, o direito restitutivo cria órgãos cada vez mais especiais: tribunais consulares, comissões de conciliação, tribunais administrativos e de toda espécie”. (Idem, p. 133).

Esta perspectiva de análise registra a acentuação de uma preponderância progressiva da solidariedade orgânica e, portanto, do direito cooperativo sobre o repressivo, presumindo que os laços sociais que derivam da divisão do trabalho social são mais numerosos e mais fortes do que aqueles que derivam das similitudes. Ou seja, a medida em que um modelo de laço social se afirma, avança e se

desenvolve, outro modelo enfraquece e perde importância. Trata-se de uma constatação que enche Dürkheim de entusiasmo:

Por si só, esta lei basta para mostrar toda a amplitude do papel da divisão do trabalho. Com efeito, uma vez que a solidariedade mecânica se vai enfraquecendo, é preciso ou que a vida social diminua, ou que uma outra solidariedade venha pouco a pouco substituir-se à que desaparece. É preciso escolher. Em vão se sustenta que a consciência coletiva se estende e se fortifica ao mesmo tempo que a dos indivíduos. Acabamos de provar que estes dois termos variam em sentido inverso um do outro. No entanto, o progresso social não consiste numa dissolução contínua; muito pelo contrário, quanto mais se avança, mais as sociedades tem um profundo sentimento de si próprias e de sua unidade. É preciso portanto que haja qualquer outro laço social que produza este resultado; ora não pode haver outro senão o que deriva da divisão do trabalho. (Idem, p. 200 – 201).

Se, além disso, nos lembrarmos de que, mesmo onde ela é mais resistente, a solidariedade mecânica não liga os homens com a mesma força que a divisão do trabalho, e que, de resto, deixa fora da sua ação a maior parte dos fenômenos sociais atuais, tornar-se-á ainda mais evidente que a solidariedade social tende a tornar-se exclusivamente orgânica. É a divisão do trabalho que, cada vez mais, desempenha o papel que outrora a consciência comum desempenhava; é ela principalmente que sustém em conjunto os agregados sociais dos tipos superiores. (Idem, p. 201).

Com a preponderância da solidariedade orgânica necessita-se do estabelecimento de regras e poderes da sociedade para enfrentar e superar os conflitos, questão que se enfrenta através do mecanismo conhecido como solidariedade contratual, mas a sociedade não pode se orientar apenas por estas regras, as mesmas servem apenas para vigiar os seus limites. Embora originando-se da divisão do trabalho social, a solidariedade orgânica orienta-se e nutre-se, porém, de um conjunto de crenças e consensos, mediados por um projeto solidário de sociedade. Este momento da análise Dürkheimiana é marcado por intenso debate com a abordagem organicista de Herbert Spencer, tendo Dürkheim realizado um intenso esforço para distinguir as suas formulações das teorias assumidas por aquele autor, insistindo em que a sua proposta de solidariedade orgânica não pode se confundir com a solidariedade industrial (de Spencer), uma vez que esta seria

fundamentalmente contratual, entre indivíduos perseguindo, cada um, seus próprios interesses individuais. Dürkheim argumenta que, se é verdade que as relações contratuais, que inicialmente eram raras ou inexistentes, assumem uma tendência de crescimento à medida que se verifica maior especialização na divisão do trabalho social, é verdade também que as relações não contratuais igualmente se desenvolvem e se multiplicam. É nesta combinação que consistiria a coesão social. Portanto, o contrato não basta a si próprio, ele não tem e não pode ter poder para estabelecer laços, a não ser em certas condições transitórias; geralmente, ele existe apenas como forma de regulação de origem social, que cria e mantém algumas normas submetidas aos processos de coesão social, principalmente normas de direito profissional que conduzem os indivíduos “a fazer concessões, a consentir em compromissos, a levar em conta interesses superiores aos seus.”(Idem, p. 260).

Esta perspectiva analítica indica como a vida social tem uma dupla origem, a similitude das consciências e a divisão do trabalho social. No primeiro caso, ao não ter sua própria individualidade bastante forte, o indivíduo confunde-se com seus semelhantes no seio de uma coletividade que o envolve e o limita; no segundo caso, os indivíduos se reconhecem como tendo sua própria fisionomia e sua própria atividade, distinguindo-se dos demais, mas dependendo do conjunto para criar e manter a coesão da sociedade. Este segundo caso é condicionado pela divisão do trabalho social, que também cria regras e normas, conhecidas como direito cooperativo ou contratual, com medidas jurídicas reparadoras, mas, sem caráter expiatório. Esta seria a fase mais avançada da solidariedade social, expressão da vida nas sociedades modernas. Dürkheim despendeu grande esforço intelectual de para propor uma abordagem mais relacional para seu conceito de solidariedade orgânica, mediada pelo contrato, frisando que “sem dúvida, quando os homens se ligam pelo

contrato, é porque, na seqüência da divisão do trabalho, simples ou complexo, têm necessidade uns dos outros” (Idem, p. 245). Entretanto, para a satisfação dessas necessidades, ele mantém critérios semelhantes aos utilizados por Spencer, ao afirmar que: para que cooperem harmoniosamente não basta que entrem em relação, nem mesmo, que sintam o estado de mútua cooperação em que se encontram, é necessário que as condições para esta cooperação estejam fixadas, normatizadas de forma duradoura, para evitar que a cada instante os conflitos e divergências se instalem. Ao reconhecer que a divisão do trabalho torna os interesses dos indivíduos solidários, reconhece também que esta divisão não os confunde ou os identifica, mas deixa-os também distintos e rivais, portanto são cooperantes e confrontantes.

Para a análise que estamos realizando, é evidente que não se trata de transpor ou assumir os conceitos usados na sociologia Dürkheimiana, eivados de seu entusiasmo investigativo e propositivo. Consideramos a validade e atualidade do conceito de solidariedade mecânica, para avaliar e mesmo criticar comportamentos corporativistas fortemente presentes nas práticas de diversas categorias profissionais, de sindicatos e de movimentos sociais, no contexto atual, que se evidenciam como anti-solidários se assumimos a perspectiva e os interesses mudancistas e emancipatórios da sociedade como um todo. Por outro lado o conceito de solidariedade orgânica é marcado pela ênfase nos contratos, o que confere traços mecânicos a atitudes e modos de vida derivados da divisão do trabalho social. De fato, numa sociedade cada vez mais complexa, as regras e procedimentos jurídicos, muitas vezes engessam a dinâmica social. A extrema desigualdade social que se revela, entre outras coisas, pelo acesso diferenciado à informação e aos instrumentos de disseminação de opiniões e valores na sociedade, bem como a pressa e o uso de regras para construção de acordos e consensos nem sempre garantem oportunidades

iguais para que o todo social se pronuncie e se defina, limitando ou aperfeiçoando os comportamentos solidários. Esta constatação convida pesquisadores sociais a ampliar a investigação sociológica para outras abordagens.

Noutra perspectiva, apresenta-se uma sociologia da aliança e da solidariedade, como podemos caracterizar a proposta teórica inaugurada por Marcel Mauss. Pesquisando as “sociedades arcaicas”, este autor sistematizou o paradigma da dádiva, que segundo ele é caracterizada pela tripla obrigação de dar, receber e retribuir. Nas sociedades por ele analisadas constatou-se que as trocas e os contratos se fazem em forma de presentes, mas o que se troca não são somente riquezas materiais, bens móveis e imóveis, coisas economicamente úteis, são antes de tudo amabilidades, banquetes, ritos, danças, serviços militares, um movimento contínuo em função do estabelecimento da aliança. Esses movimentos materiais e simbólicos funcionam como sendo, “em teoria, voluntários, na verdade obrigatoriamente dados e retribuídos” (MAUSS, 2003, p. 187). Percebe-se como a vida material e moral funciona de uma forma desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo, ou seja, todos são motivados para generosidade do dar, mas o receber também é uma obrigação (que segundo Mauss funciona de maneira mítica e imaginária) para manter relações horizontais e de coletividade. A retribuição mantém um círculo ascendente que não se finda, em torno do qual se mantém e se refaz permanentemente o vínculo social.

Esta perspectiva teórica está intimamente vinculada às concepções e práticas metodológicas assumidas por Marcel Mauss em suas pesquisas sociais, no cuidado e rigor assumidos,

[...] não os estudamos como se estivessem imóveis, num estado estático ou cadavérico, e muito menos o decompusemos e dissecamos em regras de direito, em mitos, em valores e preço. Foi considerando o conjunto que pudemos perceber o essencial, o movimento do todo, o aspecto vivo e o instante fugaz em que a sociedade toma, em que os homens tomam consciência sentimental

de si mesmos e de sua situação frente a outrem (MAUSS, 2003, p. 311).

As análises e a reflexão realizadas por Mauss buscaram trazer ensinamentos para as sociedades contemporâneas, expondo como as sociedades progrediram na medida em que elas mesmas, seus subgrupos e seus indivíduos, souberam estabilizar suas relações, dar, receber, retribuir, como critério para que o mundo civilizado possa dirimir suas controvérsias sem se massacrar, dando-se uns aos outros sem se sacrificar. Esse parece ser, segundo Mauss, o processo permanente de sabedoria e solidariedade.

É em torno das categorias de aliança e reciprocidade que Mauss constrói seu fundamento da análise social. A garantia de coesão social passa por essa experiência, como outros fenômenos gerais da vida coletiva. Mauss valoriza o papel da tradição, da educação, da instrução, como elementos mantenedores do que estamos tratando como coesão: “Tais são os principais fenômenos que tornam possíveis a continuidade, a solidez, a organização interna e consciente de uma sociedade. São eles que denotam as noções coletivas: de ordem, de paz, de salvação, de liberdade.” (Idem, p. 126).

Neste sentido, consideramos valiosas e atuais as análises produzidas por Marcel Mauss, para quem a coesão social é um produto da sociedade em sua auto-definição e dos aspectos psicológicos que formulam essa representação. Para esse autor, uma sociedade se define de duas maneiras:

Por si mesma: pelo nome, pelas fronteiras, pelos direitos que ela concede a si própria e sobre seu solo (a língua, o respeito pelo Estado, a civilização, a raça não são necessariamente nacionais), por sua vontade de ser uma, por uma coesão própria, por sua limitação voluntária àqueles que podem dizer-se *nós* e chamar os outros: *os outros*, [...] Esta coesão geral traduz-se materialmente: pela fronteira de uma parte, pela ou pelas capitais da outra, se for o caso; mas em qualquer hipótese, pela sensação do espaço e do território social (noção de Raum de Retzel). Estas fronteiras, estes espaços encerram

ordinariamente um número determinado de pessoas que trazem o mesmo nome.

Isto nos leva à forma psicológica, à representação coletiva correspondente a esta distribuição dos indivíduos num momento e num lugar determinados, à noção de totalidade. Esta noção exprime-se, em primeiro lugar, por este nome de que acabamos de falar, e que a sociedade se dá (e não aquele que lhe é dado – geralmente inexato) e pela sensação muito aguda da comunidade que ela forma. A noção de descendência comum forma um mito. (MAUSS, 2001, p. 101).

O debate sobre coesão social permite estabelecer um laço de continuidade da reflexão de Marcel Mauss em relação a Dürkheim, mas possibilita também, destacar inflexões, descontinuidades e até rupturas. Em seus estudos sobre sociedades tradicionais ou arcaicas, Mauss

Cabe aqui precisar um ponto de doutrina sobre a qual Durkheim e seus discípulos haviam feito um progresso necessário. Estamos lembrados de que, tendo partido de uma idéia que continua parcialmente verdadeira, do amorfismo do clã e dos diversos momentos da vida social, qualificava a solidariedade destas sociedades com o título um pouco sumário de ‘solidariedade mecânica’. Fica entendido: nem a adesão à sociedade, nem a adesão a seus sub-grupos tem completamente caráter de ‘solidariedade orgânica’ que Durkheim definia como características de nossas sociedades. (Idem, p. 104)

Mauss considera essa abordagem durkheimiana apenas parcialmente verdadeira, no que ele identifica o amorfismo do clã nos diversos momentos de sua vida social e qualificava esse comportamento como solidariedade mecânica e, por outro lado, atribui à adesão à sociedade ou a seus subgrupos o caráter de solidariedade orgânica, que Durkheim define como características das sociedades modernas, em processo de aperfeiçoamento da divisão do trabalho social.

Apesar de reconhecer esse “progresso necessário” na elaboração Dürkheimiana, a abordagem maussiana afirma que “é preciso complicar o problema” (Idem, p. 104). Mauss considera que “em certos pontos o individualismo conduziu nossas próprias sociedades a verdadeiros amorfismos. Desapareceram os órgãos que o reconhecimento de uma soberania devia antes fazer funcionar conjuntamente”.

(Idem, p. 104). Esse amorfismo contemporâneo mudou as relações entre os subgrupos da sociedade, o que Dürkheim considerou como um desvio patológico⁷ que existe em nossa moral e em nosso direito, entre o Estado e a família, entre o Estado e o indivíduo. Essa questão revela significativo afastamento de Mauss em relação a Dürkheim:

Há algo de mecânico entre nós, mesmo na idéia de igualdade. – Inversamente, havia o orgânico em quantidade, se não nas sociedades suficientemente primitivas (Austrália, etc.), ao menos em todas as arcaicas. Mas esse ‘orgânico’ é diferente do nosso, que é efetivamente fruto dos contratos, das profissões, etc. Antes de tudo, liga os subgrupos entre si e não apenas os indivíduos entre si; a seguir, organiza-os por meio das alianças, das influências e dos serviços, mais do que pela presença da autoridade suprema do Estado. (Idem, p. 104 – 105).

1.3.2. Marxismo:

Várias obras de Marx e Engels são marcadas pela preocupação com o ato associativo e a solidariedade, como moventes da ação, em função da necessária transformação da sociedade capitalista, que era o enfoque central de suas abordagens. Em “Princípios do Comunismo”, texto preparatório ao Manifesto Comunista, Engels, enfatiza esse papel da associação e da solidariedade como princípios marcantes da nova ordem social pós-capitalista:

A nova ordem social abolirá a concorrência, substituindo-a pela associação. Na medida em que a administração da indústria por uns poucos supõe necessariamente a existência da propriedade privada, e na medida em que a concorrência não é mais do que a expressão dessa forma de administração, é claro que a propriedade privada não pode ser separada da concorrência e da administração particular da indústria; assim, a propriedade privada também deve ser suprimida e seu lugar será ocupado pela utilização coletiva de todos os instrumentos de produção e pela distribuição dos produtos segundo um acordo comum – numa palavra, a propriedade privada será

⁷ Marcell Mauss combate severamente a dicotomia cunhada por Durkheim entre o normal e patológico, que foi trabalhado por este autor em “As regras do método sociológico”.

substituída pelo que se denomina a comunidade de bens. (ENGELS, 1981, p. 90).

A associação geral de todos os membros da sociedade para a utilização coletiva e racional das forças produtivas; a intensificação da produção em proporção suficiente para a satisfação das necessidades de todos; a liquidação do regime atual, em que as necessidades de alguns, são satisfeitas à custa de outros; a completa supressão das classes sociais e de seus antagonismos; o desenvolvimento universal das potencialidades humanas de todos os membros da sociedade, graças a atual divisão do trabalho, à troca de atividades, à educação industrial e a participação de todos no usufruto dos bens criados coletivamente, e, enfim, graças a fusão entre cidade e campo – eis as principais conseqüências da supressão da propriedade privada. (Idem, p. 96)

Em “Burgueses e proletários”, primeira versão do “Manifesto do Partido Comunista”, escrita por Marx e Engels em 1947 (MARX, 1984), é reconstituída rapidamente a história da humanidade que, para eles, avança e se modifica através dos conflitos sociais, argumentando-se como a história de todas as sociedades tem sido a história da luta de classes: “homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos” (MARX E ENGELS, 1984, p. 365). O mesmo manifesto aponta a “união” e a “associação” como condição para superar a situação de conflito e de exploração da sociedade capitalista: “Os operários começam a formar uniões contra os burgueses e atuam em comum na defesa dos seus salários, chegam a fundar associações permanentes [...] o verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores”(Idem, p. 372).

Em escritos seguintes, observa-se a importância que Marx atribuía à questão da solidariedade. Embora ele defendesse que o manifesto comunista como um documento histórico e que, portanto, o seu texto original não deveria ser modificado, em diversos prefácios de edições seguintes ele expressa a necessidade de “atualização”, “adequação a circunstâncias históricas”. Já na edição alemã de 1864 (Idem, 1984), Marx assinala a preocupação com fracasso sofrido em todos os

esforços tendentes a obter transformação da realidade até então “... pela falta de solidariedade entre os múltiplos setores do trabalho”, “pela ausência de vínculo fraternal entre as classes trabalhadoras dos diferentes países”, acrescentando-se ao corpo do texto: “Proletários de todos os países, uni-vos!”. (MARX e ENGELS, 1981, p. 45).

Na realidade, Marx e Engels, embora dessem grande ênfase à união, à solidariedade, ao vínculo fraternal, associam ou mesmo subordinam tais valores à luta de classes como o motor da história, central em suas análises. Nesta luta, caberia especificamente à classe operária a condição de revolucionária. Em uma de suas primeiras publicações, a “Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel”, Marx (1984) afirma que, a classe operária é a classe revolucionária, pois, ao emancipar-se, ela emancipará, universalmente, todos os seres humanos, oprimidos e opressores. (MARX, 1984, p. 25).

Para que a classe operária realize essa “missão” emancipatória, Marx reconhece o extraordinário papel da associação e da união. Em “A libertação da classe oprimida” (MARX, 1984, p. 214 – 219), que corresponde à última parte do livro “A miséria da filosofia”, ele expressa essa grandeza da ação associada como caminho para libertação da classe oprimida e de toda a sociedade. Ele lembra que é através das Coligações de Trabalhadores⁸ que ocorrem as primeiras tentativas dos trabalhadores para se associarem entre si e que essas organizações “não cessam de progredir e de crescer” (Idem, p. 214). Tal crescimento, capacidade de atração e envolvimento dos trabalhadores em seu modelo organizativo causa espanto aos

⁸ A experiência de “Coligações de Trabalhadores”, é a expressão organizativa das lutas dos trabalhadores europeus a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX. Marx chama de “Trade Union”, quando essas Coligações se tornam permanentes, no estilo de sindicatos, e a sua organização nacional, no caso da Inglaterra, é conhecida como “National Association of United Trades” – Associação Nacional dos Sindicatos Unidos – uma organização sindical fundada em 1845.

economistas: “Ver os trabalhadores sacrificarem uma boa parte do seu salário em favor de associações” (Idem, p. 217). E Marx lembra ainda:

“Na Inglaterra não se restringem a Coligações parciais que não tivesse outro objetivo senão a greve passageira, e que desaparecessem com a mesma. Formam-se Coligações permanentes, as ‘Trade Unions’, que servem de anteparos aos trabalhadores nas suas lutas contra os empresários. E no presente momento, todas essas ‘Trade Unions’ locais encontram um ponto de união na ‘National Association of United Trades’, cujo comitê central se situa em Londres e já conta com 80.000 membros” (Idem, p. 217).

A esta capacidade de crescimento constante em seu nível participativo e organizativo em associações, Marx atribui um caráter político, embora com desafios a serem superados por sua própria experiência: “Assim essa massa já é uma classe frente ao capital, mais ainda não para si mesma”. (Idem, p. 218). Portanto, ela já é uma classe em si, contra o capital, mas é na luta, no avanço de seu nível organizativo que ela deverá ir se tornando classe para si mesma. Neste processo, a classe trabalhadora, no curso de seu desenvolvimento, substituirá a antiga sociedade civil por “uma associação que excluirá as classes e o seu antagonismo” (Idem, p. 219).

Estas preocupações de Marx retornam em produções seguintes, como “Lutas de classes na França”, escrita em 1850, “Dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte”, de 1852. Mas é em “Guerra civil na França”, escrito em 1871, que registra e analisa a experiência da Comuna de Paris, justamente por se tratar de uma experiência em que considera como possibilidade concreta de superação da sociedade baseada na exploração, que Marx enfatiza os elementos emancipadores e solidários da experiência proletária. Embora reconheça que a Comuna de Paris não foi conduzida exclusivamente pelos proletários, pois havia “uma maioria de blanquistas, que haviam predominado também no Comitê Central da Guarda Nacional, e uma minoria composta por membros da Associação Internacional dos Trabalhadores” (MARX, 1980, p. 48), Marx reconhece aí o espírito democrático e humanitário da Comuna:

primeiro, criando antídotos que, segundo ele, impediriam a dominação característica das sociedades anteriores. Neste sentido, a Comuna

preencheu todos os cargos administrativos, judiciais e do magistério através de eleições, mediante o sufrágio universal, concedendo aos eleitores o direito de revogar a qualquer momento o mandato concedido [...] Todos os funcionários, graduados ou modestos, eram retribuídos como os demais trabalhadores. (Idem, p. 50 – 51).

Marx faz questão de registrar também o clima festivo da instalação da Comuna e o seu caráter democrático:

Ao alvorecer de 18 de março de 1871, Paris foi despertada com o clamor de ‘viva a Comuna’! [...] A Comuna era composta de conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal dos diversos distritos da cidade. Eram responsáveis e substituíveis a qualquer momento. A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo. [...] Todos que desempenhavam cargos públicos deviam receber salários de operários.[...] Todas as instituições de ensino foram abertas gratuitamente ao povo e ao mesmo tempo emancipadas de toda intromissão da Igreja e do Estado. (Idem, p. 80 – 81).

Mas a experiência da Comuna teve vida curta, antes de se evidenciarem os seus efeitos igualitários e solidários, foi destruída pela organização e ataque dos setores conservadores, rearticulados a partir de Versailles.

Este é o período também de novas incorporações às elaborações de Marx que, em 1865, publica “Salário, preço e lucro”, como preparação da análise mais aprofundada que virá a seguir e que, segundo vasta literatura, é sem dúvida a análise mais detalhada do processo de organização da sociedade capitalista e de seus mecanismos de reprodução. Esse vasto estudo foi depois condensado na publicação de “O capital”, conhecido inicialmente como “A mercadoria”, que veio a se tornar a mais importante obra de Marx, passando a ser reconhecida pelo viés da análise econômica da sociedade capitalista.

Voltando ao tema que estamos tratando, percebemos como o debate inicial em torno da solidariedade proletária assentava-se em três pressupostos centrais: *uma*

perspectiva de crescente homogeneização da classe operária que, despossuída das condições básicas de existência, criaria mecanismos de união e associação para se defender da exploração capitalista; *a comunidade de interesses decorrente desta homogeneização*, se expressaria em torno de bandeiras de solidariedade locais e internacionais (tratava-se de um período de grandes migrações entre os países), realizando uma negação radical das relações capitalistas de produção, no rumo de formas harmoniosas e associativas de produção; *a emancipação da humanidade*, encontraria na classe operária o seu intérprete prioritário, uma vez que, a exploração da qual era vítima impunha a essa classe uma total perda de humanidade e, portanto, a sua emancipação supunha a emancipação total da humanidade.

Após a derrota, ou o esmagamento da Comuna de Paris, as elaborações de Marx passam ao que pelos analistas posteriores foi chamado período da “Segunda Internacional”⁹. Este período é marcado pela primeira grande cisão no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores, que se expressou no seu Congresso realizado em Haia, em 1872. Em consequência, foram liquidadas da Associação as suas tendências “bakuninistas”, ou seja, foram expulsas os grupos não marxistas ou não alinhadas às posições de Marx e Engels. No final do século XIX, nova cisão é reconhecida, desta vez no interior do pensamento marxista: trata-se da conhecida “controvérsia revisionista”, elaborada a partir de um dos mais influentes teóricos do pensamento social democrata¹⁰ de então, Eduard Bernstein. Em seguida (já na

⁹ A expressão Internacional Comunista, foi incorporada na literatura marxista e na tradição comunista apenas na segunda década do século XX, dividindo o movimento comunista em 3 períodos: a Primeira Internacional, que seria a partir da organização da Associação Internacional dos Trabalhadores até a Comuna de Paris; a Segunda, que seria a partir da derrota da Comuna, até a Primeira Guerra Mundial; a Terceira, que seria a partir da Revolução Russa e da hegemonia bolchevique no movimento comunista internacional. Depois, algumas tendências que foram excluídas pelo grupo hegemônico, tentaram (e algumas ainda tentam) construir um movimento pela Quarta Internacional, mas nenhuma iniciativa conseguiu base social que justificasse o propósito.

¹⁰ Até o período da Terceira Internacional, eram considerados, e auto-denominados, social-democratas, todos os participantes do movimento comunista e parte dos socialistas de então, os próprios partidos comunistas, se identificavam com Partidos Social-Democratas.

primeira década do século XX), registra-se nova cisão, conhecida como austro-marxismo, a partir de reconhecidas elaborações de Otto Bauer e seus companheiros¹¹.

No período da Segunda Internacional, já depois de morte de Marx (faleceu em 1883), o marxismo e o movimento socialista de então permanecem fiéis às suas primeiras afirmações, mas incorporam novas preocupações ou desafios. René Galissot (1985), localiza na “questão nacional” um vazio, ou uma carência nas análises de então, justamente por ser uma questão forte no contexto do final do século XIX e início do século XX. Este autor considera que esse período foi marcado pela manutenção dos escritos filosóficos de 1848 – 49, com a ênfase no proletariado como redentor universal, justamente porque a classe operária é privada da propriedade, não ficando dilacerada pelos conflitos de interesses privados, e sendo, portanto, suscetível de solidariedade. A solidariedade operária se desenvolve através da comunidade do trabalho e é condição para superar a concorrência por emprego, bem como é o lugar onde se criam as condições para superação do risco de possíveis deformações e desvios causados por divisões e hierarquias internas à classe operária.

Analizando este período da história do marxismo, Madeleine Rebérioux enfatiza que a marca do movimento socialista internacional, nos primeiros anos do século XX, é a luta contra a militarização e pela paz, frente à iminência da guerra. O esforço, as energias militantes e as articulações políticas, para dar vida e substância ao sonho de uma sociedade das nações harmoniosamente regulada, mantinham-se ao redor da construção de projetos de longo prazo, em conformidade com a esperança de um longo período sem guerras. Mas a realidade apontava para a existência da guerra, por isso foi dada uma grande ênfase às lutas contra a militarização,

¹¹ Ver volume IV – terceiro volume de “o marxismo na época da segunda internacional” - da coleção história do marxismo, organizada por Eric J. Hobsbawm, com tradução de Carlos Nélon Coutinho, publicado pela Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, de 1983 a 1989.

principalmente pelos movimentos de juventude empunhando bandeiras contra o serviço militar, multiplicando-se as manifestações de rua e de massas, os comícios, a articulação de parlamentares franceses e alemães, intensificados em 1913. Realizaram-se campanhas de massa contra projeto de lei que estendia o tempo do serviço militar obrigatório. No início de 1914, a figura de Rosa Luxemburgo destacava-se no desenvolvimento de ardente propaganda, de comício em comício, nas diversas formas de mobilização social com multidões populares, contra o militarismo que, para ela, se revelava com “nervo vital do Estado” (REBERIOUX, 1985, p. 314), atitude que, posteriormente, levou à sua condenação, à prisão e à morte. No interior da Internacional Comunista, realizou-se intenso debate sobre a possibilidade de convocação de uma greve de massas contra a guerra (tese defendida por Rosa Luxemburgo, entre outros). Em reunião do seu Comitê Central, em 16 de julho de 1914, deliberou-se a favor da realização da “greve geral simultânea organizada internacionalmente” (Idem, p. 318). Nem esta, nem nenhuma das deliberações daquela reunião se concretizaram. A Internacional se vê impotente, “o socialismo havia fracassado num dos objetivos máximos do movimento: preservar a paz” (Idem, p. 318). Os socialistas enfrentaram um movimento de oscilação entre a confiança nos governos e o desalento total, e entraram num longo período de difícil adaptação.

Entre a Segunda e a Terceira Internacional, coube a Rosa Luxemburgo assumir a defesa de um marxismo humanista e libertário, com ênfase no idealismo das massas, na sua espontaneidade e iniciativas criadoras, na solidariedade (GONH, 1997, p. 176 – 189; GETZLER, 1985, p.60 – 64). Nos fundamentos teórico-filosóficos de Luxemburgo “não há lugar para hegemonias, tutelas, ditaduras, burocracias, etc; ao contrário, há lugar apenas para democracia, liberdade, respeito às

opiniões, como elementos inseparáveis do processo socialista” (GONH, 1997, p. 182). Por assumir esta postura, Rosa Luxemburgo elaborou uma crítica radical ao grupo hegemônico que conduziu o processo revolucionário na Rússia:

“No lugar dos corpos representativos derivados das eleições populares gerais, Lênin e Trotski instalaram os sovietes na qualidade de única representação autêntica das massas trabalhadoras. Mas com o sufocamento da vida pública em todo país, mesmo a vida dos sovietes não poderá escapar a uma paralisia cada vez mais ampla. Sem eleições gerais, liberdade de imprensa e de reunião ilimitada, livre luta de opiniões em toda instituição pública, a vida se apaga [...] e uma elite de operários, de tempos em tempos, é convocada para aplaudir os discursos de seus líderes, votar unanimemente resoluções pré-fabricadas. [...] A liberdade só para os adeptos do governo, só para os membros de um partido – por mais numerosos que possam ser – não é liberdade. A liberdade é sempre, unicamente, liberdade de quem pensa diferente”. (Idem, p. 63 – Rosa La rivoluzione russa, p. 559 a 601).

As elaborações de Rosa Luxemburgo, em torno da ação das massas por meio de movimentos sociais para construção de uma nova realidade social, fazem parte de uma corrente do marxismo que ainda mantém alguma influência na ação dos movimentos sociais contemporâneos.

Cada vez mais, o grupo em torno da revolução russa, principalmente em torno de Lênin e Trotsky e, posteriormente, de Stalin¹², grupo que se tornou conhecido como bolchevique, assumia a hegemonia da Internacional até o seu controle total. Além de Rosa Luxemburgo, destacou-se George Lukács¹³, como grande crítico da prática dos bolcheviques no poder, que considerava como um problema político no interior do movimento socialista, com ênfase para as restrições perigosas à democracia e o debate sobre a relação entre socialismo e democracia. Para Michael

¹² Estes dirigentes, trataram de eliminar qualquer tipo de oposição no interior do processo revolucionário na Rússia, e enfrentaram profundo debate político e teórico no interior da Internacional, até subordinarem as demais tendências e imprimirem o “pensamento único” no interior da Internacional.

¹³ Segundo Michael Lowy (1979), Lukács, havia passado por uma experiência do humanismo radical, marcado pela esperança da vinda de um messias salvador, e pela expectativa de uma onda social fundada na fraternidade como pré-requisito de salvação, passou pelo “Círculo de Max Weber” em Heidelberg, onde aprofundou uma radicalidade estética e moral, até se tornar bolchevique. Depois se tornou um dos principais críticos da linha assumida por este agrupamento político, suas táticas, estratégias e elaborações.

Löwy (1979), Lukács enfatizava a via da luta lenta, aparentemente menos heróica, mas carregada de responsabilidade, luta que trabalha as convicções, a consciência, a alma, como lento processo educativo, marcado pela paciência pedagógica.

Assim, registramos a presença de Lukács no interior das elaborações marxistas também pela sua defesa da solidariedade e dos motivos libertários. Para ele, a passagem da antiga sociedade para a nova, da dependência e da reificação para a liberdade e a humanidade, exige certamente transformações objetivas, econômicas e políticas, mas essa passagem não é simplesmente econômica e institucional, implica em mudança moral. Já nos primeiros anos da revolução russa, Lukács aponta essa necessidade de relacionar as mudanças estruturais com mudanças pessoais, pela vontade de constituição do “homem novo”, com valores e atitudes solidárias e humanitárias que ele crê ser o verdadeiro espírito comunista. Assim, ele questiona se esse verdadeiro espírito comunista habita as instituições soviéticas, ou se estas já estão esclerosadas pela herança da sociedade capitalista e principalmente pela burocracia e corrupção que se instala.

Lukács enfatizava a necessidade desse “espírito comunista”, cujo exemplo para ele são os “sábados comunistas”, isto é, o trabalho voluntário de militantes do partido junto ao povo, que não são obediência a decisões institucionais de governo, mas sim atos morais de membros do partido convencidos da validade de suas ações, enquanto “homens novos” que decidem seu compromisso semanal com a coletividade, compromisso do qual devem surgir atitudes cotidianas de solidariedade. “Um homem novo que ultrapassará o egoísmo e o isolamento individualista, numa sociedade e numa comunidade autênticas, e que, por sua livre atividade criadora, promoverá uma nova cultura harmoniosa, comparável às da Grécia antiga e da Renascença” (Löwy, 1979, p. 184). Através da problemática do “reino da liberdade”,

ele toca em uma questão crucial, mas inteiramente ausente na literatura marxista de então. Enfim, Lukács desenvolve uma crítica profunda contra as leis cegas da economia, a planificação total, consciente e crescente no processo revolucionário russo. Mantém, portanto, a defesa da liberdade e da solidariedade como condições para a nova sociedade.

É em meio a este debate que se sepulta a Terceira Internacional.

Ainda no interior do marxismo, podemos destacar uma linha de inflexão ao relacionar a teoria social com ação política. Tal inflexão busca criar novas formas de relação entre as estruturas e a ação humana, entre as identidades e as estratégias, provocando repercussões na análise atual dos movimentos sociais. Coube a Antonio Gramsci a responsabilidade por grande parte dessa formulação, enfatizando a ação política como ato criador, criativo, inovador. Mas, ao valorizar a ação, Gramsci não menospreza o papel das estruturas, valoriza o conceito de identidade mas articula-o com o de organização:

[...] a ação nasce no terreno da vida econômica, mas supera-o, fazendo entrar em jogo sentimentos e aspirações em cuja atmosfera incandescente o próprio cálculo da vida humana individual obedece a leis diversas do proveito pessoal [...] uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidificam na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção de mundo [...]. As idéias e as opiniões não nascem espontaneamente do cérebro de cada indivíduo; tiveram um grupo de homens ou inclusive uma individualidade que as elaborou e apresentam sobre forma política de atualidade. (Gramsci, 1978: 14 – 34).

Maria Antonietta Macciocchi, influente militante do Partido Comunista Italiano (PCI), pelo qual foi deputada, registra o apelo à solidariedade lançado por Gramsci, para quem, no momento da ação, todos devem estar de acordo e mostrarem-se solidários,

[...] só podemos ser intransigentes na ação se tivermos sido tolerantes na discussão, [...] se todas as experiências tiverem sido coletivizadas, se todos os aspectos do problema tiverem sido

examinados e se nenhuma ilusão tiver sido criada [...] somos contra a intolerância, fruto do autoritarismo e da idolatria.” (MACCIOCCHI, 1980, p. 176).

No que se refere especificamente à questão da solidariedade, durante os anos de prisão, nas inúmeras cartas que escreveu, esse autor revela imenso apreço pelo cuidado com as relações inter-pessoais, quase sempre conclui suas cartas com “abraço afetuoso”, “abraço-a ternamente”, “abraço com ternura”, “afetuosamente”. Vejamos um exemplo em suas cartas escritas no cárcere¹⁴.

[...] O motivo racional parece-me este: nós somos unidos por vínculos não só de afeto, mas de solidariedade. Quais, por seu turno, podem ser os mais fortes que regem mais? O afeto é um sentimento espontâneo que não cria obrigações porque está fora da esfera da moralidade [...] Existem então os vínculos de solidariedade sobre os quais pode-se e portanto deve-se estabelecer um ponto de apoio, e me parece agora que eu nunca deveria deixar de atormentá-la neste sentido. Deveria colocá-la com frequência diante de um dever objetivo seu, e digo objetivo justamente porque na dependência apenas dos vínculos de solidariedade” (GRAMSCI, 1978-b, p. 255).

As inovações propostas por Antonio Gramsci se fazem no interior do debate comunista de então, segundo as peculiaridades da situação italiana e a necessidade da vinculação ao debate e a experiência socialista do período. Considere-se também que muitos dos seus escritos foram elaborados no cárcere, sob o regime fascista de Mussoline, provocando limitações na liberdade de expressão e de escrita. Por essas razões, em contextos diferentes, fizeram-se necessariamente diferentes leituras sobre as elaborações deste militante comunista italiano.

Ainda com relação ao debate teórico no interior do marxismo, destaca-se, nas primeiras décadas do século XX, através da Escola de Frankfurt e das primeiras elaborações de Max Horkheimer, um rompimento frontal com a ortodoxia, o aporte teórico construído sob a égide da relação do marxismo com a psicanálise, propondo-se como crítica da dominação. Em seguida, diversas outras abordagens apontaram

¹⁴ Carta escrita para Iulca, em 7 de dezembro de 1931, no quinto ano de sua prisão.

para perspectivas heterodoxas no interior do marxismo, como o existencialismo de Jean-Paul Sartre, o estruturalismo de Louis Althusser, a concepção dialética de estrutura proposta por Henri Lefebvre, afirmando que na análise sociológica, as estruturas existem apenas precariamente, e estão de fato, sempre em vias de estruturação ou desestruturação. (LEFEBVRE, 1963; LALLERMAN, 2004).

Há várias décadas, a referência ao marxismo como uma corrente teórica no interior das ciências sociais tem perdido significado, devido à grande heterogeneidade de correntes e tendências no interior desse pensamento social. Já em 1978, através da primeira edição de “A miséria da teoria”, E. P. Thompson, falando a partir do interior das correntes marxistas, afirma que “o próprio marxismo precisava de um exame radical e que seria insuficiente desemaranhá-lo novamente para transformá-lo num sistema melhor” (THOMPSON, 1981, p. 202). Esse autor chama a atenção para o reacionarismo que se tornou hegemônico no interior desta corrente teórica, destacando a heresia que é considerar o marxismo como uma suma teórica auto-suficiente, “que inibiu a investigação ativa do mundo na tradição em desenvolvimento, provisória e auto-crítica do materialismo histórico” (Idem, p. 202). Ele reconhece a grande heterogeneidade de tendências existentes, considera que no interior da tradição marxista há uma imensa variedade de discursos, com pelo menos duas tradições e várias sub-tradições incompatíveis, afirma que nem todos os marxismos foram totalmente reacionários, lembra que no interior das várias correntes abrem-se novas tendências, revelando-se, assim, por exemplo, “vários maoísmos, vários trotskismos, e numerosos marxismos acadêmicos. A maioria deles partilha, porém, do mesmo tipo de pensamento religioso no qual o marxismo é proposto como um sistema de verdade final: isto é, como uma teologia.”. (Idem, p. 202) Thompson chama a atenção para a quebra de qualquer vínculo de solidariedade na prática e na

teoria dos sujeitos responsáveis pelo seguimento dos marxismos e, para corroborar essa afirmação, lembra os atos ocorridos em Budapeste, em 1956, e em Praga, em 1968.¹⁵

Fora da tradição marxista, Boaventura Sousa Santos (2000) também reconstrói o processo de “dissolução” do marxismo, resgata a primeira grande cisão ainda no final do século XIX, com a conhecida “controvérsia revisionista” de Eduard Bernstein. Depois, a segunda grande cisão, a partir dos austro-marxistas. Em seguida à revolução de outubro de 1917, registra-se uma série de novas cisões, culminando, na década de 1980, com o chamado pós-marxismo (SANTOS, 2000, p. 23 – 49). Este autor destaca como o processo de divisões possibilita a afirmação de que não há um cânon marxista. “Não há uma versão ou interpretação autorizada do que Marx verdadeiramente disse ou quis dizer. Não há uma ortodoxia a que se tenha que prestar lealdade incondicional” (Idem, p. 33). Neste sentido, para Santos, Marx deve ser posto no mesmo pé que os demais fundadores da sociologia moderna, nomeadamente, Max Weber e Emile Dürkheim.

Para a nossa análise, voltada para o esforço de registrar e problematizar o debate sociológico em torno das ações solidárias, interessam, especificamente as questões sugeridas por Santos, que consideramos importantes para o referido debate. Ele lembra, o debate histórico no interior da teoria marxista sobre a tensão ou equilíbrio entre estrutura e ação, aglutinando,

[...] por um lado os constrangimentos e as possibilidades sociais que preexistem à ação dos indivíduos e grupos sociais e a condicionam de modo mais ou menos decisivo; e, por outro lado, a autonomia, a criatividade e a capacidade dos mesmos indivíduos e grupos de, por via da sua ação e prática, mudarem as estruturas e transformarem a sociedade. (SANTOS, 2000, p. 31)¹⁶.

¹⁵ Thompson se refere à invasão soviética nesses países, marcada por brutal repressão e assassinatos.

¹⁶ Aliás, esta tensão não é específica do marxismo, como, inclusive lembra Boaventura Sousa Santos, ela percorre toda a tradição sociológica, caracterizando-se como uma clivagem continuada entre os

Segundo Santos, coube ao “marxismo analítico” - uma das reconstruções mais recentes e ambiciosas do marxismo - o papel de afirmar o privilégio da ação, e mesmo da ação individual, em detrimento das estruturas. Neste campo teórico, registramos a posição de Jon Elster, um dos seus principais expoentes, cuja trajetória foi do marxismo althusseriano para a defesa da teoria das escolhas racionais e do individualismo metodológico. Elster define o marxismo analítico como o sinônimo do pensamento claro, incorporando, inclusive, a disposição de “abandonar as conclusões marxistas nos casos em que a evidência empírica ou os argumentos lógicos em contrário sejam muito fortes” (ELSTER, 1991, p. 99). Embora, historicamente esta corrente esteja associada à teoria das escolhas racionais (*rational choice*), Elster propõe um distanciamento da mesma, mas escolhendo maior aproximação ao individualismo metodológico. Para ele,

A teoria da escolha racional é atraente porque é fácil usá-la em termos quantitativos e engendrar previsões. Ela tem a virtude de ser um bom veículo para pensamentos claros. Mas essa teoria está baseada na premissa substantiva de que as pessoas são instrumentais. E às vezes elas não são. Então temos que ser igualmente claros e analíticos sobre comportamentos não racionais. Creio que no coração do marxismo analítico está o individualismo metodológico e não a teoria da escolha racional. (ELSTER, 1991, p. 99).

Não consideramos convincente a separação feita por Elster entre teoria da escolha racional e o individualismo metodológico, com a opção do marxismo analítico por este último paradigma, o que certamente afasta suas análises da perspectiva do vínculo, da pertença e da solidariedade. Reconhecemos os limites teóricos e práticos, já registrados no interior do marxismo, sobretudo aqueles ligados aos determinismos e aos riscos evolucionistas, bem como às práticas sociais e políticas que marcaram as experiências do “socialismo real”, que foi a expressão real do marxismo; mas consideramos, sobretudo, como contribuição significativa para

que privilegia a ação e as práticas (sociologia fenomenológica, interacionista) e os que privilegiam as estruturas (tradição parsoniana).

nossa análise um dos maiores méritos de Marx: o de tentar uma análise exigente da sociedade capitalista, de suas contradições, e a busca de sua transformação e superação através da construção de uma vontade política radical no rumo de uma sociedade mais justa, mais igual, mais humana. Acreditamos ser esta perspectiva, que, ao relacionar vontade com solidariedade social, compõe um novo patamar para o debate sociológico contemporâneo e para as práticas sociais e políticas comprometidas com processos de mudança e de “reinvenção da emancipação social”, conforme aponta Boaventura Sousa Santos. Para isso, consideramos importante uma aproximação desta perspectiva teórica com o paradigma da dádiva, expressa através dos vínculos solidários e do ato associativo, como uma valiosa experimentação de análise sociológica contemporânea.

1.4. A Solidariedade social em algumas correntes contemporâneas:

1.4.1. Repensando o ator e as práticas sociais:

Necessariamente, as abordagens teóricas, principalmente no interior da sociologia, passam a dialogar com as novas expressões das ações coletivas anteriormente descritas e, de novo, registra-se a heterogeneidade das análises. Para os objetivos da presente tese, destacamos aqui alguns autores ligados às ações coletivas e solidárias contemporâneas, principalmente aqueles afinados com o paradigma do vínculo e da emancipação social, que apresentam diversas abordagens analíticas, com aproximações e distanciamentos entre si.

Manuel Castells, após extensa obra produzida nos anos 70 e 80, valorizando as novas expressões das lutas sociais, principalmente as contradições urbanas, como novas dimensões das lutas de classes, chega ao final do século enfocando novas

abordagens. Conforme já dissemos, ele caracteriza a atual sociedade capitalista, como global e informacional. Tal análise tem consequências para a percepção da ação social, ou para as ações coletivas e movimentos sociais:

A tecnologia e as relações técnicas de produção difundem-se por todo o conjunto de relações e estruturas sociais, penetrando no poder e na experiência e modificando-os. Dessa forma, os modos de desenvolvimento modulam toda a esfera de comportamento social, inclusive a comunicação simbólica (CASTELLS, 1999, p. 35).

Nesse contexto, o autor confere uma importância muito limitada à ação dos movimentos sociais e da política, não reconhecendo neles qualquer contribuição significativa frente aos outros processos de transformação:

Os sistemas políticos estão mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total de cobertura da mídia e liderança personalizada, e cada vez mais isolados dos cidadãos. Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmeros, encolhidos em seus mundo interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo de mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais. [...] No entanto, a identidade está se tornando a principal e, as vezes, a única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras (Idem, p. 22 –23).

Ou seja, para este autor, frente à força do desenvolvimento tecnológico e das transformações estruturais que provoca, sobra pouco espaço para a expressão dos atores sociais na construção do social. Embora não se possam reduzir suas formulações a esquemas deterministas, ao não relacionar identidade e estratégia sua percepção limita a abordagem analítica do ator social.

Certamente coube a Alan Touraine, através de inúmeras e consagradas pesquisas sobre movimentos sociais desde os anos 60, as mais consistentes elaborações em torno de uma “sociologia do ator” e da “sociologia da ação”.

Destacou-se como estudioso da sociedade industrial, principalmente da classe operária, desde sua abordagem dos conflitos sociais e de suas formas de gestão ou resolução, até os novos modos de encarar a ação coletiva, sobretudo a partir dos estudos sobre movimentos sociais. Contra todo tipo de determinismos ou qualquer referência a fiadores meta-sociais, Touraine reflete em torno de sistemas de ação ou sistemas de atores definidos por intencionalidades, orientações culturais e relações sociais, o conhecido acionalismo. Para tal análise sociológica

[...] não se pode mais apelar a um princípio superior como a cidade, a razão, a história, deve apelar a resistência do sujeito pessoal do seu desejo de ser ator, o ator de sua própria existência, contra uma lógica cívica ou histórica que lhe aparece cada vez mais como destruidora de sua liberdade e mais ainda de sua identidade (TOURAINÉ, 1998, p. 39).

Contudo, é preciso explicitar que para Touraine os atores são classes únicas, caracterizadas pela historicidade.

Numa perspectiva semelhante, mas vinculada a uma concepção mais pluralista, Maria Glória Gohn (1997, 2003, 2005) relaciona a problemática dos atores a atual elaboração em torno da sociedade civil, transformando os atores em novos sujeitos de poder. Esta autora apresenta uma abordagem singular ao relacionar identidade¹⁷ e estratégias nos movimentos sociais, evitando dicotomias, preferindo articular o debate sobre o papel dos atores sociais ao de protagonismo social, relacionando-o, portanto, com as teorias dos novos movimentos sociais:

Para se entender o protagonismo de algo deve-se ter como referência quem são os atores envolvidos, como se transformam em sujeitos políticos, que forças sociopolíticas expressam, qual o projeto de sociedade que estão construindo ou abraçam, qual a cultura política que fundamenta seus discursos e práticas, que redes criam e se

¹⁷ Estamos associando as posições de Maria da Glória Gohn à concepção de identidade trabalhada por José Manuel Oliveira Mendes (2002), em “O desafio das identidades”. Este autor recupera os trabalhos de Erving Goffman, que analisa as identidades como múltiplas, flutuantes, situacionais. Mendes procura reescrever esta proposta, desconstruindo a noção patriarcal e ocidentalcentrica de uma identidade una, integral e homogênea, atendendo mais ao invisível, ao não dito, ao papel do outro.

articulam, qual suas relações com conjuntos sociopolíticos maiores, etc. (GOHN, 2005, p. 10).

Para Glória Gohn, a constituição dos atores e, mais concretamente, de protagonistas sociais, implica necessariamente no exercício da autonomia:

A autonomia se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e reinterpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilite ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria. Os sujeitos autônomos vêem e aceitam as diferenças e as singularidades das pessoas e das regiões do mundo; acatam e assumem a identidade cultural destas pessoas, olham para suas crenças e valores como algo constitutivo do ser humano; aprendem a dialogar com o diferente e as diferenças sem ter como meta aniquilá-los ou vencê-los a qualquer custo; buscam o diálogo para uma aprendizagem que leve ao entendimento, à construção de consensos... (Idem, p. 33).

Esta percepção do ator social é bastante distinta da tradição sociológica balizada na “estratégia dos sujeitos”, que orienta sua intervenção social a partir do cálculo racional e utilitário em busca de resultados mensuráveis. Ao relacionar a ação dos sujeitos com a identidade e a cultura, as crenças e os valores, o diálogo e a construção de consensos, Glória Gohn recupera a contribuição de Alberto Melucci, com articula a idéia dos novos movimentos sociais com a experiência das redes (como veremos no capítulo seguinte). Ou seja, a intervenção do ator está sendo reconfigurada a partir das experiências e do pensamento atual das redes, jutamente por articular vontades individuais com intervenção coletiva.

Em várias narrativas, aparece claro como as redes sociais têm se revelado uma grande novidade no cenário nacional e internacional, sobretudo nas duas últimas décadas, expressando significativo fenômeno de mobilização popular, de construção de vínculos sociais, de negociação de políticas públicas, ampliando imensamente a chamada esfera pública não estatal, modificando procedimentos governamentais e redimensionando a qualidade dos processos reivindicatórios e de mobilizações coletivas Para a análise que estamos assumindo, queremos nos distanciar de qualquer

princípio que aposte em uma perspectiva determinista das tecnologias de informação e comunicação em que as pessoas e organizações tenham necessariamente que se adaptar às mudanças produzidas pelas tecnologias. Ou seja, distanciamo-nos de determinações em que não haja atores, mas apenas indivíduos passivos submetidos aos inevitáveis processos de transformação comandados pela tecnologia. Pelo contrário, queremos enfatizar que nossa preocupação não é tanto a adaptação dos indivíduos, grupos, organizações, nações, às “mudanças inevitáveis”, mas a busca de reorientação do uso e moldagem das tecnologias a serviço das pessoas organizações, nações e objetivos sociais e nacionais. O desenvolvimento e as transformações tecnológicas não estão decididos *a priori*, mas dependem dos atores sociais, de sua capacidade de intervenção, de seus valores e interesses, ou seja, o presente e o futuro são ainda realidades em construção, devendo, para tal, contar com peso significativo da ação social.

As experiências vivenciadas na última década em torno da construção e consolidação de redes sociais são reveladores da disposição de intervenção da sociedade frente aos processos de globalização, bem como da afirmação de novos protagonistas na cena social, política, intelectual, tanto local quanto internacional, contribuindo para constituição do que Ilse Sherer-Warren (1999) chama de “cidadania sem fronteiras”, com o que Tânia Bacelar concorda ao dizer que “o local é o global sem paredes”¹⁸, apontando novas possibilidades de relação entre o local e o global a partir da ação dos movimentos sociais. Deste modo, os enfrentamentos aos efeitos perversos da globalização e a afirmação da solidariedade a partir da sociedade civil organizada devem se realizar pelos atores sociais experimentando estratégias locais, comunitárias, territoriais, com estratégias globais. Esta combinação de

¹⁸ Exposição realizada durante o Iº Fórum Social Nordestino, Recife, novembro de 2005.

estratégias no campo das práticas sociais e culturais locais e transnacionais deve consistir na construção do que Santos considera multiculturalismo emancipatório, ou a construção democrática das regras de reconhecimento recíproco entre identidades e entre culturas distintas, uma vez que “temos o direito de sermos iguais quando as diferenças nos inferiorizam, e temos o direito de sermos diferentes quando as igualdades nos descaracterizam” (Santos, 2002: 78). Essa abordagem valoriza, sem definir hierarquias ou exclusões, o papel do vínculo social, do sentimento de pertença a um coletivo, aquilo que incorpora as identidades e não define mas considera a necessidade de definição de estratégias de intervenção. É tudo isso que está implícito na atual opção dos movimentos pela estratégia de redes pode indicar que o social está sendo permanentemente recriado pelo próprio social e, assim, intervém em outras esferas da vida política, econômica, cultural.

1.4.2. O M.A.U.S.S e a retomada dos estudos da escola francesa:

Os autores articulados em torno do paradigma da dádiva assumem uma percepção relacionando o papel dos atores à crítica que fazem tanto ao holismo quanto ao individualismo metodológico. Para estes, as relações sociais se edificam em torno de experiências de solidariedades permanentes, marcadas pela tripla obrigação e, paradoxalmente, pela tripla liberdade de dar, receber, retribuir (já tratados anteriormente), que tanto escapa ao imperialismo da obrigação coletiva como do relativismo individual. Neste sentido podemos destacar a contribuição de Alan Caillé:

Ao estabelecerem relações determinadas pelas obrigações que contraem quando se aliam e ao se darem uns aos outros, submetendo-se a lei dos símbolos que criam e põem em circulação, os seres humanos produzem simultaneamente sua individualidade sua comunidade e o conjunto social em cujo seio exerce sua rivalidade. (CAILLÉ, 2002, p. 67).

Neste sentido, podemos utilizar também a expressão de Paulo Henrique Martins, lembrando a afirmativa de Jacques Godbout, de que no pensamento maussiano o social se apresenta como um sistema genuíno e tem suas regras próprias:

[...] Trata-se de observar no cotidiano não os atores e as estruturas, mas o que circula entre os atores a favor do vínculo social, a saber: os bens materiais e simbólicos de que a sociedade dispõe para se reproduzir por meio dos atores que a formam. A dádiva está presente em todas as partes e não diz respeito apenas a momentos isolados e descontínuos da realidade. O que circula tem vários nomes: chama-se dinheiro, carros, móveis, roupas, mas também sorrisos, gentilezas, palavras, hospitalidades, presentes, serviços gratuitos dentre muitos outros. Para Mauss, aquilo que circula influi decisivamente sobre como se formam os atores e como se define seus lugares na sociedade.” (MARTINS, 2006, p. 56).

Seguidor da teoria de Marcel Mauss, Jacques Godbout (2002) faz intensa crítica ao paradigma dominante atual, o neoliberalismo, que, segundo ele, nas ciências sociais expressa-se através de vários nomes: “teoria das escolhas racionais, racionalidade instrumental, individualismo metodológico, utilitarismo, *homo oeconomicus*, teoria econômica neoclássica”. (GODBOUT, 2002, p. 63). Além da crítica de Godbout aos diversos paradigmas em torno da racionalidade instrumental, ele registra também os problemas do outro paradigma igualmente influente nas ciências sociais contemporâneas, conhecido como holismo, desenvolvido por sociólogos e antropólogos que articulam as teorias que partem apenas da sociedade e não do indivíduo para explicar os fenômenos sociais.

Para além da crítica aos modelos dominantes, Godbout aponta a proposta do paradigma da dádiva como fundamento explicativo das relações entre as pessoas e grupos. Para tal, ele destaca cinco modelos (que ainda estão sendo elaborados) nos quais apresenta a distinção fundamental entre o dom e o mercado, são eles: *a solidariedade*, em que os bens circulantes se estruturam em torno da dívida que se aproxima do ‘débito’; *o dom agonístico entre iguais*, o modelo de dívida que mais se

aproxima da igualdade, em que a reciprocidade desempenha importante papel; o *dom entre desiguais*, relação em que a dívida é estruturalmente desigual, na qual se abrem condições para a reprodução do clientelismo, já que o início do vínculo parte do ‘padrinho’ e, o ‘afilhado’ será devedor por toda sua existência; o *dom aos desconhecidos*, em que não se reconhece o vínculo entre o doador e o donatário e, portanto, afasta-se dos vínculos primários; a *dívida mútua positiva*, marcada pela gratidão ou desejo de dar, se verifica nos vínculos primários, mas também no dom aos desconhecidos, em que experimenta-se a relação com o parceiro envolvido no circuito pelo que ele é, em vez de se referir ao que se recebeu ou se pode receber dele.

Alain Caillé (2002) apresenta outras indicações de rupturas entre as abordagens durkheimianas e as maussianas, como a noção de simbolismo, que se distancia da rigidez conceitual do legado de Dürkheim. Segundo Caillé,

O lance de gênio, ou gesto de força, como queira, de Marcel Mauss é portanto, superar ousadamente o hiato Dürkheimiano não resolvido entre juízos de fato e juízos de valor, entre o normal e o patológico, postulando como moralmente desejável aquilo precisamente que o conjunto das sociedades conhecidas parece postular efetivamente como tal: o núcleo invariante como a todas as morais. (CAILLÉ, 2002, p. 42).

A chave de análise de Mauss é desvendar o que os seres humanos fazem, os procedimentos ou a normatividade imanentes à sua prática social concreta, enfatizando que esta é por natureza simbólica, tendo que “significar ativamente misturando indissociavelmente obrigação e liberdade, interesse e desinteresse” (Idem, p. 42).

Qualquer interpretação da análise maussiana deve reconhecer a sua criação de um paradigma interdependentista que, segundo Alain Caillé, se expressa através do dom, do simbolismo e do político, havendo entre estes uma identidade, uma analogia profunda (Idem, p. 211). Esta afirmação de Caillé está referenciada na elaboração do

próprio Mauss que, para explicar a realidade social como fato social total, apresenta sempre as categorias em relação:

Tudo nela (a sociedade humana) são apenas relações, até a natureza material das coisas; [...] nada se compreende a não ser em relação ao todo, à coletividade toda inteira e não com relação a partes separadas. Não há um só fenômeno social que não seja parte integrante do todo social... Todo estado social, toda atividade social, mesmo fugidia, devem relacionar-se com esta unidade, este total integrado, com um gênio extraordinário: total dos corpos separados dos homens e total das consciências separadas e no entanto unidas; unidas ao mesmo tempo por coerção e volição, por fatalidade e liberdade (Idem, p. 224)¹⁹.

Aprofundando o papel do simbolismo na obra de Mauss, Caillé o articula naqueles três momentos (dom, simbolismo e político) de forma indissociável para a gênese e manutenção do vínculo social. Afirma ainda que, “os símbolos só têm vida e significação enquanto representam, comemoram, performam ou renovam um dom, uma ad-sociação ou, de modo mais geral, o político” (Idem, p. 253).

A partir daí, esse autor apresenta a teoria maussiana multidimensional da ação e, para tal, reafirma as críticas aos paradigmas dominantes nas ciências sociais: ao individualismo, pela sua rigidez em explicar tudo pelo interesse, consciente ou inconscientemente (a utilidade, as preferências, etc.); ao holismo, pela absolutização da pressão social implícita ou explícita, que constrange e condiciona as atitudes dos indivíduos. Ambos, se caracterizam como teorias monistas da ação, impondo assim a necessidade de arranjar lugar para outras dimensões. Uma teoria multidimensional não cai no monismo impositivo, nem no pluralismo empírico sem princípio e indeterminado. Essa teoria multidimensional da ação individual e coletiva vai se desenvolver segundo quatro móveis, organizado em duas partes opostas: a obrigação e a liberdade de uma parte, o interesse e o desinteresse da outra (Idem, p. 72). Do lado do interesse e desinteresse, este último termo pode ter um significado ambíguo,

¹⁹ Esta expressão utilizada por Caillé, é compilada dos escritos de Marcel Mauss, em Oeuvres III, p. 214.

por parecer ausência de motivação, mas na realidade trata-se de expressar os interesses instrumentais e os interesses finais. Ou o interesse pelo ter (bens), e o interesse da apresentação (honra, glória), que é também o interesse pelo outro: amizade, compaixão, simpatia, amor, solidariedade. Esse autor tenta construir, um conceito que expresse esta heterogeneidade de valores e atitudes e propõe, portanto, o neologismo *amância* (colocar em movimento o amor). Do lado da obrigação (regras, coerção, leis, moral) e da liberdade, abrem-se espaços para a espontaneidade, o lúdico, a criatividade, a práxis, o prazer, a doação. Caillé destaca a preponderância da *amância* e da liberdade, sobre o interesse e a obrigação.

Para a análise que estamos realizando, vamos deter-nos no paradigma da *dádiva*, pois esta criação de Marcel Mauss, ao colocar em circuito ou em movimento circulante o dar – receber – retribuir, aponta uma explicação plausível para a concepção de solidariedade nas sociedades contemporâneas.

Nossa perspectiva analítica tem forte ancoragem no papel dos sujeitos sociais e da ação coletiva, contudo esta opção, ao mesmo tempo em que se distancia da lógica do ordenamento social, não se vincula às chamadas interpretações da “sociologia da experiência”. Assumimos o caráter circular da relação indivíduo e sociedade, consideramos que os seres humanos são ao mesmo tempo produtos e produtores da sociedade, não prevendo nenhuma predominância de um dos pólos. Nossa opção pela ênfase do papel do sujeito, portanto, deve ser entendida justamente como parte desse movimento circular.

No sentido acima referido, consideramos importante uma aproximação da abordagem dos novos movimentos sociais com a perspectiva da *dádiva*, pois retoma conceitos e preocupações da tradição sociológica, dos fundadores da sociologia moderna, como Karl Marx e Emile Durkheim, em que colocamos ênfase no conceito

de solidariedade, reconhecemos as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, o que necessariamente tem conseqüências, tanto para a análise sociológica, quanto para a ação de pessoas e grupos sociais, mas, sobretudo, recoloca o papel das motivações como impulsionadora da ação individual e coletiva, conforme trataremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

MOVIMENTOS SOCIAIS, REDES E NOVA ESFERA POLÍTICA

2.1. Apresentação do capítulo:

Neste capítulo estamos sistematizando o debate sociológico realizado em torno do objeto de estudo que estamos tratando, a solidariedade e as redes sociais como fenômenos de mobilização social e de relacionamentos comunitários, que têm incidência na esfera política.

As décadas de 70 e 80 do século passado, foram marcadas pela emergência de importantes movimentos sociais, que tiveram influência significativa na elaboração da agenda social e política de então e nos anos seguintes, mas também nos valores e comportamentos das pessoas, grupos, sociedades. A análise sociológica, principalmente nas suas vertentes vinculadas ao paradigma da emancipação social, espaço em que as correntes marxistas ou, mais precisamente neo-marxistas, ocuparam referência central, buscou nos chamados “novos movimentos sociais” a matéria-prima para suas análises e interpretações da realidade social (GONH, 1997). A expectativa sociológica e a esperança militante desta geração de sociólogos eram de que a explosão destes novos movimentos fosse capaz de colocar em cheque as mazelas da ordem capitalista, criando condições para sua superação; deste modo, estes ocupariam o lugar histórico anteriormente dedicado à classe operária, “motor e parteira da história” (KOWARICK, 2001). A adesão entusiasmada a esta expectativa passou a considerar os movimentos sociais como o coração, o próprio pulsar da sociedade. Tal referência sociológica assumia estreita ligação com o eurocomunismo e, conseqüente reformismo, com a transição pacífica para o socialismo.

Embora não se possa afirmar que a euforia das análises dos novos movimentos sociais tenha acabado, pode-se constatar que várias mudanças se processaram nas últimas décadas. Durante certo período, sobretudo nos últimos anos da década de 80 e nos primeiros da década de 90, os movimentos diminuíram seu encanto radical e a visibilidade de sua capacidade aglutinadora e reivindicativa; setores intelectuais e militantes chegaram mesmo a se referir a uma certa “crise dos movimentos sociais”. Consideramos que o papel dos movimentos na transformação da sociedade não pode ser relegado ao passado recente, nem a ênfase nos valores e comportamentos das sociedades européias, ou aos processos de derrocada das ditaduras militares na América Latina. Indiscutivelmente, esses são feitos históricos extraordinários, mas seu papel e sua contribuição têm importância presente, nos cenários e conflitos sociais e políticos da atualidade, assumindo novos desafios e perspectivas, tanto da prática social quanto da elaboração teórica dela decorrente.

O fenômeno das redes sociais, embora não seja recente, adquiriu nos últimos anos um lugar significativo, tanto como processo de mobilização e organização social, quanto como análise da realidade social. Para a sociologia brasileira, esse fenômeno encontra no país uma realidade prática central. E a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre é apenas uma das referências dessa importância das redes de movimentos, enfatizando a necessidade de aprofundamento teórico das experiências. Esta é a forma de se evitar a importação de pacotes ideológicos que pouco têm a ver com as sociedades latino-americanas. Ao mesmo tempo, o diálogo teórico com estas novas experiências sociais deve captar a sua capacidade inovadora e criativa, decisiva para inspirar a sociologia contemporânea.

As duas próximas seções deste capítulo ficaram um tanto longas, mas consideramos importante mantê-las assim, sobretudo em “Redes sociais: questões

históricas e teóricas”, devido à centralidade da questão para nossa tese, o que implica em uma ampla abordagem, destacando alguns dos principais estudiosos e pesquisadores que estão tratando da questão na atualidade.

2.2. A teoria dos Movimentos Sociais: algumas abordagens:

Uma questão que vem sendo colocada com frequência há alguns anos, é “o que há de novos nos novos movimentos sociais?” (REZENDE, 1995; RIECHMANN, 1994). Na realidade, alguns autores enfatizam que tais movimentos são uma manifestação contemporânea de velhas aspirações de emancipação social, e mesmo, inovações atuais de antigos movimentos, dentre os quais, só para citar dois exemplos, o movimento feminista, com mais de 170 anos enquanto movimento organizado, iniciado nos Estados Unidos na década de 1830, na Inglaterra na década de 1850, na França, na década de 1870; e o movimento pacifista, que se organiza e luta desde várias décadas, mas mantém o 16 de julho de 1945, como data simbólica pois se refere a explosão da primeira bomba atômica (em treinamento) em Nuevo México (RIECHMANN, 1994, p. 69 – 70). Contudo, o que na literatura sociológica passou a se referir como novos movimentos sociais são aquelas mobilizações que se referem a 1968, por um lado, apresentando novos atores e, por outro, ressignificando antigos movimentos. Ou seja, 68 é uma data emblemática e simbólica, pois se referiu a manifestações coletivas plurais, criativas e inovadoras, articuladas em pelo menos quarenta países do mundo. Tais manifestações envolveram bandeiras de luta, palavras de ordem, estilos de mobilizações, gerando um clima de entusiasmo entre distintos sujeitos sociais e políticos, e sempre sinalizando uma certa contraposição aos modelos políticos e econômicos dominantes. Embora se percebam elementos de continuidade e de ruptura no interior dos próprios movimentos pré-existentes, a

análise em torno dos novos movimentos se impôs teoricamente a partir daí, registrando a data de 1968 como referência no assunto.

Frente a tão surpreendente processo, é evidente que a sociologia enfrenta vários caminhos explicativos. Na tradição sociológica americana, a teoria da mobilização de recursos pode ser caracterizada como hegemônica nos estudos dos movimentos sociais, ancorando-se na vitalidade das lutas sociais pelos direitos civis dos Estados Unidos na década de 1960, conforme destacamos no capítulo anterior. Já para a tradição sociológica européia, com forte influência na América Latina, se afirmou a conhecida teoria dos novos movimentos sociais.

Vários autores passaram a estruturar suas sociologias em torno do chamado paradigma dos novos movimentos sociais, o que não significa que haja homogeneidade entre eles²⁰. Reconhecendo suas diferenças, podemos destacar elementos comuns, que os identifica em torno de um paradigma: explicitação de análise do social, com ênfase nos aspectos culturais, políticos e ideológicos; destaque para as lutas do cotidiano, aceitação de que os conflitos se manifestam nas estruturas sociais mas também nas micro-relações; convergência em torno da idéia de que as solidariedades são constitutivas de identidades. (GOHN, 2005). Para a análise que estamos realizando no presente capítulo, tomamos como referências mais frequentes as contribuições de Alain Touraine (1978, 2002) e Alberto Melucci (1999, 2001), devido à importância que estes dois autores têm revelado para a análise sociológica produzida no Brasil, importância que se manifesta nas obras traduzidas, nos convites para participação em eventos acadêmicos, científicos e políticos, nas citações em obras de autores nacionais. Como referência mais atual (década de 1990 e início do

²⁰ Maria Glória Gohn, em seu livro “Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos”, trata de realizar um mapeamento amplo das diferentes correntes teóricas presentes nas análises dos movimentos sociais. Identifica aí dois grandes grupos, os neo-marxistas e os culturalistas-acionistas. Em cada um destes grupos, a autora identifica distintas vertentes teóricas com graus de aproximações e distanciamentos.

século XXI); assumimos as contribuições de autores ibéricos e nacionais, como Jorge Riechmann, Tomas Villasante, Boaventura Sousa Santos, Maria Glória Gohn, Ilse Sherer-Warren, e os autores articulados em torno do Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S).

Alain Touraine é uma referência necessária para os estudos em torno dos movimentos sociais, tanto pela vastidão das pesquisas realizadas quanto pela singularidade de seus estudos, amplitude de publicações e mesmo pelas novas abordagens que foram introduzidas em suas obras, à medida que novas pesquisas ancoravam novas descobertas. Oriundo da sociologia do trabalho, Touraine realizou as primeiras pesquisas entre os operários da Renault, na França, entre os anos 50 e 60 (LALLERMENT, 2004). Ele analisa a passagem das sociedades industriais para um novo estágio de desenvolvimento da sociedade, as sociedades pós-industriais; em seguida passa a dar prioridade para as pesquisas e análises dos movimentos sociais. Esse processo trouxe importante originalidade ao trabalho do autor. Ao mesmo tempo em que se distanciava dos esquemas funcionalistas e de seus enigmas de coesão e mudança social, ele também foi se distanciando, progressivamente, da tradição dos determinismos econômicos, hegemônica entre os teóricos marxistas. Assim, inaugurou uma análise baseada no “acionalismo”, em que o social é analisado a partir dos sistemas de ação ou, mais precisamente, sistemas de atores definidos por intenções, orientações culturais e relações sociais (LALLERMENT, 2004, GONH, 1997).

Touraine (1978) constrói seu modelo teórico em torno da articulação de três princípios combinados: o princípio da identidade, o princípio da oposição, o princípio da totalidade. No primeiro, ele aponta como o movimento constrói um nós, a auto-consciência ou identidade própria; no segundo, em que o movimento

identifica com clareza contra quem vai lutar, ou seja, não basta saber em defesa de quem lutar definido no princípio da identidade, mas quem será seu opositor ou seus opositores; no terceiro, o movimento assume a consciência dos riscos e condicionantes do combate a ser travado, ou seja, o princípio da totalidade localiza o terreno histórico em que se realiza o combate, gera a sua historicidade, neste campo, observando-se que historicidade e classe social não podem ser concebidos em separado. Para ele:

A classe dirigente se identifica com a historicidade, assume-a, dirige em particular o investimento, mas ela se torna dominante pelo movimento inverso que a leva a transformar em ordem e em mecanismo de defesa desta. A classe popular é dominada, passa então a sofrer não apenas a direção, mas sobretudo a dominação do seu adversário, mas é também contestadora pelo fato de se opor a esta ordem em nome da própria historicidade como também para sua própria libertação. (TOURAINÉ, 1978, p. 233).

A abordagem inicial de Touraine relaciona estreitamente movimentos sociais e classes sociais. O próprio movimento consiste numa ação conflitual, conduzido por um ator de classe, que se opõe a um adversário de classe em vista do controle do sistema. O conflito adquire assim uma dimensão fundamental: é o conflito que organiza o próprio ator e evidencia o adversário.

Em “A intervenção sociológica”, Touraine (1982) apresenta não só o seu modelo teórico sobre os movimentos sociais, mas, principalmente, o caminho metodológico e o papel do sociólogo e da sociologia na produção de conhecimentos em torno da questão. Ele considera sua metodologia e reflexão como “ajustada” para as análises do assunto, assumindo posições bastantes contundentes em relação ao sindicalismo:

[...] é com angústia que nos perguntamos se o espaço da sociedade civil que conseguimos aos poucos estender no Ocidente no decorrer dos séculos não será novamente invadida pela floresta estatal. A razão de ser da sociologia é defender, palmo a palmo, esta clareira e as culturas que as coletividades humanas nelas desenvolvem. O método da intervenção está a serviço desta defesa. Uma de suas

metas é o conhecimento, mas procura também elevar o nível da ação, proporcionar a ação uma real aproximação cada vez maior com o máximo de ação possível.²¹ (TOURAINÉ, 1982, p.45).

Se o sindicalismo hoje não é mais que um organismo de negociação e de guerra, já não é em absoluto um movimento social e não me serve de nada... Já não cria nenhum conhecimento quando se julga está comprometido e se adota a lógica do ator. Não tenho nada a ver com esse tipo de atuação [...] porque o nosso método não consiste em um diálogo, sim na busca do sentido possível de uma ação. (TOURAINÉ, 1982, p.48).

Durante quatro décadas, Touraine reafirmou seu interesse pelos estudos e pesquisas em torno dos movimentos sociais. Seguindo, por um lado, uma inclinação teórica e analítica que enfatiza as classes sociais e, por outro, uma abordagem acionalista com forte inclinação estruturalista, volta sua atenção para a ação dos sujeitos, com destaque à diversidade, aos aspectos político-ideológicos e à construção democrática. Nesta linha reflexiva e analítica, aprofundou seu distanciamento do marxismo, mas também manteve sua crítica radical ao liberalismo. Sua perspectiva de análise centra-se na construção da relação entre a diversidade e a igualdade, pelo sujeito democrático, mantendo a crítica a chamada “democracia revolucionária”, herdada dos jacobinos. A tradição jacobina inspirou experiências conhecidas como os países do socialismo real, sobretudo no leste europeu. O autor critica também a chamada “democracia liberal”, sustentando que a democracia revolucionária só pode ser definida em oposição ao liberalismo:

Enquanto a primeira impõe uma vontade política a uma ordem social, a segunda reduz o mais possível as intervenções do poder político e favorece a regulação da organização social pela negociação direta e pelo mercado, contentando-se em controlar o cumprimento dos contratos estipulados, a lisura nas transações, a exatidão das informações que devem dispor os atores sociais e econômicos para fazer escolhas racionais negociáveis. Do mesmo modo que a concepção revolucionária, subordinou o social ao político, a concepção liberal subordinou este último ao econômico. [...] Enquanto os revolucionários definem a democracia pelo triunfo de uma vontade política, os liberais a concebem pela liberdade dos

²¹ Para uma leitura mais detalhada, ver Alan Tourane (1998, p. 36 – 45).

atores sociais e, em particular, mas não exclusivamente, econômicos. (TOURAINÉ, 1998, p. 25 - 27).

O fundamental para Touraine é demonstrar que as duas concepções de democracia dominantes no século passado – a liberal e a revolucionária - têm uma posição em comum. Ambas subordinam a vida social a uma ordem que lhe é externa. Tais concepções não se opõem. Pelo contrário, se vinculam em torno de uma visão evolucionista da modernidade; ambas se fundam numa esperança histórica finalista, num caso, pelo triunfo da ciência e da técnica e, no outro, pelo da ação política racional.

Considerando as duas concepções como inibidoras, senão eliminadoras, da política como ação criativa, o autor propõe avançar em torno de uma nova abordagem, que reconhece a resistência do sujeito pessoal. “[...] ao seu desejo de ser ator, o ator de sua própria existência, contra uma lógica cívica ou histórica que lhe aparece cada vez mais como destruidora de sua liberdade e mais ainda de sua identidade”. (TOURAINÉ, 1998. p. 38). Portanto, uma nova concepção democrática deve “[...] proteger as liberdades e segurança pessoais e, acima de tudo, o direito de cada um conservar ou adquirir o controle sobre a própria existência.” (Idem, p. 48). É essa concepção que Touraine denomina de democracia social e cultural. Para ele, sua realização depende dos papéis decisivos dos movimentos sociais, dos trabalhadores, das minorias étnicas e raciais, dos grupos socialmente e culturalmente marginalizados, das mulheres, das crianças. Sua concepção afirma a identidade dos sujeitos, mas reconhece a legitimidade das demandas e argumentos dos adversários. Entende que as diversidades identitárias não buscam uma unidade meta-social e que qualquer aproximação, distanciamento ou conflito, devem ser pautados de forma transparente e pública (Idem, p. 37 - 40). Mais do que uma visão de esperança no

futuro, do fim da história, a concepção democrática social e cultural se funda na defesa e ampliação dos direitos, em situações sociais concretas.

Para demonstrar a relação desta concepção democrática com os movimentos sociais, Touraine vai resgatar Marcel Mauss, lembrando que a história social dos países democráticos, depois de mais de um século, pode ser apresentada como uma “recomposição do mundo” em que:

O próximo, o pessoal, o afetivo, o erótico, o imaginário, rejeitados para o mundo inferior das paixões e das tradições, reaparecem, não para se vingar da racionalização e eliminá-la, mas para crescer sem pausa a diversidade e a complexidade de nossas experiências e de nossos modelos de sociedade e de cultura” (Idem, p. 98).

A democracia é antes de mais nada o conjunto das condições institucionais que permitem e favorecem a recomposição de uma experiência humana que foi cortada em dois pelo modelo ocidental de modernidade [...] A democracia não é a meta em direção da qual marcham os que se libertam, nem pode por força maior reduzir-se ao respeito das regras do jogo político. Ela tem que ser uma força viva de construção de um mundo tão vasto e diverso quanto possível, capaz de combinar tempos passados e futuros, afinidades e diferenças, capaz, sobretudo, de recriar o espaço e as mediações políticas (Idem, p. 101 e 103).

Na busca de uma teorização dos movimentos sociais próxima da análise de Touraine, de quem foi aluno, Alberto Melucci (2001) propõe um roteiro com cinco pontos centrais:

Primeiro a construção da ação coletiva, enfatizando que o agir coletivo não é o resultado de forças naturais ou de leis necessárias da história, nem, de outro lado, simplesmente produto de crenças e de representação de atores, é um objeto construído pela vontade consciente.

Segundo, aponta cinco princípios de análise dos movimentos sociais: a) um movimento social não é uma resposta a uma crise, mas uma expressão de conflito; b) um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema

ao qual a ação se refere; c) o campo analítico da ação de um movimento social depende do sistema de relações no qual tal ação coletiva se situa e à qual se refere; d) todo movimento concreto contém sempre uma pluralidade de significados analíticos; e) cada movimento é um sistema de ação – coletiva, com oportunidades e vínculos.

Terceiro, como nasce um conflito antagonista, em que faz uma crítica à concepção que vincula a explicação da ação social a partir das relações sociais, negando todo tipo de determinismos, mas também de voluntarismo, destacando toda ação humana como ação social, localizando, na tensão entre reconhecimento e reciprocidade, a origem dos diversos tipos de conflitos.

Quarto - integração e mudança – em que aponta como o potencial de conflito e antagonismo não elimina a construção de diálogos e consensos. Ele recusa um evolucionismo social ingênuo. Destaca a integração tanto como elemento significativo do grupo social que sofre as consequências das desigualdades, como elemento para salvaguardar os interesses dominantes; reconhece os processos de mudanças como contraditórios (não lineares) estando radicados nas estruturas de funcionamento do sistema e na vida cotidiana.

Quinto – A ação invisível – com destaque para as relações entre indivíduos, grupos, organizações nos processos de mobilização, enfatizando a presença de “networks”, como nível intermediário em que diversos atores interagem, influenciam, negociam e criam os elementos necessários à ação coletiva.

Este é um roteiro para teorizar os movimentos sociais numa sociedade complexa e “pós-industrial”, destacando os conflitos e os movimentos contemporâneos, como os juvenis, ecológicos, feministas, pacifistas²². (MELUCCI, 2001, p. 29 - 69).

²² Roteiro apresentado em Melucci (2001, p. 29 – 69).

O modelo analítico proposto por Melucci é inovador para se entender a sociologia contemporânea. Ele alerta que este modelo refere-se às sociedades complexas, mas entendemos que também é útil para se discutir os movimentos de países como os da América Latina, sociedades com espetaculares níveis de desigualdades, em que os conflitos se expressam a partir da precariedade das condições de vida e trabalho; onde se mesclam novas formas de conflitos de caráter cultural, político e simbólico, e onde movimentos relevantes ainda privilegiam a reivindicação por terra, moradia, saúde, direitos humanos, entre outros. O diálogo entre a teoria dos movimentos sociais e as redes sociais é um caminho promissor para explicar as mobilizações e a diversidade de suas expressões.

As formulações de Melucci nos parecem uma contribuição universal para a teoria sociológica. Para ele,

O mesmo conceito de ‘movimento’ nascido para indicar atores históricos que interferem sobre aspectos político-estatais, revela-se inadequado para descrever a realidade dos fenômenos coletivos organizados em redes e difusos. Os ‘movimentos’ contemporâneos se apresentam como redes de solidariedade com fortes conotações culturais e, precisamente estas características os diferenciam sempre mais claramente dos atores políticos ou das organizações formais (MELUCCI, 2001, p. 23).

Nesta linha interpretativa, o autor expressa a particularidade das atuais formas de organização e mobilização, sublinhando a descontinuidade analítica dos fenômenos contemporâneos, com relação aos movimentos do passado, particularmente ao movimento operário. Para ele, a invenção das redes a partir do cotidiano é a realização mais visível desta descontinuidade, uma vez que

O movimento é composto de unidades diversificadas e autônomas, que dedicam à sua solidariedade interna uma parte importante dos seus recursos. Uma rede de comunicação e de intercâmbio mantém, todavia, essas células em contato entre elas; informações, indivíduos, modelos de comportamento circular por muito tempo nas pequenas redes, passando de uma unidade a outra e favorecendo uma certa homogeneidade do conjunto (Idem, p. 95).

Os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado. Trata-se de uma transformação profunda no modelo organizativo que se apresenta como uma estrutura qualificante e específica das formas emergentes de conflito em sociedades de alta complexidade [...] A agregação tem caráter cultural e se situa no terreno da produção simbólica da vida cotidiana. Existe um inter-relacionamento crescente entre os problemas da identidade individual e a ação coletiva; a solidariedade do grupo não está separada da busca pessoal e das necessidades afetivas e comunicacionais dos membros, na sua existência cotidiana [...] As formas de mobilização externas refletem as características de solidariedade interna que podem se expressar assim: a agregação é pontual, isto é, surge em torno de um objetivo determinado; a agregação é do presente e não persegue objetivos de longo prazo e inalcançáveis; a agregação não é possível se não existe uma certa coincidência entre objetivos coletivos e necessidades afetivas, comunicativas e de solidariedade dos membros; enfim, a agregação deve garantir espaços de controle imediato, verificáveis na experiência dos membros. (Idem, p. 97 – 98).

Estas novas formas de mobilização e organização que valorizam, sem formular hierarquias ou níveis de importância, o individual e o coletivo, o político-mobilizador e o afetivo, a solidariedade e a individualidade, trazem em si, segundo o próprio Melucci, suas forças e suas fraquezas. Entre os méritos das redes, Melucci destaca a mobilização de solidariedades primárias, difíceis de serem articuladas em estruturas organizativas complexas; também a de flexibilidade e imediatibilidade que em organizações mais estruturadas seriam impraticáveis; a possibilidade de expressar questões conflituais e necessidades de participação do cotidiano que não se revelam em outros modelos organizativos hierarquizados. Quanto às fraquezas, ele destaca: os riscos permanentes de fragmentação; dificuldades em montar objetivos gerais e de longo prazo; dificuldades em envolver-se em problemas de política no sentido próprio.

Percebe-se algum nível de aproximação entre a percepção de Melucci e a de Touraine sobre movimentos sociais. Enquanto Melucci destaca as ações coletivas a partir de três conceitos: solidariedade, conflito e ruptura, Touraine realça os de

identidade, oposição e totalidade. Para Melucci, a solidariedade revela-se nas atitudes dos atores construindo seu auto-reconhecimento e sendo reconhecidos pela sociedade envolvente; enquanto o conflito é a expressão de antagonismo e oposição dos atores em seus processos de luta. A ruptura, por sua vez, aponta a possibilidade de superação do sistema quando os conflitos se expressam, exigindo novas solidariedades.

Um distanciamento expressivo entre Melucci e Touraine pode ser percebido na diferença entre o princípio da Identidade em Touraine e o da solidariedade em Melucci. Para o autor italiano, a solidariedade inclui a identidade, já que busca enfatizar o movimento como ação; enquanto para Touraine, a identidade é um dado a priori, o que lhe tira a dinamicidade de um processo sempre em construção (Melucci, 2001: 68).

Para o caso específico dos movimentos sociais, Remo Mutzemberg (2002, p. 71) localiza em Melucci quatro tipos que estão referidos ao sistema:

- a) Redes conflituais ou ações moleculares contra regras que governam a reprodução social, do mundo da vida, através da criação de redes de relações sociais, como espaços que precedem ações visíveis.
- b) Movimentos reivindicativos localizados num sistema organizacional para uma distribuição diferente dos recursos numa organização e empenho para um funcionamento mais eficiente dos aparelhos.
- c) Movimentos políticos que expressam conflitos do sistema político e visam a ampliação dos critérios de participação e se contrapõem ao viés do jogo político, que privilegia determinados atores.
- d) Movimentos antagonistas que contestam os objetivos da produção e direção do desenvolvimento como tal. (MUTZEMBERG, 2002, p. 71).

A partir dos anos 90 e no início do novo século, os novos movimentos sociais sugerem novas interpretações, advindas sobretudo de sociólogos dos países ibéricos e da América Latina. Entre estes, podemos destacar autores com forte penetração

acadêmica nos movimentos sociais, como é o caso dos pesquisadores articulados em torno do Coletivo para o Impulso dos Movimentos Sociais (CIMS)²³, (RICHMANN, 1994).

Deste Coletivo destacamos as formulações de Jorge Richmann, para quem, “Movimento Social (MS) é um agente coletivo que intervém no processo de transformação social (promovendo mudanças ou opondo-se a elas)” (Richmann, 1994: 47). Para esse autor, portanto, os movimentos se expressam de várias formas, entre os vizinhos (proximidade geográfica), os sindicatos (categorias profissionais), os que assumem determinadas identidades étnicas, raciais, geracionais, sexuais. Caracterizam-se pelo elevado grau de pluralismo e diferenciação interna; multiplicidade de tendências, de correntes, de formas de ação; no seu interior surgem agrupamentos diferenciados, bem como uma composição social heterogênea. Para Richmann, os movimentos sociais podem ser assim definidos: são mobilizadores; transformam ou impedem a mudança de estruturas sociais; afirmam-se em oposição a um outro, a um oponente; intervêm em processos de cultura política; mantêm certa continuidade e organicidade, o que os diferenciam de certos episódios coletivos, como protestos, manifestações espontâneas e lobbies; seus membros experimentam alto nível de integração simbólica e partilham o sentimento de pertença a um grupo, a uma identidade coletiva; identificam-se como um fenômeno sócio-político contemporâneo; mantêm certo nível de militância formal; seus integrantes pensam e atuam de modo não sistêmico; formam-se por grupos de indivíduos sócio-estruturalmente definidos (pelo menos inicialmente), classe social, segmentos de classe, grupos étnicos ou outras formas identitárias estruturalmente dadas. (RICHMANN, 1994, p. 47 – 53).

²³ O coletivo para o Impulso dos Movimentos Sociais (CIMS), é uma articulação de intelectuais e pesquisadores, que assumiu para si, a mesma sigla utilizada para realização de um Congresso Internacional dos Movimentos Sociais (CIMS) no início da década de 1990.

No que trata especificamente aos chamados “Novos Movimentos Sociais”, Richmann os localiza no chamado período pós – 68. Ele aponta oito traços definidores:

I - Assumem uma orientação emancipatória, com o ideário de uma nova esquerda, marcada por valores humanitários, pela crítica humanista ao sistema dominante e pela resolução de lutar por sua transformação; II – Concentram-se na esfera sociocultural, combinando orientação de poder e orientação cultural, assumindo uma estratégia de auto-regulação no esforço de devolver o poder à sociedade, ao invés de concentrá-lo no Estado (mas não se consideram anti-estatal); III – Têm orientação anti-modernista, não acompanham as idéias e crenças de progresso e de desenvolvimento material e moral linear e interminável; IV – Têm composição social heterogênea, mas com predominância de algum grupo social; V – Assumem objetivos e estratégias de ação muito diferenciados; VI – Assumem modelos organizativos com estruturas descentralizada em forma de rede, demonstrando desconfiança de estruturas hierarquizadas e burocráticas; VII – Exercitam a politização da vida cotidiana e do âmbito privado, não aceitando a dicotomia entre público e privado, que é bastante acentuada na teoria política liberal; VIII- Desenvolvem métodos de ação e mobilizações coletivas não convencionais, com manifestações de massa marcadas por notável componente lúdico, criativo e inovador. (RICHMANN, 1994, p. 56 – 67).

No Brasil, Eder Sader (1988) destaca-se como um pesquisador original dos novos movimentos sociais na Região Metropolitana de São Paulo, pesquisa que resultou na publicação de seu livro “Quando Novos Personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970 – 1980” (SADER, 1988), que se tornou uma referência importante para os estudiosos do tema. Herdeiro de

certa tradição emancipacionista, Sader inova ao romper com esquemas rigidamente pré-determinados, priorizando mais a ação que as estruturas, mais os movimentos que as classes estruturalmente dadas, mais o simbólico que de racionalidade proletária, enfatizando que:

[...] que não se pode deduzir orientações e comportamentos de ‘condições objetivas dadas’, tais deduções pressupõem uma noção de ‘necessidades objetivas’ que moveriam os atores sem as mediações simbólicas que as instituem enquanto necessidades sociais. Quem pretender captar a dinâmica dos movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolve e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios, irá perder aquilo que os singulariza²⁴. (Sader:1988, 42).

Maria Glória Gohn (2005) também segue esta linha interpretativa dos novos movimentos sociais e recuperando a contribuição de Alan Touraine na ênfase dada a tais movimentos como o coração, o pulsar da sociedade. Embora reconheça que há também movimentos sociais conservadores, fundamentalistas, reprodutores de xenofobias, esta autora prioriza o seu caráter inovador e (re) criador de novas práticas sociais e novas formas de viver em sociedade, os movimentos progressistas com agendas emancipadoras. Para ela,

Os novos movimentos sociais têm fluxos e refluxos na realidade, eles constituem um campo de ação coletiva, parte do objeto de estudo da própria sociologia. Existe uma sociologia dos movimentos sociais que não pode ser separada ou ignorada enquanto objeto de investigação. O repertório de ações coletivas que os movimentos constroem demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais específicos (GOHN, 2005, p. 08).

Para Gohn, os movimentos, na realidade brasileira, se manifestaram primeiro em torno de reivindicações de bens e equipamentos públicos de uso coletivos, sendo estas marcas principais dos movimentos sociais urbanos. Com o tempo, passaram a assumir novos campos temáticos, que geraram novas identidades aos próprios

²⁴ Em sua pesquisa, Eder Sader analisa quatro importantes movimentos sociais presentes na Região Metropolitana de São Paulo durante a década de 70: Movimento de Saúde da Zona Leste, Movimento sindical dos metalúrgicos do ABC, Movimento Contra a Carestia, Movimento de creches da grande São Paulo.

movimentos, como aqueles de gênero, meio ambiente, livre orientação sexual, questões étnico-raciais, cultura, direitos humanos, ética na política. Desde a última década do século passado, percebe-se a expansão de muitos movimentos: alguns se institucionalizando na forma jurídica de Organizações Não Governamentais (ONG's); outros entrando em crise e desaparecendo. Novos estilos de organização e mobilização surgiram; as bandeiras de luta e as estratégias de ação também se diversificaram, a negociação com os poderes públicos (não só o poder executivo) passou a fazer parte do cotidiano e a concepção de pluralismo exigiu um novo tipo de relacionamento com o Estado. Ou seja, constatam-se profundas transformações também na vida dos movimentos sociais neste novo século. (GOHN, 2005, p. 13 - 14).

Gohn indica quatro destaques que caracterizam os novos movimentos sociais no século XXI:

- 1) As lutas em defesa das culturas locais contra os efeitos devastadores da globalização. Eles estão ajudando na construção de um novo padrão civilizatório orientado para o ser humano e não para o mercado, como querem as políticas neoliberais de caráter excludente [...].
- 2) Ao reivindicarem ética na política e, ao mesmo tempo, exercerem vigilância sobre a atuação estatal/ governamental, eles orientam a atenção da população para o que deveria ser dela e está sendo desviado, [...] como os impostos arrecadados da população estariam sendo mal gerenciados, etc.
- 3) Os movimentos têm coberto áreas do cotidiano de difícil penetração por outras entidades ou instituições do tipo partidos políticos, sindicatos, igrejas. Assim, aspectos da subjetividade das pessoas, relativas a sexo, crenças, valores, etc. têm encontrado vias de manifestação porque o grau de tolerância é alto na maioria dos movimentos sociais [...].
- 4) Os movimentos construíram um entendimento sobre a questão da autonomia diferente do que existia nos anos 80. Atualmente, ter autonomia não é ser contra tudo e todos, estar isolado ou de costas para o Estado, atuando à margem do instituído; ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter crítica, mas também proposta de

resolução para os conflitos que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas têm o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios do localismo, ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi interrompida. Finalmente, ter autonomia, é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates [...]. (GOHN, 2003: 16 – 17).

Ao lado destas quatro características apresentadas pela autora, podemos apresentar outras quatro dimensões importantes, que são reveladas, mas também reveladoras das novas expressões dos movimentos sociais neste início de milênio:

I – A solidariedade, como presença e atitude, gratuita e comprometida ao lado de pessoas grupos, comunidades, categorias sociais, localidades, como uma característica profundamente marcante dos movimentos sociais no Brasil, entre a última década do século passado e o início do novo milênio, capaz de aglutinar e manter mobilizadas milhares de pessoas, provocando importantes transformações em suas vidas e na realidade envolvente. Nestes sentido, podemos registrar a ação de dois dos principais movimentos sociais em ação no país no período citado: a Pastoral da Criança e, a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida²⁵.

II – Aproximação crescente entre a ação social cotidiana, e a intervenção política institucional. É cada vez mais numeroso a existência de associações comunitárias, grupos identitários, comunidades de base, que estão se envolvendo em políticas públicas, como no orçamento participativo, nas Conferências de políticas específicas de mulheres, de reforma urbana, da igualdade racial, de saúde, de educação, de jovens, e nos vários instrumentos da chamada democracia participativa.

²⁵ Para uma análise mais detalhada destes movimentos, ver: Maria do Carmo Albuquerque, 1999.

III – A articulação entre o local e o global. Tem sido cada vez mais comum em organizações de base, a participação em ações globais, como um grupo de mulheres de comunidades isoladas se mobilizarem no dia da “Marcha Mundial das Margaridas”; outros grupos participarem do “Grito dos Excluídos”.²⁶

IV – A sua ação e organização em rede, tanto no interior de cada movimento (moradia, mulheres, negros, jovens, portadores de necessidades especiais, sem terra), quanto em torno de algumas temáticas, como segurança alimentar e nutricional, reforma agrária, contra a violência, direitos humanos.

2.3. Redes solidárias: questões históricas e teóricas

2.3.1. Questões históricas:

As redes sociais ocuparam um lugar importante do debate e da produção sociológica na última década. Certamente que esta emergência tem a ver com a experiência social das práticas em rede e práticas sociais de redes, que têm irrompido com uma força extraordinária na cena social e política local e global nos últimos anos. Como nos anos 60 e 70, os movimentos sociais passaram a ter importância central para as ciências sociais e para a sociologia em particular, fazendo com que alguns sociólogos creditassem àqueles movimentos o próprio pulsar da sociedade; nos anos 90 e no início do novo século, as redes assumem importância semelhante. A irrupção da experiência das redes e a peculiaridade das ações que se realizam no Brasil - o que alguns autores chamam de “ineditismo da experiência brasileira”²⁷ (LIRA, 1989) – sugerem a necessidade de novas contribuições à sociologia contemporânea.

²⁶ A esse respeito, ver: Elenaldo Teixeira, 2001.

²⁷ Expressão utilizada por Rubens Pinto Lira (1989).

O (auto) reconhecimento pelos movimentos sociais, de “quando novos personagens entram em cena” (SADER, 1988) se configura como uma das grandes novidades na cena política brasileira durante a década de 80. A resistência e as mobilizações, realizadas nos últimos anos da década de 70, principalmente, em torno de bandeiras como salário, saúde, escola, creche, moradia, custo de vida e carestia, saneamento básico e serviços de infra-estrutura, abertura política, entre outros, ampliaram-se em um novo leque de demandas a partir dos anos 80. A conjuntura, da qual os movimentos sociais também são importantes artífices (e também vítimas), exigia uma “reorientação da rota”. É necessário registrar que a quase totalidade dos movimentos populares em ação na década de 80 nasceu ou foi desdobramento de lutas ou organizações surgidas na década anterior, quando imperava no país a truculência do regime militar. Todas as organizações tinham vida semi-clandestinas, embora tivessem sido capazes de promover intensas mobilizações, sobretudo, processos de reivindicações em torno de necessidades mais sentidas pelas populações no que diz respeito a equipamentos e serviços de uso coletivos. Embora tais reivindicações fossem dirigidas principalmente aos governos locais e estaduais, é necessário registrar que algumas delas tinham impacto nacional. A intensa campanha pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, encaminhada pelo Movimento Contra a Carestia, ao presidente da república, ainda nos últimos anos da década de 1970, é exemplo a ser citado. Durante este período também se ampliaram as bandeiras de lutas para temas mais políticos como a anistia, a constituinte e a redemocratização.

Interessa, para a presente análise, registrar dois aspectos interligados que tiveram grandes conseqüências para os movimentos sociais do período, com desdobramentos para os anos seguintes. Primeiramente, a ditadura e seus aparelhos

de repressão, de perseguição, de terror, com impactos nos governos locais. Lembremos que os prefeitos das capitais e cidades consideradas estratégicas pelo regime militar - onde se localizavam a maior parte das organizações e lutas populares -, eram nomeados pelos militares. Portanto, as respostas às reivindicações populares estavam sempre marcadas pela força e pela repressão. Em segundo lugar, uma presença significativa, entre os movimentos populares, de militantes vinculados à esquerda tradicional e ao marxismo ortodoxo. Eles analisavam o Estado e, em consequência, os governos, como “comitês organizadores das classes dominantes”. O Estado, por ser visto como instrumentos de dominação de classe era sempre interpretado como um inimigo da classe trabalhadora e das classes populares em geral. Aquela realidade e esta concepção imprimiam nos movimentos uma postura de confronto com o Estado, percebendo este como de costas para os movimentos, às vezes, considerando-o como seu “inimigo principal”. Apesar disso, importantes conquistas foram viabilizadas.

A ação articulada entre diversos movimentos sociais, ONG's, pastorais sociais, durante o processo constituinte entre 1986 – 1988, apresentou duas novidades significativas no contexto social e político de então. A primeira no interior do próprio “campo dos movimentos sociais”²⁸. A prática de trabalhar articulado, através dos chamados “Plenarinhos Populares Pró- Constituinte” que se realizaram na base. Estes foram expressão importante dessa articulação. Ressalte-se também o importante e prolongado processo de mobilização social, que ia desde a coleta de assinaturas de casa em casa, nos pontos de ônibus, nos colégios, nas universidades, nas igrejas, passando por mobilizações em praças públicas, até a entrega de ante-projetos de lei no Congresso Nacional (BRITO, 1989; WHITAKER, 1992). O

²⁸ Expressão fortemente utilizada por vários pesquisadores e militantes dos movimentos sociais, cf. texto divulgado no site do Fórum Social Nordestino, elaborado por Carmem Silvia da Silva.

exercício de definição de bandeiras principais que seriam objeto de ante- projeto de lei e de conseqüente processo de mobilizador, tornou-se importante aprendizado para o trabalho articulado em rede.

Uma segunda novidade significativa situa-se fora do campo dos movimentos sociais, caracterizando-se como uma intervenção popular nas políticas públicas. Na intervenção específica do processo constituinte o movimento articulado juntou 12 milhões de assinaturas, em favor de cerca de 120 emendas de projetos. Entre estas citemos a proposta que abria a possibilidade de cidadãos comuns poderem apresentar projetos de lei de iniciativa popular através de sua ação direta, a qual colheu cerca de um milhão de assinaturas e, posteriormente, se tornou realidade com a Lei de Combate a Corrupção Eleitoral (Lei 9.480). Em nível local, como conseqüência do processo constituinte nacional, vários fóruns se formaram para intervir nas constituintes estaduais, e, principalmente, nas Leis Orgânicas Municipais e nos Planos Diretores de Desenvolvimento Municipal. Esta intervenção buscou garantir e ampliar a inclusão social, a função social da propriedade, a garantia dos direitos humanos (econômicos, sociais, culturais e ambientais), a ampliação dos mecanismos de participação popular nas políticas públicas, o que implica em democratização do poder local e deslocamentos na política tradicional.

Este processo criou as condições políticas, metodológicas e orgânicas para a constituição de vários fóruns e articulações locais - com indiscutível impacto na dinâmica social e política de diversos municípios e estados da federação - às vezes articulados ao redor de temáticas específicas – reforma urbana, relações de gênero, igualdade racial, reforma agrária, participação popular, exploração sexual infanto-juvenil -, às vezes, ao redor de sujeitos sociais - crianças e adolescentes, mulheres, idosos, sem terra, sem teto, jovens -. Tais experiências que expressam uma nova

perspectiva da cidadania (ALBUQUERQUE, 2002; DAGNINO, 2002), tanto na dinamização da vida social quanto para o controle da coisa pública, contribuindo para inibir a corrupção e o desvio dos recursos públicos, inibir a tradição clientelista e a apropriação privada dos bens e equipamentos públicos.

Em nível internacional, principalmente a partir da ECO – 92, em todos os encontros dos organismos dominantes anteriormente citados, observa-se os grupos, organizações, movimentos sociais discordantes dos rumos da globalização e do neoliberalismo, organizando protestos e manifestações públicas.

Foi durante a realização da III Conferência Ministerial da OMC, em novembro de 1999, em Seattle, nos Estados Unidos, e de forma não vista desde 1968, que se desenvolveu um novo ciclo de protestos e mobilizações, com incorporação de elementos lúdicos e culturais, mas também com um discurso qualificado, colocando novamente na agenda social e política internacional a forte presença dos movimentos sociais. Cerca de cem mil pessoas estiveram ali mobilizadas, empunhando palavras de ordem, manifestações de ruas, enfrentando a repressão policial, para apresentar seu descontentamento com os rumos da globalização (MANCE, 2002; GOHN, 2003; LEITE, 2003).

Em Seattle um novo protagonista entrou em cena com a força e o simbolismo necessários para produzir uma reviravolta, formando-se um “movimento de movimentos” (Leite, 2003, p.11), que a propaganda chamaria pejorativamente de movimento antiglobalização, mas que forçou a globalização hegemônica a confrontar-se com o seu fantasma. Para Leite, em Seattle ficou demonstrado que a sociedade não estava diante de um episódio isolado, mas de um fenômeno catalizador de processos profundos e duradouros, transformando-se em um símbolo

de uma virada na situação política internacional, com novos atores permanentemente em cena (LEITE, 2003, p. 43 – 59).

A partir daí, este novo movimento ganha corpo, promovendo manifestações cada vez maiores, a cada vez que ocorria algum evento internacional dos organismos dirigentes da globalização hegemônica. Merece destaque a Conferência da OMC, realizada em Gênova (junho de 2000), na Itália, porque ali estava instalado um governo de extrema direita, profundamente identificado com o ideário e a viabilidade do receituário neoliberal para o mundo. Para garantir o sucesso daquele evento, o governo italiano gastou 110 milhões de dólares e ocupou 15 mil policiais para impedir qualquer tipo de manifestação oposicionista. Contudo, de novo, foi realizada uma espetacular mobilização, envolvendo cerca de 800 grupos antiglobalização, com cerca de 100 mil pessoas. A batalha de rua foi incontrolável, com uma violência policial tão tremenda que ocasionou até o assassinato de um dos manifestantes, mas não impediu o ímpeto da mobilização de rua. As ações violentas foram alvos de protestos em várias localidades do mundo na mesma semana! era a demonstração de que o movimento estava articulado internacionalmente (GOHN, 2003, p. 40 – 41; LEITE, 2003, p. 56 – 57).

Após cerca de uma década de intenso processo de manifestações de massa e de protestos, parecia possível passar a uma nova etapa, mais propositiva e de construção de alternativas possíveis. Em janeiro de 2001, realiza-se o Primeiro Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, o qual vai marcar uma nova etapa para os movimentos antiglobalização. O evento, organizado em tempo recorde por oito entidades²⁹, ganhou projeção inusitada com delegações de 122 países

²⁹ Associação Brasileira de ONG's (ABONG), Associação pela Tributação de Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC), Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Centro de Justiça

(predominantemente do terceiro mundo); com quase quatro mil delegados, representando 800 organizações e entidades sociais, com 20mil participantes, sendo 1.502 delegados “estrangeiros”. Realizaram-se cerca de 400 oficinas e atividades diversas preparadas por grupos específicos. O evento chamou a atenção da mídia internacional; devido a sua postura afirmativa e propositiva, conseguiu legitimar suas bandeiras e ocupar importante lugar no cenário político internacional: “Um outro mundo é possível soube materializar seu caráter de espaço propositivo de troca de experiências, debates de alternativas e articulação de lutas, tão necessário ao heterogêneo movimento global que se conformava” (LEITE, 2003, p. 69). Assim o FSM se constituiu como um espaço, e não uma organização. Ele instaura um lugar de encontro, de diálogo, debate e difusão de propostas, troca de experiência, emulação mútua, articulação de agendas de lutas e organização de novos movimentos. (LEITE, 2003, p.121)

A segunda edição reuniu na capital gaúcha 4.909 entidades, provenientes de 131 países, e contou com 51.300 participantes, entre ouvintes, delegados, convidados. Foram realizadas 27 conferências - divididas em quatro blocos, produção de riquezas, acesso às riquezas, afirmação da sociedade civil, poder político e ética -; cerca de 800 seminários e oficinas, além de vários encontros autogestionários, depoimentos e testemunhos, celebrações. Registrou-se também, vários Fóruns paralelos, como o de Autoridades locais, o Fórum Mundial de Juízes e o Fórum Parlamentar Mundial.

A realização do Primeiro FSM em Porto Alegre (janeiro de 2001), bem como do segundo (janeiro de 2002) e do terceiro (janeiro de 2003), também é simbólico, por ser esta cidade palco das históricas redes sociais que foram se organizando desde

a base social, conforme tratamos no início deste capítulo. Tendo vivido uma significativa experiência de sindicalismo, segundo a orientação política do “trabalhismo brizolista”, ainda na década de 1950 (FORTES, 2004), Porto Alegre experimentou uma significativa reconstituição do tecido social popular, através de uma expressiva rede de Comunidades Eclesiais de Base e da manutenção de dezenas de Associações Comunitárias, que sobreviveram à perseguição da ditadura militar. Essas Associações e redes passaram a constituir novas organizações de jovens, de mulheres, de negros, outros movimentos eclesiais, o “novo sindicalismo”, ou seja, uma pujante rede de organizações e movimentos populares, capaz de ser uma expressão local do que ficou conhecido como movimentos sociais ou, “quando novos personagens entram em cena”. Estas organizações sociais de base, como em outras partes do país, também passaram a intervir nos processos de políticas públicas: encontraram-se com outras forças sociais e políticas possibilitando a vitória eleitoral uma frente de esquerda, inaugurando uma nova fase política no município. Esta nova experiência política passou a ser referência nacional e internacional, com a afirmação do Orçamento Participativo, com o Congresso da Cidade, além de outras formas de democracia participativa redistributiva.

2.3.2. As ciências sociais e o tema das redes:

As redes estão por toda parte: ora se apresentam como metáfora para expressar comportamentos do cotidiano, como redes de intrigas, rede de fofocas, redes de amizades, redes de solidariedade; ora para expressar modos ou condições de vida, como rede de transportes, rede de esgotos, rede de ensino, rede de energia elétrica, rede de lojas (RIPP, 2002; MANCE, 2002). A novidade é que, na atualidade, elas se apresentam tanto como instrumento metodológico para analisar aspectos da

realidade social quanto como paradigma científico explicativo da própria realidade. Assim é a rede neuronal para biologia, a rede escolar para a educação, a teoria dos grafos (conjunto de nós e relações) para a matemática e a estatística, ou então, as redes de poder na política, as redes de empresas e empresas em rede na economia (superação do modelo fordista/ taylorista), a rede ambiental para a ecologia e redes de telefones ou de computadores para a telemática. (TOMASIN, 1994, p. 20)

Particularmente, para a sociologia, interessa a emergência de novas redes de solidariedade, fundadas em mecanismos de sociabilidade originários na sociedade civil e calcadas no mundo da vida. Pois elas conferem novas possibilidades de avançar no debate e na produção teórica sobre as mobilizações sociais e, a favor da cidadania e da democracia, no contexto atual das sociedades locais, nacionais e internacionais. O crescimento desse interesse no interior da sociologia apresenta-se com duas referências significativas: primeiramente porque se multiplicam enormemente as experiências dos atores sociais ou das práticas sociais articuladas em rede; tais atores sociais passaram a empreender uma forte dedicação do seu tempo, seus recursos e iniciativas mobilizadoras através da ação em rede e, de formas organizativas permanentes, através de redes, tanto locais quanto internacionais (trataremos desta questão adiante). Várias análises sociológicas validam o conteúdo teórico e metodológico das redes, combinando três dimensões articuladas: 1) o especificamente metodológico, ou instrumento para coleta e organização de dados para a análise científica; 2) como teoria substantiva, uma vez que trata de um conceito definidor da realidade social; 3) como análise de estratégias de ação coletiva ou conceito propositivo de atores e movimentos sociais. (VILLASANTE, 1998 e 2002; GOHN, 2003 e 2005; FICHER, 1996; SHERER-WARREN, 1996, 1998, 2000, 2005).

A análise dos movimentos sociais e das redes na tradição sociológica americana obedece em geral, a teoria da mobilização de recursos, enquanto na tradição sociológica européia, e de certa forma latino-americana, se destacam os estudos em torno da teoria dos novos movimentos sociais. Nesta tradição, a noção de rede é utilizada para caracterizar um campo de tipos de articulações políticas, ideológicas e simbólicas de atores coletivos (GONH, 1997). Nos últimos anos, as chamadas abordagens pós-estruturalistas têm se afirmado com força no interior dos debates acadêmicos sobre redes sociais (BURITY, 2005; SCHERER-WARREN, 2005). Para nossa análise, estamos assumindo a referência histórica da teoria dos novos movimentos sociais e a perspectiva interacionista na sua relação com o paradigma da dádiva, tal qual assumida pelo Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.).

Uma importante referência no estudo do fenômeno das redes na atualidade é a pesquisa realizada por Manuel Castells, que na metade da década de 1990, publicou no Brasil seu livro “Sociedade em Rede”. Neste livro, Castells apresenta seu modelo de “sociedade informacional”, o qual se caracteriza pela ênfase atribuída ao papel da tecnologia na transformação histórica no mundo atual, conforme nos referimos no capítulo anterior (CASTELLS, 1999). Na demonstração de sua tese sobre redes sociais, Castells recupera o processo de constituição das comunicações rápidas, via eletrônica. Lembra que a origem da internet se situa no trabalho de uma das instituições de pesquisas mais inovadoras do mundo: a Agência de Projetos e Pesquisas Avançadas do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DARPA), a qual, desde o final dos anos 50 realiza pesquisas na área, mas só em 1969, esclarece, foi criada a primeira rede (ARPANET) aberta aos centros de pesquisas que cooperavam com o referido Departamento de Defesa. Os cientistas, no entanto,

passaram a usá-la para todos os tipos de comunicações, ficando difícil separar as comunicações em torno da pesquisa militar, de outras com caráter científico mais amplo. Essas práticas foram se ampliando para cientistas de todas as áreas, provocando uma divisão, em 1983: a ARPANET mais dedicada a objetivos científicos mais amplos e a MILNET, a aplicações militares. A Fundação Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América, em parceria com empresas privadas, se empenhou nos anos oitenta, na criação de outra rede científica, a qual foi ampliada para comunicações não científicas, vindo a ser conhecida como INTERNET. (CASTELLS, 1999, p. 375 – 376).

Contudo, o próprio Castells alerta para outro lado desse processo. Para ele, as descobertas revelam, por um lado, uma rara mistura de estratégia militar e cooperação científica, por outro, devem ser registradas as inovações advindas do movimento de contracultura, herdeiro dos movimentos sociais de 1968, que nos Estados Unidos envolveram além do movimento estudantil, uma gigantesca mobilização social em torno dos direitos civis, como dos negros, mulheres, pacifistas, imigrantes, homossexuais, ambientalistas. Para ele, portanto, sobre o advento e fantástico crescimento da INTERNET, deve ser parcialmente creditada a bem sucedida estratégia do Departamento de Defesa dos Estados Unidos e suas parcerias com instituições científicas e empresariais. Mas é necessário registrar, também o outro lado da verdade:

Mas esse é apenas um lado da história, pois paralelamente aos esforços do pentágono e da ‘Grande Ciência’ para estabelecer uma rede universal de computadores com acesso público dentro de ‘normas aceitáveis’, uma contracultura computacional sempre crescente surgia nos EUA, muitas vezes mentalmente associada às conseqüências dos movimentos dos anos 60 em sua versão mais libertária e utópica. O ‘modern’, importante elemento do sistema, foi uma das descobertas tecnológicas que nasceram dos pioneiros dessa contracultura, originalmente rotulados de ‘hackers’ antes que o termo assumisse sua conotação negativa. [...] E difundiram a tecnologia sem nenhum custo porque o objetivo era espalhar as

capacidades de comunicação o máximo possível. As redes de computadores que eram excluídas da ARPANET (reservada para as universidades científicas de elite em seus estágios iniciais) descobriram sozinhas como começar a comunicação entre si (Idem, p. 377).

Este processo avançou no sentido de incorporar crescentemente grupos oprimidos, de modo que estes tivessem também acesso a esse nível de comunicação. Todavia é necessário reconhecer que tais grupos (sociais, étnico-raciais, geo-espaciais) e, mesmo nações, têm ainda um acesso extremamente minoritário ao uso, manuseio e, principalmente à produção das agendas de comunicação eletrônica.

Para Castells o conceito de rede desempenha um papel central para caracterização da sociedade na era da informação. Assim ele define a rede:

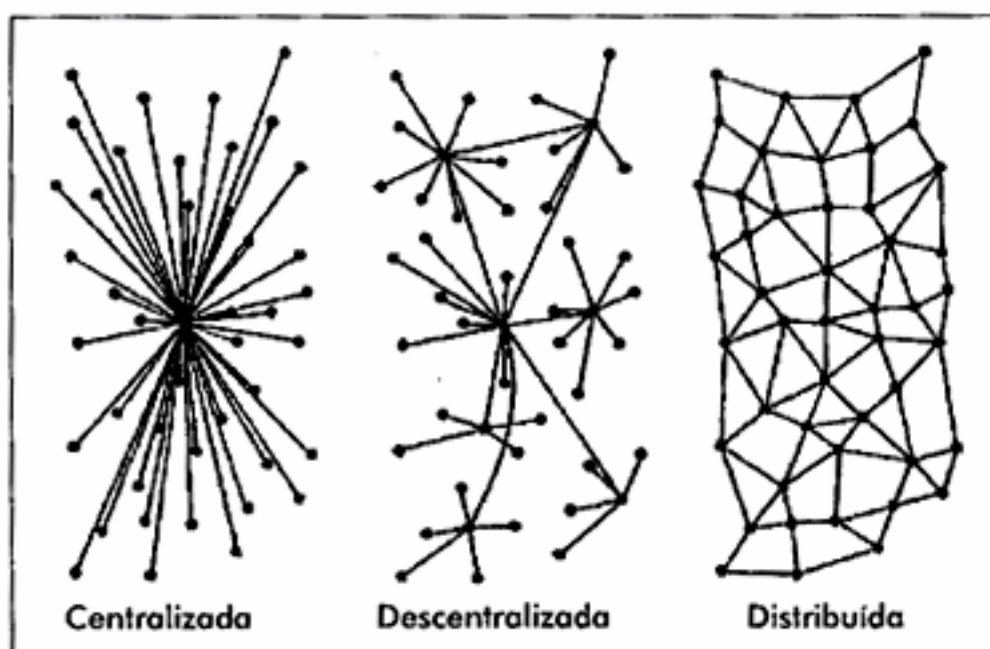
Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual a curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. São mercados de bolsa de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede dos fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede pública que governa a União Européia. São campos de coca e de papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrisagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras para lavagem de dinheiro, na rede de tráficos de drogas que invade as economias, sociedades e Estados do mundo inteiro. São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais da rede global da nova mídia no âmago da expressão cultural e da opinião pública, na era da informação[...] Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovações sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, os trabalhadores e e empresas voltadas para flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura da desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo (CASTELLS, 1999, p. 498).

Em outra linha de interpretação e análise social, marcada pelo paradigma da “filosofia da libertação” e com profunda vinculação às iniciativas da economia

solidária, destacamos a contribuição de Euclides André Mance (1999, 2002, 2006). Em sua análise das redes de colaboração solidária, esse autor propõe uma abordagem morfológica das redes, vista como articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si. Fortalecem-se reciprocamente podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, reforçam o conjunto. Nesta linha de reflexão, podem ser encontrados dez propriedades básicas nas redes: Autopoiose - a qualidade para reproduzir-se a si mesmo, gerar bens e valores para a própria demanda e excedente para expandir-se; intensidade - capacidade de envolver mais gente nos processos de consumo e trabalho solidário; extensividade - a capacidade para gerar novas células da rede; diversidade, para atender e agregar os diversos; integralidade - cada célula está conectada a todas as outras, é afetada por elas e afeta o conjunto; realimentação - visto que demandam produtos e serviços de outras células; fluxo de valor, fluxo de informação; fluxos de materiais; agregação (MANCE, 2002, p. 44 -45).

Ao lado das propriedades acima, Mance apresenta os modelos de redes, que, para ele, podem assumir várias configurações. Apesar de reconhecer que, em sua complexidade, as redes estão simultaneamente configuradas em diversos modos, com distintos fluxos, ele propõe três arranjos de redes: centralizada, descentralizada, distribuída, conforme figura abaixo³⁰:

³⁰ Estas configurações assumidas por Mance são formuladas por Sérgio Amadeu da Silveira (2001), em *Exclusão digital – A miséria na era da informação*. Editora Perseu Abramo, São Paulo: 2001.

Figura 1 – Configurações de redes¹⁶

A partir da análise específica das redes de economia solidária, Mance percebe uma “revolução das redes”³¹, a qual é percebida como uma estratégia de libertação popular, antagônica ao capitalismo, nela, o econômico e o cultural não são subalternos ao político. Mas, esclarece, a efetivação progressiva e complexa de inúmeras redes solidárias sinergeticamente integradas não constituem uma ruptura imediata com o sistema capitalista em uma dada sociedade, nem tampouco uma mera reforma do tal sistema. Para que o conjunto dessas redes venha se constituir em um novo “bloco histórico”, num contexto em que a nova classe dominante ainda não é hegemônica, as redes necessitam se mobilizar em torno de articulações diversas. Tais articulações indicam não haver necessariamente um projeto político único e centralizado que conecte as diversas redes, devendo haver, contudo, entrosamento

³¹ Expressão que Mance resgata de Félix Gualtari (1987). In: *Revolução Molecular*, 1987- São Paulo, Brasiliense.

em torno de objetivos comuns consubstanciados em eixos de luta (ou estratégias). Este é o meio para se avançar tanto em conquistas imediatas quanto em transformações estratégicas (MANCE, 2002, p. 59).

Nesta perspectiva, Mance concebe as redes como esferas da sociedade civil mobilizadas pelas liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, constituindo embrionariamente um setor público não estatal. Para ele a progressiva e complexa integração dessas diversas redes, vai criando as condições de um novo modelo de desenvolvimento:

Redes de organizações feministas, ecológicas, movimentos na área de educação, saúde, moradia e muitos outros na área de economia solidária e pela ética na política – para citar apenas alguns - vão se multiplicando, fazendo surgir uma nova esfera de contrato social [...] A progressiva e complexa integração dessas diversas redes, colaborando solidariamente entre si – cuja consistência precisa ser melhor compreendida para que se possa alterar algumas relações que elas mantêm gerando-se com isso sinergia maior - colocou o horizonte de nossas possibilidades concretas a realização planetária de uma nova revolução, capaz de subverter a lógica capitalista de concentração de riquezas e de exclusão social e diversas formas de dominação nos campos da política, da economia, da cultura (Mance, 2002, p. 232).

Mance se empenha em construir uma perspectiva teórica, ancorada em experiências concretas, que, possa contribuir para o avanço da práxis apontando possíveis mudanças e aprimoramentos, mas também, permitindo se reelaborar a teoria cada vez que a experiência demonstrar a necessidade de operar rupturas epistemológicas. A partir das experiências em torno da economia solidária e, nos últimos anos, em torno da realização dos Fóruns Sociais Mundiais, Mance aponta alguns conceitos que crê seriam universais para explicação do fenômeno social das redes:

Assim podemos dizer que uma rede somente pode existir (no sentido do emprego habitual desta palavra) quando sujeitos diferentes se apóiam reciprocamente, mantendo relações de autonomia e complementaridade. Sem a manutenção criativa dessas relações, através de diversos fluxos, não há rede. A agregação de diversas

redes em redes maiores, mantendo as diversidades, engendra novos fluxos desencadeando sinergias que, ao mesmo tempo em que pode fortalecer a todos, permitem a emergência de novas qualidades coletivas que não podem ser localizadas nas partes que compõe o conjunto. (Idem, 2006, p. 2)³².

Quando redes locais deste tipo são organizadas, elas operam no sentido de atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem viver, ao mesmo tempo em que combatem as estruturas de dominação responsáveis pela pobreza e exclusão, e começam a implantar um novo modelo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no centro da vida”. (Idem, 2006, p.15).

Por outro lado, devido à importância e rapidez do fenômeno das redes para a realidade social atual, alguns pesquisadores têm empreendido esforços para avançar numa abordagem interdisciplinar. Neste sentido, o espanhol Thomas Villasante empreende um esforço de articulação entre diversos campos das ciências sociais para análise das redes, como a sociologia, a política, a antropologia e a ecologia. Assumindo posição próxima dos estudiosos que se articulam em torno dos novos movimentos sociais propõe:

Redes de movimentos e coletivos onde podem conviver (e convocar em torno de uma mesa de mobilização cidadina) desde social-democratas sindicalistas, até alternativos ecologistas, ou desde comunistas críticos até nacionalistas mais ou menos radicais” (VILLASANTE, 2002, p. 12).

Ao relacionar redes e movimentos sociais, Villasante constrói uma caracterização dos movimentos sociais a partir do que ele chama de ondas de desenvolvimento. Considerando como “ondas curtas”, as mobilizações realizadas, os protestos, as reivindicações; como “ondas médias”, as organizações sociais e populares, as entidades que se fazem reconhecer melhor para fora; como “ondas longas”, os processos históricos em que os movimentos são sujeitos fundadores. Para ele, a idéia das redes é uma estratégia política e organizativa voltada para articular

³² Texto elaborado especificamente para o Boletim Eletrônico, número do mês de janeiro de 2006, da RITS – Rede de Informação do Terceiro Setor. In: www.rits.org.br.

permanentemente as diferentes ondas: as mobilizações, que muitas vezes estouram em revoltas sociais e são profundamente marcadas por êxitos reivindicativos e conquistas imediatas; os elementos de socialização promovidos pelas associações e entidades criadas, que experimentam processos de educação política, e apontam para disputas de hegemonia na sociedade, com grande peso histórico e de emancipação social (VILLASANTE, 2002, p. 32).

Tanto quanto as exigências metodológicas apontadas por Vilassante, para ele, essas ondas de movimentos articuladas em rede também são intrínsecamente articuladas entre si. Assim, a mobilização é a expressão mais visível dos processos associativos. As associações crescem e se consolidam graças aos processos mobilizadores, que supõem participação, socialização, educação, podendo levar a mudanças históricas (Idem, 2002, p. 32 –33).

A proposta metodológica de Villasante, denominada por ele de “sócio-análises”, além de centrar suas preocupações nas identidades e nos sujeitos, destacando as dinâmicas da prática social, aponta oito “conjunto de ações” ou relações para o estudo das redes sociais. O autor identifica quatro tipos de conjuntos de ações mais usuais (os primeiros apresentados a seguir) e outros quatro menos usuais, assim definidos:

1º - Relação personalista ou populista – realizada fundamentalmente por grupos de dirigentes que mantêm relação dupla: contatos privilegiados, por um lado, com o poder e, por outro, com a base. É a considerada relação de gestão por cima e mobilização por baixo;

2º - Relação de gestão solidária ou gestionarista – apresenta maior densidade de relação com o poder para gerir serviços de atendimento às demandas sociais. Seu discurso é próximo do sistema, em compensação estão distantes da

base social. A necessidade de atender “demandas básicas” justifica todo tipo de pactos por cima.

3º - Relação técnica isolada ou tecnicista – ausência de densidade na relação entre o poder e o grupo social. A relação é de tipo frio, técnico, sem nenhuma implicação na participação popular. O centro da relação é a busca de eficácia dos serviços prestados.

4º - Relação popular de base cidadanista – experiências de mobilização por baixo. A relação com o poder é de negociação e respeito mútuo, o que não significa confiança. A eficácia para conseguir coisas depende mais da mobilização que de outros conjuntos de ações. Há grande risco de mistificações e basismo espontâneo.

5º - Conjunto de revoltas concretas ou mobilizações – são ações eventuais, em havendo seguimento, podem passar para relações populista ou cidadanista.

6º - Alianças locais – realização de acordos ou parcerias locais, com coordenação entre vários grupos. Havendo seguimento, pode passar para relação gestorista ou cidadanista.

7º - Conjunto apático, vazio ou de desencanto – não há conjunto de relações, apenas ações isoladas, movidas por respostas técnicas a revoltas espontâneas.

8º - Transformações sociopolíticas – Nada está garantido à priori, exceto que os movimentos se movem, as conquistas, os processos educativos e emancipadores poderão se revelar enquanto se movem. (VILLASANTE, 2002, p. 43 - 49).

O autor adverte que nunca ocorrem relações puras, havendo sempre a possibilidade de passar-se de um tipo a outro no processo. Contudo, para a investigação das redes vinculadas a processos emancipatórios, a relação cidadanista

merece atenção especial, devido a perspectiva que estamos assumindo sobre os movimentos sociais. Nas análises dos conjuntos de ações, torna-se importante descobrir como relações clientelistas, populistas, gestoristas, podem transformar-se em movimentos emancipadores. Como também entender, como a análise dos conjuntos de ações pode evitar um valor excessivo de certas dimensões dos movimentos sociais e ainda, evitar os maniqueísmos, por exemplo, entre os diversos tipos de conjuntos de ações.

A perspectiva de análise de redes, pelo que já se produziu na última década abre-se a uma pluralidade de alternativas, de processos diversos que vão se definindo, recortando ou melhorando, conforme vão sendo construídos. Para tal estudo, interessa mais a metodologia de trabalho das redes - como fazem as coisas - do que as ideologias e os conteúdos que abordam. Assim, Vilassante localiza quatro tipos de redes que constroem alternativas para os tempos atuais:

1 – Redes Internacionais de pensamento e ação – Após a desorientação dos progressistas, identificada ou acentuada na última década do século passado, pela falta de uma meta, de um modelo, de uma referência, por um lado, e a forte hegemonia neoliberal neste período (já falamos disso anteriormente), por outro, iniciam-se as articulações de redes internacionais. Podemos destacar como referências a ECO – 92, o Fórum Paralelo de ONG's e Movimentos Sociais, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, bem como as articulações que se sucederam àquele evento. Houve alguns acordos básicos entre os seus participantes, com convites amplos para outras organizações que queiram se incorporar. Tais acordos estavam embasados em valores e compromissos de sustentabilidade, que deveriam ser difundidos pelo mundo todo.

2 – Redes Regionais de economias populares sustentáveis – As iniciativas em torno de alternativas sustentáveis que articulam iniciativas comunitárias com intervenção das políticas públicas. Aí cumpre um significativo papel os governos locais, promovendo acordos estratégicos de criação de políticas redistributivas, que facilitem a ação da cidadania e a democracia na gestão dos empreendimentos locais.

3 – Redes associativas do terceiro setor ou do terceiro sistema – baseadas em planos estratégicos locais, a partir da “Agenda 21”, que foi lançada ao final da ECO – 92 com amplos desdobramentos em nível local. Em várias municipalidades, tal agenda se transformou em política pública, incorporando elementos do governo e da sociedade civil. A idéia de terceiro sistema, contudo, vincula a proposta da rede ao chamado terceiro setor, portanto, se distanciando do Estado e do mercado.

4 – Redes informais e condutas transversais – São as existentes no cotidiano, existem sempre e são mais evidentes; são as atitudes, os estilos de vida, as ações solidárias e condutas sociais do dia a dia, estando mais evidentes na lógica dos pequenos grupos que tem um valor central para propor alternativas de melhor viver³³.

Há uma tendência para a conjugação dessas redes, dos estilos de vida e relações cotidianas, dos processos associativos, das articulações regionais e internacionais num processo contínuo de viver melhor, enquanto vivemos, e preparar o planeta para as gerações futuras. A insistência de Villasante em torno do “viver melhor” denota uma opção metodológica e, neste caso, principalmente política, pois “viver melhor” é qualitativamente distinto de “bem estar”. Esta distinção revela

³³ Para análise mais detalhada, ver: Quatro redes para viver melhor, de Tomas Villasante, 2002, p. 199 –226.

também a dimensão do viver melhor como uma opção do sujeito, atualmente viabilizado pelo pensamento e ação das redes sociais, como alternativa de sociabilidade e solidariedade, nascida a partir da sociedade civil. Uma inovação, que revela uma ruptura com o pensamento e a prática histórica do bem estar social como política de proteção do Estado que era realizada através das políticas da previdência e assistência social. A diferença substantiva que estamos localizando entre viver e estar reside justamente em que o viver no primeiro estado transparecer a idéia de permanência e de opção do sujeito, já o estar, remete a uma situação de proteção social por uma instância que lhe é externa, como o Estado do bem estar social, experiência histórica fortemente consolidada em grande parte do século passado.

A análise das redes a partir da percepção de avanço dos movimentos sociais, encontra sustentação nas elaborações em torno da teoria dos novos movimentos sociais. Em alguns casos busca-se a relação com outras abordagens, como a teoria da mobilização de recursos. Outros ainda propõem aproximações com a “sócio-práxis” e com a perspectiva sócio-histórica.

Em “Redes que dan libertad”, J. Richmann relaciona o debate das redes a uma concepção de movimentos sociais assumida pelos pesquisadores articulados em torno do CIMS, que objetiva a construção de redes, que apontam para uma mudança civilizatória e reequilíbrio sustentável:

- Movimentos Sociais com uma intencionalidade transformadora, que assumam a sua condição de sujeito para a mudança social.
- Que apostem na democracia participativa, não só como forma de organização social, mas também como modelo de sua própria organização interna e da sua atuação.
- Que defendam a sua autonomia, a sua independência de qualquer forma de poder e de organização política.
- Que se enquadrem dentro do âmbito da economia social, rechaçando toda forma de acumulação especulativa de capital.” (Red

CIMS: 1993. Citado em VILLASANTE, 2002, p. 183; RICHMANN, 1994).

Para Ilse Scherer-Warren (1996, 1999, 2002, 2005), o debate das redes está relacionado à reflexividade dos atores e de seus analistas, o que para a sociologia significa manter a relação com o pensamento crítico, a dialética, que relaciona a prática social com a teorização da realidade. Para ela, o fenômeno das redes, seu espetacular desenvolvimento nos tempos atuais, deve ser entendido como um processo de avanço dos movimentos sociais, sobretudo na década de 90. Tal fenômeno articula três dimensões: a solidariedade local e planetária; o fortalecimento dos próprios movimentos sociais e da sociedade civil; a ampliação da legitimidade de suas demandas e de sua própria existência (Scherer-Warren, 2003). Para Scherer-Warren:

A análise em termos de redes de movimentos implica em buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interlocuções das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um mundo cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 10).

Trata-se de passar da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação dessas organizações, nas redes de movimentos [...] O que considero particularmente relevante em termos de análise da sociedade civil para a década de 90, é a compreensão do significado e do alcance da ação política criada através dessas redes de movimentos [...] Para o caso do Brasil parece-se particularmente importante estudar as redes que vem sendo estabelecidas entre organizações populares e outros movimentos culturais e políticos (Idem, p. 116).

Em perspectiva semelhante, Maria da Glória Gohn localiza a ação das redes no interior dos movimentos sociais progressistas, para quem,

Atuando em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Eles constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida em que criam sujeitos sociais para essa atuação

em rede. As redes são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada. Elas se referem a um tipo de relação social, atuam segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes para os movimentos sociais e para a sociedade civil em geral (GOHN, 2005, p. 15).

Para Gohn, a análise das redes exige metodologias específicas para captar a força sócio-cultural e política que condensam. Ela aponta 8 tipos de redes: a) Redes de sociabilidade, que se constroem no cotidiano, a partir das relações familiares, de laços de amizades, etc; b) Redes locais, muito presente no associativismo civil e comunitário; c) Redes virtuais, de comunicação fundamentalmente on line; d) Redes temáticas específicas, como as de mulheres e de entidades que atuam em torno de relações de gênero; e) Redes socioculturais, que trabalham por exemplo com questões étnicas e religiosas; f) Redes geracionais, como de jovens, idosos; g) Redes históricas, que cultuam e desenvolvem, por exemplo, memórias de um líder, de um artista; h) Redes de governança, que procuram articular as experiências inovadoras e exitosas de gestão pública, como orçamento participativo.

Outra perspectiva teórica inovadora e criativa no campo das redes sociais ancora-se na perspectiva do pensamento sociológico anti-utilitarista e humanizante, que valoriza a força da associação entre as pessoas como instrumento explicativo para movimentos coletivos e ações espontâneas, como reconhecimento do papel desempenhado pelos movimentos sociais e associacionistas para a construção de esferas públicas democráticas.

Esta perspectiva, oriunda do paradigma da dádiva, tal qual formulada por Marcel Mauss, conforme registramos no capítulo anterior, e é atualmente assumida pelo Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S), como uma tentativa de aproximação entre a teorias das redes com a dádiva. Para Paulo Henrique Martins (2004), a teoria da rede social revela a preocupação em explicar o fato social não a partir da liberdade individual, mas de uma injunção coletiva que se impõe às

vontades individuais. Mas tal perspectiva admite que as relações sociais se edificam a partir de uma experiência que escapa tanto ao imperialismo da obrigação coletiva quanto ao relativismo da liberdade individual, ou seja, a liberdade e a obrigação são elementos de um paradoxo. Propõe que as relações de oposição entre liberdade e obrigação, entre interesse e desinteresse, não são contraditórias, mas expressões polares da realidade social complexa. No caso das redes, trata-se de um sistema de ação social produzido por uma articulação racional e desejada pelos atores sociais individuais, envolvidos em um fenômeno social coletivo. Segundo Martins, esta perspectiva está ancorada em abordagens teóricas complexas que apresentam a ação e a estrutura não como opostas, mas como constituintes de um movimento incessante e ambivalente de trocas, que não é estático e, resultando, a cada momento, na criação de novos lugares (estruturas) e de novas identidades (ações). (MARTINS, 2004, p. 23 - 24).

Para Alain Caillé, um dos principais formuladores contemporâneos do paradigma da dádiva e fundador do M.A.U.S.S, a obrigação social que une os membros de uma rede não tem apenas caráter moral, mas igualmente político, dado os interesses dos membros pela aliança:

A rede é o conjunto das pessoas com quem o ato de manter relações de pessoa a pessoa, de amizade e de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade (CAILLÉ, 2002, p. 65).

Ao estabelecerem relações determinadas pelas obrigações que contraem quando se aliam e ao se darem uns aos outros, submetendo-se a lei dos símbolos que criam e põem em circulação, os seres humanos produzem simultaneamente sua individualidade, sua comunidade e o conjunto social em cujo seio se exerce sua rivalidade (CAILLÉ, 2002, p. 67).

A confiança exige um certo risco em acreditar que o outro com quem me relaciono não vai me trair, vai fazer circular os bens recebidos, conformando um novo sistema, uma nova rede social. Na realidade, a perspectiva analítica de Caillé,

para a apreensão das redes sociais, está subordinada a uma relação que procura estabelecer entre dádiva, interacionismo e redes, conforme afirmação de Martins (MARTINS, 2004).

Devemos destacar também a contribuição de Jacques T. Godbout (2004), que relaciona e diferencia redes de aparelhos sociais. Para ele, os aparelhos são agrupamentos de agentes sociais organizados para fins de regulações externas dos públicos. Havendo neste caso, há ruptura entre o produtor e o usuário, entre o exterior (público) e o interior (aparelho propriamente dito). Esta leitura é interessante para se evitar os riscos de se conceber as redes como modismo da atualidade sociológica. Ou seja, reduzir as redes a qualquer modelo organizativo marcado pelo trabalho articulado, sem considerar os outros elementos constituintes de uma rede termina desfigurando o valor do conceito. Ao contrário dos aparelhos, as redes não têm público, a regulação se endereça a um conjunto de membros. Embora Godbout considere a existência de vários tipos de redes, ele aponta algumas características comuns a todas:

[...] estrutura muito mais leve, fracamente hierarquizada, flexível, informal, variável, em oposição aos aparelhos. São sistemas que muitas vezes não tem centro, compostas de entidades relativamente autônomas, cujo funcionamento é impossível de reconstituir segundo um esquema racional central. Mas a auto-regulação parece ser um princípio dinâmico das redes³⁴ (GODBOUT, 2004, p. 80).

Percebe-se como a teoria da dádiva ajuda a explicar os fenômenos das redes sociais e como estas se mostram estratégicas em sociedades complexas, cujas mobilizações por cidadania ultrapassam, o enfoque tradicional que se centra em temas como: geração de trabalho, alimentação, moradia, saúde, educação, saneamento básico e serviços de infra-estrutura coletivos. As redes, diversamente,

³⁴ Esta afirmação de Jacques Godbout está baseada nas pesquisas e publicações de V. Lemieux, como em: “À quoi servent les réseaux?”, Sainte-Foy, Les Presses de l’Université Laval, (Collection Diagnostic, 2000, n° 27). E em “Lê réseux d’acteurs sociaux”, Paris, Presses Universitaires de France (collection Sociologies), 1999.

podem sugerir possibilidades inéditas para a democratização da vida social, seja da mobilização dos atores, seja do sistema político e, especialmente, o sistema estatal. Esta aproximação teórica entre dádiva e redes possibilita uma visão sistêmica, paradoxal e interativa da vida comunitária, cuja dinâmica acontece nas relações face-a-face, na convivência cotidiana, sendo marcadas por solidariedades e relações de amizade, de convivência fraterna e, paradoxalmente conflitual, articula-se com sistemas mais formais e mais amplos.

No contexto de pressões pela reforma do sistema político em geral e especialmente do estatal, a discussão de redes, na perspectiva interativa, parece estratégica para subsidiar teórica e politicamente as mobilizações sociais a favor da cidadania. Por outro lado, ela pode implicar o debate sobre a reforma moral e institucional do Estado, e as iniciativas de descentralização e de criação de esferas públicas democráticas com envolvimento direto das redes sociais locais (MARTINS, 2004, p. 45).

Numa perspectiva próxima, Breno Fontes (2004), sustenta que a teoria das redes ou o chamado “social network analysis” se origina a partir de uma idéia simples mas poderosa: que a tarefa principal do sociólogos é estudar a estrutura social³⁵. Para ele, a análise através das redes permite avançar em um debate histórico no interior da sociologia: em como pensar e analisar a sociedade, a partir da interação dos indivíduos, permitindo-se superar o dilema entre indivíduos e estruturas. Dessa forma, a perspectiva das redes destaca como as pessoas se colocam em relação umas com as outras, tornando possível localizar os indivíduos na sociedade a partir dos contatos e interações que realizam, considerando-se que estas interações conformam o sistema de redes (Fontes, 2004).

³⁵ Breno Fontes usa essa expressão afirmada por B. Vellman, em: “Network analysis: some basic concepts”. In Sociological theory.

Esta linha interpretativa considera a análise das redes como uma poderosa contribuição para os estudos das sociedades contemporâneas e para análise da realidade através do pensamento complexo, ou como um recurso teórico de valor prático:

O conceito de “network analysis”, por sua vez constitui um esforço teórico de localizar estruturas profundas – padrões de redes localizadas por baixo dos sempre freqüentes complexos sistemas sociais existentes na superfície. Os analistas de redes tentam descrever estes padrões e usam as descrições para verificar como as estruturas de redes influenciam o comportamento social, produzindo certas mudanças sociais. Suas descrições estão baseadas em conceitos de laços (ties), conectando nódulos (nodes) em um sistema social, laços que conectam pessoas, grupos, organizações, etc. [...] os analistas das redes concentram-se na estrutura, estudando como os padrões de laços estabelecidos em uma rede provêm tanto de oportunidades como limitações de acesso de pessoas e instituições a recursos e informações, riqueza e poder. Portanto, as análises de redes na perspectiva do ‘network analysis’ tratam os sistemas sociais como redes de relações de dependência resultante de acessos diferenciais a recursos escassos (FONTES, 2004, p. 105 – 106).

Quanto aos tipos de redes, Fontes (2004) apresenta diferenças interpretativas daquelas dos autores historicamente vinculados à teoria dos novos movimentos sociais, bem como os da sócio-práxis, apresentando um modelo mais simples, com ênfase em duas dimensões: as “redes egocentradas”, que são aquelas centradas em torno das relações diretas entre os indivíduos; e as “redes organizacionais”, que são aquelas formadas a partir das instituições. Entre estas últimas, o autor destaca várias possibilidades: redes de movimentos sociais, de narcotráfico, de terrorismo.

Para Fontes as redes de solidariedade estão fortemente presentes na base social, como importantes instrumentos para enfrentamento de situações adversas dos pobres urbanos, principalmente em situações de insegurança econômica e de inexistência dos serviços públicos. Ele localiza nas redes egocentradas, nas relações diretas entre os indivíduos, chamadas de “laços fortes”, nas quais se constroem redes de reciprocidade (2004, p. 59 – 60).

Quanto às redes organizacionais, para sua análise, Fontes incorpora o conceito de relés social³⁶, apontando-lhe importantes funções no sistema das redes:

- 1) Ligar redes não conectadas anteriormente. Pessoas entram em contato através de ‘pontes’ estabelecidas a partir de contextos pré-existentes.
- 2) Formar um ambiente, a organização e a estrutura institucional de um grande número de relações face-a face, daí originando possibilidades de novas redes.
- 3) Gerar novas redes (sub-redes) e ao mesmo tempo renovar o conteúdo das redes antigas (redes de procedência).
- 4) Ser capaz de mobilizar um relê social ultrapassar suas próprias fronteiras, articulando em torno de propósitos, de ações coletivas (FONTES, 2004, p. 131).

Joanildo A. Burity (2004), por seu lado, em seus estudos sobre redes e expressões religiosas, percebe as redes sociais como vivências da solidariedade e de novas práticas de cidadania. Ao mesmo tempo em que reconhece o fenômeno das redes no interior do processo de fortalecimento da sociedade civil, ele admite a necessidade de uma redefinição da fronteira entre Estado e sociedade civil. Afirma que a noção de pura autonomia tem perdido inteligibilidade no contexto atual, destacando-se compromissos, oportunidades e desafios para a ação social a partir de várias iniciativas de colaboração da sociedade com a ação estatal. Esta redefinição de fronteiras não significa incorporação; as redes significam um importante espaço para construção e manutenção da autonomia da sociedade civil.

Nestas novas redes de atores plurais e em transição identitária se ensaia uma ambiciosa porém pragmática articulação entre a ampliação da cidadania, o reforço da malha associativa, a

³⁶ O conceito de relés sociais, ou rede de redes, utilizado por Breno Fontes, é tomado das análises de Ohlemacher para explicar os processos de recrutamento de militantes para os movimentos sociais. In: Redes Sociais e Saúde: novas possibilidades teóricas. Paulo Henrique Martins e Breno Augusto Souto Maior Fontes (org's), em colaboração com Jacques Godbout et al. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004.

reconstrução de laços de solidariedade e reciprocidade entre os indivíduos e grupos e, reinvenção da cultura democrática para combinar pluralismo e diferença com ética e ênfase na inclusão econômica, social, cultural. (BURITY, 2004, p. 16).

Reconhecemos que muitos dos enfoques tratados têm dicotomizado a realidade: grupo e sistema; elos fracos e elos fortes, tecido social comunitário e tecido social associativista; rede submersa e rede associativa; rede latente e rede com visibilidade; rede de solidariedade e rede estratégica. Percebemos, também, que na literatura sociológica atual que lida com a problemática das redes ou da participação social, vários conceitos – por exemplo, desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, sociedade civil, participação social, cidadania - são utilizados por autores de distintas concepções teóricas e políticas, como conteúdos manifestamente ambíguos, com usos não só díspares, mas contraditórios segundo o contexto que são utilizados. No entanto, consideramos que a realidade é muito mais complexa do que as abstrações dos esquemas teóricos. Por isso, do ponto de vista metodológico das ciências sociais, há a necessidade de analisar as experiências empíricas. A este objetivo se dedica a presente pesquisa e o qual será retomado e aprofundado nos capítulos seguintes.

2. 4. Redes Sociais e ação política local e global

2.4.1. Limites da globalização

Em termos globais, as experiências de solidariedade internacional, pelas redes sociais, podem ser registradas a partir da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a conhecida ECO 92³⁷, realizada no Rio de Janeiro

³⁷ Na realidade, a maioria das Conferências temáticas da Organização das Nações Unidas realizadas desde a década de 1980, eram alvos de encontros cada vez maiores por parte de ativistas dos movimentos sociais e ONG's, mas a ECO -92 é considerada como um diferencial devido a sua

em 1992, mais exatamente, a partir do Fórum Paralelo de ONG's e Movimentos Sociais. Esse Fórum demonstrou capacidade de articulação internacional em torno de questões que envolvem o futuro do planeta, conseguindo chamar a atenção da mídia nacional e internacional para posições legítimas divergentes das oficiais. O Fórum se desdobrou em cinco dias de debates, atos públicos e culturais, manifestações populares, envolvendo cerca de 15 mil pessoas. Foi coordenado por algumas organizações da sociedade civil. A grande habilidade metodológica e política, para organização de protestos públicos, bem como para proposição de propostas executáveis Ele simbolizou uma mudança de qualidade no engajamento da nascente sociedade civil mundial.³⁸ (LEITE, 2003: 35).

A partir daí, constituíram-se as bases para afirmar um novo internacionalismo, capaz de se contrapor à doutrina do “pensamento único”, tal qual elaborado pelos teóricos do neoliberalismo, e da globalização hegemônica, conforme tratada no primeiro capítulo. Várias das organizações presentes na ECO 92 voltaram a se encontrar em 1996, no Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, realizado em Chiapas no México³⁹, organizado pela Frente Zapatista de Libertação Nacional (MANCE, 2002).

A Organização Mundial do Comércio (OMC)⁴⁰, criada em 1995, vem se caracterizando como uma das principais instâncias de implementação das políticas neoliberais no mundo atual, justamente por ser hegemonizada por outra instância que

capacidade mobilizadora e, habilidade para contrapor posições daquelas do debate oficial. Possivelmente esta capacidade está relacionada ao tema que envolve em torno do mesmo, movimentos sociais com grande trajetória de experiências e proposições prática e políticas.

³⁸ Após a ECO – 92, foi criada, no Brasil, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), como uma das expressões organizativas nacionais para a continuidade do processo mobilizador e em rede.

³⁹ Localidade onde se destacava um importante levante indígena contra as políticas neoliberais e concentradoras do governo daquele país. Este levante demonstrou extrema habilidade para desencadear solidariedades e sensibilizar a opinião pública internacional.

⁴⁰ A OMC foi criada em janeiro de 1995, ao final da rodada Uruguai do GATT (Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio), que durou de 1986 a 1994. Portanto se inscreve no período da criação de organismos capazes de viabilizar a globalização neoliberal.

controla os processos de globalização, o G –8 (Grupo dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia). Ao lado destas instâncias, constituiu-se o Fórum Econômico Mundial (FEM), ou Fórum de Davos (cidade suíça onde se realiza seus encontros), espaço privilegiado para formulação e divulgação das políticas hegemônicas da globalização. Para José Corrêa Leite⁴¹, estes espaços foram constituídos também como incubadoras do “pensamento único neoliberal” (LEITE, 2003: 09) que se impôs frente aos escombros do Muro de Berlim e da União Soviética, sugerindo ocupar todos os poros da sociedade e de suas instituições, excluindo-se qualquer possibilidade de alternativa. Para este autor, estas instituições e espaços, responsáveis pela condução dos processos de globalização, afirmam as políticas neoliberais como a única possibilidade de garantir progresso:

A abertura de mercados e liberalização econômica, redução da intervenção do Estado na economia e desregulamentação, privatização e garantia da propriedade intelectual, redução dos gastos sociais e aumento da competitividade global tornaram-se mandamentos inquestionáveis. (LEITE, 2003, p.10).

Estas novidades passaram a exigir explicações sociológicas capazes de desvendar as novidades sociais e políticas, suscitadas por este processo, e distintas elaborações passaram a permear o debate teórico. Como vimos anteriormente, a visão entusiasmada de Euclides Mance sobre as redes parece ganhar legitimidade, uma vez que ele trata como as redes locais operam, no sentido de atender demandas imediatas da população, de assegurar a dignidade das pessoas e do direito do bem viver. Mas também ele dá grande ênfase em como as redes combatem as estruturas de exploração e dominação, propondo uma nova formação social, em que a

⁴¹ José Corrêa Leite é membro da Associação pela Tributação de Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC), membro da Secretaria Executiva e do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, autor do livro “Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política”, em colaboração com Carolina Gil. São Paulo, Editora Perseu Abramo: 2003.

solidariedade esteja no cerne da vida, e que, portanto, se configure como uma sociedade pós-capitalista. (MANCE, 2000, 2002, 2006).

Todavia, a abordagem de Mance enfrenta uma clivagem de difícil resolução. Pois, se por um lado, inova ao apresentar as experiências de economia solidária como uma abertura a novas perspectivas de organizar a vida, a produção, o consumo, por outro, quando trata da perspectiva de futuro - o anúncio permanece vinculado a uma tradição finalista, sugerindo que o mundo caminha numa certa direção, mesmo que seja um rumo anunciado apenas pela negação, “não capitalista”. Voltaremos adiante a este debate, para nos determos neste momento às questões diretamente suscitadas pela realização do Fórum Social Mundial.

Numa outra perspectiva, Maria Glória Gohn localiza a realização do FSM como parte do processo de avanço dos movimentos sociais populares, principalmente dos movimentos antiglobalização, destacando o seu modelo como “uma rede de redes”. Assim se expressa a autora:

A novidade do movimento antiglobalização é que ele está unindo, sem apagar as diferenças, num campo de ação comum, grupos políticos e tribos culturais que até então sequer sentavam-se juntos para dialogar. Está também reinserindo os sindicatos, ainda que de forma um tanto marginal, no calendário das lutas sociais. Ou seja, o movimento antiglobalização é em si um ator sociopolítico e está recolocando o tema do sujeito no processo de mudança social, um sujeito político configurado de forma nova, plural e fragmentado pela diversidade de frentes que abrange (GONG, 2003, p. 49)

[...] em Porto Alegre e o novo sujeito político foi delineado: parte de um novo movimento social, o movimento antiglobalização, portador de um projeto político para uma nova sociedade, nos marcos da democracia, com ética e cidadania, e participação direta dos cidadãos na gestão da coisa pública. O que se reivindicou não era um novo regime político, ainda que alguns manifestantes assim se expressassem (localizando-o nos moldes de uma sociedade socialista). (Idem, p. 60 – 61).

2.4.2 Resgate do cosmopolitismo

Também no campo de análise dos movimentos sociais, mas destacando o papel do FSM em uma nova noção de cidadania e de democracia, podemos considerar as contribuições de Boaventura Sousa Santos que analisa tal experiência, por um lado, como a reemergência de uma “utopia crítica”⁴² e, por outro, como parte de uma “sociologia das emergências”. Para ele, o FSM é a primeira utopia crítica do século XXI, e rompe profundamente com a tradição das utopias críticas do Ocidente. Considera que esta é

[...] uma utopia radicalmente democrática é a única utopia realista depois de um século de utopias conservadoras, algumas delas resultados de utopias críticas pervertidas. Este projeto utópico, baseado na negação do presente em vez de assentar na definição do futuro, concentrado nos processos de intercâmbio entre os movimentos e não na avaliação e hierarquização do conteúdo político destes, é o maior fator de coesão do FSM. Ajuda maximizar o que une e a minimizar o que divide, a celebrar o intercâmbio em vez da disputa pelo poder, a ser uma presença forte em vez de ter simplesmente uma agenda. (SANTOS, 2005, p. 17).

Santos localiza no FSM uma “sociologia das emergências”, que busca identificar e ampliar os sinais de possíveis experiências futuras, sinais inscritos em tendências e latências que são ignoradas pela racionalidade e pelo saber hegemônicos. A sociologia das emergências opera uma ampliação simbólica, em que identifica sinais, pistas ou traços de possibilidades futuras em tudo o que existe. A noção de pista compreendida como o anúncio de algo que está para vir e que já há um caminho, é essencial para as práticas humanas e sociais. (SANTOS, 2005, p. 30 - 34).

Santos credita ao FSM a possibilidade e a realização presente de uma “política cosmopolita subalterna”, definindo-o como uma experiência de emergência

⁴² Boaventura Sousa Santos (2005) assume a percepção de Ernst Bloch sobre as utopias, incorporando as concepções e os desejos de uma vida e de uma sociedade melhores, presentes desde sempre na história humana, exprimem as tendências e as latências de uma dada época e uma dada sociedade.

política marcada por várias novidades. Revelaria uma concepção muito ampla de poder e de opressão, desvendando a globalização neoliberal, as formas de exploração estão articuladas a outras formas de opressão, que afetam mulheres, indígenas, camponeses, idosos, imigrantes, deixando-os sem perspectivas de um futuro digno. Outra novidade seria a equivalência entre os princípios da igualdade e do reconhecimento da diferença, uma vez que vivemos em sociedades que são escandalosamente desiguais. Contudo, não basta a luta pela igualdade como princípio mobilizador de um projeto emancipatório, uma vez que a igualdade, entendida como equivalência, acaba por excluir o que é diferente e a história tem apresentado várias demonstrações desta exclusão. Isto não significa diminuir a importância da luta pela igualdade, apenas relacioná-la com a valorização da diferença. Destaca-se também no autor, uma nova noção de internacionalismo construída na experiência política do FSM:

O internacionalismo promovido pelo FSM representa um afastamento drástico da velha forma de internacionalismo que dominou a política anticapitalista ao longo do século XX. Essa forma baseava-se em quatro premissas principais: um ator principal privilegiado (operários ou operários e camponeses); um tipo privilegiado de organização (sindicatos e partidos operários conjuntamente com suas federações e Internacionais); uma estratégia definida a partir do centro (as resoluções das Internacionais); uma política originada no Norte e formulada de acordo com os princípios políticos prevalentes no Norte anticapitalista.” (SANTOS, 2005, p. 38).

Já o internacionalismo visado pelo FSM celebra a diversidade social, cultural, política dentro de limites amplos definidos pela carta de princípios. Abrange um grande leque de diferentes organizações, sendo concebido como um incubador de novas redes geradas por iniciativa dos que nelas participam. Defende que organizações e grupos podem desenvolver ações articuladas, criar laços de solidariedade sem necessariamente serem idênticos ou homogêneos, considera que as diferenças culturais e políticas podem ser capacitantes e não paralisantes, como fontes de criatividade e inovação política. O fato de ter iniciado no Sul, na América Latina e no Brasil, em que uma longa trajetória de décadas de trabalho de educação popular, suscitou vários movimentos de base, promovendo uma cultura política híbrida que relaciona estes movimentos, com experiências de democracia participativa, da teologia da libertação,

das lutas contra a ditadura, bem como uma política de esquerda (velha e nova) de tradição ocidental (Idem: p. 39).

Apesar do reconhecimento dos importantes avanços na afirmação da estratégia e ação políticas do FSM, verificados, sobretudo, a partir da tradução da utopia em ação política, Santos reconhece que as tensões e divisões também são uma realidade no interior do Fórum. Cenas como a pizza jogada no rosto da ministra da juventude francesa (membro do Partido Comunista daquele país) por militantes anarquistas, vaia e tentativas de impedir pronunciamento de organizações sociais ou intelectuais dos Estados Unidos, são apenas alguns exemplos. Mas a dinâmica do FSM tem conseguido criar uma atmosfera de inclusão, tornando bastante difícil que as diferentes facções políticas discordantes se auto-excluam, sob o pretexto de estarem a ser excluídas (estão apenas excluídos, pela carta de princípios, os grupos e movimentos que advogam a violência). Certamente, a forma organizativa em rede é um elemento incluyente, que também evita ou inibe exclusões.

Até agora, a vontade de convergência e uma certa partilha das diferenças têm sido maior do que as divergências. Inclusive porque ninguém quer ficar de fora da mais criativa e inovadora expressão aglutinadora dos setores empenhados na reinvenção da emancipação social, num tempo de poucas alternativas. Mesmo assim, as tensões ou clivagens precisam ser explicitadas, para que se possa avançar no debate e na reflexão entre o conjunto diverso, e mesmo confuso, de redes e articulações que atualmente estão vinculadas ao FSM. Neste sentido, apresentamos algumas das clivagens sistematizadas por Santos. Adiantando, contudo, que muitas destas clivagens não são específicas do FSM, mas estão presentes no legado histórico das forças sociais e políticas que lutam por uma sociedade qualitativamente melhor. Apresentemos tais clivagens:

“Reforma ou revolução” – trata-se de uma clivagem entre os que pensam que “um outro mundo é possível através da transformação gradual do mundo injusto em que vivemos, mediante reformas legais e mecanismos de democracia representativa” (SANTOS, 2005, p. 91), e outros que fazem uma crítica radical ao chamado gradualismo, alegando que o sistema capitalista não tolerará reformas profundas capazes de afetar o seu funcionamento, “devendo ser derrubado e substituído por um mundo socialista” (Idem, p. 91). Para muitos movimentos e ativistas, esta clivagem faz parte do passado, de uma esquerda ocidentalocêntrica, cujo exemplo serve para compreender mais o passado da esquerda do que para construir o seu futuro.

Semelhante a esta, outra clivagem se apresente entre “Socialismo ou emancipação social”. Para alguns, o socialismo ainda é uma designação adequada, pois expressa um projeto de futuro sob bases reais; para outros, o socialismo transporta a idéia de uma sociedade fechada. Estes últimos fazem, inclusive, severas críticas as experiências realmente existentes, preferindo, portanto, uma expressão mais aglutinadora e menos carregada politicamente e aprioristicamente, como a de emancipação social.

Ainda neste campo político, mas preocupados com a ação dos movimentos no presente, destacamos mais três clivagens: “O Estado como inimigo ou como aliado potencial”. Esta clivagem, além de um debate histórico, tem ingredientes novos, a partir do processo de globalização, pois muitos acham que “o Estado foi transnacionalizado e transformado num mero agente da globalização neoliberal nos últimos 25 anos. Ou o Estado se tornou irrelevante ou é hoje o que sempre foi: a expressão dos interesses gerais do capitalismo”. (SANTOS, p. 91). De outro lado, estão aqueles que consideram as importantes conquistas na relação com a luta institucional, insistindo que o Estado é uma relação social, e que aí também se

revelariam as contradições da sociedade capitalista, podendo ser aliado em algumas lutas contra a opressão e pela ampliação das experiências democráticas.

Decorrente desta, outra clivagem se apresentaria na forma de “Ação direta ou ação institucional”. Ou seja, muitos movimentos e redes acreditam nas lutas legais, baseadas no diálogo e no compromisso com instituições do Estado ou agências internacionais, como formas de ampliar as conquistas e avançar rumo a um outro mundo possível; outros advogam que só a ação direta, o protesto de massas, as greves, garantem sucesso das lutas. Parece todavia, que a grande maioria dos movimentos e redes prefere não tomar partido nesta clivagem, assumindo, na prática, uma ou outra posição, dependendo da análise que fazem a respeito de sua própria capacidade mobilizadora, do acúmulo de forças e de condições históricas e jurídicas. Destaca-se ainda, neste bloco de clivagens, as “Lutas nacionais ou lutas globais”, com alguns defendendo a prioridade para ação em cada país e outros advogando a internacionalização como única forma de barrar a ofensiva da globalização neoliberal.

Por fim, destacamos ainda duas clivagens: “O princípio da igualdade ou o princípio do respeito pela diferença”. A igualdade esteve na pauta da secular luta por uma sociedade melhor, havendo a necessidade de ser permanentemente afirmada, devido aos níveis de desigualdades nas nossas sociedades. Nos últimos anos, no entanto, a valorização da diferença tem se imposto como exercício da liberdade, havendo um certo consenso entre os movimentos presentes no FSM de que a luta de qualquer um deles deve ser articulada com a luta pelo outro. Ainda assim há ativistas e mesmo movimentos que insistem em expressar uma primazia de um sobre o outro.

E finalmente destacamos a clivagem a respeito do modelo organizativo e do caráter do FSM, nos seguintes termos: “O FSM como um espaço ou como um

movimento”. De um lado existem aqueles que defendem o FSM como um “movimento de movimentos”, dentre esses defensores encontram-se principalmente ativistas de grandes movimentos sociais, pois consideram que se o Fórum não se tornar um sujeito político com nome próprio, capaz de deliberar e assumir grande lutas internacionais, logo será desacreditado e nomeado como um espaço de conversas inconseqüentes. Afirmam que “A celebração da diversidade, por muito louvável que seja, se for abandonada a si própria terá um efeito paralisante e tornar-se-á um brinquedo nas mãos da dominação capitalista” (SANTOS, 2005, p. 98). Por outro lado, a posição dominante entre ativistas e organizações do Comitê Internacional do FSM, balizada nas experiências de redes sociais mais plurais, concebem o Fórum como um espaço, um ponto de encontro onde ninguém pode ser ou sentir-se excluído, conforme a sua carta de princípios. Para estes, tentar eliminar as contradições no interior do Fórum, para torná-lo mais homogêneo ou para afirmar hegemonias, é aspiração de grupos inspirados na tradição clássica da esquerda. Esta posição, embora legítima, destruiria a novidade do FSM e o seu potencial para criar um novo mundo possível. Há, ainda, posições intermediárias entre as posições extremadas: a idéia do FSM como “rede de redes”, como possibilidades de fazer uma mediação, respeitando a tradição do Fórum e incorporando aos poucos algumas inovações. Certamente, o pensamento das redes, as experiências práticas e as elaborações teóricas e políticas poderão muito contribuir neste debate, como forma de potencializar o futuro do Fórum.

Reconhecemos a diversidade de enfoques no trato das redes sociais, a qual é motivada pelo fantástico crescimento das experiências locais e globais de redes, sobretudo na última década. Percebemos que distintas ênfases se afirmam, ora pelo reconhecimento da capilaridade de “volta a arte da associação” (LOPES, 2006) que

reconhece a força das redes para essa disseminação de valores e práticas na base social; ora pelo reconhecimento do trabalho articulado que aponta para transformações estruturais, o que é verificado nas experiências de democracia participativa e na pujança do Fórum Social Mundial. Voltaremos adiante a esta reflexão, ao relacionarmos este debate sociológico com a pesquisa empírica que realizamos sobre o assunto.

Para a nossa análise, estamos assumindo as redes como conceito propositivo dos movimentos sociais e de atores interessados em processos de transformação social com base na ação coletiva, voltada para a construção de uma nova utopia democrática, conectando o local, o específico, o micro com os interesses gerais da cidade, da nação, do planeta. Além disso, esta concepção incorpora as solidariedades que se manifestam no dia a dia, os valores, bens e símbolos compartilhados, a colaboração e a participação comunitária, que constituem grande capilaridade social, permitindo permanente movimento de trocas e cuidados que possibilitam o dinamismo social na perspectiva do viver melhor.

Como consequência do avanço dessas mobilizações em rede, provocando ampliação da esfera pública não estatal e não governamental, mas assumindo proposições e negociações, o que provoca modificações nos procedimentos governamentais, consolida-se no Brasil o que vem sendo conhecido como democracia participativa. A pesquisa de campo realizada para a presente tese, registra algumas experiências e alguns instrumentos de participação social nas políticas públicas e nas decisões locais, conforme podemos verificar no capítulo seguinte.

III CAPÍTULO

3. CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA.

3.1. Apresentação do capítulo:

A afirmação e a defesa da democracia, no atual contexto, tornou-se uma bandeira levantada nos mais diversos discursos políticos e pelas forças sociais as mais díspares, abrangendo um grande leque de perspectivas políticas e ideológicas (todos defendem a democracia). Tal aparente unanimidade provoca mais confusão do que esclarecimento em torno de um conceito tão caro à ciência política e às práticas sociais, políticas, governamentais e estatais. Deste modo, é necessário identificar, nesses contextos, experiências práticas com potencial para permitir-nos explorar a ligação entre a democracia e a criação de novas solidariedades. Para a análise que estamos realizando, interessa perceber as práticas democráticas em que a solidariedade social poderá ser efetivamente renovada com base na confiança ativa e no dever, que implicam em reciprocidades e compromissos.

Multiplicam-se diversas experiências de participação cidadã nas quais se verificam, da parte da sociedade e da parte do Estado, inovações no campo da participação democrática como os Conselhos de gestão de políticas públicas, o Orçamento Participativo, os referendos populares, as audiências públicas, as conferências de políticas específicas. Atualmente, em todos os pontos do país, registram-se experiências de participação popular nas decisões públicas, realizando-se um verdadeiro “treino” democrático em que se consolidam tanto a participação em torno das decisões de interesse público quanto as organizações específicas da sociedade civil, que passam a assumir uma dimensão estratégica em torno daquilo

que se tem afirmado como Democracia Participativa. Conforme Elenaldo Teixeira (2001), “No espaço público (fóruns, redes, plataformas) tematizam-se questões de interesse geral, realizam-se negociações, formulam-se proposições de políticas públicas e pode-se exercer o controle social dos atos e decisões do poder político”. (TEIXEIRA, 2001, p. 20). Além dos elementos procedimentais e metodológicos da intervenção social, esse autor registra a afirmação de valores e comportamentos como marcas de tais ações: “[...] Nessas ações encontram-se elementos de solidariedade, respeito às diferenças, busca de convencimento racional mediante o debate público das ações, num processo de *empowerment* dos segmentos sociais hoje marginalizados”. (Idem, 2001, p. 194).

As experiências demonstram que a participação cidadã tem se revelado como uma grande novidade no cenário local, nacional e internacional, sobretudo nas duas últimas décadas, expressando-se em significativos fenômenos de mobilização popular, de construção de vínculos sociais, de negociação de políticas públicas, ampliando imensamente a chamada esfera pública não estatal, modificando procedimentos governamentais e redimensionando a qualidade dos processos reivindicatórios e de mobilizações coletivas. Tal processo, em grande medida, é responsável pelo avanço político do que chamamos de democracia participativa, conforme acima anunciado.

Registramos durante nossa pesquisa de campo para presente tese, diversas experiências de participação espontânea e dedicada, cotidianamente realizada por dezenas de milhares de pessoas, quase sempre das classes populares, participando de reuniões, plenárias e assembléias, realizando levantamentos de casa em casa para sentir as principais necessidades das comunidades, debatendo desde os espaços comunitários locais até as conferências municipais, participando de negociações e

mobilizações nas Câmaras de Vereadores e Prefeituras, realizando marchas e atos públicos para pressionar o poder público no sentido de considerar as suas reivindicações ou sensibilizar o conjunto da sociedade sobre a justiça de sua causa, visitando os meios de comunicação social para divulgar suas ações, necessidades e propostas. Trata-se de uma dedicação entusiasmada e de um profundo compromisso de luta “por dias melhores”, “por justiça social”, que leva as pessoas a empregar seu tempo livre em tal processo participativo, geralmente pagando passagens do seu próprio salário, contribuindo financeiramente para a compra do lanche servido nas reuniões, para alugar o carro de som, para comprar papel, imprimir e distribuir o panfleto.

Trata-se de um investimento gratuito, sem garantia de retorno, ou com possibilidades de retorno coletivo para um grande número de outras pessoas, inclusive muitas desconhecidas, com o intuito de buscar “dias melhores”, mas principalmente de construir e manter o vínculo social. Esse investimento estamos considerando como o exercício da dádiva, tal qual formulada por Marcel Mauss, caracterizada pela tripla obrigação e a tripla liberdade de “dar, receber, retribuir”.

No presente capítulo, adiantamos o debate que será tratado na relação com as experiências concretas nos dois próximos capítulos. Pretendemos evidenciar as relações das redes sociais com os processos de construção democrática no Brasil, com a participação cidadã e as com novas expressões da sociedade civil, bem como a relação dessas experiências com o debate democrático contemporâneo. Trataremos também de focar o paradigma da dádiva como referência explicativa para a análise das novas experiências democráticas vividas no Brasil, que apresentam peculiaridades significativas, marcadas tanto pela tradição política extremamente

autoritária e excludente quanto pela emergência de uma nova cultura política forjada nas lutas sociais e populares, “quando novos personagens entram em cena”.⁴³

3.2. A luta pela democracia:

A história brasileira tem sido marcada por “transições pelo alto”, por processos políticos altamente concentradores, tendo as elites econômicas e políticas permanecido distantes das classes populares, mantendo-se secularmente, por meio de acordos e alianças, um certo equilíbrio nas disputas entre os diversos segmentos das elites no controle do poder político nacional e nos estados, sem que se percebam mudanças substantivas entre esses diversos segmentos. Essa realidade tornou popular a expressão utilizada por Raimundo Faoro (2001)⁴⁴, de que não existe conservador mais radical do que um liberal no poder, e vice versa.

Isto não significa que os setores oprimidos não se mobilizem ou não se esforcem para intervir na política nacional e na organização da sociedade. Diversos registros dão conta da imensa lista de iniciativas de participação social na vida pública, desde o período colonial. Essas experiências participativas, vêm desde as históricas revoltas contra o sistema colonial, passando pelas lutas abolicionistas, os diversos movimentos mutualistas, a resistência cultural nas confrarias religiosas, o movimento sindical e suas diversas tendências ou concepções que se formam com a própria formação da classe operária, os vários movimentos comunitários. O problema é que suas bandeiras nunca, ou raramente, foram incorporadas ao modelo

⁴³ Expressão utilizada por Eder Sader (1988), em livro com o mesmo título: **Quando novos personagens entram em cena: experiências falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo** (1970 – 80). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

⁴⁴ FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo/Publifolha, 2001. 2 v.

de desenvolvimento nem às formas de exercício do poder, firmemente controlados pelas elites. Sendo a questão social tradicionalmente tratada como questão de polícia.

Registra-se como raro momento de experiência democrática na história brasileira, o período entre a queda do Estado Novo, justamente motivada pelos ventos democráticos que sopravam no pós-guerra, e o novo golpe militar de 1964. Percebendo-se uma crescente participação da sociedade civil na coisa pública, com destaque para as entusiasmadas campanhas “o petróleo é nosso” e “pelas reformas de base”. Destacam-se nesse período, as importantes iniciativas dos movimentos sociais como o movimento sindical urbano, o movimento contra a alta do custo de vida, os movimentos de juventude católica (JAC, JEC, JIC, JOC, JUC), o movimento estudantil, principalmente universitário, o movimento cultural, com destaque para os CPC’s (Centros Populares de Cultura) criados pelos estudantes, os movimentos de educação popular animados pelas experiências iniciadas pelo educador Paulo Freire e pelo Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Igreja Católica, as Ligas Camponesas, que demonstravam espetacular capacidade mobilizadora pela realização da reforma agrária, sobretudo no Nordeste brasileiro. Sobre esses movimentos podemos destacar, entre outros, os estudos de Maria da Glória Gohn (2001), Maria Valéria Rezende (1985), Eder Sader (1988).

O golpe militar de 1964 desencadeou uma violenta perseguição a esses movimentos, visando à sua destruição. Esse golpe foi o instrumento de uma rearticulação das forças políticas dominantes, que nunca conseguiram dialogar com as demandas populares, muito menos quando organizadas em movimentos sociais, mas foi também parte de um ciclo de regimes de exceção patrocinado em quase toda a América Latina, pela política externa dos Estados Unidos. A intervenção norte-americana procurava justificar-se, naquele período, pela “guerra fria”, isto é, a

disputa entre aquele país e a União Soviética pelo controle da política internacional, expressando-se como disputa entre capitalismo e socialismo que, por sua vez, no discurso dos governantes norte-americanos e dos golpistas latino-americanos, era interpretada como disputa entre democracia e comunismo.

Contudo, os movimentos sociais não chegaram a ser completamente dizimados no primeiro período do regime autoritário. Ainda em 1968, os acontecimentos que sacudiram a França e diversos países do mundo, conforme apresentados no primeiro capítulo, repercutiram também no Brasil, marcando um ano de explosões de rebeldia em toda a parte, mobilizações estudantis com grande adesão popular desencadearam-se no Rio de Janeiro, em Goiás, São Paulo, Ceará, Pernambuco, entre outros. Expressão mais visível dessas mobilizações, foi a Passeata dos cem mil, realizada no Rio de Janeiro, ápice de um *crescendo* de manifestações em protesto contra o assassinato (pela polícia) do estudante secundarista Edson Luís, de 16 anos de idade.

Além dos estudantes, os operários metalúrgicos também protagonizaram importantes mobilizações no período, como foram as importantes greves operárias de 1968 em Contagem (MG) e Osasco (SP). Em ambos os casos, a greve e os diversos atos de protesto foram reprimidos violentamente, tendo seus líderes sido presos e torturados.

Esse crescimento das mobilizações de massa do ano de 1968 foi brutalmente interrompido pelo Ato Institucional número 05 (AI – 5) de dezembro de 1968, significou o endurecimento do regime militar. Esse decreto federal, que aprofunda o regime de exceção no país, leva à perda dos direitos políticos de inúmeras personalidades e políticos discordantes da política estabelecida pelo golpe. O Congresso Nacional foi fechado, a censura se intensificou, os partidos políticos

existentes foram abolidos, permitindo-se legalmente apenas dois, a ARENA governista e o MDB oposicionista, criados pelo AI5. Esse decreto, sobretudo, legalizou a intensificação da perseguição e da repressão contra os movimentos sociais, crescendo imensamente, a partir daí, prisões, torturas, exílio, assassinatos e constrangimentos de todo tipo contra várias lideranças sociais e políticas no país.

Ainda em torno de 1968, dera-se início a importantes movimentos sociais que vão marcar as lutas populares nos anos seguintes. As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), vinculadas à Igreja Católica e a algumas igrejas protestantes, e as organizações chamadas Pastorais Sociais foram importantes pólos aglutinadores das pessoas e grupos, possibilitando um espaço aberto e plural de reestruturação da sociedade. Apesar da brutal perseguição, essas comunidades experimentaram um processo crescente de ampliação, tanto do número de pessoas envolvidas quanto das temáticas enfrentadas, das bandeiras de lutas que assumiram e dos seus campos de ação direta, tornando-se numa “sementeira de formação de novas lideranças sociais e, num pólo aglutinador das lutas comunitárias, que, devido ao contexto da época, logo se transformaram em lutas políticas”. (BRITO, 1989, p. 182).

Além desse espaço associativo na base, essas comunidades e pastorais obtiveram importante sucesso provavelmente devido a dois aspectos complementares: contavam com um corpo de intelectuais que lhes prestava assessoria e apoio com significativa qualificação metodológica e sensibilidade solidária, formado por agentes de pastoral, religiosos e religiosas que foram “viver no meio do povo”, e por intelectuais progressistas impossibilitados de exercer trabalhos semelhantes em outros espaços de organização social ou acadêmica; contavam com o beneplácito e mesmo com o engajamento ativo de parte significativa da hierarquia das igrejas e suas estruturas, formada por bispos, padres,

superiores de congregações religiosas, pastores, comprometidos com as bandeiras dos direitos humanos. Vários setores religiosos apoiavam as lutas e organizações pela libertação dos oprimidos (entre 1968 e 1980 deu-se o auge da Teologia da Libertação e da força das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla), cedendo até mesmo os espaços físicos de suas igrejas, oferecendo assim as condições materiais e institucionais para manutenção e ampliação das organizações e ações de resistência popular (BRITO, 1989).

Na primeira metade da década de 1970, a repressão policial e política foi intensa, os cárceres ficaram lotados, as invasões dos espaços associativos, dos locais de reuniões e assembléias sucediam-se cotidianamente, com vários casos de tiroteios e explosões de bombas onde o povo estava reunido, inclusive em igrejas.

Apesar disso, conseguiam manter-se os espaços de aglutinação e reflexão, muitos na clandestinidade, alguns nos limites da estrutura sindical altamente vigiada, a maioria em grupos com pouquíssima estrutura organizativa. Em 1973 (no auge do período mais violento do regime militar, com o governo Médice), os bispos e superiores religiosos do Nordeste, sob a liderança de Dom Helder Câmara, lançam o manifesto “Eu ouvi os clamores do meu povo”, destinado a ter repercussão limitada, devido à censura sobre a imprensa, mas que circulou amplamente através das redes de comunicação da Igreja Católica, estimulando grupos, comunidades, personalidades formadoras de opinião, para manter acesa a luta contra a ditadura e pela organização popular, inclusive com repercussão internacional, estimulando ações solidárias aos brasileiros em outras partes do mundo. Em 1974, registram-se grandes mobilizações em torno dos transportes coletivos com incêndios de trens e ônibus em Brasília, Rio de Janeiro e Salvador. Nesse mesmo ano, a oposição ganha as eleições em 17 estados da federação. E, em 1975, com o assassinato do jornalista

Wladimir Herzog, nos “porões da ditadura”, mais precisamente no DOPS de São Paulo (que a polícia e o governo apresentaram à sociedade como tendo sido suicídio), organiza-se uma grande celebração ecumênica na catedral metropolitana de São Paulo, transformando-se no primeiro ato público de enfrentamento ao regime militar realizado pelas forças democráticas da sociedade brasileira.⁴⁵

A partir daí, ganham legitimidade as organizações sociais locais, bem como força-se a abertura do debate em torno da redemocratização do país. E em 1977 e 78, ganha visibilidade as oposições sindicais, o movimento operário, o movimento estudantil, inicia-se um importante movimento contra a carestia. E, registra-se a retomada pública das primeiras articulações nacionais, tanto em torno das lutas populares (salário, terra, saúde, custo de vida, creches), quanto em torno das bandeiras da redemocratização, como a anistia, a abertura política, a constituinte, eleições diretas.

O ano de 1979 é emblemático, não só porque a ditadura militar vai ser obrigada, finalmente, a anistiar presos e exilados políticos, mas especialmente do ponto de vista da relação entre luta social e luta política no Brasil. Após várias mobilizações populares como passeatas, greves, atos contra a carestia, por creches, por serviços de saúde, resistência contra a expulsão da terra, além de grandes greves operárias no ABC, conforme tratado no segundo capítulo, registram-se outras várias e importantes ações pela abertura política e pela redemocratização do país. Dá-se significativa aproximação dos movimentos sociais populares com o movimento

⁴⁵ Deste período da história brasileira dão testemunho os arquivos do semanário *Jornal Movimento*, cujo primeiro número saiu em 07 de julho de 1975, e tinha no conselho editorial: Alencar Furtado, Audálio Dantas, Chico Buarque, Edgar da Mata Machado, Fernando Henrique Cardoso, Hermilo Borba Filho e Orlando Villas-Boas. -Podemos consultar do primeiro número até o nº 318, da semana de 03 a 09 de agosto de 1981. Consultamos também a coletânea do semanário *Opinião*, desde o primeiro número, lançado na semana de 06 a 13 de novembro de 1972, (diretor, Fernando Gasparian; redator chefe, Argemiro Ferreira, secretário, Oséias de Carvalho) até o nº 220, de 21 de janeiro de 1977. O estudo mais sistemático sobre este período da história do Brasil, porém, está certamente contido na trilogia organizada por Élio Gaspari (2003): I – **A ditadura envergonhada**; II – **A ditadura escancarada**; III – **A ditadura derrotada**. São Paulo, Companhia das Letras.

sindical e os outros segmentos sociais e políticos empenhados nas lutas pela redemocratização. Apesar dessa bandeira apresentar-se como unificadora dos diversos segmentos sociais e políticos interessadas na retomada da democracia, já se percebiam diferenças de concepções e de práticas entre as forças em ação no período. O Jornal semanário Movimento, em suas edições entre os meses de maio e novembro de 1979 registra a intensidade e a euforia desse debate.⁴⁶

A edição número 213 do Jornal Movimento, da semana 30/07- 05/08 de 1979, publica a “Carta de Porto Alegre”, documento síntese do resultado do Encontro entre os denominados autênticos do MDB, intelectuais progressistas e representantes do novo sindicalismo e dos movimentos populares de então. A seção 4 do referido documento assim aborda as “lutas democráticas em suas propostas”:

“Busca de unidade em torno de todas as lutas democráticas: anistia ampla geral e irrestrita; convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, soberana e democrática; eleições livres e diretas em todos os níveis; liberdade de organização partidária; pelos direitos políticos e sociais das minorias étnicas; solidariedade à luta das mulheres, tanto pelos seus direitos de igualdade quanto pelos seus direitos diferenciados; pela manutenção e expansão das áreas verdes e de lazer; rígido controle da poluição; denúncia da destruição da natureza como consequência da hegemonia dos interesses privados sobre os coletivos; por uma política energética que consulte os interesses nacionais, inclusive com a revisão do acordo nuclear; extinção de todos os atos, decretos e tribunais de exceção e das chamadas salvaguardas; extinção da Lei de Segurança Nacional; pleno respeito aos direitos humanos e pleno direito de defesa; fim da incomunicabilidade nas prisões [...]”. (Carta de Porto Alegre, Jornal Movimento nº 217, 27/08 a 02/09 de 1979).

Apesar de reconhecer que o centro da luta naquele momento era a democratização da vida nacional, portanto contra a ditadura militar e sua política

⁴⁶ O Jornal Movimento foi a principal expressão da “imprensa livre” ou “imprensa alternativa” durante a ditadura militar. O debate sobre a redemocratização, e especialmente sobre a reforma partidária, está registrado, entre outros, em seu número 211, de 16 a 22 / 07/ 1979, confrontando-se as posições de Alberto Goldman, Fernando Henrique Cardoso, Duarte Pacheco Pereira e Wagner Lima (sindicalista do ABC, representando Lula que esteve doente no dia do debate). Mas o debate mais acalorado e politicamente pontuado, está registrado no mesmo jornal de número 217, de 27/08 a 02/09/1979, entre representantes de forças sociais e políticas então envolvidas no debate: Fernando Henrique Cardoso, porta voz do “grupo autêntico” do MDB; Moniz Bandeira, representante do PTB (brizolista, ainda na ilegalidade), que naquele momento era o porta voz da social-democracia no Brasil; Olívio Dutra, representante do novo sindicalismo (ou do “espírito de São Bernardo”, que naquele momento se articulava com o conjunto dos movimentos populares); general Hugo Abreu, representante da Frente pela Redemocratização.

repressiva e autoritária, através das bandeiras da anistia, da Constituinte, das liberdades de expressão, liberdade de organização partidária, eleições livres e diretas, o documento lança a afirmação de que a luta democrática não se restringe às formas de governo. Ao afirmar a dimensão da solidariedade com as mulheres, em suas lutas pela igualdade e defesa das diferenças, o documento traz para o debate público a questão das relações de gênero, tratada até então como do âmbito privado, e inicia também a incorporação das questões étnico-raciais, ambientais e de defesa da natureza, bem como o direito ao lazer, ao debate democrático.

É possível notar aqui que, uma década após as mobilizações sociais e publicização dos valores defendidos em 1968, apesar da violenta repressão institucionalizada no país, alguns valores e ideais ressurgem, articulando-se com a questão democrática e relacionando a perspectiva das formas procedimentais de governo democrático com questões e atitudes do cotidiano, com os valores e comportamentos da sociedade.

Após as grandes mobilizações do final da década de 1970, nos anos 80 constata-se duas dimensões da relação entre os movimentos sociais e a construção democrática no Brasil: a participação nas grandes frentes de luta pela redemocratização, com a importante campanha das “Diretas Já!” e pela Constituinte; a articulação, consolidação e estruturação dos próprios movimentos sociais.

Entre 1983 e 1985, em torno da campanha pelas eleições diretas para Presidente da República, constituindo-se uma frente social e política com amplo campo de representação das forças progressistas e humanistas da sociedade brasileira, realizaram-se as maiores manifestações populares de rua da história republicana brasileira. Tendo sido realizado a eleição no Congresso Nacional, com a eleição de um dos líderes da campanha, Tancredo Neves, que morreu antes de tomar

posse. Em seguida, registra-se intensa mobilização para a intervenção articulada em torno da Constituinte, conforme já nos referimos no segundo capítulo, na seção 3: “Redes sociais e ação política local e global”.

3.3. Expansão dos movimentos sociais:

Quanto à dimensão da consolidação e estruturação dos próprios movimentos, verifica-se na década de 1980 uma grande ampliação diversificação de organizações sociais, com diversos modelos organizativos, formas de mobilização, bandeiras de luta, relações com mediadores e interlocutores, processos de formação das lideranças populares. Nesse período se consolidam muitos grupos e entidades locais, mas também expressões locais de movimentos nacionais, sendo essa a década do crescimento da organicidade dos movimentos, como condição para permanência de seus processos de mobilização e articulação. Entre os movimentos e organizações consolidados nesse período, podemos destacar:

Os movimentos ligados às necessidades coletivas e à sobrevivência de imensos agrupamentos sociais: esses podem ser considerados os movimentos com maior capacidade mobilizadora, assumindo condição hegemônica no interior dos movimentos sociais e da sociedade civil brasileira, demonstrando também uma forte capacidade de pressão junto aos poderes públicos. Dentre eles destacam-se: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); os diversos movimentos de defesa da moradia popular, como o Movimento de Luta por Moradia (MNLN) e a União das Lutas por Moradia Popular (ULM), as Associações Comunitárias que em geral se articulam em torno de Federações Municipais e Estaduais de Associações de Moradores. O Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), e outros movimentos de cortiços, de inquilinos, de mutuários do sistema financeiro de habitação e outros

moradores de conjuntos habitacionais, podem-se vincular a esse bloco de movimentos populares.

Entre os *movimentos ligados à temática da saúde*, destacam-se o Movimento Popular de Saúde (MOPS) e a Pastoral da Criança, que realizam intenso trabalho de defesa da saúde popular, criando alternativas de combate à mortalidade infantil, desenvolvendo iniciativas de alimentação saudável e de remédios caseiros de fácil acesso para as populações empobrecidas. Por outro lado, desenvolvem ações de pressão junto aos poderes públicos para que realizem políticas que atendam à população.

Movimentos ligados a identidades coletivas, formados pelos diversos movimentos de mulheres (grupos das periferias urbanas, de igrejas, de camponesas, por atividade profissional como as quebradeiras de coco babaçu, grupos ligados aos diversos trabalhos de ONG's), movimentos indígenas, de meninos e meninas de rua, de homossexuais e lésbicas, de portadores de necessidades especiais, movimentos de negros que depois gerarão o movimentos de quilombolas, etc.

Movimentos de Juventude, tradicionalmente marcado pelo movimento estudantil, tanto secundarista quanto universitário, até o AI5. No período que agora descrevemos, contudo, percebe-se a crescente diversificação, com forte motivação religiosa (católica, evangélica, espírita) e cultural para a movimentação juvenil, sobretudo no campo da arte e da cultura com uma multiplicação espetacular de diversos grupos de teatro popular, de dança, de hip-hop, de capoeira. O grande crescimento da capacidade mobilizadora dos jovens vai ser responsável pelo recolocação de suas bandeiras e problemáticas específicas na agenda social e política nacional nas décadas seguintes.

Movimentos Ligados ao mundo da produção e à geração de trabalho e renda geralmente formam-se em torno dos “projetos alternativos”, muitos ligados ao trabalho artesanal, à produção agrícola, cooperativas de pequenos produtores, feiras agro-ecológicas. São diversas iniciativas articuladas em torno do que se convencionou chamar de economia popular e solidária. Nesse campo, o movimento sindical tem feito um grande esforço de se reciclar, ancorando-se para tal em torno do chamado “sindicalismo cidadão”.

Consolidaram-se também nesse período, *vários movimentos e organismos de inspiração religiosa, de motivação cultural e educativa*, as Pastorais Sociais, os Centros de Educação Popular e as Organizações Não Governamentais (ONG’s).

Antigas organizações sociais retomaram certa capacidade organizativa e mobilizadora, principalmente os *Sindicatos de Trabalhadores Rurais* e suas respectivas Federações, ou Pólos Sindicais, e o *sindicalismo* em geral, fortalecido pela criação da CUT (Central Única de Trabalhadores), da Força Sindical e outras centrais sindicais em franco desafio à legislação ainda então vigente.

Certamente poderíamos incluir aqui uma imensa lista das diversas formas de organização, de grupos localizados e de processos mobilizadores, mas para o presente trabalho essa descrição não se faz necessária. Importante nesse momento é registrar que, embora essas expressões organizativas mobilizem cada vez grupos específicos, levantem cada vez bandeiras bem definidas, apresentem cada vez formas diversas de mobilização, eles têm conseguido consistência cada vez maior, construindo teias de articulação, às vezes invisíveis mas sólidas, e redes de comunicação e solidariedade responsáveis por importantes conquistas inclusive no âmbito do Estado.

Entre essas conquistas podemos destacar: *melhorias nas condições de existência* e mesmo garantia de sobrevivência de expressivos grupos populares, – muita gente tem acesso a terra para trabalhar, a casa para morar, a água para beber e para a higiene doméstica, a serviços públicos de saúde, de educação, de atendimento à criança, adolescente, idosos, portadores de deficiência, porque o povo se mobilizou através de seus movimentos organizados; *crescimento da auto-estima pessoal e solidariedade social*, – muita gente confirma que passou a se valorizar mais, a se amar mais, a defender sua dignidade humana, a partir de sua participação em alguma forma de organização popular, mulheres e homossexuais desrespeitados ou violentados, negros desprezados e desvalorizados, portadores de deficiência física, sensorial e visual discriminados, passam a intervir na cena pública, a experimentar novos valores humanos e solidários – ; *consciência de direitos e exercício da cidadania*, – vítimas de uma herança profundamente paternalista e assistencialista os setores populares na Região sofrem diversas formas de controle e dominação, mas a existência de diversos movimentos sociais tem tido a capacidade de romper esse círculo, contribuindo para que o atendimento de necessidades sociais básicas seja percebido como direito negado e reconquistado pela própria luta popular – ; *mudanças no poder local e deslocamentos na política tradicional* – o avanço na capacidade de intervenção dos movimentos tem provocado importantes e visíveis mudanças locais, processos de mobilização social para as conferências locais, a escolha dos delegados, a eleição do conselho, as conferências municipais e setoriais; *consolidação de Fóruns e Redes sociais*, particularmente o trabalho nestas últimas que já apontamos no nosso segundo capítulo. (BRITO, 1996 e 2003).

Apesar desses significativos avanços, permanecem diversos problemas e desafios, entre os quais podemos destacar: debilidade, quando não inexistência, de

processos de planejamento, monitoria e avaliação o que faz com que a maioria desses movimentos ajam na base da intuição, do imediatismo, da improvisação, e sobretudo, constata-se um enorme desperdício de experiências; *desorganização financeira* das entidades e movimentos, a grande maioria dos movimentos e entidades não têm processos permanentes de captação de recursos financeiros, correndo atrás de ajudas financeiras de seus parceiros e colaboradores, quando as necessidades se tornam mais graves; *dificuldade em transformar suas demandas ou reivindicações em políticas públicas*, apesar dos avanços anteriormente explicitados esses limites ainda estão presentes, registrando-se uma distância entre a capacidade mobilizadora e reivindicativa, e a proposição e negociação de políticas; *lentidão nos processos de formação de novas lideranças*.(Idem, 2003).

Consideramos importante o registro dessa ênfase nos processos de consolidação e organização dos movimentos sociais pois, como parcela da sociedade, esses movimentos experimentam e expressam, a partir de sua dinâmica de funcionamento, importante parcela da vida democrática dessa sociedade, bem como de seus paradoxos e contradições. Para a nossa análise esse registro se faz importante porque demonstra como uma nova concepção de democracia deve resgatar reflexões históricas (TOCQUEVILLE, 2000) para não localizar a democracia apenas nos aparelhos do Estado e na dinâmica dos modos de governo e dos partidos políticos, mas é também, e fundamentalmente, parte integrante da dinâmica própria da sociedade.

3.4. Participação cidadã e sociedade civil

É espantoso o leque de organizações, entidades, associações, incorporando grande diversidade de atores, que atualmente são consideradas como parte da noção

de sociedade civil e em muitas análises também do chamado “terceiro setor”. Incluem-se desde corporações e grupos de interesses econômicos, até federações de times de futebol amador, passando por entidades filantrópicas, ONG’s de diversas matizes, federações de moradores, etc.

Ao lado dos termos de sociedade civil e ONGs, que já fazem parte do vocabulário acadêmico, político e popular no Brasil ganha espaço também a designação de terceiro setor. Essa ampla abrangência revela que, longe de serem conceitos com uma definição bem claramente delineada para todos os sujeitos que os mencionam, situam-se num campo de sentidos e significados ainda em disputa.

Nesse contexto, Leilah Landim (2001 e 2003) adverte para o uso de conceitos importados e incorporados às abordagens sobre a realidade nacional, especialmente da dinâmica social, considerando que muitas vezes, criam mais confusão do que contribuem para explicação da vida social.

Para a referida autora, o terceiro setor não é um termo neutro, tem nacionalidade clara. “É de procedência norte-americana, contexto onde o associativismo e o voluntariado fazem parte de uma cultura política cívica, baseada no individualismo liberal, em que o ideário dominante é o da precedência da sociedade com relação ao Estado” (LANDIM, 2003, p. 109). Para embasar seus argumentos a respeito do efeito confuso do termo para a análise da nossa sociedade, a autora cita uma pesquisa realizada pela Universidade John Hopkins (dos Estados Unidos), abrangendo cerca de 30 países, de cuja amostra no Brasil ela mesma foi coordenadora. A pesquisa pressupõe que, num universo de organizações extremamente diversificadas, elas possam se constituir como um “setor”, guardando características comuns e ocupando, como um conjunto, posição particular na

sociedade. Para a formatação da pesquisa, o campo empírico é o mais amplo possível:

[...]são as organizações que não integram o aparelho governamental; estruturadas formalmente; sem finalidade lucrativa, ou seja, que não distribuem lucro entre os seus empreendedores e responsáveis; que envolvem algum nível de participação voluntária; e que se autogerenciem, gozando de alto grau de autonomia interna” (Idem, p. 127).

Segundo o resultado da pesquisa, na amostragem do Brasil foi localizado um vasto universo de 220.000 entidades, com a seguinte classificação (critérios daquela Universidade): 29,1% era formada por entidades beneficentes, religiosas e assistenciais; 23,3% por organizações esportivas e recreativas; 18,6% por entidades culturais, científicas e educacionais; 4,4% por associações e sindicatos de empregados; 2,9% de associações e sindicatos de empregadores; 1,8% por associações autônomas e profissionais liberais; e 19% outras. Apesar de envolver 1.120.000 pessoas ocupadas com remuneração, nessas respectivas entidades, elas todas se afirmam como entidades sem fins de lucro.

Em um tipo de amostragem como essa, as entidades que desenvolvem um intenso trabalho social, capaz de provocar impactos nas comunidades e nas políticas públicas, ficam sub-representadas, uma vez que o critério é quantitativo, homogeneíza-se um conjunto de entidades, incluindo as que durante décadas atendem ao mesmo público de “beneficiados”, mas sem impactos que apontem algum tipo de mudança social ou até, pelo contrário, atuam contra ela através de um assistencialismo paternalista e conservador. Podendo-se concluir, portanto, que “as concepções homogeneizadoras e despolitizadoras subjacentes à idéia de terceiro setor parecem predominar, agora com legitimação dos números” (Idem, p. 129).

Uma reflexão mais séria e aprofundada do fenômeno necessariamente passaria pela análise da qualidade de intervenção e impacto dessas entidades na realidade e pela consideração das expressivas diferenças no interior do chamado “setor”. Ora, as ONG’s filiadas à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), por exemplo (que representaria parte dos 1,8% da amostra), uma rede que congrega um conjunto de entidades que historicamente se dedicam a processos de mudança social, explicita em seus documentos essa exigência:

“A constituição da ABONG resultou da trajetória de um segmento pioneiro de organizações não-governamentais que têm seu perfil político caracterizado por: tradição de resistência ao autoritarismo; contribuição à consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; compromisso de luta contra a exclusão, a miséria e as desigualdades sociais; promoção de direitos, construção da cidadania e da defesa da ética na política para a consolidação da democracia”.(ABONG, 2000)

Em recente entrevista ao boletim eletrônico da Rede de Informação do Terceiro Setor (RETS), Taciana Gouveia (2006), dirigente da ABONG, confirma essa pouca expressão numérica das entidades a ela filiadas. “Esse é um universo de 270 mil entidades, mas a ABONG tem apenas 270 como associadas”. Para essa dirigente é necessário distinguir o campo da ABONG dos outros, que não são ONGs no sentido histórico e político que essa rede assume.⁴⁷ Esse sentido histórico e político estaria balizado em alguns compromissos dessas entidades, como exemplos:

aplicar à sua prática os princípios da ética, impessoalidade, moralidade, publicidade e solidariedade; defender alternativas de desenvolvimento humano e sustentável que considerem a equidade, a justiça social e o equilíbrio ambiental para as presentes e futuras gerações; lutar pela erradicação da miséria e da pobreza e se colocarem contra políticas que contribuam para reproduzir

⁴⁷ Entrevista a Marcelo Medeiros, para o boletim RETS de 01/12/2006, em meio a um intenso debate em torno da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a relação das ONG’s com os recursos públicos. Já no processo pré-eleitoral, tiveram ampla divulgação as acusações de um suposto esquema de corrupção montado no governo na sua relação com algumas ONG’s e a utilização de recursos públicos.

desigualdades de gênero, sociais, étnicas e geracionais; lutar pelos Direitos Humanos, que são uma conquista fundamental da Humanidade, que tem o direito, coletiva e individualmente, de exercê-los e ampliá-los; afirmar seu compromisso com o fortalecimento da sociedade civil, defendendo a soberania popular, a cidadania e o pluralismo político, étnico, racial, de gênero e de orientação sexual; afirmar sua autonomia perante o Estado e a sua independência diante dos organismos governamentais, condicionando possíveis parcerias ao seu direito e capacidade de intervir na discussão, formulação e monitoramento de políticas.- defender uma relação com a cooperação internacional baseada na autonomia, solidariedade, respeito e transparência (ABONG, 2000).

Segundo Sérgio Costa (1994), a redescoberta e espetacular presença da sociedade civil, tanto nas ações sociais e políticas, quanto nas elaborações acadêmicas, podem ser registradas a partir de pelo menos duas referências fundantes: a crise do socialismo real com o surgimento de movimentos sociais naqueles países, cuja expressão mais visível foi o Sindicato Solidariedade, na Polônia, levando a sociedade civil a tornar-se bandeira política dos grupos dissidentes no Leste Europeu, reivindicando liberdade de associação, de reunião, de imprensa, participação popular nas decisões políticas, pluralismo político; a crise do Estado keinesiano nas democracias ocidentais, em que o Estado do bem-estar perdeu sua capacidade mobilizadora e de atendimento às demandas populares. (COSTA, 1994, p. 39).

Contudo, na América Latina, onde quase não ocorreram nem experiências do socialismo real (com exceção de Cuba e das tentativas fracassadas do Chile e da Nicarágua), nem de Estado do bem-estar social, esse debate assume outras referências. Estas se afirmam nas lutas contra as ditaduras no continente, ou pela afirmação de sujeitos sociais historicamente marginalizados de sua participação na coisa pública, apesar de estarmos a mais de um século e meio de distância da proclamação das repúblicas no continente.

Torna-se necessário atentar para os riscos de apologia da sociedade civil, como se a mesma pudesse prescindir do Estado, conforme propagaram muitos líderes

políticos e intelectuais do Leste Europeu. A existência de relações sociais assimétricas no interior das sociedades exige a presença do Estado, concebendo-se um campo de tensões entre ambas as esferas, Estado e sociedade civil. Mas essa tensão terá de ser administrada democraticamente, sem prescindir da decisiva participação de nenhuma das duas esferas. Nas realidades de extremas desigualdades como as latino-americanas e especialmente a brasileira, essa relação é fundamental, como já registramos em torno das experiências analisadas no terceiro e no quarto capítulos.

Apesar da elasticidade que os termos participação cidadã e sociedade civil adquiriram, e dos riscos que essa elasticidade apresenta para a afirmação de um método de intervenção sócio-política, tanto na dinâmica social quanto nas decisões políticas, considera-se ainda como ferramentas de análise válidas para a interpretação desse importante fenômeno que tem crescido consideravelmente nas últimas décadas. Por isso, consideramos importante as contribuições de Evelina Dagnino (2002 e 2006) e do grupo de estudos e pesquisas sobre “sociedade civil e espaços públicos no Brasil”⁴⁸, assim como de Elenaldo Teixeira (2001) em torno da constituição de um campo de forças sociais capaz de provocar importantes inovações na prática política de atores sociais, tanto para a organização e intervenção da própria sociedade (uma “sociedade civil movimentalista”), quanto para propor mudanças nas políticas públicas e na própria organização do Estado.

Uma análise aprofundada, deve reconhecer que o conceito de participação cidadã é impregnado de conteúdos ideológicos de diversos matizes. Na visão liberal, sua origem remonta à polis grega, em que a participação tinha sentido decisional, restrito aos processos eleitorais (TEIXEIRA, 2001, p. 25). Elenaldo Teixeira chama a

⁴⁸ O grupo de estudos e pesquisas sobre sociedade civil e espaços públicos no Brasil, está vinculado ao Programa de Pós graduação em ciência política da UNICAMP, e é coordenado pela professora Evelina Dagnino.

atenção para a relação entre participação e poder político, que não se confunde com autoridade de Estado, mas supõe uma relação de atores no espaço público, onde fazem valer seus interesses, aspirações e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações (Idem, p. 26). Esse autor registra a clivagem costumeiramente feita entre a participação movimentalista e a institucionalizada, considerando que não se trata de privilegiar um ou outro desses pólos, Teixeira valoriza, porém, a dimensão do movimento, que é baseada na lógica “consensual e solidarística” presidida por valores éticos, morais e comunitaristas (contrapondo-se à lógica “racional competitiva” em que prevalecem os critérios de racionalidade e eficácia, presentes nos sistemas econômicos e políticos); mas também considera importante a dimensão institucional, uma vez que os próprios movimentos buscam estabelecer regras, parâmetros e mesmo formas próprias de institucionalidade. Esse autor reconhece a importância da institucionalidade sobretudo porque a experiência tem demonstrado significativo avanço nos processos em que se combinam a pressão, o protesto, a mobilização, com proposições, negociações, acordos, inclusive frente aos governos.

Efetivamente, a participação supõe uma relação de poder entre os próprios atores que dela fazem parte, mas também na relação com o Estado que a materializa, exigindo regras e procedimentos claros e transparentes, amplamente divulgados. Como relação de poder, a participação exige condições bem definidas, como a circulação de todas as informações necessárias, os acordos em torno de regras democraticamente estabelecidas, incluindo as definições de papéis e responsabilidades das diversas esferas envolvidas, sem que uma tente subordinar a outra. Assim,

Concebemos a sociedade civil como autônoma, mas em estreita relação com o Estado e o mercado, e autolimitada, desde que não

busca substituí-los em suas funções próprias e estabelece para si regras e procedimentos que podem evitar o corporativismo e os particularismos (Idem, p. 30).

3.5. Os Instrumentos de participação cidadã:

Esta concepção amplia o entendimento sobre a participação cidadã como um processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, com ênfase no fortalecimento da sociedade civil através da participação organizada dos indivíduos, grupos, associações. O que implica no controle social sobre o Estado e sobre o mercado, ou seja, não a sua substituição ou eliminação, mas o seu controle pelas forças sociais vivas.

A participação cidadã, portanto, não se confunde com a tradicional participação social e comunitária reivindicativa (designada, em geral, como participação popular), visando ao atendimento de carências ou necessidades da comunidade, embora incorpore esta dimensão. A concepção da participação cidadã necessariamente enfatiza a dimensão de fortalecimento da democracia, significando “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte”, de um processo, de atividades, de ações coletivas e de decisões públicas. Sendo “parte”, os participantes agem considerando o todo da sociedade, do Estado e das relações entre ambos.

Nesta perspectiva, estamos associando participação cidadã às experiências de democracia participativa vivenciadas no Brasil, nas quais se incluem os casos concretos que analisamos nesta tese, cujos principais espaços e instrumentos estão assinalados em “Os instrumentos de participação popular e o desenvolvimento do Nordeste”. (BRITO e BASÍLIO, 2005, p. 51 – 58). Entre os principais instrumentos de participação cidadã, podemos destacar:

Os Conselhos de Gestão de Políticas Públicas - A idéia original dos Conselhos na história recente do país e dos movimentos sociais, vem ainda do período entre o fim da ditadura militar e o início da redemocratização. Naquele momento, esses Conselhos eram pensados e, em alguns casos, realizados, como espaço de agregação de vários movimentos, agindo coletivamente em determinadas áreas geográficas da cidade (bairros, regiões), ou em áreas temáticas (em que os mais famosos foram os conselhos de saúde da Zona Leste de São Paulo e, dos Morros de Casa Amarela em Recife). Contudo, como reivindicação dos próprios movimentos sociais, os conselhos se institucionalizaram, e nesse processo, passaram a ser considerados como espaços colegiados, com representação dos governos e da sociedade civil, incorporando nesta última representantes tanto de movimentos sociais, quanto de empresários, de usuários de serviços públicos, de trabalhadores, de entidades filantrópicas, de igrejas.

Até certo ponto, a institucionalização descaracterizou a idéia original, os conselhos ganharam, porém, maior importância e legitimidade frente ao conjunto das forças sociais presentes na realidade e as várias políticas específicas de interesse dos movimentos passaram a pautar-se pelas decisões dos conselhos (saúde, educação, direitos das crianças e adolescentes, assistência social, desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural, habitação, entre outros). Além desses aspectos, tais experiências são importante campo de aprendizado e fornecem elementos para um debate mais geral sobre a ampliação da cidadania e da democracia participativa, como expressões de um contexto marcado pela socialização da política e politização do social. Ou seja, faz parte da luta política pela constituição de uma esfera pública não estatal que, ao comprometer a sociedade com a realização de políticas públicas,

valoriza, reforça e cobra o papel do Estado e dos governos, com a sua responsabilidade de enfrentar os graves problemas da atualidade.

Desta forma, os Conselhos, como expressão de uma esfera pública não estatal, e não governamental, ao mesmo tempo em que são parte do Estado e do governo, diferenciam-se dos instrumentos de gestão de políticas públicas especificamente governamentais, parte da Administração Pública, como as Secretarias, Coordenadorias, Ouvidorias, etc. Diferenciam-se também das expressões especificamente articuladoras, organizativas e representativas dos movimentos sociais como as Associações, os Fóruns, as Redes, as Plenárias e as Articulações, etc.

As Conferências de Políticas Públicas específicas - Trata-se de processos de articulação e debates em torno de políticas específicas, como: Mulheres, Cidades, Crianças e Adolescentes, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, etc. Em geral têm um regulamento que define os critérios de participação desde a base ou o município, onde se tiram delegados para a Conferência Estadual que, por sua vez, e define os delegados (as) para a Conferência Nacional. Nesse processo, realizam-se amplos debates nos quais, dependendo do regulamento, da política e da atitude dos segmentos responsáveis por organizá-las nos Estados e Municípios, a participação é mais ou menos ampliada. Em qualquer situação, os conteúdos em pauta partem da realidade específica a que se refere cada Conferência, oportunidade, muitas vezes, para o aprofundamento da interpretação de dados reais, estatísticos sobre a respectiva temática, podendo-se transformá-los em bandeiras de luta dos movimentos sociais, imbuídas da legitimidade adquirida em um espaço oficial da Conferência.

Os Orçamentos Participativos (OP) – “O processo de orçamento participativo tem sido instrumental para reduzir a corrupção, priorizar as necessidades dos pobres

urbanos, legitimizar as organizações de base comunitária (OBC's), aumentar a capacidade de resposta e responsabilização do governo da cidade, e de desenvolver a infra-estrutura física da cidade", (DOWBOR, 2000, p. 09)⁴⁹.

O balanço que acabamos de reproduzir, não é elaboração de nenhum petista funcionário de alguma prefeitura administrada pelo PT ou outro partido de tradição democrática e participativa nos governos locais, ou por intelectuais da esquerda latino-americana, mas consta do relatório elaborado por Bharat Dahiya, pesquisador da Universidade de Cambridge, ex-funcionário do Banco Mundial.

Essa experiência consiste, fundamentalmente, em um processo participativo, marcado pela mobilização popular, que envolve amplas parcelas da população durante quase todo o ano. Apesar de constatarem-se diferenças entre as práticas nos diversos municípios, de modo geral o processo inicia-se com as "Plenárias Populares" nos bairros e comunidades, nas quais são levantadas as principais demandas ou necessidades das comunidades locais, apontando-se prioridades que devem ser contempladas com investimentos e recursos públicos. O poder executivo, então, propõe a "Lei de Diretrizes Orçamentárias" (LDO), que volta a ser discutida com as comunidades, quando o próprio prefeito e parte do seu secretariado, muitas vezes, discutem diretamente com as Plenárias Populares. Essas plenárias elegem delegados (representantes) para as "Conferências Regionais" (divisão geográfica, política e administrativa proposta por governo locais, às vezes regulamentadas através do Plano Diretor ou Lei Orgânica do Município), que por sua vez elege os delegados (as) para a Conferência Municipal do Orçamento Participativo.

Alguns municípios, além das plenárias nos bairros, realizam plenárias temáticas: mulheres, moradia, educação, saúde, populações afrodescendentes,

⁴⁹ Ladislau Dowbor (2000), se refere ao relatório da ONU, elaborado por Bharat Dahiya: **The impact of Decentralization Policies in India**, The United Nations Centre for Human Settlements, 1999, vol. 5, n° 4, p. 2.

portadores de necessidades especiais, etc., que também enviam delegados às Conferências Municipais. A Conferência Municipal discute e define as prioridades municipais para o Orçamento Público do Município e elege o Conselho Municipal do Orçamento Participativo, que será responsável por analisar e propor alterações ao projeto de lei do Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e à Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como pelo processo de fiscalização do cumprimento das decisões do Orçamento Participativo. Em alguns municípios, o Conselho realiza uma grande mobilização popular – marcha, assembléia popular, congresso da cidade, por exemplo – para o dia da entrega do projeto de lei orçamentária na Câmara de Vereadores, que detém a competência institucional para a deliberação final a respeito.

Esses instrumentos de participação cidadã são frutos de um processo de intervenção dos movimentos sociais populares e são parte de um conjunto de iniciativas que, desde a metade da década de 70, fizeram emergir propostas para tornar a administração pública mais permeável à participação popular. A origem desse nível de participação está ligada a pelo menos três fatores principais: *à história de parte da sociedade civil brasileira*, especialmente dos movimentos sociais populares, que passaram a se preocupar com a intervenção nas políticas públicas; *a um novo marco jurídico-institucional* conquistado pela constituição de 1988; e *aos partidos de esquerda que ascenderam ao poder municipal* com propostas de governar com participação popular (ALBUQUERQUE e CHAVES TEIXEIRA, 2006). Ou seja, as experiências de participação cidadã realizadas no Brasil, mesmo com uma forte defesa da autonomia da sociedade civil frente ao Estado, aos governos e ao mercado, não descartam e até valorizam esta íntima relação com o Estado.

Apesar do compromisso políticos de alguns governos e de mudanças no comportamento da população, em vários casos conhecidos permanecem, contudo, atitudes contraditórias, como afirmam Maria do Carmo Albuquerque e Ana Cláudia Chaves Teixeira (2006). Ao lado de uma nova cultura política, mais transparente e pública, persistem muitos traços da forma tradicional de fazer política, mantendo-se uma convivência da nova cultura política com a velha política local: política personalista, que valoriza o atendimento pessoal dado pelo prefeito; atitudes paternalistas, o prefeito “permite que a população ajude a governar”; política clientelista, de atendimento preferencial às lideranças que são politicamente alinhadas à gestão municipal; persistem atitudes autoritárias até mesmo nas equipes do Orçamento Participativo, persistem os “abaixo-assinados” e as visitas ao gabinete do prefeito; vereadores interpondo-se entre o prefeito e alguns bairros.

Esta concepção que estamos apresentando, a partir das experiências analisadas e do debate político e acadêmico realizado em torno de casos semelhantes, não desconhece nem deslegitima as análises realizadas por Sérgio Costa (1994), para quem, as sociedades complexas têm indicado modificações substantivas nos processos de socialização política dos cidadãos. Segundo esse autor, os anos 80 são caracterizados de forma geral pela intensa perda de atrativo pelos partidos políticos e pelo fato de que, em contraposição, os cidadãos politicamente ativos estariam trocando o seu engajamento partidário pelo compromisso com outros grupos sociais e exercitando novas formas de solidariedade social. (COSTA, 1994, p. 44).

Costa, utilizando a contribuição de W. Gabbert,⁵⁰ chama a atenção para as peculiaridades dos novos movimentos sociais na América Latina, uma vez que na Europa e na América do Norte destacam-se sobretudo os movimentos de mulheres,

⁵⁰ W. Gabbert (1990). “Neue Sozialbewegungen in Lateinamerika – einige vorläufige Überlegungen” (Novos movimentos sociais na América Latina – Algumas reflexões preliminares). Berlim, 1990, paper inédito.

ecológicos, pacifistas e anti-nucleares enquanto, na América Latina, ao lado desses mesmos movimentos, emergem as associações de trabalhadores fora das estruturas partidárias e sindicais ‘tradicionais’, as comunidades eclesiais de base, diversos grupos de ajuda mútua dos pobres e desempregados, movimentos de educação e cultura popular, organizações de base étnica. (COSTA, 1994, p. 48). Esse autor nota, ainda, o caráter dramático dos métodos de intervenção com que esses movimentos pressionam a esfera pública: rostos pintados, simbolização de luto através do uso de roupas pretas em manifestações coletivas de rua, etc.

É justamente nessas peculiaridades dos movimentos sociais na América Latina, apontadas por Sérgio Costa, que ancoramos nossa argumentação. A reconhecida adesão crescente a novos agrupamentos sociais, a novas formas societárias, a novas expressões de solidariedade social por parte dos cidadãos comprometidos com os processos de mudança social, em contraposição ao interesse decrescente pela participação política através dos partidos políticos (nas sociedades complexas, como faz questão de explicitar Sérgio Costa), corresponder também ao que se passa em nossas sociedades. Nas sociedades latino-americanas, entretanto, essa busca de novas formas societárias e novas expressões de solidariedade social têm-se combinado com os processos de participação cidadã apresentados acima, onde há presença ativa de partidos políticos ou de segmentos partidários, bem como de setores estatais. Os próprios métodos de intervenção política de caráter dramático, como explicita Costa, também são espaços, símbolos e formas de fazer política compartilhados por movimentos sociais autônomos e segmentos político-partidários.

A análise da dinâmica social contemporânea a partir das redes sociais contribui para uma saída alternativa ao aparente dilema “movimento ou partido?”. A abordagem apresentada por Luciana Tatagiba (2006) é emblemática neste sentido.

Essa autora, separa e relaciona as “redes institucionais de políticas”, dedicadas a provocar mudanças na realidade a partir da intervenção nas políticas públicas, com as “redes sociais movimentalistas”, ou “redes societárias”, dedicadas a formas de organizar a resistência social e a formas de convivência solidária na sociedade civil. Para essa autora, quando estas últimas ganham centralidade nas lutas dos movimentos sociais, a sua composição se caracteriza por uma maior homogeneidade, embora se reconheça uma dimensão pluralista, seus participantes partem de alguns valores fundamentais ou princípios éticos comuns e, em função disto, pautam suas bandeiras de lutas. De forma distinta, mas não com objetivos antagônicos, se movem as redes institucionais de políticas. Embora longa, transcrevemos a citação a seguir, porque consideramos importante para enfrentar o presente debate:

“Já as redes institucionais de políticas são mais heterogêneas internamente, tendo em vista que o ‘compartilhar valores’ não atua como pré-requisito do esforço articulatório. Na mobilização para a ação conjunta, no lugar dos princípios éticos comuns, o eixo que articula a ação é o reconhecimento de uma situação problemática, que pode ser o número de meninos e meninas em situação de rua, os índices de criminalidade, a poluição ambiental etc. Ou seja, o motor da ação não é o pertencimento a um certo campo ético-político, mas a intenção de resolver uma situação prática, que todos entendem só ser possível de ser resolvida com a participação de todos os que são por ela, direta ou indiretamente, atingidos. Tanto mais eficiente será a ação quanto maior a pluralidade dos atores que for possível comprometer. Quanto mais heterogênea e plural for a rede, maiores serão as chances de atingir o resultado pretendido, tendo em vista que se busca integrar esforços, complementar esforços, racionalizar custos, potencializar iniciativas. Atores portadores de interesses e projetos distintos, defensores de valores por vezes antagônicos, são chamados a resolver de forma conjunta problemas comuns. Notem que o desafio, no caso das redes institucionais de políticas, é construir entre os membros valores que possam ser compartilhados e que funcionem como combustível para a ação. Isso implica debate, disputa e negociação, o que, em tese, torna as redes institucionais de políticas mais conflitantes internamente do que as redes societárias, porque nas redes institucionais o Estado assume um forte protagonismo, atuando como propositor e patrocinador dos esforços articulatórios.” (TATAGIBA, 2006, p. 147).

O princípio ativo da solidariedade, da participação ativa, do companheirismo humanitário, do diálogo franco e aberto certamente pode estar presente tanto em uma

como em outra expressão das redes acima apresentadas. O dinamismo social experimentado tem sido fonte de aprendizado capaz animar e seduzir cidadãos para distintas formas de engajamento, de modo que há também uma retomada das formas associativas em torno da ação política, inclusive partidária, notando-se que há um longo caminho a ser trilhado e que as respostas não estão dadas, estão se dando.

3.6. Dádiva, solidariedade e democracia participativa.

Para a teoria sociológica que se articula em torno do paradigma da dádiva, essas experiências e esse significado teórico ampliam novas possibilidades analíticas e afirma uma nova contribuição capaz de provocar inovações significativas. O Brasil tem sido tradicionalmente palco das chamadas “transições pelo alto”, gerando-se na sociedade um sentimento de fragilidade frente às ações das elites no poder. Ao reconhecer-se que o processo de redemocratização é marcado pela ação dos movimentos sociais, que foram capazes de afirmar a emergência de uma nova noção de cidadania e de democracia, e portanto de superação daquela fragilidade histórica da sociedade civil, o debate sociológico assume uma nova perspectiva quanto ao processo de politização do social e de socialização da política, reconhecendo-se como evidência o fato do social ser construído pela própria sociedade e recuperando-se a densidade da política. Nesse contexto, ganha legitimidade a reflexão que relaciona a noção de dádiva social com a noção de democracia.

A apreensão da dádiva como fenômeno social total enfatiza a dedicação, a solidariedade, a generosidade e a aliança como fatores significativos da constituição do vínculo social, na experiência comunitária e “movimentalista”, que não se realiza fora do mundo dos conflitos e dos interesses, mas onde estes estão subordinados

àquelas. Na atualidade e frente às experiências reais de democracia participativa, o estudo dos vínculos sociais passa necessariamente pela reflexão em torno de um modelo de cidadania ativa, em contraposição ao modelo liberal de cidadania. Do mesmo modo podemos afirmar que o vínculo social, o sentimento de pertença, constitui elemento central para universalização da experiência democrática que retoma seu lugar de destaque na sociedade contemporânea.

Para Leilah Landim (2003), que há mais de duas décadas vem pesquisando e elaborando sobre ONG's e sociedade civil no Brasil, as contribuições formuladas pelos teóricos da dádiva servem como significativo ancoradouro teórico e prático para as atuais experiências vivenciadas, inclusive levantando questões sobre o significado do chamado “terceiro setor”. Conforme já dissemos, essa autora critica o uso descontextualizado desse termo, afirmando que recentes pesquisas, com dados colhidos inclusive nos Estados Unidos, vêm apontando para o fato de que a idéia da sustentação do “setor” pela doação e pelo voluntariado puramente individuais é um mito, já que grande parte dos seus recursos viria de fontes governamentais (LANDIM, 2003, p. 115).

Landim considera, ainda, que as análises do terceiro setor, nas concepções norte-americanas, privilegiam o associativismo institucionalizado enquanto, em contraposição, reconhece uma proximidade entre as abordagens latino-americanas e de alguns países europeus, nas quais se dá ênfase às iniciativas informais, a formas tradicionais de ajuda mútua ou mesmo a movimentos sociais. Nesse contexto, a autora se reporta à preferência dos europeus pelos termos “economia social”, “popular”, ou “solidária” para referir-se às experiências e aos “processos contemporâneos de recomposição das relações entre o econômico e o social, onde ressaltam dinâmicas participativas localizadas como cooperativas e associações

mutualistas, e onde a questão democrática é discutida e ressaltada”. (Idem, p. 115). Para Ladim, está aqui a chave da contribuição da teoria da dádiva, particularmente as elaborações de Jean Louis Laville e Philippe Chanial.⁵¹

No caso brasileiro, o crescimento das experiências em esferas locais e a legitimidade, visibilidade e articulação nacionais tornam-se responsáveis pelo alargamento e consolidação de experiências extremamente significativas e provocadoras de novas análises e novas práticas sociais e políticas. Entre os resultados visíveis de tal importância, está a construção do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, iniciado em janeiro de 2001 e continuado nos janeiros dos anos seguintes, provocada em boa parte pelas experiências da participação cidadã brasileira cujo processo é marcado também por outras motivações políticas, sociológicas, emancipatórias, humanitárias.

Tais experiências são reveladoras da constituição das relações sociais no mundo contemporâneo, dos temas em torno dos quais as pessoas se agrupam, de como elas tecem os vínculos sociais, elaboram e estratégias de ação, mas, sobretudo, de como essa ação provoca mudanças na realidade local. É claro que aí a ação é percebida como resultado de um misto de condições dadas pela existência de organizações e esferas participativas, mas também de uma vontade coletiva, portanto como um processo interativo de reconstrução dos vínculos sociais no interior de determinado campo político.

Na última década, diversas interpretações e análises, tanto da sociologia quanto da ciência política, se dedicam à tarefa de explicar tal fenômeno da

⁵¹ Leilah Landim se refere as seguintes publicações destes autores : CHANIAL, Philippe (1998) – *La délicate essence de la démocratie: solidarité, don et association*, em: **Revue du Mauss semestrielle** – n° 11 – Premier Semestre 1998 – **Une seule solution, l’association? Socio-économie du fait associatif** – Paris: La Découverte; LAVILLE, Jean Louis (org) – 1994 – **L’économie solidaire – une perspective internationale**, Paris: Desclée de Brower. Mas se refere também aos demais artigos editados na Revue du M.A.U.S.S em 1998.

participação cidadã. Tais análises já podem apontar certa ruptura com a nossa tradição intelectual fortemente marcada pela primazia e valorização do papel do Estado como organizador da vida social e da nação. Contudo, as análises que enfatizam a cidadania ainda se movem no campo de várias disputas, indo desde o “comunitarismo” até às novas ênfases baseadas no “neo-institucionalismo”. A perspectiva analítica do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais – M.A.U.S.S., ao assumir a lógica da dádiva como fenômeno social total e ao articular cidadania e democracia, enfatiza a ação social, a associação, como ação política, a construção do social pela própria sociedade. Neste sentido, Alain Caillé dedica especial atenção à relação da dádiva com o ato associativo e com a ação política, retomando, nas descobertas de Marcell Mauss, o sentido central da teoria da dádiva, marcada pela tripla obrigação de “dar, receber e retribuir”, apresentando a sua definição em duas faces complementares:

1º) definição sociológica: qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social. Na relação de dádiva, o vínculo é mais importante do que o bem.

2º) definição geral: toda e qualquer prestação efetuada sem obrigação, garantia ou certeza de retorno; por esse fato, comporta uma dimensão de gratuidade”. (CAILLÉ, 2001, p. 192).

A proposta da obrigação do dom está relacionada à espontaneidade, embora isso possa parecer contraditório, e há uma relação entre obrigação e gratuidade na perspectiva de que a ação é ao mesmo tempo interessada e desinteressada, há interesse pessoal pelo prestígio e pelo reconhecimento do outro, mas há também, e ao mesmo tempo, o gosto pela amizade, pela aliança, pela generosidade, o interesse pelos outros. Ou seja, “... o dom não pode ser pensado sem ou fora do interesse e sim contra o interesse instrumental. Trata-se do movimento que, visando a aliança ou/e a

criação, subordina os interesses instrumentais aos interesses não instrumentais.”⁵². (CAILLÉ, 2001, p. 5).

Embora muitas análises dos movimentos sociais e da participação cidadã enfatizem as conquistas e os resultados concretos, como motivação para manutenção de seus processos mobilizadores e participativos, percebe-se que, mesmo naqueles municípios em que os governantes locais não incorporam ou não valorizam os espaços e as demandas sociais coletivamente construídas como instrumento de ação governamental e de realização de políticas públicas, o gosto e as iniciativas de participação não são desmobilizados. As motivações estão mais vinculadas a processos de vontade coletiva e existência de organizações sociais e esferas participativas em torno dos quais pessoas dedicam importante parte de seu tempo. Assim, a afirmação dos teóricos da dádiva parece oferecer importante contribuição interpretativa, evidenciando como laços sociais são mantidos em função de uma constante dívida entre parceiros, grupos e indivíduos. Não se trata de uma dívida contábil, mas o sentimento de qualidade e quantidade do que cada um recebe e dá. No modelo mercantilista, baseado nas relações utilitaristas há uma base para a liquidação da “dívida contábil”, no modelo da dádiva os laços e a relação dar – receber – retribuir fazem parte de uma dinâmica permanente marcada por gratuidade e cobranças, que apesar dos riscos, não pode ser confundida com o sentimento da caridade religiosa ou do holismo simbólico.

Alain Caillé (2002) constrói uma relação entre o paradigma da dádiva e sua utilidade para uma sociologia da associação. Para ele, “Entrar em associação é, antes de tudo, disponibilizar seu tempo e sua pessoa; portanto, existe um vínculo evidente entre a questão da significação da dádiva e a do estatuto da ação associativa”

⁵² A(d)ssociação e Política – Texto mimeografado, distribuído durante o Seminário “Economia Popular e Solidária”, realizado em parceria entre a Prefeitura Municipal do Recife e o Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFPE. Com a participação do autor. Recife; agosto de 2001.

(CAILLÉ, 2002, p. 191). Após recuperar a explicação sociológica e geral da dádiva (Idem, p. 192), Caillé apresenta um esforço teórico de sua aplicação a uma reflexão sobre o fato associativo. Registra como a associação realiza “o que se pode designar enquanto espaços públicos primários (baseando-se no inter-conhecimento); em suma, espaços públicos privados” (Idem, p. 198). Para sua análise, afirma que enquanto a economia de mercado se apóia no princípio do interesse e da liberdade dos particulares, bem como a esfera político-administrativa se baseia no princípio do interesse público e da imposição necessária para sua implantação; a associação (assim como a dádiva) “repousa em um princípio de liberdade e de obrigação estreitamente misturadas, através do qual se realizam interesses comuns” (Idem, p. 199). Na adesão ou participação em associação cria-se uma situação de vínculo, em que todos se sentem responsáveis por todos e ‘devedores’ para com todos, e nesse jogo, todo mundo ganha. Esse pacto associativo forma-se sob a égide da incondicionalidade condicional⁵³, em que cada associado compromete-se a dar incondicionalmente ao outro e à associação, mas mostra-se preparado para retirar-se do jogo, a qualquer instante, se os outros deixarem de jogar.

Na mesma esteira da relação entre associação e dádiva, Alain Caillé registra a relação privilegiada entre associação e democracia que, à semelhança da dádiva e do político, são uma mesma coisa, embora em escala diferente. Neste campo, o autor afirma que o caráter próprio da modernidade, consiste em ter procedido à substituição sistemática da solidariedade personalizada (homem a homem), por uma solidariedade impessoal, funcional, pública, estatística, como a seguridade social, garantida por um sistema público de redistribuição, o que a caracteriza como uma dádiva mecânica e impessoal, que pode ser qualificada como dádiva secundária. Para

⁵³ Tratamos do debate sobre a incondicionalidade condicional, segundo a visão de Alain Caillé, no capítulo I desta tese.

uma nova relação entre associação, dádiva e democracia, no mundo atual, o autor apresenta três medidas necessárias:

“1º) diminuir o tempo de trabalho e organizar uma redistribuição ativa dos empregos; 2º) incentivar do ponto de vista jurídico, simbólico e financeiro, a expansão das atividades associativas e, em particular, as que contribuem para o dinamismo do ‘terceiro setor’ ou da ‘economia solidária’; 3º) afirmar uma aposta na confiança de todos para com todos, dos mais favorecidos em relação aos menos favorecidos e reciprocamente, de todos em relação ao Estado e do Estado relativamente à população, atribuindo àqueles que, no mínimo, não disponham desse nível de recursos, o benefício de uma renda mínima que facilite sua reinserção” (CAILLÉ, 2002, p. 204).

Para Philippe Chanial, um dos principais formuladores contemporâneos do paradigma da dádiva, com destaque para temas como a democracia, a sociedade civil, a economia solidária, apesar da grande importância de instrumentos que apontem para exigências e práticas de uma “democracia radical”, eles em geral estão circunscritos no campo jurídico da participação, o que considera insuficiente para a construção de uma sociedade justa e democrática. “O ideal de uma sociedade livre da dominação parece-me inseparável de uma segunda exigência, uma exigência de solidariedade e reciprocidade” (CHANIAL, 2004, p. 64). As novas práticas sociais viabilizadas no interior da sociedade civil são, segundo Chanial, o terreno propício para o desenvolvimento dessas exigências de solidariedade e reciprocidade.

A sociedade civil contemporânea pode, assim, ser definida como uma sociedade cívica e solidária em busca de uma democracia duradoura que a exprima. O desafio de uma política da sociedade civil consiste, neste sentido, não somente em defender a autonomia da sociedade civil diante das ameaças que fazem pesar sobre sua integridade o Estado e o mercado, mas também democratizar estes três pólos, por um lado, favorecendo, no seio da sociedade civil, o reforço dos compromissos e das solidariedades voluntárias e quebrando os quadros hierárquicos tradicionais de dominação; por outro, constituindo uma sociedade civil como vetor de uma democratização das instituições públicas e de uma domesticação da racionalidade – ou irracionalidade – mercantil. (CHANIAL, 2004, p. 67).

Podemos perceber como o debate suscitado pelo M.A.U.S.S relaciona necessariamente a democracia tanto com modos de vida das pessoas, com as relações

cotidianas, quanto com os modelos de desenvolvimento, e qualquer projeto duradouro de democracia deverá passar pelas esferas da sociedade civil, do mercado e do Estado, articulados em torno de uma plataforma mínima que considere o acesso ao trabalho e à renda mínima para todos. As relações de solidariedade e confiança, bem como a quebra das correntes de dominação e controle que reforçam a autonomia das pessoas e da própria sociedade civil - autonomia que não significa isolamento, mas iniciativa e criatividade para a relação com o mercado e o Estado. Sob esta ótica abre-se uma aproximação com as elaborações suscitadas em torno do Fórum Social Mundial, em sua busca de “reinvenção da emancipação social” (SANTOS, 2002), que tratamos no capítulo II. É a partir das elaborações em torno das experiências da democracia participativa, com especial atenção as “esferas públicas não estatais”, que a sociedade civil vem dialogando com o mercado e o Estado, em função de estabelecer bases para “discutir as desigualdades máximas suportáveis e a igualdade mínima necessária para uma sociedade civilizada e democrática”, (GENRO, 1999), conforme veremos a seguir.

3.7. Democracia participativa e o debate democrático contemporâneo:

A democracia liberal moderna, fortemente identificada como democracia representativa, concepção hegemônica no interior das experiências e do debate democrático no século XX, tem sido permanentemente afirmada pelos seus principais teóricos como o melhor método institucional de governo, o meio mais eficaz de exercer as prerrogativas e responsabilidades do Estado na relação com a sociedade. Afirmam-se como um conjunto de regras e procedimentos para as decisões coletivas (uma definição procedimental), tendo nos partidos políticos, os

principais, senão os únicos, sujeitos autorizados a funcionar como elos de ligação entre os indivíduos e o governo. De Joseph Schumpeter⁵⁴ a Norberto Bobbio⁵⁵ constata-se certo consenso ou definição mínima de democracia: atribuição a um elevado número de cidadãos do direito a participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas; existência de regras ou procedimentos para tais decisões (maioria, sufrágio universal); condições de alternativas reais de escolha (para Schumpeter, democracia não seria a ausência de elites, mas a presença de muitas elites concorrendo pelo voto popular). São estas as condições que legitimam o Estado Liberal, pressuposto histórico e político do Estado Democrático. A crise do Estado do Bem-Estar-Social certamente implica em conseqüências para esta concepção.

Em “O Futuro da Democracia”, Norberto Bobbio⁵⁶ reconhece que a democracia, tal qual vem se afirmando até então, passa por um momento de transformação e não por um momento de crise, destacando como sinais daquela as “promessas não cumpridas”, como: a sobrevivência do poder invisível (máfias, corporações, lobistas, serviços secretos), mantendo o poder mascarado; a permanência das oligarquias - que tem sido tratada como ‘teoria da classe política’ ou ‘das elites’, grupos de poder político em condições de tomar decisões e conduzir a vida política; a supressão dos corpos intermediários, revanche de representação de interesses, participação interrompida; o cidadão não educado ou não sensibilizado para o exercício da democracia, pois o sufrágio como possibilidade de despertar o amor pela coisa pública tem se revelado incapaz, uma vez que se percebendo-se grande apatia de participação nas democracias consideradas consolidadas e a persistência do clientelismo como condicionante da participação em processos

⁵⁴ Joseph Schumpeter. Em capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar; 1998. P. 9 - 15; 295 - 375.

⁵⁵ Norberto Bobbio. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.

⁵⁶ Bobbio, N. obra citada.

eleitorais. Não obstante, sua análise volta a afirmar a relação íntima entre democracia e liberalismo, o aspecto contratual e a ênfase na democracia representativa como a única experiência em funcionamento na atualidade, alertando que o “excesso de democracia” seria uma ameaça para o Estado democrático,

Embora a concepção de democracia representativa, ou democracia liberal continue hegemônica na atualidade, sofrendo alguns novos condicionamentos do paradigma hoje vigente na política, na economia, nas ciências, conhecido como neoliberalismo, outras expressões de experiências e reflexões teóricas sobre a democracia têm se evidenciado nas duas últimas décadas. Neste sentido, os teóricos da democracia participativa buscam afirmar uma nova concepção democrática que, se não nega a democracia representativa, também não se pode confundir com as experiências de democracia direta da antiguidade grega, nem com a “vontade geral” proposta por Jean-Jacques Rousseau (o pai da democracia moderna). Mesmo reconhecendo nestas importantes contribuições à realidade atual, marcada pelas espetaculares transformações tecnológicas, bem como pela criatividade e inovações dos agrupamentos humanos, exige uma nova afirmação da democracia, relacionada necessariamente com uma nova noção de cidadania.

A participação cidadã configura-se como uma das principais referências para a afirmação da democracia participativa. Entre os vetores destacados, tanto nas experiências quanto na elaboração teórica da maioria de seus seguidores, podemos evidenciar: ações coletivas; articulações verticais de bandeiras de lutas específicas e articulações horizontais entre diversas bandeiras de interesse das classes populares ou da ética humanista; expressões de articulação entre diversos sujeitos sociais coletivos; lógica da solidariedade e da integração, contra a lógica eleitoral competitiva; instrumentos de ação específicos e diversificados mais marcados pela

espontaneidade e criatividade do que por padrões pré-estabelecidos. Assume uma identidade civil, popular, social, mas não em contraposição ao político, estatal, representativo. (VILLASANTE, 1995; GENRO, 1999 e 2004; TEIXEIRA, 2001, DAGNINO, 1994 e 2006; AVRITZER, 2002; SANTOS, 2002 e 2003).

Segundo Leonardo Avritzer, a experiência brasileira apresenta elementos bastante significativos que se contrapõem à concepção hegemônica de democracia, principalmente no que se refere aos “riscos por excesso de democracia”, como seriam a presença de constante mobilização e agitação política. Ao romper a tradição elitista surgem a emergência, a inovação, e a criatividade da sociedade, reforçando a tese de que, no caso brasileiro, não se expressa contradição entre ação coletiva direta e institucionalidade democrática. As práticas sociais pré-existentes viabilizadas pelos movimentos sociais, que apontam para as condições de garantia dos direitos humanos, segundo Leonardo Avritzer devem ser entendidas como uma dimensão significativa da democracia e esta

[...] não foi ameaçada pelas formas diferenciadas de mobilização política, tal como na Europa. O problema central encontrado na democratização nesses países é o baixo estoque de práticas democráticas. Nesses casos, a institucionalização deixa de ser o oposto de mobilização que se torna uma forma de ação coletiva no espaço público. Nessas condições, a institucionalização também adquire um significado distinto: o da conexão entre novas práticas e novos desenhos institucionais. (AVRITZER, 2002, p. 593).

Desse modo, estamos afirmando que a democracia participativa não é uma negação da democracia representativa, mas uma busca de aperfeiçoamento e criação de novas referências para as práticas e elaborações da democracia que pautem as questões centrais da atualidade, como as desigualdades sociais e regionais, os fundamentalismos, a ética, a cultura, a política, as relações internacionais.

Conforme Tarso Genro (1999), findadas as esperanças nos modelos de grandes transformações sociais, mas mantendo-se a intenção de construir uma

sociedade livre, justa, feliz, as experiências da democracia participativa são ensaios importantes de como relacionar a organização do Estado com o modo de vida das pessoas, a forma como as pessoas querem organizar sua vida pessoal e social, as relações familiares e de vizinhança. Segundo esse autor, as experiências radicais ou totais, tanto da social-democracia quanto do socialismo real de redistributivismo “via Estado”, não estabeleceram na base da sociedade vínculo algum de solidariedade vivida entre os indivíduos (exceção para a dedicação voluntária de muitos militantes revolucionários nos primeiros anos das revoluções socialistas), para que esses se tornassem mais humanos, fraternos e tolerantes, e sequer a cidadania era considerada como elemento constitutivo de relações e densidade políticas. Reforça-se assim a exigência de que um projeto democrático que reinvente a generosidade, a utopia, a solidariedade e que só poderá surgir através de uma nova proposta de sociedade, fundada no desejo de um novo modo de vida. Neste sentido, aqueles espaços democráticos e plurais que, reconhecendo a legitimidade dos conflitos, querem ressaltar a solidariedade e a dignidade, precisam pautar o caminho para “... tanto limitar a desigualdade máxima, como pautar a mínima igualdade” (Genro, 1995: 48). É necessário discutir as desigualdades máximas suportáveis e a igualdade mínima necessária como exigência de uma sociedade civilizada e democrática, que garantiria a coesão social.

Seguindo essa trincheira de análise, Tarso Genro apresenta inovadora reflexão em torno da constituição dos espaços públicos não estatais, colocando em destaque a superação da cidadania como aparência ou universalidade abstrata reconhecida pelo Estado Moderno, mas afirmando-a como processo civilizatório educativo e cultural onde a sociedade civil avança em sua organicidade e intervenção, fortalecendo-se e expressando sua identidade e possibilitando, contudo,

que o Estado se deixe civilizar ampliando e recuperando sua legitimidade. No entanto, essa nova esfera pública não é estatal, pois suas decisões não são determinadas pelo Estado, mas também não é um espaço privado porque as demandas estão presididas pelo interesse público⁵⁷.

Esse autor, ao valorizar as importantes contribuições e peculiaridades da experiência brasileira, arrisca uma previsão animadora:

O Brasil, pela situação especialíssima que tem no contexto mundial, pode ser um palco inovador da experiência democrática e contribuir fortemente para recuperar a densidade da política. Transformando-a, novamente, como nos melhores momentos da modernidade democrática em movimento humano que se rebela contra as fatalidades da economia e das ‘leis de bronze’, pois destas só emerge um desenvolvimento predatório, que aniquila a cidadania e gera ceticismo quanto ao futuro de liberdade e igualdade. (Genro, 2004: 44).

Outra referência significativa no interior da reflexão teórica sobre democracia participativa no Brasil é apresentada por Evelina Dagnino, mostrando o papel dos movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania, evidenciando o processo participativo que incorpora grupos, comunidades, movimentos diversos, em torno de reivindicações, mutirões auto-gestionários, as articulações de diversos sujeitos que constituem uma sociedade civil de caráter movimentalista, o treino democrático assumindo espaços de negociação, diálogos, enfrentamentos, acordos, a participação institucionalizada através dos conselhos, conferências, num processo permanente e contínuo de afirmação da “cidadania ativa”, responsável pela irrupção de uma nova cultura política no cenário nacional⁵⁸.

A peculiaridade da experiência brasileira de democracia participativa, apontada por Genro, o caráter movimentalista da sociedade civil, apresentado por Dagnino, o “ineditismo da experiência brasileira”, analisado por Rubens Pinto Lira

⁵⁷ Ver Tasso Genro, em **O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1999. A esse respeito, ver também: Albuquerque, 2004; Dagnino, 1994; Genro, 1995.

⁵⁸ Ver Evelina Dagnino, em: *Anos 90: Política e sociedade no Brasil (Movimentos sociais e uma nova noção de cidadania)*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

(LIRA, 1989), indicam um processo constante embora marcado por contradições, onde se podem localizar experiências práticas e afirmações teóricas em torno do papel da sociedade civil e da consolidação da democracia, iniciando-se pelos movimentos sociais, sindicais e eclesiais populares, seguidos da construção de ONG's. e Espalhando-se por uma imensa teia de expressões organizativas e mobilizadoras, foram capazes de garantir conquistas positivas na qualidade de vida de amplas massas populares, como terra, trabalho, moradia, creches, transportes, galerias, vias de acesso, escolas, alimentação, equipamentos de uso coletivo; avanços na afirmação de identidades coletivas e contra as discriminações; inserindo-se rapidamente na luta institucional, garantindo importantes conquistas, transformando suas ações específicas em políticas públicas, como o ECA, o SUS, o SUAS, o Estatuto das Cidades, o P1MC e vários projetos de transferência de renda para as populações empobrecidas. Mas, do ponto de vista da consolidação de uma nova cultura política, o mais significativo se encontra em torno da participação cidadã nos espaços de discussão, decisão, realização, fiscalização das políticas públicas, pois isso possibilita a emergência de uma nova cultura política, mentalidade que tem incidência na relação entre o Estado e a sociedade civil.

As experiências registradas nos capítulos IV e V a seguir, são reveladoras da consistência prática deste debate, demonstram que termos fortemente presentes na análise social atual, como participação cidadã e democracia participativa, necessariamente devem dialogar com a prática associativa, as diversas expressões de solidariedade e alianças. Aquelas experiências são demonstrativas de que práticas cotidianas se mesclam com discursos que expressam desejos e prenúncios de futuro (uma sociedade sem exploração e desigualdades, portanto justa e fraterna), assumidos e reproduzidos pelos participantes dos movimentos sociais e de diversas

expressões associativas. A criação desse horizonte de esperança, alicerçada nas realizações atuais, desde as associações de vizinhança, a ocupação do espaço público e a intervenção nas políticas, ensaia e realiza novos modos de vida, novas relações interpessoais e sociais, em que a solidariedade esteja presente não como solução definitiva para todos os problemas ou como ausência de conflitos e competições, mas como um princípio organizador e referência simbólica e moral para uma democracia duradoura.

QUARTO CAPÍTULO

A ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO – ASA: UM NOVO SUJEITO SOCIAL IRROMPE NA CENA POLÍTICA NORDESTINA

4.1. Apresentação do capítulo

Os chamados “flagelados da seca” se transformaram na expressão mais comum para caracterizar a população do Nordeste, construindo uma identidade que foi afirmada e transmitida para o imaginário nacional, através da música (Luiz Gonzaga entre outros), da literatura (Graciliano Ramos, José Américo de Almeida, João Cabral de Melo Neto), da pintura (Portinari), do cinema (Glauber Rocha), dos discursos políticos. A região é também reconhecida por relações sociais e políticas marcadas pelo coronelismo e autoritarismo, que, segundo Roberto Malvezzi (2003), mantêm e reproduzem estruturas fundiárias baseadas no latifúndio com fortes relações clientelistas através da conhecida “indústria da seca”, que tem sido utilizada como instrumento para manter a situação secularmente inalterada. Ele registra, ainda, que “A imagem difundida do semi-árido brasileiro é a de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da asa branca” (MALVEZZI, 2003: 64).

Estamos considerando, como contexto de nossa pesquisa, a Região Nordeste do Brasil, principalmente o semi-árido, localizado entre os estados do Maranhão e da Bahia. Embora reconheçamos que existem estas características físico-climáticas também nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, optamos por considerar o recorte geopolítico tradicionalmente conhecido como Região Nordeste, cujo território tem 86% de sua área coberta pelo semiárido. O estado do Maranhão é uma

exceção nesta proporção, pois grande parte de seu território está vinculada à Região Amazônica, mas o mantivemos no nosso recorte devido à existência de uma faixa semi-árida na microrregião do Baixo Parnaíba e nordeste do Estado, bem como pela sua vinculação histórica à Região Nordeste do Brasil.

Durante muitas décadas, intelectuais, políticos e religiosos interessados na promoção de mudanças nesta realidade, implementaram importantes iniciativas no esforço de “combater as secas”. Dentre as iniciativas governamentais, em 1909 foi criado a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), posteriormente transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), centrados na busca da solução hidráulica para o problema da seca. Na segunda metade do século passado, técnicos do governo e líderes da sociedade civil, fundamentalmente da Igreja Católica, reconhecem que o problema é mais amplo, e que é necessário, portanto, criar condições para superar o atraso social e econômico, possibilitar modernização e desenvolvimento na região. A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no final da década de 50, do século passado, é a expressão mais visível desses esforços. (OLIVEIRA, 1985). Algumas destas iniciativas realmente demonstraram possibilidades de implementação de transformações na realidade. Contudo, mesmo quando se verificaram as mudanças, estas se limitaram a medidas econômicas e tecnológicas sem incidência para as condições de existência da população, pelo contrário, a pobreza e as desigualdades sociais continuaram crescentes.

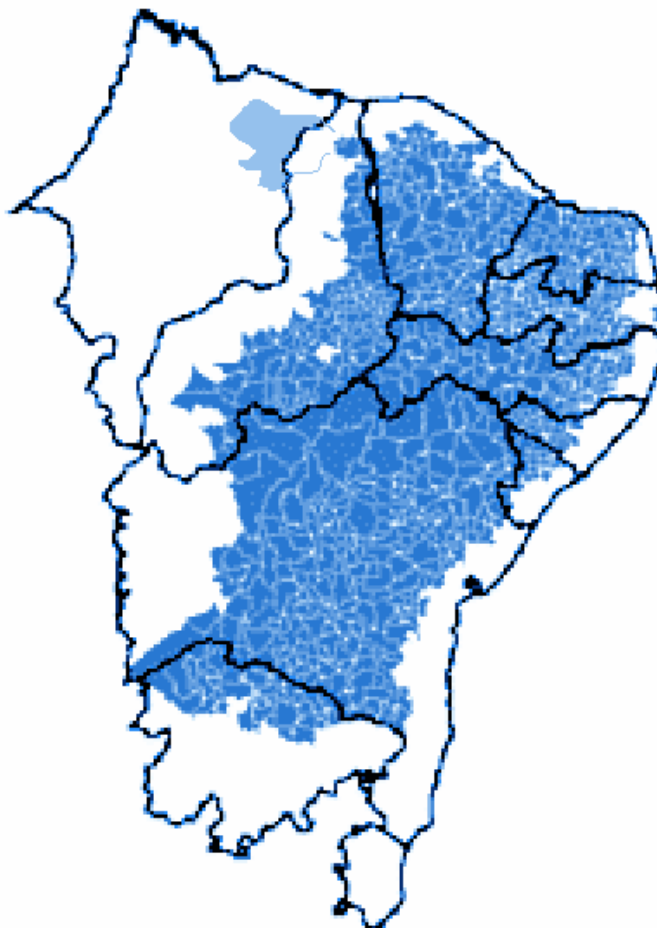
Somente na última década do século XX, a partir de iniciativas práticas de diversas organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais presentes na região, principalmente, de sua ação em rede, foi possível construir e afirmar um novo paradigma, profundamente contraditório com as seculares estruturas sociais,

políticas, econômicas, culturais hegemônicas. Este novo paradigma, chamado de “convivência com o semi-árido”, é inovador por articular o cotidiano as relações do dia a dia, com as perspectivas de sustentabilidade. A Articulação do Semi-Árido brasileiro (ASA) é a expressão organizativa desse paradigma.

Neste e no próximo capítulos, utilizaremos informações acessadas durante nossa pesquisa de campo. Para identificação dos informantes utilizamos um artifício de numeração, que vai do nº 01 ao nº 46, conforme registramos durante nossas visitas às experiências nos municípios e de acordo com instrumento de tabulação da coleta de dados.

4.2. O Semi-Árido e o Nordeste

4.2.1. Aspectos históricos e ambientais



Mapa do Nordeste localizando o semi-árido⁵⁹

O Nordeste brasileiro ocupa 20% do território nacional, onde vive 29% da população do país (ARAÚJO, 1997). Cerca de dois terços da região Nordeste é formada pelo semi-árido⁶⁰, a região que, segundo Aldo Rebouças (1997), é

⁵⁹ www.adene.gov.br/semiarido/imagens/mapa.gif - Este mapa reproduz a área de semi-árido conforme a lei de 1951 que reformulou o DNOCS – am Embrapa, poré inclui na sua definição também parte do nordeste do estado do Maranhão, que nós adotamos para efeito desta pesquisa

⁶⁰ Segundo Aldo da C. Rebouças (1997), a macro região geo-econômica Nordeste mede 1.542.271 quilômetros quadrados, enquanto a parte do semi-árido, reconhecido em lei como polígono das secas, corresponde a 936.993 dessa área, segundo delimitação da lei nº 1348, de fevereiro de 1951. Contudo, mais de meio século depois da definição desta lei, e deste espaço, considera-se que a área coberta pelo semi-árido é muito maior, devido aos processos de desertificação que crescem em todo o mundo e, especialmente, no Brasil, que durante décadas não tem desenvolvido políticas para impedir esse crescimento. Em 1991 a EMBRAPA delimitou uma área de 974.772 quilômetros quadrados como

conhecida como polígono das secas. Esta delimitação, contudo, já foi modificada pelo menos dez vezes, desde o império, obedecendo a critérios sempre mais políticos do que ecológicos (REBOUÇAS, 1997, p. 131 – 132). É também conhecido como Sertão. Trata-se de uma região com características bastante semelhantes às de outros semi-áridos quentes do mundo:

Secas periódicas e cheias freqüentes dos rios intermitentes, solos arenosos, rasos, salinos e pobres em nutrientes essenciais ao desenvolvimento de plantas. A vegetação básica do sertão é a caatinga, que apresenta grande variedade de formação, todas adaptadas à prolongada estação da seca” (REBOUÇAS, 1997, p. 133).

Para Roberto Malvezzi (2003, p.63), o semi-árido brasileiro não é só clima e vegetação, não é apenas solo, sol ou água. “É povo, é música, é festa, é arte, é religião, é política, é história, é processo social”. Ele lembra que existem vários semi-áridos no planeta, porém nenhum deles tem a pluviosidade⁶¹ do brasileiro, nem sua extensão, nem sua densidade demográfica. “Também em nenhum deles as condições de vida são tão precárias como aqui. Evidentemente, não é um problema de natureza, é uma questão política, social e cultural” (Idem, p. 64).

Vários especialistas (Aldo Rebouças, Leonardo Guimarães Neto, Tânia Bacelar de Araújo, Manoel Correia de Andrade, Roberto Malvezzi, Gustavo Maia Gomes, entre outros) se recusam a imprimir ao determinismo físico-climático a condição para definir o desenvolvimento e a qualidade de vida do povo nordestino. Para eles, as condições físico-climáticas podem até ser consideradas como condicionantes que afetam e, relativamente, dificultam a vida, mas não podem ser

região semi-árida do país; e reconheceu que 86,48% do território do Nordeste é formado pelo semi-árido.

⁶¹ Malvezzi (2003) lembra que a expressão técnica utilizada de “déficit hídrico” não significa falta de chuva ou de água, mas que a chuva que cai (precipitação) é menor que a água que evapora. Lembra também que a pluviosidade do semi-árido brasileiro é, em média, 750mm/ano, portanto, um dos mais chuvosos do mundo.

responsabilizadas pelo quadro de pobreza amplamente manipulado e sofridamente tolerado.

Estamos de acordo com Malvezzi (2003) sobre a identidade da região não se limitar às secas, mas consideramos que essa é uma grave questão social e ambiental do Nordeste. As imagens transmitidas e reproduzidas para o imaginário nacional, de retirantes e flagelados fugindo das secas, não são completamente fora de sentido. O problema é a “naturalização” como isso é transmitido, sem a consideração dos aspectos sociais, políticos e econômicos⁶². As cenas se repetem a cada seca prolongada: centenas de camponeses ocupam prédios públicos, cidades, rodovias, saqueiam feiras, supermercados, depósitos de alimentos, caminhões carregados, em busca de alimentos e trabalho. (ZANRÉ, 1997).

Embora compreendamos que a identidade do semi-árido não se limita as secas, nem que estas sejam a questão central da região, consideramos que ela é também um traço marcante. Por isso, para entender o contexto regional, é necessário uma análise do fenômeno, tanto enquanto comportamento da natureza, quanto pelas relações sociais e políticas dele decorrentes. Para tal, Rebouças (1997) registra a história das secas no Nordeste, em um primeiro ciclo, com as experiências vividas em 1825, 1827, 1830, período em que o governo regencial dá início à construção da açudagem e, em 1831, a Regência Trina⁶³ autoriza a abertura de fontes artesanais profundas. Em 1856, o governo regente cria a Comissão Científica de Exploração,

⁶² Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999) analisa o discurso regionalista nordestino, considerando-o fruto da articulação das elites produtoras nordestinas, do qual nem a academia, nem as artes, nem a política conseguiram escapar. Mesmo os marxistas, ardorosos críticos do regionalismo. Ele lembra que este discurso e as conseqüentes práticas e políticas têm servido para a reprodução dos sistemas de dominação na região. Para Durval Muniz, trata-se de uma poderosa máquina discursiva, uma idéia que passa a ser, desde então, associada ao atraso, a resistência à modernização, à seca, à violência, à miséria, aos valores tradicionais; ou seja, uma engrenagem que não questiona, mas legitima e dá continuidade a um discurso e uma prática que são das elites.

⁶³ A Regência Trina era o governo do Brasil na época, uma vez que, após a proclamação da independência, o imperador Dom Pedro I voltou para Portugal, deixando o trono para o príncipe herdeiro, Dom Pedro II, que ainda era menor de idade. A regência trina era, portanto, formada por três autoridades regentes diretamente vinculadas à coroa portuguesa.

chefiada pelo Barão de Campanema. O relatório e as recomendações enumeradas por tal Comissão destacam: “a abertura de um canal ligando o rio São Francisco ao rio Jaguaribe, a construção de 30 açudes, a abertura de fontes artesanais profundas e melhoria dos meios de transportes” (REBOUÇAS, 1997, p. 136).

Em posterior avaliação das iniciativas das “obras de combate às secas”, o mesmo barão de Campanema, em 1860, volta a defender a política de construção de açudes, mas lembra da importância de sua construção em “lugares convenientes”. Ele explicita a relação de tais construções com as possibilidades de realização de atividades hidro-agrícolas, expressando a necessidade de estimular o povo a tais práticas, a partir da oferta de águas através destes reservatórios. (Idem).

Com esta legitimidade institucional e científica, foi dada continuidade aos processos de construção de açudes, sob a orientação de obediência a critérios topográficos, mas, na prática, funcionaram principalmente as influências políticas locais. O açude de Orós, no Ceará, é o exemplo mais conhecido da açudagem construída no período: entre 1.200 e 1.500 reservatórios com capacidade superior a 100 mil metros cúbicos, cerca de 450 barragens com mais de um milhão de metros cúbicos de água e um número menor de açudes com capacidade de acumular entre 2 e 4 bilhões de metros cúbicos de água. (REBOUÇAS, 1997).

Desde este período, registram-se os problemas dessa opção para o “combate às secas”, destacando-se o grande índice de evaporação, a salinização, os problemas sociais e políticos, principalmente pela apropriação privada de bens e recursos públicos, o controle da água pelos grandes proprietários rurais.

A grande seca de 1877-79 possibilitou a realização de vários estudos, descobrindo-se o caráter cíclico das secas, com registros de aproximadamente 10 a 11 anos entre uma e outra grande seca. Ou seja, sendo um fenômeno cíclico, pode ser

tecnicamente previsível, para que sejam, socialmente e politicamente, construídas as condições de enfrentamento.

Com o advento da República, as intervenções públicas para enfrentar a questão não mudaram substantivamente, apenas criaram-se instituições para dar prosseguimento ao que já vinha sendo realizado no período da Regência e do Império. No início do século, em 1909, foi criado o Instituto de Obras Contra as Secas (IOCS), que, na seca de 1950 – 51, foi transformado em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), conforme afirmação de Luíz Gonzaga Nogueira Marques (1992). Nesse último ano, foi criada a lei que define o “polígono das secas” uma extensa área que atinge todos os estados da região Nordeste, mais o norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Após a seca de 1957 – 58, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Todas estas instituições formularam e desenvolveram diversos planos e projetos, todos sempre baseados na idéia de que a seca constitui uma anormalidade e, como tal, deve ser combatida através de mecanismos de oferta de água (MALVEZZI, 2003; REBOUÇAS, 1997).

Nos últimos anos, a questão do semi-árido volta com força espetacular para a agenda social e política do Brasil e do mundo, exigindo novas respostas institucionais e governamentais. Três elementos inter-relacionados são responsáveis por este retorno no Brasil: o avanço dos movimentos sociais no semi-árido, do qual a criação e consolidação da Articulação do Semi-árido são a expressão mais visível, formulando uma posição e demandando retorno em políticas públicas; um contexto internacional que coloca as questões ambientais, especialmente a questão hídrica e o desmatamento/ reflorestamento, no centro do debate e das políticas de desenvolvimento; um governo federal que mantém no seu interior forças sociais e

políticas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais, criando condições favoráveis para pautar a questão.

Neste contexto, em 2004 foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), para a análise da questão e formulação de novas políticas para seu enfrentamento. Este grupo estava composto pelas principais instituições governamentais que têm responsabilidade com a vida e o meio ambiente no semi-árido: Ministério da Integração Nacional; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência e Tecnologia; Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE – antiga SUDENE), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Agência Nacional das Águas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA), Instituto Nacional de Meteorologia, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Uma das primeiras tarefas deste Grupo de Trabalho foi a criação de critérios mais técnicos para uma redefinição da região semi-árida do Brasil, assumindo três critérios assim delimitados⁶⁴: I- Precipitação pluviométrica média anual inferior a 80 milímetros; II- Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; III- Risco de seca maior que 60% tomando-se como base o período entre 1970 e 1990. Frente a estes critérios, os organismos governamentais passaram a trabalhar com o tamanho do semi-árido referente a 969.589,4 quilômetros quadrados,

⁶⁴ Os critérios definidos pelo GTI passaram a ser assumidos pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, organismo do Ministério de Integração Nacional, que em 29 de março de 2004 publicou uma portaria definindo tais critérios, listando o total de municípios que fazem parte do semi-árido e o total da região semi-árida do Brasil.

distribuídos em um total de 1.133 municípios⁶⁵ (anteriormente eram 1.031). Tais municípios estão distribuídos em oito estados do Nordeste (o Maranhão ficou de fora) e Minas Gerais, assim definidos: Alagoas – 38 municípios; Bahia – 265; Ceará – 150; Minas Gerais – 85; Paraíba – 170; Pernambuco – 122; Piauí – 127; Rio Grande do Norte – 147; Sergipe – 29.

4.2.2. A economia nordestina e o planejamento público

Aldo Rebouças (1997,) registra as conclusões de estudos realizados por M. S. Campelo Neto, para a análise das diversas intervenções do Estado na realidade regional:

A baixa eficiência da profusa lista dos organismos criados, de programas e projetos elaborados e não implantados, o caráter paternalista e político-eleitoreiro das intervenções realizadas, a falta de coordenação, a pouca eficiência no uso das águas já disponíveis no semi-árido do Nordeste – açudes e poços – assim como a descontinuidade dos esforços, são algumas das mazelas a serem superadas. (REBOUÇAS, 1997, p. 139)

Este autor enfatiza que há uma idéia equivocada de que o semi-árido é marcado pela baixa produtividade agrícola, ele aponta várias possibilidades que contradizem esta idéia. Dentre os pontos relevantes de boa produtividade, ele destaca as fruteiras, com produção de grande teor de açúcar e baixa acidez na maioria das plantas; menor ocorrência de pragas; possibilidades de escalonar a produção ao longo do ano; disponibilidade de água de boa qualidade em vários pontos do semi-árido; maior proximidade dos grandes mercados consumidores (Europa e Estados Unidos); qualidade e resistência dos rebanhos de caprinos, ovinos, bovinos... (Idem, p. 134).

Ou seja, existem também, no semi-árido e no Nordeste em geral, condições favoráveis para superar o quadro de subdesenvolvimento e das difíceis condições

⁶⁵ Portaria do Ministério da Integração Nacional de 10 de março de 2005.

sociais do povo nordestino. Um problema grave é a forma de intervenção do Estado, conforme afirmou anteriormente Rebouças, a partir dos estudos realizados por Campelo Neto.

Diversamente, Tânia Bacelar de Araújo enfatiza os efeitos positivos da intervenção e planejamento econômico, pelo menos para o período de implantação e desenvolvimento da SUDENE. Ela lembra que o lento crescimento econômico que durante várias décadas caracterizou o ambiente econômico nordestino, foi substituído por forte dinamismo em numerosas atividades que se desenvolveram recentemente (ARAÚJO, 1997, p. 7 e 8). A autora acrescenta:

Nas últimas décadas mudanças importantes remodelaram a realidade econômica nordestina, questionando inclusive visões tradicionalmente consagradas sobre a região. Nordeste região problema, Nordeste da seca e da miséria, Nordeste sempre ávido de verbas públicas, verdadeiro poço sem fundo em que as tradicionais políticas compensatórias de caráter assistencialista só contribuem para consolidar velhas estruturas sócio-econômicas e políticas perpetuadoras da miséria... Essas são visões parciais sobre a região nos dias presentes. Revelam parte da verdade sobre a realidade econômica e social nordestina, mas não apreendem os fatos novos dos anos mais recentes. Não refletem a atual e crescente complexidade da realidade econômica regional e não permitem desvendar uma das mais marcantes características do Nordeste atual: a grande diversidade, a crescente heterogeneidade de suas estruturas econômicas (ARAÚJO, 1997, 13).

Segundo estudo realizado por Gustavo Maia Gomes (1991), confirma-se importante dinamismo econômico na região Nordeste, afirmando-se que, nas décadas recentes, o Nordeste foi a região que apresentou as mais elevadas taxas médias de crescimento do PIB do país. Vários outros estudos apresentam dados que revelam esse comportamento:

De 1960 a 1988 a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento média do país em cerca de 10%; e entre 1965 e 1985 o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o do Japão no mesmo período (5,5% ao ano). (ARAÚJO, 1997, p. 09). Na década de 1980, quando se verifica a desaceleração

da economia brasileira, no Nordeste ainda se percebe relativo crescimento: nesta década, enquanto a taxa de crescimento nacional foi de 2,29%, a do Nordeste foi de 4,96%⁶⁶.

Embora as taxas de crescimento econômico no Nordeste fossem relativamente melhores, percebe-se que a economia da região está integrada à economia nacional e tende a acompanhar as oscilações cíclicas da produção nacional, ou seja, “[...] embora as taxas se diferenciem, as tendências são semelhantes” (Idem), constatando-se um movimento de integração econômica que incorpora o Nordeste na dinâmica e nas tendências gerais da economia nacional.

Para esse crescimento da região, é necessário reconhecer o papel desempenhado pelo setor público. Embora o Estado tenha patrocinado o crescimento econômico em diversas regiões brasileiras, no Nordeste, esse investimento tem uma peculiaridade, pois a presença do Estado foi fator fundamental para impulsionar a intensidade e os rumos do crescimento ocorrido. Inclusive porque o setor privado que vai investir na região, o fez induzido pelas iniciativas do setor público (ARAÚJO, 1993, p. 12).

Esse novo dinamismo na região supera as antigas referências localizadas de crescimento na região, como a economia açucareira quando se formaram as poderosas oligarquias e a nascente burguesia industrial, ou o complexo gado – algodão – agricultura de alimentos, a que se conformaram as oligarquias sertanejas. No novo dinamismo a que nos referimos acima, Araújo apresenta uma diversidade de iniciativas, como o Complexo Petroquímico de Camaçari; o polo têxtil e de

⁶⁶Dados apresentados no IIº Seminário sobre “O Homem e a seca no Nordeste”. Texto elaborado sob a coordenação de Sandra Maria dos Santos. (SANTOS e outros, 1991, p. 47 – 72). Este Seminário foi realizado em Caucaia, Ceará em 1991, nove anos depois da realização do primeiro, no mesmo local. Foi uma promoção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através de seus regionais situados no Nordeste: Nordeste I – correspondente ao estado do Ceará; Nordeste II – Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; Nordeste III – Bahia e Sergipe; Nordeste IV – Piauí; Nordeste V – Maranhão.

confeções de Fortaleza; o complexo minero-metalúrgico de Carajás; o pólo agro-industrial de Petrolina- Juazeiro; a moderna agricultura de grãos nos cerrados da Bahia, Piauí e Maranhão; o pólo de fruticultura no Rio Grande do Norte (Vale do Açu) e os pólos de tecnologia de ponta em Campina Grande e em Recife (ARAÚJO, 1997, p. 13 – 21).

No caso do semi-árido, após a crise do algodão, há dificuldades de re-inventar novos arranjos produtivos. A tradição econômica, marcada por grandes latifúndios, tem se manifestado resistente a mudanças. Todos os dados disponíveis confirmam que a concentração fundiária tem aumentado no Nordeste. Podemos verificar como a presença das pequenas propriedades tem diminuído proporcionalmente: se em 1970 as propriedades com menos de 100 hectares de terras (94% do total) ocupavam 30% das terras da região, em 1985, esta participação caiu para 28%; inversamente, aquelas propriedades com mais de mil hectares (0,4 % do total) de terras, que ocupavam 27% da área em 1970, passam a ocupar 32% em 1985. Segundo José Graziano da Silva (1989), na faixa específica do semi-árido, essa concentração é ainda mais grave, pela presença de latifúndios maiores: lá a área média de 1% dos maiores estabelecimentos (1.914 hectares em 1985) é superior ao tamanho médio no resto do Nordeste (1.002 hectares). Esses espaços de resistências a mudanças, caracterizados pela grande concentração fundiária e por velhas estruturas sócio-econômicas e políticas, controlam também a água, um de seus principais pilares de dominação e sustentação (MALVEZZI, 2003).

O surto de dinamismo econômico na região, acima referido, foi interrompido com a chamada reestruturação produtiva e inserção do Brasil no mundo globalizado, na forma submissa e unilateral como o país adere a tal modelo, em que são reforçadas as estratégias de especialização regional entre as grandes regiões

geográficas do mundo e no interior dos países (PACHECO, 1996; OMAN, 1994). No Brasil, portanto, tende-se a romper qualquer perspectiva de integração nacional, uma vez que as decisões dominantes tendem a ser cada vez mais as do mercado, seguindo as novas orientações governamentais e empresariais e a debilitação ou crise do Estado, diminuindo o seu papel ativo e as suas políticas regionais (FURTADO, 1992; ARAÚJO, 1997).

Assim, no novo modelo de desenvolvimento nacional, o Nordeste volta a ocupar um lugar marginal, constatando-se uma reconcentração das atividades industriais e dos setores dinâmicos da economia. Segundo Araújo (1997), essa opção vai localizar os novos investimentos no polígono que começa em Belo Horizonte, vai até Uberlândia (MG), desce até Maringá (PR), Porto Alegre (RS), contornando-se por Florianópolis (SC), Curitiba (PR), São José dos Campos (SP), fechando o quadrilátero em Belo-Horizonte (MG). O Nordeste abriga apenas uma pequena parte dos novos centros dinâmicos, e alguns destes estão na região do semi-árido, sobretudo, na parte da fruticultura irrigada e na produção de grãos. Recentemente, encontramos as pesquisas e produção de mamona (de novo, investimentos de empresas estatais), em função da produção do biodiesel, mas ainda não se encontram elaborações disponíveis, situando os impactos dessa cultura para um novo ciclo de desenvolvimento no semi-árido.

Ao ser mantido este novo modelo de desenvolvimento, em que o Estado reforça as políticas de mercado, tende-se à reprodução das desigualdades sociais e regionais, acentuando uma tendência de quebra dos laços de solidariedade, verificando-se práticas políticas explícitas de segregação (contra nordestinos, por exemplo). Em outras palavras, seguindo-se essa tendência, hegemonizada pelos atores globais, que se interessam apenas pelos chamados “espaços competitivos”, a

partir de seus interesses privados, percebe-se o caminho de fragmentar ainda mais o Brasil, aprofundando-se as desigualdades sociais e regionais, herdadas do passado. Com o abandono das áreas de exclusão (ditas não competitivas), verificando-se a gravidade da “construção interrompida da nação” (FURTADO, 1992). Uma alternativa para a intervenção do Estado seria o descolamento do novo papel que lhe é atribuído pelos atores globais, devendo lhe interessar também a nação e as pessoas, assumindo sua responsabilidade para além dos interesses econômicos e o papel de contrabalançar, com sua presença, a relativa ausência de investimentos privados, uma vez que, no Nordeste, especialmente no semi-árido, abriga-se um significativo contingente populacional.

Contudo, para muitos analistas, mesmo com a euforia do período de crescimento econômico e das grandes mudanças anunciadas, não se consegue esconder que pouco se tem a comemorar no sentido das condições de vida da população. Além da estrutura fundiária anteriormente citada, vários indicadores revelam as piores condições de vida do povo nordestino em relação ao conjunto do país. A desigualdade de renda é um dos indicadores relevantes: no final da década de 1980 (para manter a referência à citada euforia econômica), 77,9% dos nordestinos ainda recebiam até dois salários mínimos, incluindo aí os sem rendimentos, contra os 57% registrados da média nacional. Na zona rural nordestina, esta situação é ainda mais crítica, pois 87% da população economicamente ativa recebe até dois salários mínimos, enquanto apenas um por cento recebe acima de dez salários mínimos (ARAÚJO, 1997). Neste mesmo período, verificam-se ainda outras contradições no Nordeste, em relação ao restante do país: enquanto a taxa de alfabetização do país estava na média de 67,5%, a do Nordeste era de 49,5%, constatando-se que estava, nesta região, mais da metade dos analfabetos do país; quanto às condições

habitacionais, percebe-se que, enquanto a média nacional de domicílios com acesso a abastecimento de água tratada era de 72,9%, no Nordeste, apenas 51,3% tinham seus domicílios abastecidos; enquanto a coleta domiciliar de lixo no Brasil atingia a média de 63%, no Nordeste era apenas 39% (Idem).

Roberto Marinho Alves da Silva (2003) enfatiza que, realmente, é necessário valorizar os esforços realizados para garantir crescimento econômico, contudo, é necessário relacioná-lo ao modelo de desenvolvimento. Para este autor, no caso brasileiro, o desenvolvimento ficou subordinado ao crescimento, o que, numa lógica sustentável, deveria ser o contrário. Contudo, o modelo assumido no país nos últimos anos foi esse que priorizou o crescimento, sem se interessar pelas desigualdades, conforme afirmação de Marinho:

O crescimento econômico verificado recentemente na Região não se traduziu em melhoria significativa na qualidade de vida da população empobrecida do Nordeste. O modelo de desenvolvimento tem sido marcado por características excludentes e de concentração de renda, onde a renda dos 1% mais ricos é superior a renda dos 50% mais pobres” (ALVES DA SILVA, 2003: 04).

4.2.3. Repensando o Nordeste e o semi-árido

Outro indicador, revelador de tais condições de vida, citado por Alves da Silva, é a situação de indigência que no Nordeste assume proporções alarmantes. O quadro abaixo detalha melhor estes indicadores em todos os estados da região e faz a comparação com a situação nacional:

Tabela nº 01 – situação de indigência no Nordeste e no Brasil.

	População total	População Indigente	% Pop. indigente
Brasil	169.544.443	49.675.400	29.3
Nordeste	47.679.381	25.065.501	52.57
Maranhão	5.638.381	3.326.337	62.37

Piauí	2.840.969	1.631.938	61.26
Alagoas	2.817.903	1.530.500	56.84
Ceará	7.417.402	3.890.999	55.50
Bahia	13.066.764	7.000.812	53.95
Pernambuco	7.910.992	3.933.250	52,13
Sergipe	1.779.522	848.158	50.25
Paraíba	3.436.718	1.639.964	49.36
R.G. do Norte	2.770.730	1.263.543	47.69

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Mapa do Fim da Fome, 2001.

Embora estes números tenham sofrido modificações, verificadas nas últimas pesquisas realizadas por institutos oficiais, o que certamente são conseqüências das políticas de transferência de renda realizadas pelo último governo federal, bem como, de importante intervenção da sociedade civil, estes números são reveladores das peculiaridades da Região Nordeste em relação ao contexto nacional.

Cristóvão Buarque (1992) registra que o Nordeste tem três gerações de caminhos para reduzir seus problemas. Segundo ele, não se trata de uma perspectiva linear, uma geração sucedendo a outra, mas uma incorpora a outra e provoca inovações (BUARQUE, 1992, p. 89). Assim, registra a primeira geração, da qual o DNOCS faz parte, que pode se chamar a geração da engenharia, tratando de captar água na terra, armazenar a água que cai e se evapora. A segunda geração considera que o problema do Nordeste não é só a seca, mas é também o problema global da economia, portanto é preciso planejar a economia, incluindo nesse planejamento a questão e a solução para a seca. Esta é a geração de Celso Furtado e da criação da SUDENE. Segundo Buarque, não se pode afirmar que a SUDENE fracassou, pois

manteve uma taxa de crescimento no Nordeste superior ao resto do país, embora não tenha enfrentado qualitativamente o problema, já que não conseguiu melhorar o nível de vida da população, nem diminuir as desigualdades. Do mesmo modo que se esgotou o projeto da engenharia, desde o final dos anos 70 do século passado, o projeto da economia também vem se esgotando. No momento em que realizava sua exposição, em novembro de 1991, Buarque anunciava a necessidade de constituição de uma nova geração, em torno de um novo projeto⁶⁷.

Malvezzi (2003) afirma que há um novo conceito que provoca uma reviravolta em toda a concepção que, durante quase dois séculos, vem implementando as políticas para a questão, trata-se da “convivência com o semi-árido”. Este novo conceito parte de um princípio muito simples: “porque os povos do gelo vivem bem no gelo?”; “porque os povos do deserto vivem bem no deserto?”; “porque os povos das ilhas vivem bem nas ilhas?” Para Malvezzi, aqueles povos desenvolveram uma cultura de convivência adequada ao ambiente em que vivem, adaptam-se e tornam a vida viável.

O segredo da convivência com o semi-árido está em compreender como o clima funciona, e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente ao ambiente. Por outro lado, é preciso interferir no ambiente, respeitando as leis de um ecossistema frágil, porém com riquezas surpreendentes. (MALVEZZI, 2003, p. 65)

Este novo paradigma foi construído durante décadas de intervenção da sociedade civil e dos movimentos sociais. A criação da ASA é um feito significativo para aprofundar e fazer avançar as mudanças que o paradigma pressupõe. Entre as condições para a convivência com o semi-árido, tem sido o desenvolvimento de uma iniciativa, com tecnologia muito simples, que está dando certo: as chamadas cisternas

⁶⁷ Exposição realizada no Seminário “O homem e a seca no Nordeste”, realizado em Caucaia, Ceará, em 1991, promovido pelos regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no Nordeste: Regional Nordeste I – Ceará; Nordeste II – Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; Nordeste III – Bahia e Sergipe; Nordeste IV – Piauí; Nordeste V – Maranhão.

de placas ou cisternas familiares, para captação de água de chuva para o consumo humano. Trata-se de

Reservatórios de forma ovalada, com metade de suas dimensões encravada no chão, construídas ao pé da casa, colhem água de chuva dos telhados por meio de calhas ao redor dos telhados e despejam diretamente dentro das cisternas. Ovaladas, fechadas, não permitem a entrada de luz, nem a evaporação, nem a transpiração (Idem, p. 69).

O impacto na qualidade de vida das famílias é imediato: todas as doenças veiculadas por água contaminada deixam de existir, diminuindo a mortalidade infantil apontada por todos os indicadores sociais com níveis altíssimos nessa região. Mas este feito está sendo possível por conta de outras iniciativas realizadas anteriormente, tanto por comunidades locais quanto pelo trabalho articulado e em rede e pelas alianças e parcerias, realizadas ao longo de todo o processo que possibilitou a elaboração e emergência do novo paradigma.

4.3. Novas práticas associativas no semi-árido – A criação da ASA.

4.3.1. As expressões coletivas

As experiências coletivas para a criação de alternativas para melhorar a vida no semi-árido, por fora da tradição intervencionista estatal ou patronal, podem ser localizadas desde longa data. Assim, podemos destacar quatro tipos de experiências verificadas num passado não muito distante: as experiências do mutualismo popular, ajuda mútua sem regras ou procedimentos muito delimitadas, conhecidas como experiências de cooperação através de vínculos sociais primários, disseminadas em vários recantos da região (PEREIRA DE QUEIRÓZ, 1977; COMBLIN, 1993); as Comunidades Quilombolas, geralmente formadas por escravos e escravas que construía sua libertação, vindos em geral da Zona da Mata, mas criando condições

favoráveis em terras do semi-árido⁶⁸; as grandes comunidades de camponeses pobres, articuladas geralmente em torno de um líder religioso, mas demonstrando espetacular capacidade de criar alternativas sustentáveis no semi-árido, como a experiência de Canudos, no sertão baiano, organizada pelo Antônio Conselheiro (EUGENIO DA SILVA, 1936; HOORNAERT, 1997), e a de Caldeirão, no Cariri cearense, organizada pelo beato Lourenço (MAIA, 1992); as experiências clandestinas de intervenção nas estruturas regionais, como a “Comuna Prestes” e o Cangaço (ZANRÉ, 1997).

No início dos anos 60 do século passado, pontuam-se algumas experiências, muito localizadas, que iniciam o debate sobre a adaptação ao contexto, portanto, as primeiras experiências que não se afirmam pelo negativo ou pelo histórico “combate às secas”. Localizamos, através da presente pesquisa duas destas experiências ainda em funcionamento: o Programa de Apoio a Tecnologias Adaptadas às Comunidades (PATAC), com sede em Campina Grande, na Paraíba, mas com atuação em cerca de 40 (quarenta) municípios do planalto da Borborema; Movimento de Organização Comunitária (MOC) com sede no município de Feira de Santana, na Bahia, mas com atuação nos municípios do Vale do Jacuípe e do Recôncavo Baiano.

Estas experiências que, originárias em serviços eclesiais da Igreja Católica, construíram sua autonomia, constituindo-se na forma jurídica de Organizações Não Governamentais (ONG's), continuam prestando importantes contribuição às comunidades e aos atuais programas de convivência com o semi-árido⁶⁹, destacando-se as seguintes dimensões; a) Organização e fortalecimento das comunidades; b)

⁶⁸ Embora não haja estudos específicos sobre as Comunidades Quilombolas do Semi-árido, sabe-se que várias destas comunidades se instalaram nesta região, experimentando profundas diferenças em relação ao trabalho anterior, não só pelas relações de trabalho e de propriedade (sobre as quais já há extensa literatura), mas também pelas condições ambientais, pluviométricas e climáticas.

⁶⁹ As duas entidades têm importante influência na organização e nas ações da ASA Estadual e Nacional.

Criação de condições para se viver melhor onde se vive, evitando o discurso moralista contra a emigração, mas afirmando a vontade de condições favoráveis que ofereçam condições para a vida no campo; c) Desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao meio ambiente, gerando uma visão positiva da Região onde se vive.

4.3.2. As lutas sociais

Na década de 70 e início dos anos 80, apesar das enormes perseguições e intimidações por parte das forças do regime militar e do latifúndio, articulam-se vários movimentos sociais no campo, como o movimento sindical, e alguns movimentos eclesiais de camponeses, como a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) e o Movimento de Evangelização Rural (MER), (conforme dados dos informantes na pesquisa de campo: Inf. 02; inf. 03).

Estes movimentos desenvolveram várias formas de organização comunitária, lugares onde as pessoas se encontram, se ajudam, constroem laços de amizade e solidariedade. Há registros significativos da presença destes movimentos em diversas lutas de resistência pela posse da terra e pelo acesso a água na região.⁷⁰ Outro “movimento” importante neste período, sem visibilidade e registros significativos, mas com forte presença de inserção na região, foram as “Pequenas Comunidades Inseridas” (PCI’s), ou comunidades de freiras, que foram viver no meio popular, nas periferias das grandes cidades, no meio rural ou em cidades com características rurais. Essas comunidades prestaram enorme serviço para a animação das lutas sociais, para criação de movimentos e organizações, para formação de lideranças

⁷⁰ Estes registros são boletins dos próprios movimentos, entre estes se destaca o “Grito do Nordeste”, que circulou por mais de 20 anos, atingindo grande capilaridade em todos os estados da região e em lugares onde não chegava nenhum outro tipo de informação impressa. Além de relatórios, boletins, informativos das dioceses, sobretudo, aquelas com trajetória de apoio às lutas sociais.

populares, que tiveram importante papel nos processos de mobilização e organização social, popular, sindical do período, com conseqüências para os anos seguintes.⁷¹

Em pesquisa realizada em 2001, Valéria Rezende (2002) registra um processo crescente de convivência e comprometimento das PCI's com a vida do povo e suas experiências de lutas. Primeiro, a chegada para viver no meio do povo, marcada pelo binômio “visitar – acolher”, para, a partir daí, “conhecer a realidade do povo e do lugar”, “ouvir as pessoas”, “estar junto”, a “convivência fraterna”. Em seguida, registra a dedicação pelas tarefas de “promoção humana”, que consistia em reunir e instruir mulheres e jovens, em atividades que poderiam melhorar as condições materiais de existência, constituir Clubes de Mães ou grupos de mulheres, grupos de jovens. A convivência com os pobres, foi despertando para episódios de violências e injustiças cometidas pelas “autoridades” e para relação entre política e exploração dos trabalhadores, entre estrutura social e injustiças contra os pobres. Assim, a prioridade por suscitar Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), estimular movimentos sociais populares, torna-se um marco caracterizador da ação das PCI's. (REZENDE, 2002, p. 113 – 131).

As CEB's significaram importante expressão eclesial popular no Brasil e em quase todos os países da América Latina e Caribe, constituindo-se como significativa sementeira de movimentos populares e das lutas democráticas no continente. Esta expressão organizativa teve sua origem em experiências da Região Nordeste do Brasil, no interior do Estado do Rio Grande do Norte, contando com as diversas estruturas e articulações da Igreja Católica e algumas Igrejas Protestantes, que facilitaram sua rápida expansão. Esta experiência associativa de base, atraiu para a

⁷¹ Embora não existam muitos registros da presença destas “comunidades”, chamou-nos a atenção em nossa pesquisa de campo, quando da seleção dos sete municípios, conforme os critérios apresentados na introdução metodológica desta tese, o fato de que, em cinco deles, existiu forte a presença das referidas comunidades na origem e desenvolvimento do trabalho organizativo e mobilizador.

Região Nordeste do Brasil, importantes agrupamentos de religiosos e intelectuais interessados em apoiar processos de organização e luta popular, o que marcou significativa contribuição na sua afirmação metodológica e política.

O final da década de 1970 e os anos 80 foram marcados por profundos processos de mobilização social no Nordeste, principalmente em torno da luta pela terra, contando com forte influência de organismos das igrejas, com vários movimentos animando as lutas dos camponeses⁷², tendo a Comissão de Pastoral da Terra (CPT) – em vários estados do Nordeste a CPT é uma continuidade do MER e da ACR, anteriormente citados - como uma expressão organizativa visível e os Sindicatos com suas Federações, também como referências importantes naquele momento. A partir das lutas de resistência dos camponeses, desencadeou-se importante processo, conhecido como “novo sindicalismo”, que se desenvolveu na luta pela construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) entre 1981 e 1983. Em alguns estados, este processo se realizou por dentro da estrutura sindical tradicional, em outros, verificaram-se intensas disputas, criando-se oposições sindicais, que ganharam eleições em importantes sindicatos de trabalhadores rurais e tentaram chapas de oposição em algumas Federações de Trabalhadores Rurais (Inf. N° 36). Neste mesmo período, é organizado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que teve grande importância para trazer um significativo número de mulheres para o envolvimento nas lutas sociais, mas também provocou impacto na renovação do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Na

⁷² No presente trabalho nos referimos, ora ao termo camponês ora, trabalhadores rurais, de acordo com as falas e textos dos informantes com os quais estamos trabalhando. Portanto, não estamos considerando o histórico debate, tão caro à sociologia rural, a respeito da utilização de uma ou outra categoria. Consideramos que na atualidade o conceito de “agricultor familiar”, sobretudo no semi-árido, tem maior aceitação nos círculos intelectuais que pesquisam sobre movimentos sociais no campo, bem como dos próprios militantes destes movimentos, mas sabemos que, na realidade do Nordeste, este também é um conceito em movimento.

segunda metade da década de 1980, organiza-se, também na região, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)⁷³.

A década de 1980 é marcada pela diminuição do envolvimento da Igreja católica com as lutas sociais (pelo menos, de suas estruturas e hierarquias), no chamado Nordeste II da CNBB, com o afastamento da figura emblemática de Dom Hélder Câmara e o seguido desmonte de vários organismos de apoio às lutas sociais, até mesmo a desarticulação e destruição do edifício-sede do regional⁷⁴, conhecido como Giriquiti, que foi referência importantíssima de resistência durante todo o regime militar. Muitos técnicos e militantes, oriundos dos serviços eclesiais, no esforço de manter parte da ação realizada, decidiram construir entidades que, posteriormente, passaram a se designar como ONG's. (Inf. 03).

No que diz respeito especificamente ao semi-árido, registramos a criação do Centro de Capacitação em Projetos Alternativos (CECAPAS) com sede em Pesqueira – PE, mas com atuação em vários estados (inf. 03). A idéia e a prática dos chamados projetos alternativos aparecem como experiências de grupos comunitários, entidades sindicais, organismos de apoio aos setores populares que desenvolveram importantes experimentos em torno de atividades econômicas e sociais, para gerar trabalho, melhorar a renda, garantir condições de sobrevivência nas regiões de origem. A multiplicação destas experiências, juntamente com outras de caráter educativo ou social, é responsável pela criação do Fórum Seca em 1989.

Os conhecidos Projetos Alternativos Comunitários (PAC's) multiplicaram-se na década de 1980, não só no semi-árido, mas em todo o Nordeste. Segundo Ademar

⁷³ Embora tenha sido fundado nacionalmente em 1984, o MST demorou mais a se estruturar no Nordeste, uma vez que nesta região as principais lutas estavam centradas na resistência contra a expulsão de posseiros que durante vários anos já trabalhavam nas terras com diversas formas de arrendamento. Também na Região, algumas federações de sindicatos de trabalhadores rurais, assumiam a condução destas lutas.

⁷⁴ O prédio foi vendido pela Arquidiocese de Recife e Olinda (sua proprietária legal), em seguida demolido para construção de um shopping center.

de Andrade Bertucci e Roberto Marinho Alves da Silva (2003), estes projetos são pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade. Desenvolvem atividades produtivas ou de consumo, através da organização de grupos que, solidariamente, perseguem sua autonomia e dignidade, mobilizados contra a dependência criada pelo assistencialismo. Após cerca de duas décadas de experiências dos PAC's, realiza-se um intenso debate acerca do caráter “alternativo” dos mesmos, mas a maioria dos estudiosos valoriza a sua importância para as atuais experiências e o paradigma da economia solidária.

No presente estudo, destacamos a importância de distintos e complementares processos, que parecem de grande valorização para o aprendizado das lideranças das lutas e dos movimentos sociais de então: resistências e grandes mobilizações ou ações diretas; organização dos trabalhadores, seja por dentro dos sindicatos, seja através de diversas formas de aglutinação comunitária e social; articulação da mobilização, reivindicação, denúncia, com proposição e realização de projetos e políticas concretas; intervenção no contexto sócio-político mais geral.

É em meio a esse processo mobilizador que o movimento sindical dos trabalhadores rurais, envolvendo outros movimentos sociais no campo e outras entidades da sociedade civil no Nordeste, enfrentam a grande seca de 1992 – 93. Segundo Ângelo Zanré (1997), os dados disponíveis na SUDENE indicam que esta foi a pior seca do século, atingindo 99% dos municípios do Ceará, 93% do Rio Grande do Norte, 92% da Paraíba, 89% de Pernambuco. Nesse período, agravaram-se os problemas de saúde da população, com forte aumento da desnutrição, loucura, suicídio (ZANRÉ, 1997).

Como em secas anteriores, esta também é marcada pelos saques realizados por camponeses famintos, ora ocupando prédios públicos, ora saqueando feiras

livres, depósitos públicos de alimentos, caminhões transportando alimentos em vias públicas. Em 1992, Zanré (1997, p. 13 – 19) registra os seguintes saques: Pernambuco, 60 saques, mobilizando 56.610 pessoas; Alagoas, 13 saques, com 15.675 pessoas mobilizadas; Paraíba, 49 saques, com 29.345 pessoas mobilizadas; Rio Grande do Norte, 77 saques, com 10.299 pessoas; Ceará, 80 saques, com 48.551 pessoas.

As mobilizações do início da década de 1990 demonstram algumas diferenciações em relação às anteriores. Percebe-se como, ao lado dos históricos saques, outras iniciativas vão sendo realizadas, como uma crítica qualificada às iniciativas governamentais para o enfrentamento da questão:

A emergência e a atualidade da questão da seca no Nordeste demonstra claramente a falta de vontade política da elite dirigente brasileira em criar condições possíveis de convivência com este fenômeno presente na maior parte da região Nordeste. (ZANRÉ, 1997, p. 7 – 8).

Organiza-se uma combinação de mobilizações na base, geralmente espontâneas, em que “grupos de camponeses famintos, invadem cidades sede dos municípios atingidos pela seca, em busca de alimentos e trabalho” (Idem, p.7) e a denúncia dos processos viciados, assumidos pelas iniciativas governamentais, que alimentam e reproduzem a “indústria da seca”. Verifica-se a articulação do movimento sindical dos trabalhadores rurais, com outros segmentos da sociedade civil, principalmente organismos das igrejas, outros movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Organizações Não Governamentais (ONG’s) de apoio aos movimento sociais no campo, ou ONG’s de promoção de iniciativas que melhorem a vida no meio rural. Tal articulação é responsável por uma inovadora concepção e prática social e política

para o enfrentamento da problemática da seca. Essa inovação é marcada pelo trabalho articulado em rede. Assim, em março de 1993, ocorre a histórica ocupação da SUDENE (Inf. N° 03).

Esta ocupação é resultado de um processo que articulou outras lutas. Em dezembro de 1992, sob a articulação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), mais de 30 sindicatos e outras entidades convidadas realizam uma avaliação das ações realizadas desde 1990, quando os institutos de meteorologia começaram a anunciar a prolongada seca, destacando-se, nesta avaliação, a ‘timidez’ das ações dos movimentos sociais, bem como o descaso do governo, diante de uma situação tecnicamente previsível. A partir dessa constatação, decidem iniciar o ano seguinte com uma ofensiva capaz de sensibilizar a sociedade civil, e pressionar os governos para ações inovadoras e mais definitivas para enfrentamento da questão (Inf. 03). Portanto, o novo ano de 1993 deveria começar com ações de articulação e mobilizações nos estados, culminando no mês de março, com a realização de uma intensa mobilização nacional, incluindo uma audiência com o governo federal.

Chega-se ao mês de março. Depois de várias tentativas, sem sucesso, de marcar uma audiência com o Presidente da República, o movimento sindical convoca suas bases e os outros movimentos sociais e ONG’s para uma atitude de maior visibilidade. Março é um mês emblemático para amplas parcelas de trabalhadores rurais nordestinos, devido a presença de forte traço cultural, marcado pelo dia de São José, com várias celebrações e previsões sobre as condições de chuvas para o ano. Este também é o dia que vários trabalhadores guardam para o início do plantio, dizem que “plantam no São José para comer no São João”. Entre 14 e 16 de março de 1993, realizaram-se marchas, caravanas, de centenas de trabalhadores e

trabalhadoras para uma manifestação unitária em Recife. As delegações dos diversos estados do Nordeste se encontraram no Marco Zero, centro histórico do Recife, onde se juntaram a outros trabalhadores e participantes dos movimentos sociais locais e saíram em marcha para o bairro do Engenho do Meio, onde está localizada a SUDENE.

A marcha do Marco Zero até o edifício sede da SUDENE apresentou importantes inovações enquanto mobilização social de multidões: a criatividade e a ludicidade foram características marcantes do ato, com várias expressões da cultura popular camponesa, bem como as expressões de combatividade e de celebração. Em cada parada, eram entoados cânticos, declamações, artes cênicas, com conteúdos que revelavam as lutas do povo por dias melhores (inf. 03). Esse entusiasmo que caracterizou a marcha e o ato público realizado em frente ao prédio da SUDENE ao término da marcha, encorajou as lideranças do movimento para uma atitude mais ousada: ocupar o prédio da entidade para forçar abertura de negociações com organismos governamentais, em especial, com a presidência da república.⁷⁵

Já que várias tentativas de audiência com o Presidente da República para discutir a questão haviam sido frustradas, essa surpreendente ocupação da SUDENE, em março de 1993, foi, portanto, consequência do agravamento da seca que se prolongava desde o final de 1991, mas também do avanço do nível de articulação dos movimentos sociais, a partir do movimento sindical dos trabalhadores rurais, articulado em torno da CONTAG e com forte empenho da FETAPE, uma das Federações de Trabalhadores Rurais com forte tradição de mobilização social.

A escolha de ocupar esta autarquia em particular se deve ao fato de entenderem que a SUDENE não só representa o Governo Federal no Nordeste como também é o polo aglutinador dos interesses

⁷⁵ Segundo o informante 03, a proposta de ocupação do prédio da SUDENE já havia sido defendida em reuniões preparatórias à marcha, mas ficou para ser revista, a partir da “atmosfera” da marcha.

diversificados dos governos estaduais na região [...] No processo de ocupação, os trabalhadores moviam-se diante da possibilidade de redirecionamento da natureza e da função estatais da SUDENE e do resgate do seu papel enquanto um instrumento de mediação e de disputa do espaço público governamental. Foi esta perspectiva que alimentou toda a trajetória de mobilização e organização do movimento. (FREITAS e SILVA, 1993: p. 38).

Este ato demonstra a vontade do movimento sindical e da sociedade civil organizada em resgatar o papel da SUDENE, enquanto instituição mediadora e coordenadora de programas e políticas públicas que respaldem a sua função político-institucional, mas também demonstrar o desejo de focar o seu papel frente ao clamor do semi-árido. Para tanto, os trabalhadores, não só ocuparam de maneira surpreendente, como também fizeram reféns o superintendente da autarquia, os prefeitos e deputados que estavam presentes no prédio.

Tal atitude possibilitou aos trabalhadores rurais, entre outras conquistas, a abertura de diálogo com o governo federal, mobilizou debates no Congresso Nacional e, principalmente, ampliou um grande leque de articulação com diversos sujeitos coletivos da sociedade civil. Entre as possibilidades abertas, o governo federal solicitou ao movimento sindical que formulasse, no prazo de sessenta dias, um projeto capaz de apresentar um outro caminho para a resolução dos problemas da seca e da fome no Nordeste. Tanto pelo tempo reduzido quanto pela pouca articulação anterior das “propostas alternativas”, o documento proposto não esconde fragilidades, mas sugere um profundo redimensionamento na escolha das prioridades e na gestão dos recursos públicos destinados a resolver os problemas da seca no Nordeste. Além disso, o seu processo de elaboração possibilitou principalmente, a criação de um espaço plural, envolvendo o movimento sindical e os movimentos sociais do campo em geral, técnicos e profissionais de ONG’s e Igrejas, intelectuais e pesquisadores das universidades, para assumirem o desafio de formular uma proposta alternativa para a questão.

Este processo revelou haver um descompasso entre a espetacular capacidade mobilizadora do movimento sindical e da sociedade civil movimentalista⁷⁶ e o seu caráter propositivo de políticas públicas universais, capazes de enfrentar os graves problemas tratados em suas ações.

[...] apesar da força com que os trabalhadores nordestinos se colocaram no cenário de disputa em dimensão nacional, o processo também veio demonstrar a atual fragilidade do movimento sindical dos trabalhadores rurais e da própria sociedade civil no processo de elaboração, proposição e particularmente, no processo de gestão de programas e políticas públicas. (FREITAS e SILVA 1993, p. 42).

Apesar das fragilidades assinaladas, é importante destacar que esta articulação possibilitou que o movimento sindical dos trabalhadores rurais retomasse uma espetacular capacidade mobilizadora, e, em todas essas mobilizações, construísse um amplo arco de alianças e parcerias em torno de uma questão central para o Nordeste. Dessa forma, esse movimento expressou significativa possibilidade de superar o corporativismo; assumiu bandeiras gerais dos trabalhadores e de toda a população da região; iniciou a elaboração de uma proposta alternativa para um problema secular, inclusive, contrariando interesses históricos da “indústria da seca”, reduzindo a interferência de políticos tradicionais no enfrentamento da questão. Possibilitou, também, a construção do Fórum Nordeste, como continuidade do anterior “Fórum Seca”, e o Seminário “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro”, realizado em maio de 93, no prédio da SUDENE, com a participação de 112 entidades da sociedade civil. Diniz (2002, p. 42), ao citar o documento final do Fórum Nordeste, indica que a construção das propostas se articulavam em torno dos eixos:

⁷⁶ A este respeito, ver Evelina Dagnino (2002). Ela prefere juntar a categoria “movimentalista” ao conceito de sociedade civil, devido ao uso difuso que o mesmo tem sido assumido por diversas e até divergentes abordagens, portanto, o seu referido complemento de marca um campo de forças e uma referência eu um conceito demasiadamente amplo, utilizado nas atuais formulações das ciências sociais.

a)garantir uma infra-estrutura básica tanto produtiva (armazenamento, reserva hídrica, energia elétrica, insumos) como social (transportes, saneamento básico, comunicação, escolas, postos de saúde); b) garantir a participação dos pequenos produtores na formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, capacitando seus representantes para participar dos conselhos gestores; c) organizar os pequenos produtores e sua produção para uma intervenção articulada no mercado (associações e cooperativas), agregando valor à produção por meio do beneficiamento da produção primária; d) garantir aos pequenos produtores o acesso à terra; e) gerar, sistematizar e difundir com as organizações dos produtores, tecnologias apropriadas a cada microrregião; e f) identificar e incentivar pequenas empresas não agrícolas a partir das potencialidades de cada micro-região.(Fórum Nordeste, 2002, p. 42).

4.3.3. Participação nas Políticas Públicas

Em julho de 93, realizou-se mais uma reunião com o Presidente da República, em que foi decidida a criação do programa “Ações governamentais para o Nordeste”. Neste programa, as tradicionais “frentes de emergência” passaram a se chamar “frentes produtivas de trabalho” e foram criadas comissões de gestão dessas frentes.

Estas decisões podem ser consideradas como profundamente inovadoras na tradição de enfrentamento das secas, a começar pela nova terminologia utilizada, que tenta romper com o caráter imediatista que tem caracterizado tais iniciativas até então. Ao se identificarem como “frentes produtivas”, os seus participantes se dedicam a construir um produto que, necessariamente, deve ser algo de uso ou consumo coletivo, ou, quando individual, usado por quem trabalhou/ produziu, não sendo pensado como emergência, mas como produção de longa duração e em benefício de todos. As atividades mais comuns foram: recuperação de estradas, consertos ou ampliação de barreiros, barragens, açudes, escolas.

Do ponto de vista da gestão das “frentes produtivas de trabalho”, destaca-se também uma grande inovação, com a constituição dos Conselhos ou Comissões

Paritárias para a gestão dos projetos e das ações a serem realizadas. Esta inovação rompe com o passado, desde o período em que o controle de tais frentes cabia aos proprietários de terras mais influentes na região. Desde a inscrição dos trabalhadores, que no passado era realizada na casa grande das fazendas ou galpões de suas propriedades, até as decisões sobre o que fazer e como fazer cabia a estes proprietários (NUNES LEAL, 1948).

Apesar destes significativos avanços, permanecem várias dificuldades e impasses. Entre as fragilidades destacadas, pode-se perceber como a histórica e centenária “indústria da seca” tem provocado profundos estragos e cadeias de dominação que permitem a reprodução de relações de forma a manter a realidade inalterada. Neste sentido, podemos destacar os Conselhos e Comissões paritárias para gestão dos projetos e programas públicos enfrentam dificuldades de funcionamento, principalmente, onde o movimento social é mais frágil e os poucos representantes que assumem uma autonomia frente às forças dominantes do poder local (líderes sindicais, animadores populares, religiosos), após pouco tempo de intervenção, sentem-se desestimulados ou pouco motivados para tal participação, devido ao forte controle e diversos esquemas utilizadas pelas forças políticas tradicionais para manterem o seu controle. Entretanto, esta experiência revela também um desafio importante para os movimentos sociais preocupados com mudanças profundas na realidade local.

[...] pois vem apontar um elemento fundamental que se traduz na sua incapacidade atual de articular a dimensão ampla da disputa ao nível da sociedade e das nuances do poder local de cada município. Os municípios representam a arena e os palcos efetivos onde se dão os primeiros e os mais consistentes pontos e nós das costuras das alianças que invariavelmente revelam-se desfavoráveis aos trabalhadores. É na esfera municipal através do poder local onde o caráter público das políticas – mesmo as emergenciais – é privatizado através dos mesmos velhos esquemas de governo (FREITAS e SILVA, 1993: 42).

O Fórum Nordeste passou a estimular a continuidade da articulação nos Estados, para manter o processo de mobilização, bem como a monitoria das ações negociadas com o governo federal. Desse modo constituiu-se Fórum do Campo (FOCAMPO) no Rio Grande do Norte e a Articulação do Semi-árido na Paraíba (ASA – PB). Neste Estado, ainda em 93, foi organizado um Seminário Estadual, convocado por várias entidades como: Centro de Ação Cultural (CENTRAC), Centro de Educação Popular e Formação Sindical (CEPFS), Programa de Apoio Comunitário (PROPAC), Departamento dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/ CUT). Em documento preparatório ao evento, ficam claros os seus objetivos:

O seminário sobre o Semi-árido Paraibano é fruto de uma preocupação compartilhada pelo Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais e pelas entidades de assessoria. [...] Pretende-se refletir de forma mais profunda a realidade da região e, sobretudo, definir formas de intervenção frente a esta”⁷⁷.

Conforme previsto, o Seminário realizou uma análise da realidade da Região incluindo a discussão sobre as políticas governamentais de intervenção na mesma; e sobre a situação dos movimentos sociais, com ênfase no movimento sindical, e sua relação com os grupos de jovens, as pastorais, os movimentos de mulheres. Desse seminário resultaram encaminhamentos para uma intervenção articulada. Assim nasce a ASA – PB. Registramos, com ênfase, esta experiência, pois demonstra como, já em 1993, afirmava-se tanto um novo modelo organizativo, baseado na articulação em rede, quanto novos conteúdos e métodos de intervenção social em torno do semi-árido. No ano seguinte à sua criação, com uma ampliação significativa de entidades, novo seminário teve como tema: “Que tipo de desenvolvimento queremos?” abordando-se cinco eixos de discussão: estrutura agrária e pequena produção;

⁷⁷ Projeto de cooperação enviado pelas entidades promotoras do evento à Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE, em maio de 1993.

política agrícola e pequena produção; o modelo tecnológico; educação, saúde e cultura; a organização dos pequenos produtores⁷⁸. Já naquele momento se realizou uma elaboração sobre o significado e as tarefas do trabalho articulado através da ASA, baseados na unidade política de ação, mas também na autonomia dos grupos e entidades pertencentes a ASA na Paraíba.

Entre 96 e 97, várias iniciativas foram viabilizadas, sobretudo pelo movimento sindical organizado na CONTAG, o que possibilitou a realização do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). A política pública negociada com o governo se estrutura em quatro linhas de ação: trabalho, renda mínima e segurança alimentar; abastecimento de água; manutenção dos rebanhos, com fornecimento de ração e complemento alimentar; programa de crédito especial para investimentos em infra-estrutura hídrica e produtiva nas propriedades familiares do semi-árido. Para evitar (ou pelo menos inibir) que este programa repetisse históricas formas de ação governamental, baseadas no clientelismo, eleitoralismo e na manutenção de esquemas de dominação, foi proposta a organização dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, em níveis municipais, estaduais e regional:

Os Conselhos estão organizados para direcionar as políticas públicas para o setor rural do município com a finalidade de otimizar a aplicação de recursos, em função das necessidades de orientar adequadamente o agricultor na fiscalização do uso dos recursos públicos. [...] é encarregado de elaborar e acompanhar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, no qual as ações de convivência com a seca e estiagem devem estar previstas” (ASA-PB, 1998, p. 08 – 12).

Entre março de 1993, com a ocupação da SUDENE, e novembro de 1999, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre desertificação (ou COP – 3, como ficou mais conhecida), que se realizou em Recife, como parte das Conferências específicas que são decorrência da ECO – 92, a Conferência da ONU

⁷⁸ Cf. ASA-PB. 1994.

sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (conforme registrado no capítulo II), desencadeou-se um intenso processo de mobilização e articulação, que veio a se formalizar neste último ano como Articulação do Semi-Árido Brasileiro ou ASA – Brasil.

Trata-se de uma trajetória que articula grupos comunitários, comunidades de base, sindicatos – os quais que realizam o trabalho organizativo e mobilizador na base, no local onde as pessoas vivem e trabalham – e passa pela realização de ações mais articuladas ou mobilizações que foram constituindo estruturas organizativas, que, por sua vez, fortaleceram as mobilizações e o enfrentamento do poder instituído, como foi a ocupação da SUDENE, e de outros órgãos públicos em quase todos os estados da região. Essa trajetória criou as condições para negociações de políticas públicas, cujas expressões mais visíveis, foram as frentes produtivas de trabalho, os Conselhos de Desenvolvimento Rural, o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).

4.4. A ASA e as redes Solidárias no semi-árido

4.4.1. Aspectos históricos

Em agosto de 1999, as entidades articuladas em torno do Fórum Nordeste, que era a expressão organizativa responsável pelo processo registrado nos últimos anos, organizaram um Encontro preparatório para a intervenção articulada da sociedade civil e dos movimentos sociais, durante a Conferência da ONU acima citada, principalmente para a realização do Fórum Paralelo⁷⁹. É neste Encontro que

⁷⁹ Conforme registramos no capítulo II, a partir da década de 1990, em todos os eventos de organismos internacionais, os movimentos sociais organizaram atividades paralelas, seja protestos e mobilizações de rua, seja debates e Fóruns Paralelos.

se decide pela formalização da plataforma de ação que já vinha se realizando, em torno de uma expressão unificadora, com o nome de ASA Brasil, cuja declaração e carta de princípios deveriam ser lançadas durante a realização da Conferência. Ou seja, embora se formaliza a criação da ASA a partir deste encontro, ela é fruto do processo mobilizador e articulador realizado até aí. Por isso, algumas lideranças da ASA preferem referir o seu ato fundador à ocupação da SUDENE, realizado em 1993, e não à COP – 3 de 1999. Nós preferimos falar da criação da ASA como um processo que durou vários anos, tendo alguns momentos marcantes, principalmente o período do “trabalho reticulado” entre 1993 e 1999 (Inf. 03).

No Fórum Paralelo, realizado durante a Conferência da ONU em 1999, desencadearam-se intensas discussões sobre o conteúdo da conferência e também sobre formas de articulação permanente, para enfrentamento coletivo da questão da desertificação e da seca. O debate foi marcado por uma clivagem que se manifestou entre a prioridade para expansão das experiências de base – cujo mote eram as construções das cisternas de placas, em execução desde a seca de 1997/ 98 - e a formulação de um plano global de alternativas de desenvolvimento para a região, baseada na concepção de desenvolvimento sustentável⁸⁰.

Essa clivagem, embora não possa ser caracterizada como dois pólos discordantes no processo de construção da ASA, revela ênfases diferenciadas que, para a maioria dos envolvidos no processo, sequer merecem relevância ou tomada de decisão. Consideramos importante explicitar estas distintas ênfases, pois elas são reveladoras de como a pluralidade da ASA, tem a ver também com as trajetórias de intervenção das entidades. Assim, em um pólo de intervenção, identificamos algumas organizações, relacionadas ao “ambientalismo histórico”, como o exemplo da

⁸⁰ Segundo o informante 03, enquanto a ênfase primeira era defendida principalmente pelos dirigentes sindicais, a segunda era prioritariamente defendida pelos ambientalistas históricos.

Associação Pernambucana de Amigos da Natureza (ASPAN) e outras entidades semelhantes nos diversos estados, as quais desde a década de 1970, estão vinculadas especificamente à problemática ambiental, tendo acompanhado os debates desde a Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, promovido pelas Nações Unidas – ONU em 1972, na Suécia, e os seus desdobramentos, assinalados pela Assembléia Geral da ONU, em 1983, onde se cria a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED, segue fortemente presente na ECO – 92. Gustavo da Costa Lima (1997) localiza pelo menos quatro tendências entre os participantes do que estamos considerando como “ambientalismo histórico”.⁸¹ Em outro pólo, estaria o movimento sindical dos trabalhadores rurais, com extensa capilaridade em toda a região.⁸² No meio destes, se encontram as novas ONG’s e pastorais sociais, que na região, tem forte ligação com o movimento sindical, mas demonstram grande sensibilidade com as bandeiras e os métodos de ação do movimento ambientalista.

Durante a COP – 3 e o Fórum Paralelo foram criados alguns espaços de intercâmbio e diálogo, dentre os quais se destaca a audiência com o ministro do meio ambiente⁸³ fruto da articulação de um grupo de entidades ligadas a ASA. Nessa audiência, foi apresentada a proposta de uma experiência, em execução desde o ano anterior, conhecido como “Programa de Mobilização Social 1 Milhão de Cisternas” (P1MC). Esta proposta que começou a ser elaborada com a experiência de construção de cisternas de placas na seca de 1977-78, inicialmente, foi assumida por

⁸¹ Estas tendências são denominadas por Costa Lima, como: o antropocentrismo, com princípios individualistas da centralidade do homem na natureza, ou uma visão ecocapitalista; o biocentrismo, próximo da ecologia social, que reúne características coletivistas; o ecosocialismo, que relaciona princípios antropocentrismo com interesses comunitários; e outra que articula o biocentrismo com comunitarismo, principalmente com as preocupações com os problemas do terceiro mundo.

⁸² O movimento sindical também é marcado por várias tendências, concepções e práticas sindicais, mas em geral, é caracterizado por longa tradição corporativista.

⁸³ O então ministro José Sarney Filho, deputado licenciado pelo Partido Verde, do Estado do Maranhão.

uma articulação de ONG's, igrejas, movimento sindical, agências de cooperação internacional, e em alguns estados, foi realizado convênio com o Programa Comunidade Solidária, do governo federal, conforme anunciamos anteriormente. A proposta de construir um milhão de cisternas se apresentava, por um lado, como uma pretensão concreta, uma vez que a incipiente experiência já apresentava resultados significativos, e, por outro lado, como uma bandeira simbólica, um convite ao compromisso e à solidariedade social, pois a pretensão era lançar uma grande campanha nacional de sensibilização da sociedade civil para o enfrentamento da questão. Desta reunião com o ministro, firmou-se o compromisso de montar uma agenda, envolvendo a Agência Nacional das Águas (ANA), organismo daquele ministério.

Após formalizar sua criação, no ano de 1999, a ASA realiza em 2000, em Igarassu – PE, o seu Primeiro Encontro Nacional (Iº ENCONASA)⁸⁴. Neste Encontro, ainda marcado pela avaliação da participação na COP – 3/ Fórum Paralelo, a ASA reafirma sua dimensão de articulação política de entidades que se identifiquem com a Declaração do Semi-Árido (DSA) e com a Carta de Princípios (CP), os dois documentos fundantes da Articulação e referência, para que qualquer organização, que se identifique com estes princípios e diretrizes, venha a fazer parte da ASA.

O II ENCONASA, realizado em agosto de 2001, também em Igarassu-PE, - já percebendo-se que a ASA estava se constituindo em um novo sujeito social e político presente na realidade regional e nacional – tem sua pauta voltada, além da discussão da conjuntura, suas tendências e desafios para o semi-árido, para

⁸⁴ Nos anos seguintes, os ENCONASA's passam a se realizar como espaços coletivos de avaliação das ações e definição de estratégias, bem como de reflexão e aprofundamento de temas importantes para a vida da Articulação e do Semi-Árido. A partir de 2004, esses Encontros deixam de ser anuais e passam a ser bienais.

discussões sobre a vida da ASA: identidade e missão da ASA; negociação para implantação de um projeto piloto do P1MC; (re) desenho da estrutura, funcionamento e relações inter-institucionais da ASA; encaminhamentos. As entidades envolvidas na coordenação da ASA no II ENCONASA - entidade do movimento sindical (FETAPE), de ONG's/ Igrejas (DIACONIA), do movimento ambientalista (ASPAN); de agências de cooperação internacional (OXFAM)⁸⁵ - identificam a dimensão da pluralidade organizativa na condução da Articulação naquele momento.

O III ENCONASA, realizado em novembro de 2002, em São Luís – MA, enfrenta uma agenda mais ampla, o que configura a ampliação do trabalho da ASA: acesso à terra, agricultura familiar, criança e adolescente, educação, uso sustentável dos recursos naturais. Neste Encontro, a ASA reafirma a crítica ao então modelo de desenvolvimento imposto ao semi-árido brasileiro e propõe estratégias para o desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Formalizaram-se os grupos temáticos no interior da ASA: agro-ecologia, bacias hidrográficas, revitalização do rio São Francisco, educação para a convivência com o semi-árido, unidades de conservação da caatinga, combate à desertificação, comunicação⁸⁶.

O IV ENCONASA, realizado em Campina Grande - PB, em novembro de 2003, com participação de mais de 500 representantes, retoma os grupos temáticos, avalia as ações e define novas estratégias. Neste Encontro, elabora-se uma “Carta Política”, endereçada ao presidente da república, aos senadores, governadores, deputados, prefeitos e a sociedade civil brasileira. A carta retoma as questões tratadas no Encontro e faz sugestões; acesso à terra; acesso à água; transposição do rio São

⁸⁵ Documento ASA (nº01) – Relatório do II ENCONASA.

⁸⁶ Documento da ASA (nº 02) – Relatório do III ENCONASA.

Francisco; financiamento, crédito e assistência para a agricultura familiar; sementes; combate à desertificação; educação; comunicação.

O V ENCONASA realizou-se em Teresina – PI, em novembro de 2004, já estando em andamento o convênio com o governo federal - não mais através do Ministério do Meio Ambiente (MMA), mas através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) - bem como com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Mantiveram-se os grupos temáticos, foi dedicado mais tempo para avaliar a fase de implantação do Projeto Piloto do P1MC (ainda em convênio com o MMA) e para planejar o prosseguimento do convênio⁸⁷.

Esta trajetória de construção e consolidação da ASA foi demonstrando a necessidade de redefinição de suas estratégias, quando estas se revelavam impraticáveis ou ineficientes; afirmando valores e comportamentos quando estes demonstravam sinais de manutenção de vínculos sociais comunitários e libertários; inventando novos modelos organizativos, quando as estratégias de intervenção necessitavam de condução e elaboração ou quando os valores questionavam modelos formalmente estabelecidos (Inf. N 06)

4.4.2. As cisternas e novas solidariedades

A iniciativa em abrir o diálogo com o governo, em torno do P1MC, deve-se ao interesse da Articulação em transformar uma iniciativa que já vinha se realizando pelo esforço da sociedade civil em política pública, portanto, em política universalizável. Trata-se de uma opção por construir uma “plataforma da solidariedade”, em torno de uma questão central para uma região e para a vida de centenas de milhares de pessoas e de uma região. Essa plataforma se realizaria em torno de quatro esferas complementares:⁸⁸

⁸⁷ Documento da ASA (nº 03) – Relatório do IV ENCONASA.

⁸⁸ Resumimos os dados relativos à “plataforma da solidariedade” a partir de informações obtidas na pesquisa de campo (Inf. Nº 06).

1º - Referência para práticas de solidariedades locais, desde o trabalho coletivo ou em mutirão para a construção das cisternas, que inclui a definição de prioridades para a escolha das famílias a serem beneficiadas; a distribuição de tarefas e responsabilidades de acordo com as habilidades de cada um; a compra do material; o trabalho de construção; a constituição e administração do fundo solidário⁸⁹, até a articulação de pessoas para ajudarem em possíveis tarefas em outras comunidades ou em campanhas e lutas gerais.

2º - Constituição de condições para solidariedade no interior da sociedade civil nacional, como a realização de campanhas para sensibilizar e despertar interesse de grupos, entidades, empresas, também de outras regiões do país. Neste sentido, registram-se experiências como as do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, que realizou campanha em sua base social, favorecendo a construção de 490 cisternas em alguns municípios de Alagoas, Bahia, Pernambuco; dos estudantes e professores do Colégio Marista de Montes Claros – MG, que realizaram campanha e enviaram os recursos para a construção de cisternas no Vale do Jequitinhonha e, durante as férias, viajaram para participar da inauguração das cisternas; da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), que realizou convênio com a ASA nacional para construção de centenas de cisternas em todos os estados do Brasil.

3º - Criação de canais para facilitar a solidariedade internacional, através da divulgação da problemática e da proposta para os países ricos, despertando pessoas e organizações para colaborações. Neste sentido, há experiências de

⁸⁹ O Fundo Solidário, em torno do que há um grande debate no interior da ASA, defendido principalmente pela ASA – Paraíba, constitui numa doação financeira (além da doação do trabalho realizado voluntariamente na comunidade), a ser decidida por cada família e a ser utilizado nas atividades comunitárias, definidas coletivamente. Algumas críticas são consideradas, como o risco de entender tal fundo como um pagamento pela construção da cisterna, quando a premissa do programa é de que a cisterna é um bem não pago.

famílias que juntam dinheiro e enviam para construção de cisterna de uma família aqui. A partir dessas ações criam-se outras relações, havendo experiências em que famílias européias vieram participar da construção da cisterna, aproveitando para conhecer de perto a realidade e criando novos canais de solidariedade. Há também a experiência de agências de cooperação internacional, que colocam entre suas prioridades, a parceria com a ASA e o P1MC.

4º - Solidariedade pública e estatal, criando-se canais de transformação das demandas sociais em políticas públicas, com utilização de recursos públicos; ampliando-se a concepção da água como um direito humano e social exigindo-se o compromisso do Estado para o atendimento dos direitos (Inf. N° 06).

Esta opção pela solidariedade, enquanto caminho capaz de promover mudanças na vida das pessoas, grupos, comunidades, de construir sua dignidade e sua autonomia, de evitar a dependência e os vícios do assistencialismo e do clientelismo, é afirmada na ASA pelos diversos sujeitos que a compõem, desde animadores e participantes na base até membros das coordenações intermediárias ou da coordenação nacional. A opção pela solidariedade confirmada através da “plataforma da solidariedade”, antes referida e citada por uma informante membro de coordenação estadual, mas também através da poesia popular de um participante de organização de base, com ampla veiculação no interior da Articulação:⁹⁰

Mais de cinqüenta famílias
Mora na comunidade
Todas elas trabalhando
Com maior honestidade
É um ajudando o outro

⁹⁰ Parte significativa dos documentos e elaborações da ASA, está publicada em literatura de cordel, que é uma expressão cultural com bastante adesão entre a população do semi-árido.

Na solidariedade.

A Redinha está provando
Que não quer só receber

Ela também colabora

Quer ver as outras crescer
Quando as outras têm problemas
Ela ajuda a resolver.

Tem que ser solidário
Dentro da Associação
Ajudando aos companheiros
É a nossa obrigação
Ajudar a quem precisa
Ser sinal de salvação.

A sociedade civil
Muito bem organizada
Neste sertão semi-árido
Com a ASA articulada
Vai construir um milhão
De cisternas emplacadas.

Este trabalho em rede
Que está se ampliando
Em todo o semi-árido
E a vida melhorando
Semeando o que há de bom
E o povo está gostando.

Asa Brasil tem
Uma força nacional
Preocupou-se com a crise
Da água que é mundial
Tá querendo ajudar
As comunidades em geral”⁹¹.

Esta dinâmica que articula exercício da solidariedade e estruturas organizativas que alimentam processos de intervenção, desde a comunidade de base até a articulação nacional, vem se consolidando, se ajustando, através dos encontros e do desenvolvimento histórico da ASA, que tem, nos Encontros Nacionais, momentos fortes de avaliações, afirmações e/ ou redefinições de estratégias.

⁹¹ Cordel escrito por Joaci Francisco dos Santos, em parceria com Divalcy Delfino da Costa e José Francisco Santos. Realização da Comunidade da Redinha e da ASA-PB, publicado com recursos Fundo Solidário da Comunidade. Lançado na feira “Sementes da Paixão” – Lagoa Seca - PB.

4.4.3. Linhas de ação

Foi resultado da combinação entre estratégias de intervenção, valores vivenciados e socializados, modelos organizativos experimentados e redefinidos que houve nos ENCONASA's momentos privilegiados de reflexão, avaliação, reorientação, que formataram a atual configuração da ASA. Como a ação tem sido defendida como argumento primeiro (não como ordem cronológica ou de prioridade) da existência da Articulação, apresentamos, a seguir, as principais “frentes de intervenção”, constitutivas da ASA- Brasil, que são elementos para a manutenção do conjunto das organizações articuladas permanentemente em rede e que compõem o chamado paradigma de convivência com o semi-árido:

1º - **Recursos hídricos** – A Articulação nasce a partir de experiências de base que, articuladas, foram capazes de formular uma crítica qualificada às tradicionais expressões de “combate às secas”, bem como a partir do esforço conjunto para enfrentar a poderosíssima “indústria da seca”, conforme tratamos no início deste capítulo. Entre as alternativas criadas, para enfrentar a questão da escassez de água ou da irregularidade das chuvas, registramos as barragens subterrâneas, as mandalas, os barreiros, os poços tubulares, a passagem molhada, o manejo e reaproveitamento das águas. Trataremos aqui, da construção de cisternas de placas, que tem se revelado como principal fonte de captação de água para consumo humano na região e é uma experiência que vem se consolidando no interior do processo de mobilização reticulada.

Retomando a trajetória da Articulação, percebemos que, depois da seca do início dos anos 90, experimentou-se certo alívio entre 93 e 96, mas 1997 marca um novo início de declínio das precipitações de chuvas na região. O quadro fica ainda

mais crítico em 1998, se configurando em mais uma “calamidade social”, com todos os problemas daí decorrentes.

A Articulação, naquele momento ainda era considerada como um conjunto de organizações da sociedade civil do Nordeste, tanto pelas experiências acumuladas, quanto pela legitimidade e reconhecimento que ganhou no âmbito político, a partir do processo desencadeado pela ocupação da SUDENE, que provocou um novo relacionamento com as políticas do governo federal para a Região. Neste novo momento de seca prolongada, experimenta certo relacionamento com tais políticas, através da Comunidade Solidária, o que passou a introduzir modificações no caráter historicamente assistencial de tais programas e ações. Neste sentido, o Projeto de Capacitação e Geração de Renda, realizado entre 98 e 99, teve como objetivo treinar os trabalhadores rurais, cadastrados nas Frentes de Emergência, para construção de alternativas para ações de convivência com o semi-árido. Esse projeto buscou oferecer uma renda extra aos trabalhadores, como nas antigas frentes de emergência, só que, desta vez, visava capacitá-los para a construção de cisternas de placas. Tal capacitação seguia o princípio de “aprender fazendo”, pois, do treinamento realizado, resultava uma cisterna, como um bem familiar permanente. A partir de então, as cisternas foram consideradas como um elemento inovador para a captação de água de chuvas que caem nos telhados das casas (DINIZ, 2002, p.85), constituindo-se também como uma estratégia de ação para o enfrentamento de uma das questões centrais do semi-árido, que é a dificuldade de captação, armazenamento, manejo e utilização das águas. Os procedimentos adotados neste projeto são indicadores de como a marca da Articulação, sobre a cunha de “convivência com o semi-árido”, estava se afirmando como um novo paradigma de desenvolvimento na Região.

Esta experiência serviu de base para um programa mais abrangente, a que já nos referimos, transformado em política pública, para construção de cisternas caseiras, em grande escala, o conhecido “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). Este programa não é só de construção, mas principalmente de formação e mobilização das famílias: “Mobilizar é juntar vontades, desejos, sonhos. É incentivar, organizar e formar grupos para tornar esses sonhos reais” (ASA, 2004, p. 32). Até 17 de abril de 2006, este programa identifica os seguintes resultados quantitativos: 133.073 cisternas construídas; 650.787 pessoas beneficiadas; 135 pedreiros instrutores capacitados e 3.662 pedreiros (operadores) capacitados em construção de cisternas; 2.619 pessoas capacitadas em confecção e bomba d’água; 974 municípios atendidos; 143.791 famílias mobilizadas. (ASA, abril de 2006).

2º - **Sementes adaptadas à diversidade da agricultura** - É comum na região os trabalhadores irem adaptando as sementes e o plantio às condições do solo, do clima, das chuvas, por isso, encontram-se, muitas vezes, no mesmo roçado, quatro a cinco tipos de feijão. Desde o início do trabalho reticulado, em 93, percebe-se esta como uma questão central para os agricultores familiares, que haviam perdido tudo com a seca de 1991 – 92. Como tradicionalmente acontecia, o Estado oferece as sementes, mas repetindo os vícios de sempre: a homogeneização do tipo de sementes para uma região com tradicional diversidade; o atraso para a execução dos programas de distribuição, ocasionando, em geral, a perda do período melhor para o plantio; o preço das sementes, que, mesmo sendo subsidiado, não é tão acessível aos trabalhadores, tendo em vista que eles, neste período, já estão descapitalizados, justamente em função de estiagens anteriores (DINIZ, 2002, p. 72). Some-se a estes problemas técnicos, outros de ordem política, como as práticas clientelistas e

eleitoreiras, em que a distribuição das sementes são assumidas como mais uma ferramenta para manterem-se laços históricos de dependência e subordinação aos políticos tradicionais locais.

Por isso, já em 1995, tanto o governo estadual quanto o federal lançaram suas políticas de distribuição de sementes: o primeiro afirmando que as sementes do segundo não eram de boa qualidade. A proposta do governo federal foi lançar sua política de distribuição de sementes a partir do modelo de negociação que vinha sendo realizada com a CONTAG, desde a ocupação da SUDENE em 93, portanto, lançando um programa específico para o Nordeste: “Programa de estímulo à produção e combate à fome através da renovação genética de sementes para os Pequenos Produtores do Nordeste”. Diante do impasse entre os programas estadual e federal, a ASA, através de convênio com a Associação das Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE), realizou intenso trabalho de distribuição das sementes do programa federal: mobilizou 77 entidades em 52 municípios, resultando na organização de 113 bancos de sementes comunitários e na distribuição de 115 toneladas de sementes (DINIZ, 2002, p. 75). Esta experiência teve contribuição significativa para a posterior política de Bancos de Sementes Comunitários, como uma das ações prioritárias da ASA e como um importante instrumento para a conservação da diversidade da agricultura familiar.

Após mais de uma década de realizações, pesquisas, aprimoramentos genético das sementes nativas, a ASA realiza intenso processo de mobilização em torno do eixo “sementes da paixão”, como condição para a convivência com o semi-árido. Neste sentido, já construiu uma extensa rede de bancos comunitários de sementes, com mecanismos de ensilamento e estocagem do que consideram patrimônio genético e cultural.

3º - **Tecnologias adaptadas** – Mesmo antes do trabalho reticulado, algumas entidades desenvolviam experiências de tecnologias adaptadas às comunidades e às condições regionais. Foram criadas as técnicas de construção de “moradias adaptadas” (PATAC); barragens subterrâneas; a “curva de nível” que é uma adequação para o plantio em áreas acidentadas, que tanto evita a erosão quanto otimiza o uso da água. Registramos, aqui, a implantação da Bomba d’água popular, originária de trabalho semelhante em Burkina Faso, na África, onde há condições ambientais, climáticas e geológicas, semelhantes ao do Nordeste brasileiro. Trata-se de um instrumento leve, de fácil fabricação e manuseio, que consegue captar até mil litros de água em uma hora. Ao ser instalada em um reservatório doméstico, passa a garantir a captação de água para o consumo da família, para a comunidade, para a pecuária familiar e para a produção agrícola. (ASA, 2004).

4º - **Financiamento, Crédito e Assistência Técnica para a agricultura familiar** – A busca de apoio concreto para os trabalhadores e trabalhadoras agrícolas familiares permite atravessar períodos críticos de estiagem; possibilita a desburocratização dos financiamentos, com reconhecimento oficial das cooperativas de crédito e permite uma política específica de apoio a comercialização. (ASA, 2003). A ASA tem realizado intensa crítica à forma como nos diversos estados do Nordeste, verificou-se um processo de esvaziamento, e até desmonte, das históricas Empresas de Assistência e Extensão Rural (EMATER), como parte do receituário para um “Estado Mínimo”.

5º - **Acesso à terra** – A ASA se incorpora na luta e nas campanhas por uma política de reforma agrária, que crie limites para o tamanho máximo das propriedades rurais em 35 módulos fiscais (conforme a campanha do Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo). Isso significa que esse limite de tamanho deverá ser

diferenciado dependendo das diversas regiões do país, ou seja, a reforma agrária deverá tratar das especificidades regionais, como o semi-árido, do reconhecimento das comunidades quilombolas; da política agrícola que privilegie o enfoque agro-ecológico e de convivência com o semi-árido (ASA, 2003).

6º - Segurança Alimentar e Nutricional – Após as fortes denúncias da situação de fome e pobreza absoluta (que deverá continuar sendo denunciada), a ASA tem realizado intensas campanhas de acesso a alimentação. Para tanto, luta pelo apoio a agricultura familiar, pela diversidade na produção agrícola, especificamente a produção local, incluindo a industrialização, como a rapadura, tapioca, queijo, bode, mel de abelhas. Além disso, a ASA tem forte presença nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, assumindo inclusive a presidência em alguns deles. Os versos do poeta popular, abaixo transcritos, refletem parte das posições da ASA sobre a questão:

Na produção de alimentos
O Brasil é campeão
Não é falta de comida
Que causa fome à nação

Pois muito se desperdiça;
É grande a injustiça
E a má distribuição.

Segurança Alimentar
Também nutricional
É uma questão política,
Econômica e social
Precisa ser resolvida

Para melhorar a vida
Do povo que vive mal.

Para acabar com a fome
Nesse Brasil desigual
É preciso que o governo

Invista no social
Lembrar o seu compromisso
Com o povo, e não ser omissos

Ser menos neoliberal.

A fome e desnutrição
Sendo da terra banida
Numa nova sociedade
Nós vamos ter garantida

Segurança alimentar

Para o povo melhorar
A qualidade de vida”⁹².

7º - **Combate a desertificação** – Fazem parte desta frente de intervenção, as campanhas para se evitar as queimadas, as monoculturas, o uso indiscriminado de fertilizantes, os chamados “desertos verdes”, como são chamadas as plantações extensivas, a exemplo do cultivo de eucalipto para a indústria de papel e celulose, que são danosas ao meio-ambiente; Além disso, realiza-se intenso esforço para influenciar na política nacional de combate a desertificação; e para revitalizar as microbacias hidrográficas do Nordeste.

8º - **Educação para o Semi-Árido** – A necessidade de uma política específica de educação para a região baseia-se em duas constatações: no semi-árido brasileiro, encontram-se os maiores índices de analfabetismo do país e os períodos mais irregulares de frequência escolar. Daí a necessidade de uma educação adaptada e a valorização dos conhecimentos locais. Essa formulação está sendo viabilizada através da RESAB (Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro).

9º - **Agroecologia** – Afirma-se no interior da ASA, através das experiências de agricultura familiar, da agro-floresta e da crítica ao modelo dominante baseado na degradação ambiental e exclusão social. Por isso, para a ASA, não há separação entre “cuidar do homem” (e da mulher), e “cuidar da natureza”. Faz crítica aos pacotes tecnológicos baseados no uso extensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos e

⁹² Poesia de José Rogaciano S. Oliveira. Registrada documento ASA. Fortaleza- CE, 2005.

maquinaria pesada. Propõe um novo modelo a ser assumido em conjunto pelo Estado e pela sociedade civil, que se baseia na valorização do potencial ambiental do território e nas experiências da agricultura familiar - como a diversificação produtiva, produção de alimentos ecológicos ou orgânicos, inclusive como defesa da saúde dos consumidores; - na captação de água de chuva, para consumo humano, mas também para a produção agrícola e para pequena pecuária; na conservação de sementes nativas, entre outras. De novo, registramos versos do poeta popular, José Rogaciano, amplamente divulgados no interior da ASA, para ilustrar os seus posicionamentos:

Os transgênicos ameaçam
A segurança alimentar
As multacionais
Só querem mesmo é lucrar
Produzem inseticida;
A semente e a vida
Elas querem controlar.

Se os produtos transgênicos
Podem causar alergia

É melhor comer feijão
E acarajé da Bahia,
Baião de dois, mugunzá
Mão-de-vaca e vatapá,
Gerimum e melancia.

Assim diversificar
A nossa agricultura

Manejo agroecológico,
Abelhas, horticultura
A criação de galinhas
Também casa de farinha
E engenho de rapadura”.

A maioria destas frentes de intervenção da ASA se realiza, sobretudo, nas comunidades, microrregiões e estados. Na estrutura organizativa nacional, estas frentes estão constituídas em GT's (ora grupos de trabalho, ora grupos temáticos), que são espaços de aprofundamento das experiências e de elaboração. Muitos destes GT's se transformaram ou se incorporaram em novas redes específicas, como é o

caso da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), da Rede de Bancos Comunitários de Sementes, da Rede de Agroecologia. Algumas destas redes passam a assumir uma dimensão tão ampla quanto a própria ASA.

4.4.4. A estrutura organizacional

Para manutenção, monitoramento, avaliação e redefinição de estratégias, constata-se a necessidade de uma estrutura organizativa, que, embora afirme o modelo de rede (conforme trabalhado no capítulo II), também é referência para evitar riscos de burocratização, hierarquização e controle, ou os riscos de transformar a rede em aparelho. Esse permanece como um intenso debate no interior da ASA, visto que ela se define como uma articulação política de organizações da sociedade civil que, ao comungarem com os seus documentos fundantes, quais sejam, a Declaração do Semi-árido (DSA) e com a Carta de Princípios (CP), definem a sua condição de pertença a ASA que se realiza a partir da adesão a uma proposta de articulação política que se consubstancia através destes documentos.

Há uma enorme dificuldade em se definir quantas entidades compõem a ASA atualmente. Segundo Silvio Sant'Ana (2005), não há um cadastramento atualizado e o único levantamento realizado foi no ano de 2001, a partir do GT (Grupo de Trabalho) Cisternas, em grande medida, em função das negociações para formatação do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Este cadastramento enfrentou vários problemas metodológicos e políticos.⁹³ Mesmo assim, o levantamento chegou a cadastrar um pouco mais de 600 entidades. Segundo Sant'Ana, este levantamento demonstrou que a ASA é uma rede plural de entidades com origens diversas,

⁹³ Segundo Silvio Sant'Ana várias organizações se recusaram a responder ao questionário naquele momento, com alguns estados ficando estatisticamente sub-representados.

configurações, modelos organizativos e objetivos distintos, tendo, em comum, a definição como apartidárias, não confessionais e autônomas (Sant’Ana, 2005, p.03).

Ainda conforme Sant’Ana, este levantamento demonstra um quadro revelador do significado institucional da ASA Brasil. Num esforço de caracterização das entidades cadastradas, o autor afirma que:

- 59% (cinquenta e nove por cento), se definem como entidades de base, ou comunitárias, estão centradas em questões ligadas à sobrevivência ou questões imediatas ou busca de benefícios para seus participantes ou associados, se configurando assim como entidades semi-corporativas. Podem ser caracterizadas ainda como a sua pouca autonomia financeira, o que as tornam dependentes financeiramente de agentes externos; politicamente, têm dificuldades em formular objetivos e propostas próprias, filiando-se “ideologicamente” a setores políticos mais estruturados e externos.
- 21 % (vinte e um por cento), são entidades representativas do movimento sindical, reconhecidas como eminentemente corporativas, dedicadas à defesa dos interesses da categoria, mantém uma estrutura organizativa e política atuante, e com uma agenda mais ampla do que as entidades de base comunitária.
- 11 % (onze por cento), são entidades ligadas ou oriundas das Igrejas, se caracterizam como “entidades de serviços” ou “de apoio”, são muito presentes e ativas na Região, demonstram grande capacidade articuladora e formuladora de agendas.
- 06 % (seis por cento) se definem como Organizações Não Governamentais (ONG’s), embora numericamente pouco representadas no conjunto das entidades da ASA Brasil, estas entidades apresentam importante contribuição

qualitativa, relacionando o debate e as experiências de entidades ambientalistas e de desenvolvimento, desenvolvendo atividades que articulam o desenvolvimento econômico, social e político das comunidades, com questões ambientais. Também se destacam na capacidade de articulação e na assessoria técnica às demais entidades. (SANT'ANA, 2005, p. 03 - 06).

Outro elemento caracterizador das entidades filiadas a ASA no período, segundo este levantamento, é a sua débil estrutura de funcionamento, uma vez que 51 % (cinquenta e um por cento) delas não possuem nenhuma base operacional fixa, e 41,9 % (quarenta e um vírgula nove por cento), têm apenas uma base operacional ou escritório.

Do ponto de vista da abrangência geográfica, este levantamento revelou a presença da ASA em cerca de 530 municípios da Região, correspondente a 53 % (cinquenta e três por cento) de todo o Semi-Árido brasileiro.

Apesar de pouca estrutura, dessas entidades, Sant'Ana registra grande diversidade e capacidade de realizações:

“Há uma grande riqueza no que diz respeito às iniciativas e ações. Por outro lado há uma grande comunhão de valores, utopias e visões de uma sociedade mais justa e solidária (...) É óbvio que a adesão, o convencimento, a militância e práticas a esse respeito são também diversificadas. De forma muito simplista podemos dizer que neste universo de entidades poderemos encontrar aquelas que se colocam na Articulação de forma ‘ingênua’, outras ‘oportunistas’ e a maioria como ‘simpatizantes’, ‘aliadas’ e ‘militantes’ à causa do SAB”. (Sant'Ana, 2005, p. 10).

Após este primeiro cadastramento, a ampliação numérica e o processo organizativo, enquanto ASA, tiveram grande impulso, com a implementação de projetos e políticas, com a composição dos GT's e a realização dos ENCONASA's. Foram criadas as condições para esta ampliação, tanto quantitativa quanto qualitativamente, saindo da experimentação de modelos alternativos e de formulação de críticas genéricas ao modelo de desenvolvimento dominante, para uma situação de

proposição de políticas públicas, que enfrentem tanto os graves problemas do dia –a – dia das populações que vivem nesta área geográfica do país, e especificamente, dos grupos e comunidades atingidos pela ação das entidades de base e de assessoria técnica. Além da formulação das políticas de “convivência com o semi-árido”.

Considerando este levantamento, e a grande evolução do trabalho da ASA e de sua capacidade articuladora nos últimos anos, principalmente a partir da implementação do P1MC, a partir dos registros disponíveis na coordenação executiva da ASA, Sant’Ana estima a sua atual presença em 909 municípios da Região, o que corresponde a mais de 80% do total de municípios da Região. O autor registra os indicadores quantitativos da ASA como estimativa, uma vez que não existe um cadastro atualizado, mas considera que há uma forte aproximação da realidade atual, uma vez que existem dados disponíveis para tal afirmação através de outros registros que não um cadastramento formal, considerando as diversas frentes de intervenção, principalmente do P1MC, que conta com um sistema de monitoramento informatizado. Neste sentido, atualmente a ASA mobiliza mais de 2.000 entidades, com 7.744 comunidades, e cerca de 100 mil famílias.

4.4.5. Governança e jogos de poder

Esta grande ampliação numérica e geográfica, tem conseqüências para o modelo organizativo da ASA, exigindo maior complexidade. Na atualidade, o seu modelo organizativo se distingue em duas esferas, uma política, chamada de determinante, e outra gerencial, chamada determinada. Na instância política se localiza inicialmente a organização de base, ou comunidade local, geralmente formada por famílias nucleadas em torno do P1MC, segundo Silvio Sant’Ana e a partir de dados disponíveis na Coordenação Nacional da ASA, mesmo não havendo

um cadastro atualizado, estima-se aí a existência de 100.000 famílias articuladas em torno de 8.000 “Fóruns Locais”, estes se articulam formando os “Fóruns Municipais” (existem cerca de 900), que congregam as comunidades locais, são formados a partir de pelo menos 03 entidades. Tanto os Fóruns locais quanto os Municipais, são caracterizados pela democracia direta, em que as pessoas participam diretamente das discussões e decisões, assim, os homens, mulheres, jovens, crianças opinam e decidem sobre as questões locais, e escolhem representantes para os “Fóruns de delegação”. Os “Fóruns Microrregionais” (existem cerca de 70) e os “Fóruns Estaduais” (são 11) se caracterizam pela composição de representantes ou delegação das entidades de base, ou seja, como instâncias de democracia representativa.

Além destas instâncias políticas, faz parte da composição da ASA, as instâncias de administração e de gestão, com uma distribuição mais complexa, criando-se instâncias permanentes ou temporárias, derivadas tanto das instâncias políticas, como de iniciativas de grupos de entidades singulares associados para viabilização de determinado projeto. Entre estas, destacam-se: a AP1MC (Associação Programa Um Milhão de Cisternas); os GT’s temáticos; os Grupos “ad-hoc”, ou com finalidades determinadas, que se extinguem logo após serem cumpridas as finalidades pelas quais foram constituídos (preparação do ENCONASA, elaboração de um parecer sobre determinada política ou projeto, etc).

Podem ser consideradas também como instâncias administrativas, mas que, às vezes assumem condições de representação, as que se formalizam desde a base, como: Comissões Executivas Municipais (principalmente em torno da P1MC); Coordenações Microrregionais; Coordenações Executivas das ASAS’s Estaduais e suas Coordenações Ampliadas; Coordenação Executiva da ASA Brasil e sua Coordenação Executiva Ampliada. (Sant’Ana, 2005; ASA Brasil 2005 – documento

preparatório ao V ENCONASA). Embora que, estas instâncias chamadas de administrativas, na prática, assumem funções organizativas e de representação da Articulação, sobretudo na negociação e execução de projetos.

Há um esforço explicitado nas entrevistas com a maioria dos membros da coordenação executiva da ASA Brasil, no sentido de criar diversas mediações para manter as instâncias políticas em seu caráter de “determinantes”, e as instâncias administrativas e de gestão, em seu caráter de “determinadas”. Desde a base, criando condições para que os “Fóruns” delibere iniciativas e políticas bem definidas para que as Comissões ou Coordenações apenas executem. Em nível nacional, a cada grupo temático, ou cada grupo “ah-doc” criado, faz-se um esforço para que esteja sempre gente da própria coordenação, que faz a monitoria dos trabalhos de tais grupos.

Segundo Sant’Ana, percebe-se um significativo fluxo e dinamismo nas instâncias locais e regionais (17).

“ Em princípio todas as instâncias deveriam funcionar como ‘sinapses’ do sistema nervoso de um ser humano. Os ‘impulsos’ passariam em rede, de uma a outra instância sem bloqueios ou filtros. Cada ‘órgão’, ao receber o impulso, o recebe e o processa para realizar as suas atribuições (e funções). No entanto, ocorrem ‘neuvrágias’; uma instância pode estar ‘doente’, ‘desativada’ ou ‘sobrecarregada’. Como o ‘impulso’ deve continuar seu curso, ele buscará os melhores caminhos alternativos” (Sant’Ana, 2005. p. 18).

Para Lourival Almeida de Aguiar⁹⁴ a ASA é “... uma organização para mudar a sociedade [...] sair do conservadorismo [...] para horizontes libertários de convivência com o semi-árido” (Aguiar, 2005:02). Mas Aguiar reconhece que qualquer organização está inserida na sociedade, e tende a assimilar e adotar os paradigmas de análise e os valores nela existentes. Portanto, as contradições e jogos de poder na sociedade, condicionam as organizações, a ASA não pode estar imune a

⁹⁴ Representante do Ceará na Coordenação Executiva da ASA Brasil.

estes condicionamentos. Para Aguiar, a ASA mantém uma gestão compartilhada com lideranças distribuídas em todos os níveis (comunitário, municipal, microrregional, estadual, nacional), possibilitando uma combinação de democracia participativa com democracia representativa, uma vez que existem responsabilidades de representação, indo do nível mais de base até o mais geral, estas representações são eleitas em espaços próprios para tal.

Segundo Aguiar, o modelo democrático se aperfeiçoa na medida em que os níveis de representação criam mecanismos de comunicação e informação de forma que os distintos níveis estejam “reticulados” a ponto de que o nível mais da base, tenha conhecimento e possa opinar sobre as decisões dos níveis nacionais, o que exige que o modelo se aperfeiçoe a crie mecanismos de operacionalidade.

Para evitar que a chamada operacionalidade transforme as instâncias de representação da ASA numa máquina burocrática, que emperra a fluidez e a criatividade da Articulação, a ASA criou uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), a AP1MC (Associação do Programa Um Milhão de Cisternas)⁹⁵, que cuida da maior parte das questões burocráticas da Articulação, incluindo convênios, recursos, instrumentos de comunicação, especialmente os recursos advindos do governo federal para o financiamento de todo o processo de mobilização e capacitação em torno da construção de cisternas. Como o P1MC é atualmente o maior programa de ações e viabilizador de recursos da ASA, há sempre o risco do mesmo assumir uma posição privilegiada no interior da Articulação. Para Aguiar, a ASA tem realizado uma intensa preocupação para criar mecanismos que não prosperem fenômenos que geralmente corroem as organizações, como o poder burocrático e a entropia (perda de energia e dinamismo), para evitar tais riscos a

⁹⁵ Segundo o informante 02, e representante do Piauí na Coordenação Executiva Nacional, na verdade esta OSCIP, é também um instrumento jurídico pelo qual a ASA se expressa para fins que exigem representação de pessoa jurídica.

ASA tem viabilizado importantes antídotos a estes riscos, como o controle social, a sucessão democrática, a renovação de líderes, a inovação nos processos de decisão (AGUIAR, 2005, p. 06).

Entre os chamados antídotos, uma questão se mantém em permanente debate: para viabilizar a sucessão democrática e a renovação de líderes, a ASA assume a exigência de rotatividade nos cargos da Coordenação Executiva Nacional (entre outras instâncias de representação). Se por um lado, esta rotatividade evita a cristalização nos cargos de representação, por outro lado, dificulta a consolidação de uma direção experiente, com capacidade de gerenciamento e condução nacional de uma Articulação do tamanho que a ASA conseguiu de firmar atualmente.

Ainda sobre a governança e gestão da ASA, Sílvia Sant’Ana, destaca a adesão através dos documentos fundantes da Articulação, quais sejam, a Declaração do Semi-Árido (DAS) e a Carta de Princípios (CP), o que significa dizer que a ASA é uma articulação política de organizações da sociedade civil que se identificam com os conteúdos dos documentos fundantes. Portanto, não pode ser considerada como uma federação de fóruns já existentes, inclusive porque possivelmente tais fóruns ou outras entidades fundadoras a ASA, necessariamente, tenham premissas e objetivos diferenciados daqueles definidos na DSA e na CP. Mas Sant’Ana reconhece, que à medida que cresce o raio de influência e de alcance geográfico e organizacional da ASA, também se diversificam as características das entidades incorporadas, neste sentido, registra-se que nem todas as novas entidades articuladas, adotam ou subscrevem a CP e a DSA, mas todas convergem para o chamado “campo popular”(Sant’Ana, 2005, p. 07).

O equilíbrio entre a espontaneidade e a criatividade das bases, com as instâncias de representação política, e destas com as instâncias administrativas

criadas, se configura como um desafio. A ASA tem se esforçado para que a racionalidade administrativa não sufoque ou mate a criatividade das organizações de base, nem a sua representação política. Mas sabe, que as ações e projetos realizados, sobretudo aqueles que requerem a utilização de recursos públicos, exigem certos trâmites burocráticos, que em geral são de responsabilidade das instâncias administrativas e de gestão, que passam a desempenhar um grande papel no interior do complexo modelo de trabalho articulado desde o nível local – comunitário, até o nível nacional.

Documentos da ASA Brasil afirmam a necessidade de um permanente processo de maturação política, de construção da unidade na diversidade, a vivência em rede exige a confiança em que se acredita na integridade e dedicação do outro. Ao mesmo tempo em que se explicita as diferenças e os enfrentamentos, se valoriza a busca de superação das tensões através da confiança, companheirismo, solidariedade... acima dos interesses particulares (de pessoas e entidades) o coletivo busca as alternativas que mais contribuem tanto para missão da Articulação, quanto para a transformação da sociedade, que é o sentido maior da existência de ambos (Sant’Ana, 2005; Aguiar, 2005; Inf. Nº 03).

Existe uma tensão permanente entre a autonomia das organizações de base e as deliberações nacionais ou estaduais. Ao mesmo tempo em que se valoriza a criatividade da base, se exige fidelidade aos documentos fundantes, bem como as deliberações de coletivos maiores (ENCONASA, por exemplo). Pode haver também situações de conflitos sobre determinado tema, a transposição das águas de Rio São Francisco, que teve posição firmada das instâncias de representação contra tal iniciativa, mas alguma organização local, por diversas razões venha a se pronunciar favorável... (Sant’Ana, 2005: 24 – 25).

A dimensão organizativa e política se consolidam como um forte traço identificador da proposta da ASA, pois tem conseguido manter articuladas um grande número de movimentos e entidades, pela respeitabilidade que conseguiu, várias entidades de base ou ONG's, embora não assumam o cotidiano da Articulação, mantêm-se vinculadas a suas iniciativas, constituindo-se em importante potencial mobilizador, tanto para denúncias, quanto para execução de políticas que avancem nos processos de convivência com o semi-árido.

A experiência da ASA tem confirmado a característica das redes sociais, como forma de rede institucional, mas principalmente como resultado do processo progressivo (e contraditório) de avanço dos movimentos sociais na virada do século, conforme análises de Scherer-Warren e Glória Gohn. Para a nossa análise, referenciando-nos também no paradigma da dádiva, reconhecemos a existência de interesses e atitudes competitivas, mas destacamos sobretudo, seu papel, como impressionante rede de idéias e sensibilidades solidárias convergentes, concretizadas através de formas de amizade, camaradagem, aliança, reciprocidade, que interconectam múltiplas responsabilidades e engajamentos de pessoas, grupos, instituições; numa vasta operação de iniciativas contra a indiferença, em favor da solidariedade que se manifesta de diversas formas e através de diversos sujeitos, incluindo a intervenção nas políticas públicas e na luta pela constituição e afirmação de um novo modelo democrático, conforme trataremos no capítulo seguinte.

QUINTO CAPÍTULO

SOLIDARIEDADES LOCAIS: REPENSANDO A CIDADANIA

5.1. Apresentação do capítulo

Estamos tratando neste capítulo de redes sociais locais, a partir de experiências vividas na região de atuação da ASA Brasil, ou seja, o semi-árido brasileiro, mais especificamente alguns municípios do semi-árido situados na Região Nordeste do Brasil. Embora para a pesquisa tenhamos selecionado esses municípios (Afogados da Ingazeira – PE, Ibicuimirim – CE, Itainópolis – PI, Lagoa Seca – PB, Pintadas – BA, São Bernardo – MA; Serra Negra do Norte – RN) a partir de informações repassadas por coordenadores estaduais ou nacionais da ASA Brasil, não devem ser consideradas apenas como expressões locais da rede nacional, uma vez que têm dinâmica e funcionamento próprios. Algumas delas já se articulavam em redes locais antes da existência da ASA. A pertença a uma rede mais ampla, porém, influencia e modifica algumas práticas e intervenções locais e tornou possível a participação em lutas e iniciativas de âmbito nacional e até internacional.

A peculiaridade dos municípios pesquisados onde os relacionamentos cotidianos se dão face-a-face, já que a grande maioria das pessoas se conhece e se relaciona diretamente, permite uma grande aproximação entre as redes egocentradas (a partir dos indivíduos) e redes organizacionais (a partir das instituições), conforme classificação utilizada por Breno Fontes (2002). Esse fato garante a capilaridade local e favorece a organização e a intervenção dessas redes sociais locais.

Os critérios para a escolha desses municípios foram: municípios com forte presença da rede ASA; que demonstrem o dinamismo e a vitalidade da sociedade

civil organizada; onde exista uma articulação local de movimentos e grupos, organizada de forma mais ou menos permanente; onde as ações, articuladas em rede, estejam provocando mudança social local e alterando as relações de força e de poder no município; cujas iniciativas evidenciem as relações entre lutas locais e ações globais; que demonstrem capacidade de descentralização e exercício de multilideranças; cujas características apontem para a realização do paradigma de “convivência com o semi-árido”, conforme apresentados no capítulo anterior.

Os municípios pesquisados são ilustrativos da grande maioria dos municípios do Nordeste, especialmente do semi-árido, e estão distribuídos em diversos estados da Região, em distintas áreas climáticas, tendo como características comuns, a pertença ao semi-árido e um forte componente rural. A população desses municípios varia dentre 7.543 e 32.922 habitantes e foram criados como municípios autônomos entre os anos de 1.852 e 1989, conforme se vê na tabela abaixo.

O capítulo apresenta a sistematização de uma pesquisa de campo, como se anunciou na introdução metodológica, cujo conteúdo está aqui distribuído em quatro seções. A primeira seção, “Redes locais e indicadores de mudanças”, apresenta uma rapidíssima descrição dos contextos locais onde se realizam as experiências, contexto em mudança, tanto das condições de existência de suas populações quanto das estruturas de poder local e das relações políticas. A segunda seção, trata das redes associativas locais, em torno das quais se estruturam ações que definem o título da seção – “Cotidiano do semi-árido e as ações em rede”, discute de que modo, reticuladas, essas experiências constroem novos modos de vida locais bem como novas experiências participativas. A terceira seção, “Reorganização do poder local”, debate os sinais que revelam as transformações nas relações das forças políticas locais e nas relações de poder, a partir da emergência dos movimentos e lutas sociais

locais reticulados. A quarta seção examina a relação entre essas iniciativas locais com as lutas nacionais e internacionais, está com o título de “Redes locais e articulações nacionais e internacionais”.

Estamos utilizando os conceitos de grupos populares e associações comunitárias, para designar coletivos constituídos por relações primárias, focadas na cotidianidade das pessoas, e que vêm a ser espaço privilegiado para a inclusão de demandas e tensões da esfera privada no espaço público. Esses grupos e associações diferenciam-se e articulam-se com outras organizações ou grupos mais formalizados, de defesa de interesses específicos no interior da sociedade civil, como os sindicatos, os partidos políticos, cooperativas de produtores. Estamos portanto, tratando de grupos e comunidades de base, como expressões organizativas valorizadas pela sua capacidade de dinamizar a vida social local. Conforme registramos no capítulo anterior, essas organizações, apesar de pouquíssimo estruturadas, representam 46% das entidades membros da ASA Brasil, potencializando imensamente a capilaridade das iniciativas realizadas pela rede nacional.

A existência desses grupos e associações é marcada pela relação face-a-face de seus membros, não se constituindo a partir de um campo funcional e nem de mecanismos formais de poder. O pertencimento origina-se de uma vontade pessoal e de ingresso voluntário, pela identificação com os conteúdos simbólicos e materiais sobre diversos aspectos da vida social que os constitui como identidades coletivas. A ênfase dada a esses grupos e associações, não pretende criar uma clivagem entre estes e as entidades mais estruturadas como os sindicatos, igrejas, cooperativas, partidos políticos, mas justifica-se como forma de registrar sua presença viva e insubstituível na dinâmica social local e de valorizar sua capacidade de

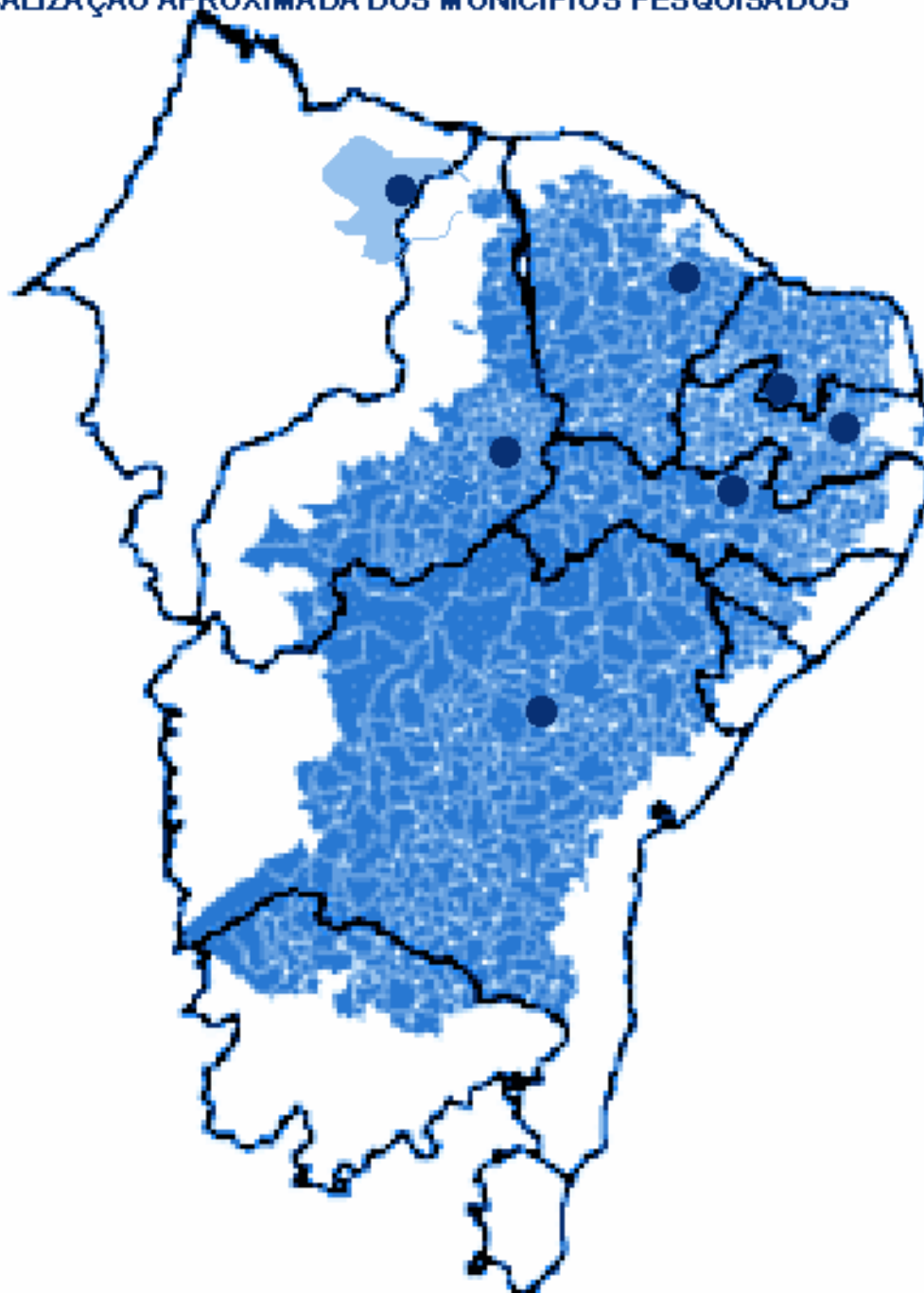
relacionamento e intimidade tanto com as redes informais, quanto com as redes mais amplas e estruturadas.

As experiências analisadas são demonstrativas da íntima relação entre essas redes primárias e as expressões organizativas locais que, cada vez mais, têm-se vinculado a articulações mais amplas. Neste momento, trataremos especialmente da constituição de grupos e associações comunitárias, ou comunidades de base, que se configuram como uma expressão organizativa com baixíssimo nível de estruturação formal funcionando como uma mediação entre as redes informais do cotidiano e as estruturas organizativas ou redes mais amplas.

5.2. Redes locais e indicadores de em mudanças

Nos diversos municípios pesquisados, percebe-se como a vida e as relações estão mudando positivamente nos últimos anos, ainda que pareçam mudanças muito mais tímidas do que gostariam os militantes sociais locais, animados pela utopia de “construção de uma sociedade justa e igualitária”, mas que tendem a desmentir as previsões catastróficas de “um mundo sem futuro para nossas crianças”. A descrição que se segue e as tabelas de número 02 e número 03 evidenciam os indicadores dessas mudanças. Tratamos de cada um dos municípios destacadamente e apresentamos, por meio de tabelas, um quadro síntese com informações ilustrativas do que afirmamos, que permitirão comparar os indicadores dos municípios entre si. Outras informações serão apresentadas nas sessões seguintes para compor um quadro mais evidente da relação entre a ação das redes e as mudanças locais.

LOCALIZAÇÃO APROXIMADA DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS



Afogados da Ingazeira caracteriza-se pela tradição de forte presença e capacidade mobilizadora dos movimentos sociais. Desde a década de 1970, quando no país os movimentos apenas experimentavam iniciativas de rearticulação, nesse município registravam-se experiências em duas frentes complementares: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais - que não sofreu descontinuidade no município uma vez

que o golpe militar concentrou sua intervenção repressiva nos sindicatos da conflitiva Zona da Mata - e o movimento conhecido com Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), que teve presença forte nesse município, sucedendo a antiga Juventude Agrária Católica (JAC). Na década de 1980 já existia uma rede de várias associações comunitárias, grupo de mulheres, de jovens, comunidades de base. Nessa década e na seguinte, registram-se grandes mobilizações em torno da seca, como a ocupação da feira da cidade, saques nos depósitos de alimentos do governo estadual e em caminhões que trafegavam na rodovia, descritos na dissertação de mestrado de Ângelo Zanré (2002).

Destacamos três fatores que contribuíram para esse dinamismo social e comunitário: *uma presença forte do Pólo Sindical do Sertão do Pajeú*, que historicamente se caracterizou com uma presença significativa no sindicalismo rural de Pernambuco e do Brasil, fornecendo lideranças para os cargos de presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) quanto da Confederação Nacional (CONTAG), *uma atuação importante da Diocese de Afogados da Ingazeira*, sob a direção corajosa e comprometido de Dom Francisco Austragésilo, com uma decidida “opção pelos pobres” e pela organização de comunidades; um *governo estadual* que durante várias gestões, desde antes do golpe militar de 1964 (gestão de Miguel Arraes interrompida pelo golpe), assumiu compromissos e políticas públicas destinadas aos camponeses, especialmente através de suas organizações, contribuindo assim para um certo dinamismo social local.

Do ponto de vista econômico, o município tem assumido vocação agrícola, pecuária e comercial. Na agricultura cultivam-se sobretudo os produtos de subsistência, afetados pelas sucessivas secas, deixando os trabalhadores rurais descapitalizados e com poucas condições de reprodução; na pecuária, a tradição do

município é a criação de gado leiteiro, crescendo também a criação de caprinos nos últimos anos.

Quanto às forças políticas presentes no poder local, após quase três décadas de domínio do mesmo grupo político, percebe-se certo dinamismo nos últimos treze anos, com diversas forças alterando-se no controle do poder político: uma frente de esquerda liderada pelo PSB obteve vitória em 1992, elegeu uma sucessora do PPS, mas esta, na eleição seguinte, reelegeu-se aliada ao PFL e a outros partidos mais à direita; na eleição seguinte (2004), porém, reconstrói-se e vence uma frente de esquerda PSB/PT. Atualmente, na Câmara de Vereadores há seis partidos presentes: PFL, PPS, PSB, PT, PL, PMDB.

Ibicutiga é um pequeno município de uma das regiões mais afetadas pelas secas do Estado do Ceará, o Baixo Jaguaribe, com todas as conseqüências dessa realidade, conforme apresentamos no terceiro capítulo. O município vive fundamentalmente da pequena agricultura de subsistência, da aposentadoria de seus velhos, do Fundo de Participação dos Municípios e de outras transferências de renda do Governo Federal.

O município de **Itainópolis** foi criado em 1954, fruto de um acordo de desmembramento do município de Picos, através dos arranjos familiares da conhecida “oligarquia Maia” para manter sua influência na região do Alto Médio Canindé e em suas articulações com as oligarquias estaduais do Piauí, já que esse município polariza e dinamiza os intercâmbios, os negócios, os serviços na região. Desde que o município foi emancipado, essa mesma família controla a sua vida política, com apenas um pequeno intervalo, quando o prefeito teve seus direitos políticos cassados por improbidade administrativa.

O município de Itainópolis tem vivido bastante isolado, com grandes dificuldades de transporte, só tendo sido inaugurada em 2005 a primeira ligação asfaltada do município a uma rodovia federal e daí a outros locais. Vive principalmente da agricultura de subsistência e de pequena pecuária em currais e pastos próximo às residências dos camponeses. A sede do município é dinamizado, às segundas-feiras pela feira pública de gêneros de primeira necessidade e utensílios domésticos e por uma pequena feira de gado. Esse é o dia de grande movimentação na sede do município, quando a população vem comprar e vender, além de resolver outros problemas de cartórios, igrejas, sindicato. Além da agricultura, as outras fontes de renda são os já citados repasses, aposentadorias, transferências de renda oriundas do governo federal.

Embora a família Maia, através do PFL, tenha controlado de forma quase absoluta a vida política do município desde a sua criação, recentemente surgiu certo dinamismo na vida política local. Atualmente a oposição conta com quatro dos nove membros da Câmara de Vereadores, representantes de partidos diferentes: PT, PSDB, PC do B e PPS.

São Bernardo está localizado na região do Baixo Parnaíba Maranhense, pequena faixa de terra do Estado considerada como parte do semi-árido, uma das microrregiões mais pobres do país. Em 1991 classificou-se o município de pior IDH do país, com pequena melhora neste último ano, passando à quinta posição no ranking dos piores indicadores de desenvolvimento humano.

Com uma população de 61,43% vivendo na zona rural do município e a população urbana mantendo forte vinculação com o meio rural, percebe-se que é a agricultura que move a vida do município. Sua produção distribui-se a em parcela de

30 a 40% nas mãos de pequenos produtores e mais de 60% nas mãos de latifundiários.

O município foi criado em 1935, sempre sob forte controle político de umas poucas famílias, sendo que uma delas controla diretamente o poder executivo há 26 anos.

Lagoa Seca é um município tipicamente rural, com 66,42% da população residindo no meio rural, ocupado fundamentalmente por pequenos proprietários e uma agricultura tipicamente familiar, em que a unidade produtiva identifica-se com a unidade familiar. É importante produtor de hortaliças, frutas e verduras, que abastece o mercado consumidor de Campina Grande e outras cidades através da Central de Abastecimento (CEASA) de Campina Grande. Mesmo assim, Lagoa Seca conta com um centro urbano bastante dinamizado pela condição de entreposto rodoviário, o que estimula o comércio e os serviços locais. O município comunica-se intensamente com Campina Grande, grande polo urbano distante apenas seis quilômetros.

Lagoa Seca foi desmembrado de Campina Grande em 1964, por pressão de forças políticas mais à direita no aspecto político estadual, que viam as forças de centro-esquerda avançarem no controle da política municipal campinense (maior reduto eleitoral do Estado depois da capital). Pretendeu-se assim manter Lagoa Seca sob o controle das forças que naquele momento tinham importante peso na política estadual, o chamado “Grupo da Várzea”⁹⁶ que, de fato, controlaram a política local, com breves intervalos, desde a emancipação política do município. Atualmente,

⁹⁶ Grupo político formado por usineiros, latifundiários e industriais. A referência a “Várzea”, na região localizada no Baixo Paraíba entre o Brejo e o Litoral, é famosa por abrigar as principais usinas de açúcar e de álcool do Estado. Este grupo representava antes e depois do golpe militar as forças mais à direita da política estadual, formadas por cinco influentes famílias: os Ribeiro-Coutinhos, os Lundgrens, os Veloso-Borges; os Pereiras, os Melos. Esse grupo é acusado de manutenção de “milícias privadas” responsáveis por vários assassinatos de camponeses na Paraíba, com destaque para os assassinatos de João Pedro Teixeira, dirigente das Ligas Camponesas, assassinado em 1962 e de Margarida Maria Alves, líder sindical assassinada em 1983, nacionalmente noticiados, mas que até hoje não tiveram seus assassinos (executores e mandantes) reconhecidos e punidos.

porém, ascendeu ao poder local uma frente política que incorpora lideranças dos movimentos sociais locais.

Pintadas é o mais novo entre os municípios pesquisados, criado em 1986 por desmembramento do município de Ipirá, importante cidade do Vale do Jacuípe. A emancipação foi fruto de dois movimentos distintos: um movimento das famílias poderosas de Ipirá, vinculadas politicamente a Antonio Carlos Magalhães, que desejam criar municípios para ampliar e manter seus domínios políticos; outro, o poderoso movimento popular que, desde o início dos anos 80 do século passado, dinamiza a vida social do local. Inicialmente os grupos tradicionais controlaram a política municipal, mas a partir de 1996, uma frente de partidos políticos de esquerda, dirigida pelo PT, comanda o poder executivo municipal.

Como pequeno município do semi-árido, Pintadas também vive fundamentalmente da agricultura familiar, da pecuária e dos repasses financeiros do governo federal.

Serra Negra do Norte, embora seja uma cidade muito antiga, criada como “distrito” em 1.735 e passando a condição de cidade em 1.874, continua sendo um pequeno município, representando a menor população entre os municípios de nossa amostra. Localizado no chamado Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte, está entre os municípios de menor pluviosidade do Brasil, sofrendo constantes e prolongadas secas. Essa é uma situação que compromete a agricultura e a pecuária, principais fontes de renda local, ao lado do fabrico do queijo e da produção de artesanato, principalmente bordados, que têm crescido nos últimos anos Serra Negra.

Politicamente, o município se manteve durante várias décadas submetido ao jogo político estadual, disputado por duas oligarquias, os Agripino-Maias, que representam o setor mais conservador da política estadual, e seus adversários que

representam o chamado “setor liberal”. Serra Negra se manteve principalmente sobre o controle dos primeiros, até pela proximidade geográfica da Paraíba – região de Catolé do Rocha – que é a origem e a base política e econômica dos Agripino-Maias. Nos últimos anos houve uma mudança no aspecto político local, com uma frente de partidos políticos de esquerda (PSB e PT) passando a controlar a política municipal, assumindo o governo executivo e a maioria na Câmara de Vereadores.

Apresentamos a seguir a tabela de número 02 que traz uma rápida caracterização dos municípios pesquisados, oferecendo uma visão panorâmica de cada um deles, data de fundação, localização microrregional do município no interior do Estado, dados populacionais, segundo o censo de 2000, incluindo a taxa de urbanização que permite deduzir a proporção da população que vive na zona rural.

Em seguida, apresentamos a tabela nº 03, que registra o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios⁹⁷ pesquisados, baseado em três indicadores que demonstrativos das condições de vida do povo: educação (alfabetização e matrícula/permanência na escola); longevidade (expectativa de vida ao nascer); acesso à renda (PIB per capita).

Tabela de nº 02 - Indicadores característicos dos municípios pesquisados:

⁹⁷ Assumimos este índice por ser um indicador universalmente aceito. Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para medir o nível de desenvolvimento humano dos países. Varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total), considerando-se até 0,499 como baixo desenvolvimento humano; entre 0,500 e 0,799 como de médio desenvolvimento; e igual ou maior que 0.800 como de alto desenvolvimento humano. No Brasil, além do PNUD, participam da pesquisa o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e a Fundação João Pinheiro.

Tabela de nº 02 - Indicadores característicos dos municípios pesquisados:

Município	Ano de criação	População total (em 2000)	Taxa de urbanização	Estado e microrregião
Afogados da Ingazeira	1.852	32.922 hab.	70,31%	Pernambuco – Sertão do Pajeú
Ibicuitinga	1.989	9.435	46,5%	Ceará – Baixo Jaguaribe
Itainópolis	1.954	10.381	34,1%	Piauí – Alto/ Médio Canindé
Lagoa Seca	1.964	24.164	33,58%	Paraíba – Agreste Paraibano
Pintadas	1.986	10.927	37,30%	Bahia – Vale do Jacuípe
São Bernardo	1.935	22.720	38,57%	Maranhão – Baixo Parnaíba Maranhense
Serra Negra do Norte	1.874	7.543	32,22%	Rio Grande do Norte - Seridó Ocidental

Fonte: IBGE – Perfil dos municípios brasileiros. www.ibge.gov.br

Tabela nº 03 – Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios pesquisados – dados comparativos 1999 – 2000:

Município	IDH - M/1991	IDH- M/2000	Situação do município em relação ao IDH Estadual 2000.	% de municípios no Estado em melhor e pior situação.
Afogados da Ingazeira	0,596	0,686	Boa – 30ª posição.	15,7% melhor. 84,3% pior.
Ibicuitinga	0,508	0,642	Intermediária – 62ª posição.	33,2% melhor. 66,8% pior.
Itainópolis	0,434	0,585	Intermediária 108ª posição.	48,4% melhor. 51,3% pior.
Lagoa Seca	0,511	0,611	Boa 61ª posição.	26,9% melhor. 73,1% pior.
Pintadas	0,502	0,625	Intermediária. 193ª posição.	46,3% melhor. 53,7% pior.
Serra Negra do Norte	0,543	0,663	Boa. 36ª posição.	21,1% melhor. 78,9% pior.
São Bernardo	0,449	0,538	Ruim. 108ª posição.	82% melhor. 18% pior.

Fonte: Mapa do Desenvolvimento humano – IPEA/PNUD.

Como a presente pesquisa também se dispõe a analisar a relação das redes com as mudanças sociais, consideramos que os indicadores tratados no IDH podem ser reveladores de processos de melhoria ou piora das condições de vida, portanto de mudança social. A tabela número 03, permite fazer uma rápida comparação entre os IDH dos municípios pesquisados, entre 1991 e 2000, em que se percebe uma sensível melhora em tais índices na última década. Podemos ainda estabelecer outra comparação interessante entre essa melhoria e cada município com a situação geral dos seus respectivos estados. Vejamos os números do IDH nos respectivos Estados, seguindo a mesma lógica entre 1991 e 2000: Maranhão, passou de 0,543 para 0,636; Piauí, de 0,566 para 0,656; Ceará, de 0,593 para 0,700; Rio Grande do Norte, de

0,604 para 0,705; Paraíba, de 0,561 para 0,661; Pernambuco, de 0,620 para 0,705; Bahia, de 0,590 para 0,693. Poderemos constatar que, embora em todos os Estados também tenha havido sensíveis melhoras, o nível de melhoria nos municípios pesquisados aponta uma situação positiva em relação ao Estado. As exceções são no Maranhão, onde o município de São Bernardo teve um crescimento levemente menor que o Estado, e na Paraíba, onde há um empate entre as melhorias no município e no Estado. Outra análise comparativa ainda pode ser feita entre as duas últimas colunas da tabela de número 03: utilizando as variáveis ruim, intermediária e boa (indicadas pela metodologia utilizada para a medição do IDH), para situar o município em relação ao seu Estado, constatamos que apenas o município de São Bernardo se mantém numa situação ruim em relação à situação geral dos municípios do Maranhão, havendo três situações intermediárias e três situações caracterizadas como boas. A última coluna confirma esse raciocínio.

Estes números, embora não sejam definidores da realidade social dos municípios, oferecem uma possibilidade de interpretação da mesma, uma vez que nesses municípios se caracterizam evidentes melhorias em relação a outros municípios e estados da Região. É claro que os indicadores sociais apontam melhorias na grande maioria dos municípios brasileiros, e que a nossa amostra não se baseia em critérios estatísticos, mas, até onde os números podem indicar, estamos assumindo que, maior participação social, tanto na dinâmica cotidiana das comunidades, quanto nas políticas públicas, têm provocado impactos nas condições de vida da população.

A pesquisa de campo, através das entrevistas grupais e da observação participante, também revela elementos que sugerem que a ação dos movimentos sociais, e sobretudo de sua ação em rede, possibilitam mudanças positivas nas

condições de vida das comunidades atingidas e da população envolvente. Entre esses sinais podemos destacar: as reuniões semanais, os encontros, as oficinas de convivência e sensibilização reconhecidas pelas pessoas envolvidas como momentos importantes em que tomam consciência de sua dignidade, de sua auto-estima, alimentando a vontade de viver melhor; as campanhas ou ações pontuais que incidem positivamente em problemas concretos do cotidiano popular, como os acompanhamentos, aconselhamentos e a intervenção da Pastoral da Criança ou do Movimento Popular de Saúde (MOPS), visitando as famílias, dando noções de higiene e saúde, preparando complemento alimentar nutritivo (capaz de enfrentar a desnutrição infantil e materna); as mobilizações e reivindicações, às vezes com êxito, em torno de bens e serviços de uso coletivos, como galerias, esgoto sanitário, água tratada, calçamentos de vias públicas, creches, escolas, contratação de professores, merenda escolar de qualidade, atendimento humanizado nos hospitais e postos de saúde; a participação nos instrumentos e espaços de controle social, na busca de fazer com que os recursos públicos sejam aplicados realmente para atender aos interesses e às necessidades públicas, evitando que entrem para o ralo da corrupção. São iniciativas que, articuladas, compõem uma plataforma que garante incidência na melhoria positiva das condições de vida das pessoas dos municípios.

Vejamos alguns depoimentos que corroboram o que estamos considerando como indicadores positivos de mudança social:

[...] porque veja só meu filho, a gente aqui, a maioria do povo, a maioria mesmo, era tida como um ‘Zé Ninguém’, um Maria vai com as outras, que ninguém dava nada por nós. Pois eu lhe digo essa organização das mulheres foi a melhor coisa que aconteceu, as reuniões são boas, toda a gente é muito bem recebida, a coordenação prepara com muito carinho e muita dedicação pra que as pessoas gostem de vir. Aí, saiu dali, já fica mais contente, já quer botar um flor no cabelo, já quer se arrumar melhor, já quer cuidar mais do corpo, já sabe conversar melhor com as pessoas, já faz perder a timidez” (inf. n° 23).

O nosso trabalho é esse, é visitar as famílias, as mulheres desde que ficam grávidas, até os bebês complementarem um ano, ou mais. Aí se aconselha sobre o pré natal, os cuidados com a saúde e com o corpo, ensina os remédios caseiros, os chás que em toda casa tem ou pode ter no quintal. Quando se percebe anemia, fraqueza, desnutrição, ou mesmo se aparentar saúde, porque esse povo pobre é tudo fraco, a gente ensina a fazer a multimistura, que é uma coisa que todo mundo pode fazer em casa, e que realmente é capaz de combater a desnutrição e fortalecer as pessoas. Quando nascem os bebês ensinamos a importância da amamentação, do soro caseiro, porque uma causa grande da mortalidade infantil era a diarreia, que era causada pela desnutrição, fazemos o peso dos bebês, orientamos para a vacina. O resultado está aí, todo mundo reconhece, a mortalidade infantil diminuiu, e muito! A desnutrição também... (inf. nº 27).

A nossa participação no Conselho, se não puder promover o desenvolvimento local sustentável, mas se já conseguir diminuir a corrupção que é muito grande no nosso município, já é um trabalho muito importante. Mas é muito difícil, o secretario do homem não divulga a reunião, a gente tem que está em cima o tempo todo. Além de que os caras já sabem como fazer, fizeram isso a vida toda, porque antes não tinha como fiscalizar. (inf. 35).

Em geral quando se festeja a melhoria de indicadores sociais, como diminuição da mortalidade infantil e materna, número de matrículas e permanência na escola por parte de crianças ou de adultos. e até mesmo na terceira idade, credita-se tal sucesso às políticas públicas e a ação dos governos, que por isso ganham prêmios, conseguem recursos para o município, realizam comemorações, para manter o fato na mídia o máximo de tempo possível. Contudo, uma análise mais cuidadosa da realidade deve atentar para os fatos acima apresentados, para os vínculos comunitários que se formam na base social, o gostar de si e gostar dos outros, esse cuidado das pessoas umas com as outras, de ensinar o remédio caseiro, o chá ideal para determinada situação, com plantas do próprio quintal, o cuidado para não adoecer, de ensinar técnicas simples para produzir e preparar alimentos de valor nutritivo, aconselhar qual o melhor horário para ingerir esse tipo de alimento; todos esses bens que, através da dádiva, são postos em circulação, em ciclos de dar-receber-retribuir que se espalham e provocam mudanças nos comportamentos e na qualidade

de vida das pessoas, influenciando na alteração dos indicadores sociais, conforme tratamos na seção anterior.

5.3. O cotidiano do semi-árido e as ações em rede

5.3.1. “Jeito sertanejo”: acolhimento e sensibilidade solidária

O forte foi a organização dos jovens e das comunidades. Em cada canto do município há comunidade, organizada em associação ou não, a nossa força está na união das pessoas e das comunidades. O costume das pessoas se ajudarem, ensinar a fazer um remédio com a planta do quintal, gostar de dar uma boa aula ou o catecismo para as crianças, animar as pessoas para viverem bem e melhorar cada vez mais. A valorização e o respeito é o mais importante. Nós aqui organizamos muitas atividades para promover essa valorização, assim tivemos a experiências de campeonato de futebol feminino durante as comemorações do oito de março, que é o dia internacional das mulheres... (Inf. 37).

Uma atitude acolhedora e cuidadosa é apresentada como característica do povo nordestino. A famosa frase de Euclides da Cunha, que se tornou um adágio popular, de que “o sertanejo é antes de tudo um forte”, pode parecer, à primeira vista, como paradoxal. Como reconhecer-se forte frente às fraquezas que a realidade impõe? Como se manter acolhedor(a) com quem chega, conhecido ou não, quando as condições materiais de acolher são tão precárias? Em muitos relatos de viagens, em contos, escritos sobre o Nordeste e sua gente é explicitada essa marca de suas vivências. Mas essa não nos parece uma condição exclusiva que caracterize especificamente o povo nordestino, a peculiaridade parece dever ser creditada à manutenção de laços de amizade, reconhecimento, aliança, ainda não contaminadas pelos valores e cálculos utilitários como condição para a criação e manutenção do laço ou o vínculo social.

Essa muito divulgada atitude acolhedora do sertanejo, o cuidado para “socorrer na agonia”, aparece como uma marca de quem é capaz de reconhecer a si

próprio no outro, marca dos laços e dos vínculos que tornam possíveis suas vidas. É assumindo determinadas obrigações, pela aliança gratuita e pela opção de darem-se uns aos outros, submetendo-se livremente a uma certa lei dos símbolos que criam e colocam em circulação permanente, que esses agrupamentos humanos produzem seu modo de ser e de viver no mundo. O acolhimento e a solidariedade, tanto frente àqueles com quem se convive diariamente quanto para com os que chegam, mesmo inesperados, são atitudes assumidas como uma obrigação, ao mesmo tempo gratuita e forçada pelos símbolos e bens postos em circulação por todos.

Não se trata apenas de atitudes individuais. Esses traços da vida do povo são assumidos e valorizados por suas organizações e movimentos que têm desenvolvido metodologias de ação e organização atravessada por tais símbolos, valores, gestos. Trata-se de uma opção que, na atual experiência das redes, parece revelar excepcionais possibilidades de promover importantes mudanças na realidade social. Os depoimentos que seguem são demonstrativos desta afirmação:

“[...] ainda era adolescente e participava do grupo do crisma, aí durante a celebração, a irmã convidou para fazer um mutirão, para levantar a casa de uma velhinha que havia caído, a casa havia caído por causa das chuvas, e das paredes que já estavam muito fraquinhas. Ela (a velhinha) não tinha ninguém por ela, tinha que ser a comunidade mesmo. Ela hoje é da Igreja dos Mórmons ou é a dos santos dos últimos dias. Aí eu senti vontade de ir, vários meninos e meninas do crisma foram, aí lá tinha os adultos e gente dos outros grupos e gente da comunidade que não era de grupo nenhum. No primeiro domingo tinha muita gente, depois foi indo cada vez menos, mas a casa ficou pronta. O mutirão foi alegria só-só, faziam aquele caldeirão imenso de comida, depois do trabalho, todo mundo comia junto, e fazia algumas brincadeiras também [...] Aí depois veio o caso da fazenda Lameiro, aí já era o ano de 1984, agora era um mutirão mais difícil, porque era ficar junto daquela comunidade, para enfrentar”, ora a polícia, ora os capangas do proprietário. Essa foi a luta mais dura, mais difícil e mais demorada... era mutirão para o plantio da lavoura, era mutirão para plantar a cerca que o proprietário havia mandado arrancar, era vigília na comunidade quando havia ameaça de despejo com violência. Até a conquista da terra, aí foi uma festa grande, veio gente de todo o lugar para comemorar. Depois veio o da fazenda Santo Antônio fazenda Santo Antônio, fizemos tudo que podíamos, mas não tivemos o mesmo êxito.” (Inf. n° 21).

Nós chegamos aqui e percebemos essa maneira acolhedora e fraterna do povo do local, não conhecíamos ninguém, mas quando fazíamos uma visita a recepção era sempre muito calorosa. Mandar entrar, sentar na melhor cadeira, oferecer o café, às vezes nem tinha o café, mandava a criança pelo fundo da casa, correndo na casa da vizinha buscar um bocado emprestado. Então nos primeiros anos, o trabalho foi esse: repetir o que o povo já fazia, e fazer coletivamente. Assim se multiplicaram os mutirões, para cada problema a ser enfrentado, se organizava o mutirão, a família beneficiada providenciava a alimentação, as pessoas da comunidade doavam o trabalho, a Igreja complementava a alimentação, por exemplo se a família só tinha feijão e farinha, ou arroz e feijão, a gente dava a mistura, como eles chamam aqui, e doava o material de construção se fosse o caso, ou outro bem material necessário. (Inf. n° 24).

As comunidades já existiam, mas não tinha assim, organização, as pessoas se ajudavam, na hora do desespero todo mundo se ajuda, mas como eu tava falando, faltava organização. Quando as irmãs chegaram fazendo aquelas visitas, aquelas conversas animadas, falando da importância de se organizar pra sair de baixo do chicote do opressor, quer dizer, elas diziam que era importante a gente se ajudar, mas isso a gente já fazia, ainda mais porque Itainópolis era isolado de tudo, aqui não tinha nada, nem (?) benefício, e o deslocamento para a cidade maior era difícil porque não havia sequer rodovia, essa aí tem menos de um ano. Por isso diziam que só com a ajuda entre as pessoas não era possível resolver todos os problemas, era preciso ainda união e organização. Em 1983 criamos a oposição sindical, porque o sindicato era controlado pelos políticos, aliás o mesmo grupo político que controlava tudo aqui, desde que o município foi fundado, era os donos dessas terras e de tudo aqui, das terras à prefeitura. Como o controle era muito grande, perdemos a eleição, mas muitas pessoas, muitas famílias começaram a despertar, então passamos a organizar as Associações de Trabalhadores Rurais, junto das Comunidades Eclesiais de Base e três Comunidades Quilombolas no município [...]. A perseguição foi grande, passamos a ter apoio do MEB e da CPT. Em 1992 finalmente ganhamos a eleição para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais [...] Em 1996 pudemos eleger o primeiro vereador formado nesse processo de lutas em quase quinze anos de luta e organização comunitária e sindical [...] Na eleição de 2000 ameaçamos ganhar a prefeitura, e chegamos perto...(Inf. n° 15).

Foram atitudes e iniciativas como essas que possibilitaram a constituição de dezenas de organizações, em vários pontos da região, criando experiências tanto defensivas dos valores e da vida das pessoas, grupos, comunidades, quanto propositivas de políticas para atendimento de necessidades comunitárias. Particularmente nos municípios pesquisados, encontramos uma série de grupos, associações, comunidades, que, agindo cada um por si (ações realizadas por algum

grupo ou organização em torno de suas questões específicas), ou combinadamente (ações de vários grupos juntos para enfrentar problemas comuns aos moradores da cidade, do distrito ou de algum bairro), têm garantido importantes conquistas, tanto para a dinamização e fortalecimento do próprio processo associativo quanto para melhorar as condições de existência da população, como já dizíamos na seção anterior.

Esta afirmação pode ser percebida sinteticamente na tabela nº 04, apresentada abaixo, que indica algumas das organizações de base e o modelo organizativo das redes em cada município. Na tabela nº 05, estão listadas as principais conquistas verificadas, seja aquelas pertinentes às condições de existência do povo, seja aquelas ligadas à consolidação das organizações.

Tabela nº 04 – organizações e movimentos articulados em redes locais.

MUNICÍPIO	Coordenação (formal ou não) da Rede Local:	Expressão organizativa da rede local	Organizações participantes da rede local.
Afogados da Ingazeira	- STR - Diaconia - Casa da Mulher - Associações Comunitárias	- Fórum Popular; - CONDRUR (Conselho de Desenvolvimento Urbano e Rural); - CEM (Comissão Executiva Municipal do P1MC).	- STR - Diaconia - Casa da Mulher (Grupo Benvirá); - 65 Associações Comunitárias; - CCOPAIL (Cooperativa de Comercialização e Produção Agropecuária); - Diocese de Afogados da Ingazeira; - Igreja Evangélica Assembléia de Deus;
Ibicuitinga	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde. STR.	CEM – Comissão Executiva Municipal do Fórum Cearense de vida no Semi-árido.	- Associação dos Agentes Comunitários de Saúde; - 03 Associações Comunitárias; - 01 Igreja Evangélica; - 01 Paróquia da Igreja Católica; - STR. - Grupo de Jovens.
Itainópolis	STR; MPA; Movimento de	Rede de Educação Cidadã (inicial)	STR, Paróquia, Pastoral da Criança;

	Mulheres (MMTR).		MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; Grupo de Jovens Rurais, Associação de Mulheres de Itainópolis, Catequese paroquial, Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores de Itainópolis (COPAI); 36 Associações Comunitárias.
Lagoa Seca	STR. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Paróquia, CEB's.	Fórum da Cidadania.	STR Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Paróquia, CEB's. Grupos de Jovens; Associações Comunitárias; JUFRA; Movimento de Mulheres.
Pintadas	Associação Pe. Ricardo; Centro de Desenvolvimento e Serviços de Pintadas.	Rede Pintadas	STR; Associação de Mulheres; Paróquia – Igreja Católica; SICOOB – Banco; Associação de Agricultores; Cooperativa Agro-pecuária de Pintadas (COAP); Centro de Desenvolvimento e Serviços de Pintadas; Companhia de Artes Cênicas RHELUZ; Rádio Comunitária; Associação Pe. Ricardo.
São Bernardo	Fórum da Economia Solidária.	Movimento Contra a Corrupção Eleitoral e Administrativa. Fórum da Econ. Solidária.	22 Associações Comunitárias; 04 grupos de produção artesanal – mulheres; STR; Grupo de Jovens; 02 Paróquias da Igreja Católica.
Serra Negra do Norte	STR; SEAPAC		28 Associações de Produtores Rurais; STR; Paróquia da Igreja Católica; SEAPAC; Grupo de Jovens da Igreja; Associação das Mulheres; Cooperativa Agro-pecuária de Serra Negra; Clube de Mães; Associação das Bordadeiras; Estação Ecológica do Seridó.

Tabela nº 05 – principais conquistas verificadas pelas organizações e movimentos articulados em redes locais.

MUNICÍPIO	Melhorias na qualidade de vida das pessoas	Valores solidários
Afogados da Ingazeira	-Construções: passagem molhada, açudes, poços artesianos, programas de melhoria da produção agropecuária; 1200 cisternas construídas;	- Organização das mulheres em grupos de produção e comercialização em economia solidária; - Feira orgânica; - Bodegas comunitárias (cooperativa);
Ibicuitinga	- 36 cisternas construídas; - Atendimento humanizado e cotidiano às famílias, através de agentes comunitários de saúde.	- Mutirões comunitários
Itainópolis	- Construção de 108 casas populares (reassentamento dos atingidos pela enchente do rio Itaim). - 50 cisternas construídas; - 02 Assentamentos de terra da reforma agrária; - Projeto de produção de mel e beneficiamento da cera; - Eletrificação de várias comunidades rurais.	- Comunidades de afeto e de cuidados como parte da dinâmica local.
Lagoa Seca	- 46 cisternas construídas; - Espaço físico na CEASA para que os agricultores comercializem seus produtos diretamente com os consumidores; -Série de políticas que beneficiam os agricultores.	- Feira de agricultura orgânica (cuidado com o meio ambiente); - Organização das mulheres: questão de gênero nas pauta dos movimentos sociais e do município (cuidado com as pessoas);
Pintadas	- Todas as residências rurais do município têm sua cisterna de placas;	- Mutirões Comunitários; Propriedade coletiva Grupos de produção e comercialização coletivos
São Bernardo	62 cisternas construídas 16 Projetos Alternativos	Colaborações entre os grupos e entidades

	Comunitários (PAC's)	comunitárias; Apoios para outras comunidades, de outros municípios em luta.
Serra Negra do Norte	150 cisternas; 10 barragens sucessivas 16 poços artesianos grupo de artesãs	Produção e comercialização coletiva de artesanato; Festejos do dia do trabalhador rural (valorização)

Consideramos que estas tabelas são incompletas, uma vez que são informações colhidas das falas e expressões sobretudo de pessoas que assumem a posição de liderança ou de animação de alguma rede local, ou de algum movimento social específico. Estão fora destas listas várias formas organizativas locais, por exemplo: os diversos times de futebol de várzea ou de pelada, como são mais conhecidos (só no município de São Bernardo, existem oito desses times), as confrarias religiosas, os templos ou terreiros das religiões afro-brasileiras, os grupos de dança, os organizadores de quadrilhas de São João, as igrejas evangélicas e seus diversos agrupamentos internos, os organizadores de campeonatos de “argolinhas” e de outras expressões culturais muito presentes na vida do povo.

Para a nossa análise interessa verificar a como as redes se movem e se articulam, seja as que se assumem conscientemente enquanto tal, seja aquelas organizações não formalizadas, mas que se incorporam em processos mobilizadores iniciados pelos movimentos organizados, ampliando imensamente a capilaridade de suas ações. Os depoimentos já transcritos sugerem claramente uma relação entre valores solidários gratuitos, movidos pelo desejo do vínculo, baseados na espontaneidade, e propostas metodológicas (o que pressupõe necessariamente a existência um método de ação consciente) para garantir resultados nas ações realizadas. Dependendo da escolha das bandeiras levantadas e dos métodos de luta empregados, consegue-se mobilizar outros segmentos antes não incorporados

formalmente aos processos organizativos. Nos municípios em que esses cuidados não são tomados, tais agrupamentos ou “movimentos informais” acabam sendo contaminados pelos valores e práticas dos grupos locais historicamente dominantes.

Essa lacuna, quando deixada em aberto no interior da dinâmica de funcionamento das redes locais, revela-se como um “descuido” que, se não põe em risco toda a sua imensa contribuição solidária, valorativa e simbólica, mas expõe seus limites metodológicos e vivenciais. Sinais de que a vivência comunitária e a manutenção de vínculos solidários são intenções e gestos reais, mas não são dados definitivamente e sim atitudes que devem ser semeadas e revigoradas no dia-adia. Como nos lembram Hugo Assman e Jung Mo Sung (2000), a solidariedade não é simplesmente uma questão temática a ser tratada nos debates, nas conferências ou em algumas disciplinas de ciências humanas e sociais. Para estes autores, a solidariedade configura um modo de ver o mundo e a vida. É uma relação inter-humana que pressupõe o reconhecimento do outro/a na sua diferença e singularidade, atributos da alteridade. Assman e Sung consideram também que os gestos de solidariedade só são possíveis onde há gosto pelos outros, onde há sensibilidade para a abertura rumo ao outro, ou seja,

A sensibilidade solidária é uma forma de conhecer o mundo que nasce do encontro e do reconhecimento da dignidade humana que estão ‘dentro e fora’ do sistema social; um reconhecimento marcado pela afetividade, empatia, compaixão (sentir na sua pele a dor do/a outro/a). Por isso mesmo, é uma sensibilidade que estão comprometidos, que vivem a relação de interdependência e mútuo reconhecimento de um modo existencial, visceral, e não somente intelectual. (ASSMANN e SUNG, 2000, p. 134).

Do ponto de vista metodológico, esta preocupação é levantada por Breno Fontes (2006) que, ao apresentar os três tipos de redes de saúde, se detém no terceiro tipo, que o autor considera como “rede sócio-humana”. Segundo ele, recuperando o sentido da expressão “rede subterrânea” proposta por Melucci, (MELUCCI, 1994)

este tipo de rede existe de modo submerso, “... articulando num plano pré-político os indivíduos através das famílias, vizinhanças, amizades, camaradagens [...]. Esse tipo de rede é estruturante da vida social e sem ela não existe a categoria abstrata chamada indivíduo”(FONTES, 2006, p. 87).

Os valores defendidos e vivenciados no interior das organizações e em seus processos de lutas nunca se realizam de forma pura, totalmente desinteressada entre aqueles que assumem posição de liderança nos movimentos, mas eles estão lá presentes, como uma lei a julgar os seus atos; “porque os espaços do poder são muito atraentes, as negociações e alianças encurtam os caminhos das conquistas, ficamos tentados, mas a gente precisa entender que nos formamos com outro discurso e outros valores, e o povo vai perceber” (Inf. 11). Ou seja, a interação vivida durante anos “entre companheiros” permanece como uma referência de fidelidade à trajetória e aos valores construídos e defendidos, os grupos e comunidades de base (de qualquer tipo), que possibilitaram a emergência de sujeitos coletivos mas também individuais, são instrumentos para permanente correção de rota.

No mesmo sentido, coloca-se a contribuição de Aécio Gomes Matos (2006), importante para a análise das experiências que estamos tratando:

É justamente nesse terceiro nível de organização social, a organização de base, que essas interações sociais parecem ser mais plausíveis. Os grupos e as comunidades de base se constituem espaços adequados para a interação social onde é possível a emergência de sujeitos individuais e coletivos, onde os atores sociais não são identificados pela universalidade das instituições, nem pelo anonimato da participação da massa nas grandes mobilizações. (Aécio Gomes Matos, p. 195).

É na organização de base, onde se pode praticar uma democracia direta, onde os indivíduos podem falar por si mesmos nos pequenos coletivos locais dos núcleos comunitários das relações de vizinhança, dos núcleos de interesse em comum, dos grupos de trabalho, da solidariedade do dia-a dia. Nesse nível de organização as pessoas se reconhecem e se identificam mutuamente, se relacionam mutuamente umas com as outras e não através de

representantes; escutam-se e desenvolvem laços afetivos e constroem juntas suas histórias individuais e coletivas! (Idem).

As experiências revelam que os gestos de solidariedade e respeito dos indivíduos, uns para com os outros, multiplicam-se nos diversos locais e situações. Exemplos constantes são o cuidado para atender bem quem procura a sede do sindicato, a preparação cuidadosa de uma reunião ou assembléia para garantir que todos se sintam incluídos/as, bem vindos, respeitados e valorizados na sua individualidade e no seu jeito, na sua participação ou no seu silêncio. São atitudes que, além do respeito, criam um sentimento de interdependência, reconhecendo a pertinência de uma comunidade de interesses e afetos, em que o cuidado, a doação, a ajuda desinteressada não podem ser apenas assunto de declarações e discursos, mas têm de ser gestos concretos realizados no dia-a-dia. É claro que as experiências também revelam contradições, já que no mesmo movimento ou gesto em que as pessoas se dão existe também alguma coisa do jogo do interesse, do “aproveitamento” pessoal, que podem ser multiplicados ou inibidos de acordo com a circulação do conjunto de bens vivenciados pela coletividade:

A gente criou o campeonato de futebol feminino, que era uma forma também de lazer para as mulheres, era também um momento para estimular os times femininos, porque as mulheres que gostam de futebol tem que jogar nos times dos homens, o que inibe muitas delas. Então o campeonato era também parte da programação do dia 8 de março, pois campeonato feminino chama a atenção de todo mundo e essa é uma oportunidade também para discutir com todo mundo a questão de gênero, os direitos das mulheres, a igualdade. Se criou um ambiente muito bom, ampliou mais a participação das mulheres. Mas ainda se vê muito preconceito, também entre as mulheres. A gente percebe, assim... quando uma fala de respeito, e por exemplo, cita o direito das mulheres lésbicas, a gente vê que outras que estão por perto muda devagarinho de lugar. Aí é isso, tem que fazer um esforço para que haja realmente respeito, não só da boca pra fora, mas nas atitudes. Devagarinho o movimento está fazendo esse trabalho. (Inf. N° 37).

A respeito dessas experiências práticas e desses possíveis paradoxos ou contradições, a análise proposta pelo paradigma da dádiva, segundo a versão de

Alain Caillé (2003), pode oferecer uma esclarecedora indicação interpretativa. Caillé se refere ao paradigma descoberto por Mauss através da análise da prática do dom em comunidades arcaicas:

é que existem quatro motivos norteadores da ação humana, que são organizados em pares: a obrigação, de um lado, e do outro a liberdade (e também a espontaneidade, a criatividade). De um lado, o interesse por si próprio, egoísta, mas de outro o desinteresse ou o interesse pelo outro, simpatia pelo outro (CAILLÉ, 2003, p. 20).

A minha primeira conclusão, é que existe uma diversidade de motivações humanas. Existe não só o interesse por si, mas existe também o interesse pelos outros, a amizade; existe o sentido do dever, da obrigação, mas existe também uma aspiração à criação, desobrigada. A segunda lição é que a relação social, através do dom, se faz sobre o modo associativo. Esta é a fórmula primeira da relação social, a associação entre os homens que é criada pela dádiva. (Idem, p. 21).

5.4. Reorganização do poder local

5.4.1. Ações participativas

A ação dos movimentos e organizações em redes produz um ambiente típico, certa atmosfera política peculiar nas localidades em que está presente. Os casos que analisamos até aqui demonstram vitalidade da sociedade civil organizada, que nesses municípios do semi-árido se configura principalmente como um conjunto de movimentos sociais populares, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, algumas poucas e em geral pequenas ONG's, as pastorais das igrejas, principalmente a católica. Ao se expressarem na cena pública desses pequenos municípios, muitas vezes literalmente na praça pública, feita ágora sertaneja, apresentam-se e surpreendem como novos portadores de uma nova voz política, novas temáticas e novos símbolos para a apreciação e julgamento dos demais munícipes. Este é o início da visibilidade da participação dos antes excluídos das disputas de poder local.

Portanto, o ponto de partida para a expressão de novas forças políticas locais é a própria ação social dos movimentos e redes, ou seja, dos movimentos reticulados. Aqui se tornam ainda mais significativas as elaborações de Alberto Melucci (1994), quando argumenta que há uma relação entre a espontaneidade dos movimentos sociais e os processos de institucionalização deles decorrentes, defendendo a existência de um certo nível a partir do qual a ação direta dos movimentos sociais afeta diretamente os sistemas políticos, obrigando-os a produzir algum tipo de reação que pode ser mais ou menos democrática, dependendo da natureza do sistema político envolvido. Neste sentido, aponta três tipos de contribuição dos movimentos: “uma ampliação dos limites da política; uma mudança nas regras e procedimentos políticos; e uma transformação nas formas de participação no interior dos sistemas políticos” (MELUCCI, 1994, p. 156).

Este autor continua sua argumentação, que parece encontrar resistências tanto teóricas quanto práticas entre estudiosos e militantes dos movimentos sociais, considerando todos nós como envolvidos em relações de poder. Isto não implica, todavia, que o poder não esteja especialmente localizado em lugares nos quais ele se cristaliza de forma mais consistente (Idem, p.157).

Esse avanço das lutas sociais como luta política configura o que Pedro Pontual considera período de “politização do social e socialização da política” (1999). O mesmo autor ressalta que a virada do século e do milênio testemunham uma situação extremamente positiva para os debates nas ciências sociais: a questão social tem sido discutida politicamente, para ser enfrentada politicamente e, por outro lado, nota-se um importante processo de socialização da política, tanto pelas formas já referidas, através da ação dos movimentos e redes sociais, mas também pela

intervenção de cidadãos comuns que estão opinando, discutindo, criticando as ações políticas que pareçam contraditórias com o interesse público.

Nas experiências que estamos analisando, identificamos um grande leque de possibilidades de ação política a partir dos movimentos sociais, cuja articulação em rede estimula ao aprofundamento dessa intervenção, o que tem provocado significativas transformações no poder local e contribuído para deslocamentos na política tradicional, estadual e nacional. Evidentemente essa atuação é marcada por várias contradições, dúvidas, muitas vezes sentimentos de impotência impostos pela lentidão dos processos, “mudanças de lado de alguns companheiros” (Inf. 38). O estágio incipiente e a pouca experiência nesse nível de ação são também condições limitantes, uma vez que a relação com os espaços e as disputas de poder (no sentido apontado por Melucci acima) é recente, para a grande maioria das lideranças dos movimentos sociais hoje envolvidos na política geral. Arrolamos, a seguir, algumas frentes de intervenção social na política, destacadas nas experiências que estamos analisando.

Os movimentos sociais, à medida que se movem e que movimentam também a sociedade, exercem uma pressão política local, em geral ao redor de necessidades sentidas por sua base social, através de reivindicações, campanhas ou diversos tipos de ações coletivas. O que ficou conhecido na literatura e na luta social como “direito a ter direitos”, quando necessidades vividas passam a ser percebidas como direitos negados, que poderão ser conquistados na medida em que se desenvolvem ações, seja de negociação seja de pressão, ou ambas combinadas. Em geral, as maiores possibilidades de sucesso dessas ações estão vinculadas à capacidade que os sujeitos envolvidos tenham de fortalecer o vínculo e o sentimento de pertença à causa coletiva, de se convencer e convencer os demais da justeza de sua causa, forjando

sentimentos e práticas de solidariedade social no calor do processo de lutas e reivindicações.

Várias lideranças propõem que a ação política dos movimentos sociais deveria se concentrar nesse nível de intervenção, apresentando uma visão negativa da política geral e considerando que as disputas pelo controle efetivo do poder assumem quase sempre caráter fratricida, em que a destruição ou a imobilização do adversário e dos próprios aliados momentaneamente discordantes passa a ser preocupação central. No modo de ver dessas lideranças, tais práticas acabam contaminando os movimentos.

Para mim, a ação dos movimentos deve se concentrar na própria dinâmica do movimento, a nossa política é a política social, a organização do povo, a construção de sua autonomia individual e coletiva, a sua emancipação. A relação com o poder público e com os políticos em geral deve se dar nos momentos de reivindicação, não misturando a política social com a política partidária e governamental, essa mistura acabaria com a destruição do próprio movimento. (Inf. 19).

O movimento ainda precisa aprender muito. Tem gente que não gosta de muita reunião, de assembléia, mas se a gente faz um campeonato de argolinha, comemora um dia das mães, ou um dia da mulher, o dia do negro, se faz uma romaria ou organiza uma marcha, coisas mais animadas, aí as pessoas que não são de luta, mas gosta de participar das coisas da comunidade, chega perto. (Inf. Nº 13).

Apesar do reconhecimento da grande adesão de cidadãos e cidadãs às formas de participação social, ao exercício de novas solidariedades e vivências coletivas, distantes das formas tradicionais das disputas políticas, reconhecemos também que existe, entre muitas lideranças dos movimentos sociais, uma atração pela participação em espaços próprios e formais de poder, onde ocorrem alianças e disputas, solidariedade e linchamentos, valores e desejos de emancipação e a responsabilidade das limitações institucionais.

5.4.2. Combate à manipulação do poder

Por entre a crítica e a valorização dos espaços públicos da política, dos instrumentos tradicionais como as eleições, a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, os partidos políticos, torna-se patente que esses espaços não são imunes às demandas da sociedade. Nos municípios pesquisados, constatamos posicionamentos bastante diferenciadas nessa relação, com algumas estruturas municipais apresentando extremas dificuldades no diálogo com as demandas da sociedade organizada, principalmente com os movimentos sociais, enquanto em outros demonstram capacidade de incorporar essas demandas à sua própria dinâmica institucional. Neste campo, percebemos como fica claro que se avança na politização de alguns temas ou questões próprias dos movimentos sociais como, por exemplo, a questão de gênero, a questão étnico-racial, a questão geracional. À medida que existe essa abertura, todos saem ganhando, tanto os movimentos quanto as instâncias tradicionais da política e, principalmente, a causa em questão. Os movimentos ganham legitimidade e se fortalecem; as instâncias tradicionais da política também apresentam sinais de civilidade reconquistado reconhecimento público; a causa defendida assume maior publicidade, se afirma na agenda social e política local, abrindo maiores possibilidades de avanços positivos, como o combate ao racismo e outras formas de preconceito, a construção de mecanismos que inibam a violência contra as mulheres, etc.

Outra frente de intervenção política que tem crescido na agenda dos movimentos sociais, diz respeito ao controle social da coisa pública. Destaca-se aí a participação em Orçamentos Públicos (seja Orçamento participativo, ou outras formas de prestação de contas e fiscalização dos recursos públicos), Conselhos e Conferências de políticas públicas específicas, como saúde, assistência social,

segurança alimentar e nutricional, criança e adolescentes, mulheres, igualdade racial, entre outros. Esses são espaços próprios de apresentação de demandas, formulação de propostas, negociação de políticas, fiscalização das ações governamentais. Neles estão representados os organismos governamentais, a Câmara de Vereadores, os trabalhadores do setor, a sociedade civil em toda sua complexidade: como movimentos sociais, Igrejas, empresários, etc. É o impulso de participação nesses espaços que tem forçado, cada vez mais, a construção de fóruns, redes e articulações, formados por fora dos Conselhos, como espaços para constituição de um certo “campo político dos movimentos sociais”, onde aprofundam-se alguns temas, conhecimento da realidade e argumentos, negociam-se propostas, definem-se prioridades, prepara-se uma intervenção qualificada dos movimentos frente a outros interlocutores. Consideramos importante transcrever o depoimento a seguir, embora longo, porque nos parece ilustrativo de várias intervenções nesses espaços de poder, proposição, negociação, realização e fiscalização das políticas públicas e das novas formas de fazer política em nível local:

A nossa primeira participação em políticas públicas foi através do Conselho Municipal de Saúde. Foi importante porque pra nós, políticas publicas eram coisas muito distantes, não faziam parte do movimento. O Conselho já existia mas o prefeito indicava e nomeava todos os representantes. Nós só entramos depois de muita luta, inclusive ação judicial, porque existia lá a vaga da paróquia e do sindicato, mas era o prefeito quem indicava. Mesmo quando assumimos, só tivemos acesso a papelada também com ação na justiça, e pela via de São Luiz, porque pela promotoria aqui não demonstrava nenhum interesse; é que o promotor só passa alguns dias aqui, mora em casa cedida pela prefeitura, então não vai defender a cidadania para se indispor com o prefeito. Pois bem, só assim percebemos o tamanho dos esquemas de corrupção, apropriação indébita dos recursos públicos, enquanto a saúde do povo padece, os políticos tradicionais enriquecem, é muito dinheiro sendo desviado. Antes o Conselho não se reunia, as assinaturas das atas eram recolhidas de casa em casa, ou então, mesmo na prefeitura, porque a maioria era funcionário ou comissionado. O nosso trabalho foi pegar o montante de papéis, recibos, relatórios, notas fiscais, editais de licitações... era um montante de irregularidades, de notas frias ou falsas, de compras em empresas fantasmas, como por

exemplo uma empresa registrada em nome da empregada da casa da filha do prefeito que mora em Fortaleza, suas assinaturas nenhuma confere uma com a outra. Ou seja, uma montanha de esquemas de corrupção. Apesar de tudo documentado, existe uma dificuldade enorme em dar conseqüências às nossas ações, pois o prefeito também tem suas relações, e move-se.

Mas não ficamos atuando só no Conselho não, a luta social ficou mais fortalecida, várias outras ações foram desenvolvidas neste período, vários projetos foram implementados, principalmente pelas comunidades rurais, com o acompanhamento da Cáritas. Então em 2000, vários companheiros acharam que eu deveria ser candidato a vereador, para fiscalizar não só a saúde, mas o conjunto da vida pública municipal. Fui eleito, e continuei, todo mês fazia reunião com os movimentos discutia os problemas, aliás, continuo fazendo, participo de todos os fóruns e lutas dos movimentos; então na eleição de 2004 eu me reelei com mais do dobro da eleição anterior. E continuo na batalha, com cada vez mais compromissos.

Essa participação nos espaços plurais de políticas públicas traz à tona outra trincheira da intervenção política local dos movimentos sociais, que é o combate à corrupção política, eleitoral e administrativa. Como registramos no segundo capítulo, no processo constituinte de 1988 a sociedade civil e os movimentos sociais tiveram intensa participação, através de sessões especiais de debate com os parlamentares e através de emendas populares à Constituição, recolhendo-se assinaturas em torno de algumas bandeiras prioritárias para os movimentos, transformadas em projetos de lei. Entre essas bandeiras, três especialmente atraíram grande adesão social: a reforma agrária, a reforma urbana, o combate à corrupção política. Esta última recolheu mais de um milhão de assinaturas, mas só veio a se transformar em lei treze anos depois, a reconhecida Lei 9.480, que dispõe sobre a possibilidade da cidadania fiscalizar a ação política dos governantes, criando condições para evitar a corrupção eleitoral e punir seus executores.

Atualmente os movimentos se mobilizam contra a corrupção eleitoral (conforme a lei), mas também contra a corrupção administrativa, constituindo um movimento nacional, que atua conforme numa rede nacionalmente coordenada, contando também com coordenações estaduais e núcleos municipais. Realizam ações

públicas, intervenções judiciais, atos de sensibilização da opinião pública, de divulgação na mídia escrita, falada, televisada; envolve movimentos sociais mas também ONG's, igrejas, entidades de empresários, promotores públicos, juízes. Como efeito desse movimento, até outubro de 2005, já havia 446 mandatos públicos de políticos interrompidos por comprovação de atos ilícitos, diga-se práticas corruptas, nos processos eleitorais ou no exercício da administração pública.

Dos sete municípios onde realizamos nossa pesquisa de campo, em pelo menos três deles, Itainópolis, Lagoa Seca e Serra Negra do Norte, prefeitos ou ex-prefeitos foram condenados a devolver dinheiro aos cofres públicos, ou tiveram seus direitos políticos cassados por exercício de corrupção eleitoral ou administrativa. Em São Bernardo já existem processos em andamento. Essas condenações infundem um novo ânimo nos movimentos sociais que lutam pelos ideais republicanos do cuidado com o uso da coisa pública, pois confirma a legitimidade e a justeza de suas ações, fortalecendo-os para novas iniciativas.

Um tipo de intervenção política bastante contestado, debatido, mas também entusiasticamente assumido, com compreensões bastante diferenciadas no interior dos movimentos sociais, diz respeito à participação nas disputas eleitorais. Embora haja ênfase na defesa das bandeiras de autonomia e independência dos movimentos, a cada dois anos a questão se coloca: como proceder frente às disputas eleitorais? É fato reconhecido e defendido que nas bases dos movimentos existem pessoas com simpatias e adesões a diferentes forças políticas, que devem ser respeitadas pelas entidades a que pertencem as pessoas, sem haver discriminações nem partidarização da organização, mantendo-se seu caráter autônomo com relação aos partidos, porque afirmam que, quanto mais plural forem, maiores condições terão de aglutinar o maior número possível de pessoas, necessário para o sucesso das ações. A maioria dos

líderes e dirigentes populares, entretanto, têm assumido forte presença em todas as disputas eleitorais realizadas no último período.

Mesmo que nas bases haja essa pluralidade – e ela é valorizada, pelo menos teoricamente – é perceptível que ao nível das lideranças ou direções dos movimentos há uma forte inclinação para a integração pessoal em partidos ou forças políticas do que se convencionou chamar de “campo democrático e popular”. Este é um conceito bastante elástico que permite a adequação às realidades locais, o que pode ser comprovado nas informações obtidas na pesquisa de campo: “para nossa realidade, estão no campo democrático e popular todos os setores que não estão vinculados aos crimes do latifúndio, ou outros tipos de crimes, ou que não estejam envolvidos e casos de corrupção” (Inf. nº 33); “Consideramos campo democrático e popular as forças políticas comprometidas com a defesa dos direitos dos trabalhadores e das comunidades, através da luta social, e que atuam na perspectiva da transformação social” (Inf. nº 15).

Essas inserções e opções políticas, embora não sejam sempre definidoras, têm seu impacto no jogo e na trama política local, estadual e nacional. Vejamos:

a) Em todos os municípios pesquisados foram eleitos vereadores que assumem posição de destaque na liderança dos movimentos sociais locais, em algumas situações bancadas muito fortes e atuantes (mesmo que na maioria das vezes seja minoria). Essa nova realidade traz profundas inovações na política e no poder local. Por exemplo, ao não permitir que se reeleja indefinidamente um vereador que é “cabo eleitoral” de um político mais poderoso a nível local ou estadual, quebra-se uma correia que cumpria um papel importante nas estruturas locais de dominação, que vinha se reproduzindo durante décadas e séculos. Além disso, os novos vereadores comprometidos com as lutas sociais

têm desempenhado importante papel para evitar ou inibir a corrupção e o desperdício no trato da coisa pública, além de elaborar e defender projetos de lei relacionados às demandas populares.

b) Avançam as composições de frentes políticas com partidos do “campo democrático e popular”, em que pese a elasticidade do termo. Há quem avalie que o mesmo, ao alargar-se para integrar uma variedade maior de forças, perdeu densidade política nos últimos anos, mas mesmo assim é uma referência. Esse “alargamento” foi possível para garantir importantes vitórias eleitorais nos municípios; se nas eleições de 2000, entre os municípios onde realizamos a pesquisa, esse “campo” saiu vitorioso apenas no município de Pintadas, na eleição de 2004 foram registradas vitórias além de Pintadas, em Afogados da Ingazeira, Serra Negra do Norte e Lagoa Seca, além de obter importantes votações em São Bernardo (44,42% dos votos) e em Itainópolis (34,12% dos votos). Essas vitórias têm consequências para as Administrações Municipais, levando várias lideranças dos movimentos locais para a composição do governo municipal, abrindo-se um novo leque de desafios e contradições mas também de oportunidade de formação dos quadros dos movimentos no conhecimento da máquina governamental por dentro.

c) Essa mudança na correlação de forças locais tem impacto também nas disputas estaduais e nacionais. Os políticos tradicionais já não podem “vender o curral fechado”. Podemos citar como exemplos algumas eleições presidenciais: Em 1998 quando Fernando Henrique foi candidato à reeleição com o apoio de todos o grande partidos do país, vencendo no 1º turno (obteve 53,06%, contra 31,71% de Lula e 10,96% de Ciro Gomes) essa “polarização” e uma distribuição de votos análoga também se refletiu, nos municípios

pesquisados, como Pintadas (FHC- 41,36%, Lula- 52,54%, Ciro- 2,63%), Ibicuitinga (FHC- 35,96%, Lula- 32,168%, Ciro- 28,46%), Itainópolis (FHC- 48,28%, Lula- 29.96%, Ciro- 12,15%), Afogados da Ingazeira (FHC- 51,11%, Lula- 38,48%, Ciro- 4,92%), Lagoa Seca (FHC- 57,41%, Lula- 23,90%, Ciro- 12,63%).

5.5. Redes locais e articulações nacionais e internacionais

Cada movimento e cada rede, ao mesmo tempo em que se articula verticalmente com redes mais amplas de sua mesma natureza ou não, não obstante qualquer “filiação” permanecem totalmente livres e autônomos para articular-se horizontalmente com outros agrupamentos de mesma ou de outra natureza.

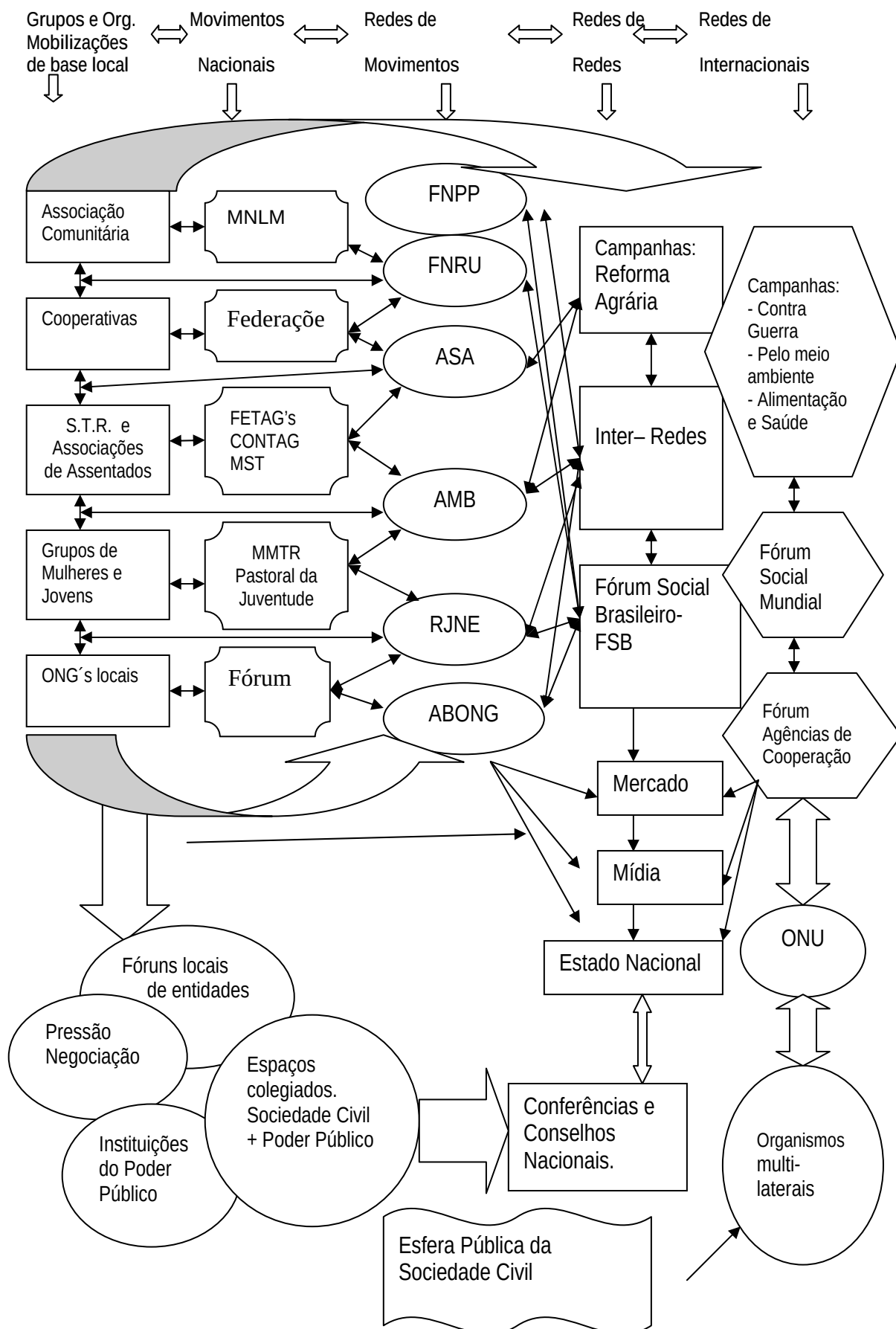
Desse modo, uma *Associação local de Assentados* de alguma área da reforma agrária, geralmente está vinculada imediatamente a um movimento mais amplo circunscrito ao seu campo temático e organizativo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Comissão de Pastoral da Terra (CPT), o Movimento sindical dos trabalhadores rurais. Muitas vezes se vincula a mais de um destes movimentos mais amplos (ou organizados nacionalmente). Mas esta vinculação a um movimento específico, não transfere para estes sua representação e pertença a campanhas, mobilizações gerais, redes organizativas nacionais (como se fossem intermediários entre as organizações da base e as reticuladas nacionalmente). Estas organizações de base, se incorporam (ou podem se incorporar) diretamente a estas organizações ou mobilizações mais amplas, podendo ser redes de movimentos, redes de redes ou mesmo mobilizações conjuntas nacionalmente ou internacionalmente articuladas. Por isso, a referida Associação de Assentados, poderá se ligar diretamente a ASA, ao Grito dos Excluídos, à Semana Social Brasileira, ao Fórum Social Nordestino, Brasileiro ou Mundial. Se comunica diretamente (sem desconsiderar os movimentos específicos nacionais ou regionais) com estas organizações e eventos amplos.

Por outro lado, a pertença ou participação em organizações ou eventos mais amplos, tem conseqüências para a dinâmica, as agendas, os métodos de ação, as

bandeiras de lutas, destas organizações ou movimentos de base. Assim sendo, por exemplo, um grupo de jovens de um determinado município ou paróquia, ao se vincular diretamente ao Fórum Social Nordestino, passa a assumir novos referenciais, do que o movimento específico organizado nacionalmente que anteriormente estava vinculado, como os casos da Pastoral de Juventude ou da Rede de Jovens do Nordeste. Estes exemplos podem servir igualmente para uma Associação local de mulheres, um sindicato de alguma categoria profissional, um grupo de “amigos da natureza”, mantendo-se redes verticais, e constituindo outras horizontais, como veremos adiante.

O gráfico apresentado a seguir, é um esforço de expressar de forma visual a complexidade dessas relações:

Redes locais e articulações nacionais e internacionais:



A grande maioria das organizações locais na atualidade está ligada a algum movimento ou rede, nacional ou regional: os sindicatos têm suas históricas e hierárquicas relações nacionais devido ao modelo da estrutura sindical brasileira, e ultimamente às Centrais Sindicais; as Associações de Moradores e outras organizações comunitárias, se vinculam às Federações Estaduais e a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM); Clubes de Mães, Grupos e Associação de Mulheres, se ligam a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), ou a União das Mulheres do Brasil; Comunidades Quilombolas, grupos locais e entidades de negros e negras, estão vinculados ao Movimento Negro Unificado (MNU), ou alguma outra articulação ou federação nacional de negros e negras; as ONG'S estão ligadas a Associação Brasileira de ONG's (ABONG) ou outra articulação do “terceiro setor”. Há uma lista enorme de movimentos e articulações nacionais.

As lideranças dos movimentos sabem como repercutem positivamente junto às suas bases as ações locais reticuladas nacionalmente, uma vez que são divulgadas na mídia, as pessoas que viajam, vão participar de eventos e recebem visitantes, escutam falar das mesmas ações ou de formas diferentes de ação em outros lugares, como confirma o depoimento seguinte:

Nas primeiras vezes que a gente organizou o ‘Grito dos Excluídos’ no município, as pessoas achavam, ou faziam crer para desacreditar as intenções do ato, que era um bando de doido, pessoas ligadas à prefeitura diziam: ‘pois se eles são os excluídos é porque nós somos os escolhidos’. Quando o ‘Grito’ passou a ter força, a sair uma grande cobertura na Globo, e em outros meios de comunicação, por causa do evento em Aparecida, e de outras grandes manifestações em vários cantos do Brasil, então muita gente veio falar com a gente que queria participar no ano seguinte, então a gente disse que podiam formar um pelotão sobre algum tema da exclusão social. Então muita gente da cidade foi acreditando mais, e não só deixaram de criticar, como alguns passaram a participar (Inf. 34).

O “Grito dos Excluídos”, originário da Igreja Católica, transformou-se numa importante referência da ação social em rede, assumido pelos principais movimentos e redes sociais dedicados às lutas contra a exclusão, de forma que torna-se cada vez menos uma atividade exclusiva da Igreja Católica (que em muitos lugares inclusive se ausentou completamente) para ser uma típica ação das redes. Apesar de ser realizado uma vez por ano, no dia 7 de setembro (celebrando a ausência de independência), foi criada uma dinâmica de preparação, realização e avaliação que se estende por vários meses do ano, mantendo vários movimentos reticulados. O crescimento de sua capacidade aglutinadora e mobilizadora, fez nascer o ‘Grito Continental dos Excluídos’, que está sendo realizado em 12 de outubro em vários países da América Latina.

Outros espaços têm sido constituídos nos últimos anos, e têm se efetivado como referência para as redes que buscam alternativas de debate e coalizões mais amplas do que as que se constroem em torno às suas questões específicas, entre as quais podemos destacar: a “Semana Social Brasileira”, realizada anualmente, ora em um único local do país, ora realizada de forma descentralizada em diversos locais; o “Grito da Terra Brasil”, assumido principalmente pelos movimentos que lutam pela reforma agrária, mas tentando envolver os demais segmentos sociais no esforço de relacionar a questão agrária com as demais questões centrais do país; a “Marcha das Margaridas” que, a partir das lutas das mulheres, busca formar redes de contatos com outras iniciativas que lutam contra os preconceitos e a opressão, de gênero, mas também de raça/ etnia, de gerações, de classe social.

Com o fenômeno da globalização, conforme já levantamos no primeiro capítulo, essas articulações têm crescido enormemente, contando com a colaboração da comunicação via internet, que facilita a circulação de informações. Pode parecer

paradoxal, que as redes que estamos discutindo, com características de relação face-a-face, tendo sua base social vinculada ao seu chão histórico, possam passar a defender a necessidade de redes nacionais e globais, mas essa necessidade não chega pelo simples advento da globalização econômica, faz parte das lutas históricas dos agrupamentos que têm se mobilizado na história da humanidade, convencidos de que transformações profundas não se realizam somente em nível local, embora a globalização leve a reformular esses princípios, exigindo que se aprofunde essa dimensão das necessárias transformações.

Em capítulos anteriores, destacamos importantes momentos em que a onda “internacionalista” avançou como ênfase significativa para ações e organizações locais; foi assim com as “Coligações dos Trabalhadores” ou as “Trade Unions”, no século XIX, em torno da palavra de ordem “Trabalhadores de todos os países, univos!”; no século XX o ano de 1968 se tornou referência para a história da humanidade com as revoltas dos jovens, ao mesmo tempo em vários recantos do mundo; no início do século XXI, de novo, levanta-se uma nova onda internacionalista e solidária, que tem no Fórum Social Mundial (FSM) sua principal expressão.

Na atualidade, e diante das experiências vividas, cabe aos movimentos sociais ampliar os vínculos capazes de estreitar a globalização da solidariedade, em contraposição ao atual modelo neoliberal dominante, que alguns chamam de globocolonização. Como lembra Virgínia Vargas, militante feminista presente no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, “É preciso que as mulheres da Espanha saibam e se movimentem em prol dos direitos das mulheres da Guatemala, e que os catadores de material reciclável das ruas de Nairobi sintam-se irmanados aos

catadores de Manila ou de São Paulo”⁹⁸ (VARGAS, 2003). A conferencista segue seu argumento sobre a necessidade de articulação entre problemáticas distintas, mas vinculadas às lutas contra a opressão, a exploração, as discriminações. Diz Vargas,

No Fórum Social Mundial, os feminismos começaram a [...] alimentar processos que integram a justiça de gênero com a justiça econômica, recuperando ao mesmo tempo a subversão cultural e a subjetividade como estratégia de transformação de âmbito maior. Confrontam assim duas expressões amplas de injustiça: a injustiça socioeconômica, enraizada nas estruturas políticas e econômicas da sociedade, e a injustiça cultural ou simbólica, enraizada nos padrões sociais de representação e comunicação (Idem).

A solidariedade vivenciada a partir da experiência do FSM, é uma resposta a idéia de um mundo sem alternativas na qual os ideólogos da globalização dominante, ou os mecanismos da globalização de mercado nos queriam fazer acreditar. É inteiramente distinta, também, da “cooperação” assumida pelos organismos internacionais, seja pelas Nações Unidas, seja por Fundações sediadas nos “países do norte” que – sobre o argumento de criar relações mais “eqüitativas” e minorar o sofrimento dos países pobres – realizam projetos de cooperação supostamente destinados a cumprir as metas do milênio⁹⁹, seja pelas várias agencias que viabilizam diversos projetos de cooperação e em torno dessas metas. Contudo, como são marcados por decisões e metodologias autoritárias e verticalizadas (do norte para o sul), além de despender muito mais recursos em atividades-meios, muito bem pagas, do que em atividades-fins, em geral instadas a ser muito modestas em gastos e ambições materiais, esses projetos não têm tido o efeito prometido. Em pesquisa recém-lançada pela Action Aid¹⁰⁰ sobre como se dá o gasto da ajuda oficial aos países pobres no mundo aparece claramente que um quarto dela – 20 bilhões de

⁹⁸ Exposição realizada no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, janeiro de 2003.

⁹⁹ As Metas do Milênio são um conjunto de iniciativas assumidas pelo ONU e organismos internacionais, contendo problemas e prevendo metas para sua resolução, tais como: mortalidade infantil e materna, superar o analfabetismo, enfrentar o problema da AIDS, a violência contra as mulheres.

¹⁰⁰ Action Aid é uma organização de Cooperação Internacional sediada na Inglaterra, mas com escritórios em várias partes do mundo.

dólares – é desperdiçado com “consultores” externos caros e muitas vezes pouco efetivos, além de altos custos operacionais. A assistência técnica dos países ricos, em vez de aliviar a pobreza, promove, na maioria das vezes, o interesse dos próprios países de origem e soluções inapropriadas para as populações a que se destinam. No total, estima-se que quase metade de todos os recursos computados como ajuda deixa de atingir diretamente as populações pobres.

Em recente entrevista, Jorge Romano (2006), representante da Action Aid no Brasil, refere-se aos efeitos dessa pesquisa, reafirmando a críticas aos métodos e ideais dos projetos realizados pela cooperação oficial, mas aponta alternativas que vão ao rumo do que defendem as redes solidárias:

Felizmente muitas pessoas de diferentes origens, em nações ricas e pobres, têm expressado seu inconformismo com as chocantes disparidades entre as vidas e os estilos de vida dos ricos e pobres de hoje. É crescente o consenso, mesmo entre governos, de que são necessárias mudanças radicais para enfrentar a pobreza e dar um fim à negação de direitos a tantas pessoas [...] Organizações de pessoas pobres, movimentos sociais e grupos pró-justiça espalhados pelo mundo estão se unindo, física e virtualmente, para organizar as mudanças. Avanços importantes incluem a campanha sul-africana por acesso a tratamento médico, liderada por pessoas que vivem com HIV/aids, e a campanha global por livre acesso a uma educação de qualidade para meninas e meninos [...] A reivindicação aguerrida dos movimentos de mulheres resultou em significativos compromissos, nos níveis local, nacional e internacional, de promoção e defesa dos direitos da mulher. No Nepal, por exemplo, as leis relativas ao direito de propriedade foram reformadas e as mulheres agora podem herdar bens.

Nas redes locais que analisamos no presente capítulo, percebemos como sua ação e organização, têm sido capazes de mobilizar uma série de sinergias solidárias, ampliando as conquistas por direitos e exercício da cidadania, bem como provocando profundas mudanças nas relações políticas, o que rompe com a concepção dos chamados “grotões”, demonstrando as possibilidades de transformações sociais, econômicas, políticas, culturais, a partir destes lugares pouco considerados na

literatura social e política do Brasil, ou quando são considerados, em geral, são considerações marcadas pelo preconceito das afirmações em torno “do atraso”, “do micro”, “do fora dos espaços de decisão”, “das vítimas da manipulação política”, enfim, “dos grotões”. Além das mudanças anteriormente explicitadas, pela ação das redes locais, as experiências demonstram como a reconstrução de novos horizontes emancipatórios está surgindo justamente dos lugares não esperados na tradição das forças sociais e políticas que, historicamente têm se dedicado às tarefas de transformação da realidade, ou ainda das forças hegemônicas no mundo atual.

Relacionando as experiências analisadas com iniciativas de ação em rede do mundo contemporâneo, percebe-se como vêm justamente dos “lugares não esperados”, as significativas ações que recolocam, na atualidade, a perspectiva de mudança social a partir das ações solidárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de alguns capítulos desta tese, já tinha sido possível realçar ensinamentos que as experiências que analisamos nos fornecem, esclarecem ou reforçam no que tange à compreensão da dinâmica das transformações sociais no contexto atual. Voltamos aqui, porém, a explicitá-los para evidenciar a sua relação com as orientações teóricas que assumimos.

Durante a nossa pesquisa de campo, pudemos participar do V Encontro Nacional da ASA (ENCONASA), realizado em novembro de 2004 na cidade de Teresina, capital do Piauí. Um dos painéis mais concorridos contava, entre os seus expositores, com a presença de Roberto Malvesi, conhecido como Gogó, destacado membro da coordenação nacional da ASA. Em sua exposição, Malvesi apresenta traços culturais da população do semi-árido, detalha vários casos que expressam o modo de vida das pessoas e comunidades, destacando a acolhida (ele mesmo acolhido carinhosamente, há mais de duas décadas atrás, quando, desconhecido, chegava à região), a capacidade e o prazer em dividir, distribuir ou partilhar os bens, as atitudes cooperativas para resolver os problemas do dia-a-dia e para cuidar com afeto da vivência comunitária. Particularmente sobre a ASA, Malvesi enfatiza a extraordinária capacidade que encontrou na população do semi-árido para animar a vida comunitária e associativa nas bases, com incidências impactantes na melhoria da vida do povo e do meio ambiente no semi-árido. Registra a ampliação e capilaridade da rede nos diversos recantos da região, o esforço e a dedicação das coordenações estaduais e da coordenação nacional para enfrentar os desafios que vão surgindo. Contudo, Malvesi (possivelmente expressando um sentimento da coordenação nacional) não parece entusiasmado por um otimismo ingênuo, sua

exposição segue apresentando grandes desafios, tanto da própria estrutura da ASA, quanto da realidade em que está inserida, expressando-se assim:

Contudo temos que enfrentar uma barra pesadíssima que é a tradição política regional, forças políticas conservadoras que controlam o poder, particularmente o poder local, com unhas e dentes, pra não dizer armas e projetos, para que nada mude. Temos tido um grande aprendizado na participação comunitária a nível da base, construímos uma rede que tem significativa incidência política na realidade, mas enquanto nos movemos, os políticos tradicionais também se movem, inclusive mudando de discurso, incluindo questões, temáticas e até projetos que antes condenavam, mas que o contexto atual exige posicionamentos e incorporações, porque essas forças locais também se reproduzem pelas alianças que constroem em nível estadual e nacional, ao mesmo tempo que hes prestam “serviços” em disputas eleitorais. Neste momento que discutimos “Reforma agrária: democratizando a terra e a água no semi-árido brasileiro”, precisamos necessariamente enfrentar a questão da concentração de poder, que se mantém controlado pelos mesmos que historicamente controlam a terra e a água no Nordeste. O nosso esforço, para apreender das comunidades as mudanças de mentalidades, deve ser igualmente valorizado para as mudanças políticas.(MALVESI, 2004)¹⁰¹

Nas últimas semanas de elaboração da presente tese, revisitamos um dos municípios em que fizemos nossa pesquisa de campo, encontramos o ex-presidente do STR e atual vice-prefeito da cidade, que havia sido eleito numa daquelas alianças que nos referimos no quarto capítulo, uma frente política para enfrentar o poder do grupo político que controlava o município há cerca de quatro décadas, com raras interrupções ou rearranjos no interior do mesmo grupo. Ele nos recebeu com um semblante preocupado e tenso. Adiantou-nos: “Se a situação continuar como está, vamos ter que romper politicamente e administrativamente com a Prefeitura!” (Inf. nº 36).

Tanto o vice-prefeito quanto outras pessoas historicamente vinculadas às redes sociais do local, ocupando cargos de primeiro, segundo e terceiro escalões do governo municipal, assumem tais cargos pela primeira vez, levando para a

¹⁰¹ Conferência realizada em Teresina-PI, no dia 17 de novembro de 2004, como parte da programação do V ENCONASA.

administração pública estilos semelhantes ao que desenvolveram nas lutas sociais: tudo deve ser bem discutido, as decisões precisam passar por crivos coletivos, quem procura a prefeitura ou outros organismos públicos municipais deve ser bem recebido. Essa dinâmica é contraditória com a tradição do serviço público: os servidores do município, em sua grande maioria não têm o hábito e a boa vontade para o acolhimento cuidadoso às pessoas; o prefeito eleito, “companheiro de chapa”, embora teoricamente concorde com o programa de governo elaborado para a campanha (participação, transparência, inclusão social, apoio a iniciativas da cidadania), fica impaciente com procedimentos de muita discussão, muita assembléia, de decisões coletivas e demoradas, além de ter outros compromissos políticos e não apenas com os movimentos sociais.

O Fórum da Cidadania, organização de participação cidadã, articuladora da rede social local, em cujo processo de criação houve importante participação das pessoas que atualmente estão no governo, decidiu que sua identidade enquanto sociedade civil ficaria comprometida negativamente se mantivesse em sua direção pessoas que também estão na condução do poder público municipal. Em razão disto, essas pessoas já não estão participando na direção do Fórum – por questões éticas. Por outro lado, o Fórum pressiona para que haja ampliação nos mecanismos de controle social, que as audiências de prestação de contas do município se transformem em Orçamento Participativo, que o planejamento das políticas públicas do município seja realizado coletivamente, com a participação da sociedade civil, organizada ou não.

Ainda que a grande maioria das lideranças de tais entidades tenha apoiado a frente vitoriosa, contra o grupo mais conservador, a decisão de manter as

organizações populares autônomas e independentes em relação ao governo é zelosamente defendida:

A gente não podia mudar de concepção agora, seria jogar no lixo toda uma história de lutas e convicções. Desde sempre, defendemos a autonomia dos movimentos frente ao Estado, aos partidos políticos, ao governo, às igrejas, a autonomia pra nós é uma questão estratégica, não pode ser negociada por questões conjunturais [...] No começo houve alguns estremecimentos, mas agora acho que todos estão convencidos da posição acertada. Todas as frentes de lutas são importantes, inclusive na administração pública, mas devemos respeitar a especificidade, a identidade e a autonomia de cada uma delas. (Inf. N° 39)

Uma parcela significativa das lideranças sociais que hoje faz parte do governo, embora continue ligada aos movimentos sociais locais, tanto politicamente quanto afetivamente, já não mantém uma ligação orgânica, no sentido de assumir responsabilidade pela condução de suas organizações. Estando no governo, porém, essas pessoas sentem-se moral e concretamente pressionadas pela ação de seus próprios movimentos. Por outro lado, ao mesmo tempo em que são parte do governo, sabem que sua participação no mesmo é minoritária, e talvez muito transitória, e que há uma grande concentração de poderes nas mãos do chefe do executivo, pela tradição verticalista e autoritária do sistema político brasileiro, especialmente do poder executivo. No processo que precedeu a eleição, haviam-se definidos os princípios e compromissos que embasariam a aliança formada, não só para disputar a eleição, mas principalmente para governar o município: a participação cidadã, a transparência no trato da coisa pública, a democratização dos espaços de decisão, a ampliação da inclusão social, o desenvolvimento local relacionado à melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Embora esses compromissos tenham sido explicitamente assumidos por todas as forças aliadas (que incluem também grupos ou indivíduos que não têm nenhuma vinculação com as lutas e organizações populares), traduzem-se em diferentes sentidos e práticas no momento de sua operacionalização.

Após apenas dois anos de governo, essa geração de lideranças sociais que assume esse nível de experiência sente-se, por um lado, confortável pelas políticas públicas que está conseguindo realizar, que têm incidência na qualidade de vida do povo. Ações que antes só podiam ser realizadas em pequenos grupos ou comunidades, apenas por seus próprios esforços, estão sendo universalizadas. Por outro lado, a liderança política popular sente-se tensionada entre a “saudades” do clima mais harmônico e fraterno de sua experiência como parte dos seus próprios movimentos de origem e as contradições com que se defronta no interior do governo, e já chega a falar em rompimento, conforme o depoimento transcrito no início destas considerações.

A cerca de 1.200 quilômetros de distância daí, também no semi-árido, estão em curso outras experiências nas quais se percebem grandes semelhanças na dinamicidade da vida social, com participação entusiasmada na vida comunitária e em suas organizações, com uma rede social local que tem vida permanente, com intervenção social nas políticas públicas. Aqui, a participação das lideranças populares no governo local já se apresenta mais consolidada e mais definida, pois já estão no governo por três gestões consecutivas e a frente política que governa tem uma forte identidade em torno dos ideais e das lutas dos movimentos sociais, o que não significa dizer que não haja conflitos.

Nesse segundo caso, a consolidação da Frente Popular local pode ser confirmada pela dinamização das organizações de base em diversos cantos do município, mantendo-se regularmente reuniões, assembléias, mobilizações. Aí a participação na definição das políticas públicas concretiza-se, por exemplo, em conferências que mobilizam um grande número de pessoas (600 pessoas numa conferência de saúde, para um município com pouco mais de 10.000 habitantes –

incluindo crianças, é uma proporção bastante significativa). Acrescente-se ainda o dado muito significativo de que, nas seis últimas eleições (1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006), a Frente Popular conseguiu atingir entre 53% e 67% dos votos no município. Mas, nesse caso, os conflitos passam a ser de outra natureza:

O município se tornou muito polarizado, isso pode congelar a política, todo mundo ou é contra ou é a favor, então isso tem consequência também para o sindicato, porque quem é contra deixou de vir ao sindicato, não fechou a filiação, mas também não vem. Quando entramos na política, ainda nos anos 80, dizíamos que a nossa ação política era para defender nossos direitos e para descongelar a política, que vivia congelada eternamente em torno da mesma família. Mudamos, mas nas três eleições de prefeito que ganhamos, ficamos sempre entre 52% a 53%, quer dizer uma variação muito pequena. Não fazemos atualmente nenhum trabalho com os jovens, não preparamos o município para as gerações futuras. (Inf. N 25).

Os tão cultivados espaços plurais de proposição, realização e fiscalização de políticas públicas, apesar da reconhecida contribuição para o avanço da participação popular e para impedir, ou pelo menos inibir, a corrupção no trato dos recursos públicos, apresentam novos desafios e exigem novas negociações e alianças. São novas exigências para as quais os representantes dos movimentos sociais não se haviam preparado. Uma experiência do Conselho Municipal de Saúde de um dos municípios é emblemática destes novos desafios: os representantes do movimento comunitário (usuários) planejaram sua intervenção prevendo uma ação conjunta com os representantes do movimento sindical dos trabalhadores da saúde, contra os interesses do setor empresarial da saúde e da prefeitura, que agiam conjuntamente, pois o dono do hospital é da família do prefeito e do mesmo grupo político no município.

Contudo, a experiência revelou que, embora este conflito exista e ocupe parte da agenda do Conselho, outros conflitos têm surgido, surpreendentemente, entre representantes do chamado “campo popular”. Destaca-se o conflito entre os

representantes/usuários dos serviços de saúde e os representantes dos trabalhadores da saúde. Citemos dois exemplos a título de ilustração: os usuários reivindicam mais tempo de atendimento no posto de saúde municipal, incluindo a abertura do posto durante parte do período noturno, atendimento e tratamento mais humanizado e cuidadoso que implicaria em controle da sociedade também sobre a qualidade, não só técnica, mas relacional, dos serviços prestados. Por seu lado, os representantes dos trabalhadores na saúde posicionam-se contrários a qualquer proposta que possa demandar mais tempo de trabalho para seus representados, defendendo, ao contrário, sempre carga horária menor, além de terem muita dificuldade em aceitar as críticas da sociedade sobre a qualidade do serviço prestado, criando toda a sorte de empecilhos para a regularização do “conselho de usuários do posto de saúde”.

Esses conflitos, longe de enfraquecer o potencial emancipatório dessas experiências, reforçam seu caráter dinâmico e inovador, por isso pulsante nas realidades locais. Eles se inscrevem nos marcos de uma perspectiva plural da realidade social, onde a criação e manutenção de espaços coletivos de explicitação das diferenças, de construção de acordos e de negociação de propostas e projetos reforçam o postulado de que o vínculo e a aliança não são dados *a priori* e em definitivo, mas são partes de um movimento permanentemente recriado.

A pesquisa de campo nos permite afirmar, com convicção, que estamos diante de experiências sócio-políticas marcadas por grande dinamicidade social, pela vivência comunitária, pelas relações societárias na base, pela participação popular através do associativismo de movimentos sociais e da construção de redes locais. Nesse contexto e nessa dinâmica realizam-se, através da prática cotidiana, uns ciclos de solidariedades, compondo um conjunto de atitudes e sentimentos de pertença, reconhecimento e compromissos éticos e morais, pondo em circulação uma série de

bens que alimentam e dinamizam a vida social. Essa participação solidária tem incidência claramente visível na qualidade de vida das pessoas e comunidades, nas suas condições de sociabilidade, de auto-estima, de cuidados consigo e com os outros, de saúde, de educação, de alimentação, de trabalho. Provoca impacto nas relações políticas, no poder local e nas praticas políticas tradicionais que relacionavam o município com outras esferas da política nacional. Este caso, portanto, também confirma que esse não é um processo linear, simples e sempre progressivo, mas sim marcado pelas contradições das sociedades contemporâneas.

Até aqui vimos apontando casos e situações das experiências pesquisadas, que são reveladoras dos propósitos de análise da presente tese. Esta valorização da narrativa concreta deve-se ao papel que as experiências desempenharam na consolidação de algumas convicções sociológicas suscitadas no próprio processo da pesquisa.

Consideramos que foi acertada a opção pela combinação das três referências teórico-metodológicas que escolhemos, combinação que nos ofereceu flexibilidade e condições para que as próprias experiências pudessem revelar dados organizativos da realidade social. A abordagem fenomenológica e hermenêutica de Boaventura Sousa Santos foi fundamental, por insurgir-se contra o desperdício da experiência e, como forma de evitar esse desperdício, por propor as operações epistemológicas designadas como sociologia das ausências e sociologia das emergências, validando como fontes de conhecimento as experiências desprezadas pela racionalidade e pelo saber hegemônico, transformando objetos impossíveis em possíveis. A referência ao paradigma da dádiva, ou da associação, ajudou-nos alertando para o fato de que as experiências sociais não podem derivar simplesmente de progresso técnico, racional, econômico, e sim, necessariamente, de solidariedades e alianças concretas, efetivadas

pelos indivíduos através de suas vivências coletivas nas redes de pertencimento, nas quais são reconhecidos; e orientou-nos também ao apresentar o valor do vínculo enquanto movimento paradoxalmente incerto, com as quatro categorias intrinsecamente relacionadas – interesse e desinteresse, liberdade e obrigação. As abordagens em torno dos novos movimentos sociais deram-nos apoio porque estruturam sua base analítica sobre experiências vividas por tais movimentos em alianças e associações forjadas na própria base social e sua articulação em redes mais amplas, realidades centrais na presente pesquisa. Esta combinação possibilitou-nos a montagem de um quadro explicativo que dá conta da pluralidade e da abrangência das experiências analisadas por nós.

Constatamos que as peculiaridades das experiências que pesquisamos relacionam-se estreitamente com a base explicativa da proposta sociológica formulada por Boaventura Sousa Santos – sociologia das ausências e sociologia das emergências – construída na base de pressupostos alternativos, contra as ciências sociais hegemônicas. Uma sociologia das ausências “é uma pesquisa que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe” (SANTOS, 2005, 21). O seu objetivo é transformar objetos impossíveis em possíveis, objetos ausentes em presentes, e Santos aponta as principais formas sociais de não-existência produzidas pela epistemologia e pela racionalidade hegemônica nas ciências sociais: “o ignorante, o residual, o inferior, o local, o improdutivo”. Segundo estas concepções, as realidades que estas expressões sociais comportam significam, para certo tipo de analistas, apenas obstáculos face às realidades consideradas relevantes, que são as “realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas” (Idem, p. 21). Segundo Santos, a produção social daquelas ausências resulta no

desperdício da experiência social. “A sociologia das ausências visa identificar o âmbito deste desperdício de modo a que as experiências produzidas como ausentes possam ser libertadas dessas relações de produção e, por essa via se tornem presentes” (Idem, p. 24). Aqui é justo reconhecer a longa e rica produção de José de Souza Martins que sempre apontou exatamente nesse sentido e que tão bem expresso já no título de sua obra “A sociabilidade do homem simples” (MARTINS, 2000).

A pesquisa que ora apresentamos, quis inscrever-se justamente nesse movimento de valorização de experiências desprezadas, reconhecer seus ensinamentos e, para isso, nos relacionamo-nos com as mesmas como participantes “aprendentes”. As experiências pesquisadas – apesar de apresentarem evidências explicativas da arte de manterem-se juntos os seres humanos e esclarecedores das formas de construção de laços e vínculos solidários – seriam reduzidas, segundo a ótica das ciências sociais hegemônicas, como o “local”, o “residual”, o “ignorante”, o “inferior”, ou seja, o “não existente”. Como agravante deste “quadro sociológico”, registramos o conceito, ou melhor, o preconceito presente no vocabulário de muitos cientistas políticos e impregnado no censo comum que designa tais lugares como “grotões”, cujos habitantes seriam amontoados de ignorantes, participantes ingênuos dos processos eleitorais pela doação de seus votos para manutenção de históricas cadeias de dominação política a serviço da opressão e da exploração econômica e do uso e abuso privado da coisa pública.

Um misto de euforia e desencantamento em torno dos processos de globalização contaminou também vários sociólogos historicamente vinculados à tradição dos novos movimentos sociais. A discussão com suas posições, tanto as anterior quanto as posteriores ao “desencantamento”, ajudaram-nos a melhor verificar e situar nossa própria leitura da realidade dos movimentos sociais e suas

redes. Alain Touraine e Manuel Castells, citado em nosso segundo capítulo, encontram-se entre os autores que mais pesquisaram e mais publicaram sobre os novos movimentos sociais nas últimas quatro décadas, cabendo a eles a percepção dos movimentos sociais como o próprio pulsar da sociedade. Com as transformações ocorridas nos últimos anos, entretanto, estes autores avaliam que os movimentos passam a ocupar um lugar secundário na realidade social.

Para Manuel Castells,

[...] os sistemas políticos estão mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total de cobertura da mídia e liderança personalizada, e cada vez mais isolados dos cidadãos. Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmeros, encolhidos em seus mundo interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo de mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais. [...] No entanto, a identidade está se tornando a principal e, as vezes, a única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras (CASTELLS, 1999, p. 22 –23).

Já Alain Touraine havia desenvolvido intensas pesquisas sobre os movimentos sociais, formulando uma “sociologia da ação” como linha interpretativa e explicativa dos fenômenos sociais que impactou grande parte da produção sociológica na segunda metade do século XX, contagiando e entusiasmando inúmeros intelectuais e militantes dos movimentos sociais, por cerca de duas décadas.

Touraine, porém, chega ao século XXI propondo um novo paradigma. Alegando que a abordagem sociológica com ênfase econômica e social emergiu no período do triunfo da economia sobre a política, pela revolução industrial que libertara o capitalismo do poder político e criava novo contexto de organização social, no qual os conceitos importantes eram: “classes sociais e riqueza, burguesia e

proletariado, sindicatos e greves, estratificação e mobilização social, desigualdades e redistribuição”. (TOURAINÉ, 2006, p. 09). Segundo ele, a humanidade agora vive um novo período de mudança paradigmática resultante das profundas transformações ocorridas na sociedade atual, com o advento da revolução tecnológica que provoca rupturas dos laços sociais, colocando em questão a atualidade dos movimentos sociais. Assume que há um enfraquecimento desta noção e afirma que, “Invocada a cada instante, a noção de movimento social perde todo conteúdo, torna-se inútil” (Idem, p. 84). Mas o autor prefere não anunciar um rompimento total com a noção que ele mesmo ajudou a afirmar de forma tão contundente no interior da produção sociológica do século XX. Portanto se coloca ainda entre os autores que desenvolvem novas pesquisas, mesmo que limitadas, a fim de “identificar novos atores e novos objetivos, e portanto os novos movimentos sociais de hoje – mais culturais sem dúvida do que sociais.” (Idem, p. 84). Os movimentos culturais que chamam a atenção desse pesquisador são aqueles capazes de iniciativas extraordinárias, como o feminismo e o ecologismo.

Nossa pesquisa, no entanto, leva-nos a duvidar do enfraquecimento ou diminuição da relevância dos movimentos sociais em geral, sobretudo aqueles que fizeram o salto do isolamento para a articulação em redes e dirigem-se então ao conjunto da vida social e política. Com base nos dados evidenciados, podemos afirmar que eles continuam numa trajetória ascendente, potencializados pela generalização de sua organização em redes, conquistando novos espaços de poder e sendo capazes de produzir, por sua ação ou pelas reações que ela provoca, uma efetiva mudança nos estilos e nas realizações políticas. A vida concreta das classes subalterna da sociedade tem sido visível e mensuravelmente modificada e melhorada na direção proposta por esses movimentos, especificamente onde eles atuam e muito

menos onde não estão significativamente presentes. Em nossa pesquisa de campo não encontramos nenhum indício de que esses dados sejam apenas resquícios retardados da ação de movimentos enfraquecidos, pelo contrário, encontramos, sim, claras evidências de sua relevância, confirmando as primeiras descobertas de Alain Touraine e Manuel Castells.

A grande ênfase conferida por Touraine ao papel do ator (no interior da sociologia da ação), no desencadeamento de intenções e definição de estratégias de ação social acabava por minimizar a dimensão relacional e interativa da ação, na qual o inusitado, o imprevisto e o espontâneo podem surgir, provocando novas motivações e orientações do sentido da ação. A nossa pesquisa beneficiou-se certamente das elaborações da sociologia da ação de Touraine, detendo-se, porém, muito mais nos aspectos relacionais do que na estrita intervenção de cada ator. Nossa observação registra a existência e multiplicação de uma imensa rede de relacionamentos cruzados entre pequenos grupos, associações comunitárias, grupos culturais populares, clubes de mães, conselhos de usuários de parques públicos (que se incorporariam no rol dos “fragmentários”, “locais”, “efêmeros”, “encolhidos em seus mundos interiores”), em que os aspectos das solidariedades cotidianas, da dedicação, da entrega, se afirmam entrelaçados por relações simbólicas e subjetivas, evidenciando novas formas de motivação da ação social, que fogem aos procedimentos de definição de estratégias pelos atores organicamente definidos. Estamos convictos de que nossa pesquisa demonstra também que as estratégias assumidas pelos vários atores sociais são motivadas, definidas e redefinidas durante o caminho, por condições relacionais que se forjam na própria ação social.

Nos casos que estudamos, a apreensão das motivações da ação, a partir de processos relacionais e interativos, encontra evidências significativas que

correspondem também às formulações sociológicas sobre o paradigma da dádiva que, para nós, confirmou-se como abordagem capaz de captar a efetividade das motivações e das vivências na construção da realidade social concreta. Nessa perspectiva, nossos dados prestaram-se à aplicação da proposta de análise de Alain Caillé – a partir da descoberta de Marcel Mauss, já apresentada nesta tese – que nos forneceu uma explicação consistente dos fatos que observamos, através de uma teoria multidimensional da ação coletiva e individual, que se desenvolve segundo quatro motivações articuladas: o interesse e o desinteresse, a obrigação e a liberdade. Pudemos reconhecer claramente nos processos estudados a validade da afirmação de que as ações sociais sofrem influências dos interesses individuais, oportunistas, gananciosos, das pressões e constrangimentos impostos pela obrigação social, suas normas e coerções, mas de que estes são, do mesmo modo, permanentemente questionados por valores morais coletivos, que afirmam a proeminência do estilo de vida solidário sobre o interesse pela propriedade; a amizade e o companheirismo sobre o interesse instrumental e utilitário, e a primazia dos valores da espontaneidade e da criatividade sobre as imposições coletivas. Neste sentido, nossa pesquisa nos leva a concordar plenamente com Alain Caillé quando ele afirma que “o dom é com efeito intrinsecamente paradoxal, dado que somente a gratuidade exercida e a incondicionalidade são capazes de selar a aliança que trará benefícios a todos” (CAILLÉ, 2002, p. 57).

Certo desencanto que tem, de fato, envolvido setores importantes dos teóricos dos novos movimentos sociais – que muitas vezes preferem agora dedicar-se à problemática das ciências sociais hegemônicas como as “realidades científicas avançadas”, as “relações globais” – certamente traz grandes perdas para essa trincheira de análise da realidade social. Entretanto, isto não impede que novos

caminhos sejam abertos para afirmação de uma nova clareira. Através das experiências que ora analisamos, pudemos associar-nos à sociologia das emergências, proposta interpretativa do social que também fundamenta a ênfase que demos ao local, aos vínculos solidários que se realizam nas comunidades de base, mas também é confirmada por nossa constatação de que as experiências significativas não se limitam ao local, tendem fortemente a articular-se em redes sociais, até mesmo como expressões globalizadas de solidariedade internacional, construindo alternativas à globalização hegemônica, cuja expressão mais visível é o Fórum Social Mundial, cujo sentido parece claro para os membros dos movimentos, mesmo de remotos municípios do interior do país:

Eu nunca tinha pensado em sair daqui e participar de uma coisa daquelas em Porto Alegre, gente do mundo todo, gente acreditando que um outro mundo é possível. Para mim, um dos momentos mais fortes foi quando, depois daquela caminhada com milhares de pessoas, entramos na roda do toré, a dança dos índios, e foram chegando outros e se envolvendo, era branco com jeito de maluco, de cabelo pintado de vermelho e um prego enfiado no nariz, negros com roupas bem coloridas, senhores de paletó e gravata dançando meio desengonçados, mulheres de tudo que é jeito... ao redor dos índios a roda foi crescendo e formando outras rodas. Aquela pancada com o pé no chão, ao mesmo tempo, foi formando um som forte, estrondoso, como se debaixo do pé estivesse sendo pisado toda a guerra de Bush, os preconceitos, a exploração, toda a opressão dos poderosos... (Inf. 09).

Esta nova realidade, marcada pela emergência das redes sociais locais, nacionais e globais, tem despertado outros segmentos importantes entre teóricos dos novos movimentos sociais, que consideram a presença do conflito como fator que move a realidade, mas, sem abrir mão desse princípio, incorporam a dimensão da solidariedade, com igual capacidade para mover e fazer circular valores e práticas sociais, aproximando-se das abordagens formuladas em torno do paradigma da dádiva.

Os fatos colhidos em nossa pesquisa de campo convergiram ainda com a contribuição de Alberto Melucci (2001). Esse autor considera que o simples conceito de movimentos sociais, nascido para expressar a emergência de atores sociais que interferem na realidade política, revela-se como insuficiente para explicar a nova dinâmica social de movimentos articulados em redes. Para ele, “os movimentos contemporâneos se apresentam como redes de solidariedade, com fortes conotações culturais” (MELUCCI, 2001, p. 23). Estas características os diferenciam das organizações formais e organicamente estruturadas. Colocando-nos na perspectiva defendida por Melucci e focalizando nossa pesquisa sobre os movimentos organizados em rede, constatamos, junto com esse autor, que eles interferem na ampliação dos limites da política, forçam mudanças nas regras e procedimentos no jogo democrático e contribuem para transformações nas formas de participação no interior dos sistemas políticos. (MELUCCI, 1994).

Esse debate sociológico nos permite voltar às experiências concretas, na busca da afirmação da solidariedade nas sociedades contemporâneas. Percebemos como a noção de “solidariedade mecânica”, segundo o conceito formulado por Dürkheim, ainda permanece em traços marcantes na realidade atual, na defesa do corporativismo (que também pode estar presente nas expressões da solidariedade orgânica), por exemplo, ou nos acordos e negociações entre grupos para conquista e manutenção de condições diferenciadas e privilegiadas na estrutura social contemporânea. Contudo, esse tipo de atitude não se sustenta como exemplo típico da solidariedade social diante de outras concepções e práticas solidárias que também marcam a sociedade no início do século XXI.

Por outro lado, nossa pesquisa também nos alerta para o risco de partir da consideração dos seres humanos como tendencialmente bons e generosos,

naturalmente abertos ao sacrifício, e de observarem-se as experiências tendo esses pressupostos como base. Tornou-se para nós mais claro que a necessária solidariedade e a união “natural” entre aqueles que desejam e necessitam uma profunda transformação da sociedade por se encontrarem nela em posição desfavorável – reconhecida e disseminada na sociologia por Marx e seus seguidores – não se dará automaticamente mas pode, sim, ser voluntariamente construída e mantida no bojo mesmo do processo de organização e ação. Mais claro fica, também, que o fracasso das experiências do chamado socialismo real em manter estável, igualitária e coesa a sociedade não capitalista deve-se, em grande parte, ao fato de que não estabeleceram na base da sociedade o possível e necessário vínculo de solidariedade vivencial entre os indivíduos que os tornasse mais humanos, fraternos, tolerantes. Mesmo assim podemos verificar, no pensamento e nas práticas que observamos, que o ideal de construir uma sociedade justa, livre, feliz, permanece como herança significativa desse pensamento social.

Na atualidade, constata-se que existem dificuldades de sustentação para uma retomada da perspectiva de grandes transformações sociais. Nenhum projeto sócio-político colocado no futuro e atualmente proposto, tem sido capaz de sensibilizar, seduzir e entusiasmar corações e mentes de um número significativo de pessoas, ao ponto de porem suas vidas à disposição da construção desse projeto. Registrem-se, porém, no pensamento social sobre as redes solidárias, referências a uma perspectiva de transformação radical, como nas formulações de Euclides Mance (1999):

O capital [...] ao gerar cada vez mais excluídos e ao desenvolver continuamente as forças produtivas, atua em direção a sua própria dissolução [...] criando as bases e a necessidade de expansão e desenvolvimento das redes de colaboração solidária como único modo de os excluídos poderem gerar e usufruir da riqueza produzida com vistas a assegurar o seu bem viver social e coletivo. (MANCE, 1999, p. 35).

Mance mantém a idéia do fim inevitável do capitalismo e de um único caminho para superação da exclusão e para a emancipação dos oprimidos. Embora se possa apreender, através das experiências, que pesquisamos, que os processos de luta e conquistas despertam e alimentam novas esperanças, novos horizontes e desejos, na perspectiva de futuro dos participantes das redes e movimentos sociais, essa perspectiva não se traduz na existência de um projeto concreto, que preveja para onde ir e por onde caminhar. Na história das experiências que analisamos nesta pesquisa, o caminho vai se traçando ao sabor dos acontecimentos, guiado por valores e desejos, aspirações e rejeições que já estavam na origem da caminhada, muito mais do que por metas claras, postas no futuro.

O tipo de experiência das redes sociais nem se baseia na crença e nem leva a acreditar na possibilidade da existência de um único caminho para a transformação da realidade, nem de um destino finalístico para onde caminhariam unidas todas as forças sociais e políticas interessadas nessa transformação. Nem sequer se acredita na possibilidade de encontrarem-se soluções definitivas para os males da humanidade. Coincidentemente, ficou mais clara para nós, a partir de nossa pesquisa de campo, a estreita relação entre esses pressupostos e o cuidado que têm os movimentos em rede para com sua metodologia, com seu fazer político e social, pois, nesse caso o que há é um perpétuo caminhar e não faria nenhum sentido adiar, para um momento revolucionário final, a conquista dos valores desejados: eles têm de estar já presentes ao longo de toda a caminhada.

Sendo assim, uma vez que as pessoas e grupos envolvidos consideram que há ganhos imediatos na própria qualidade do processo de organização e ação, e não apenas teleologicamente adiados para um tempo posterior e indefinido, as redes sociais tornam-se eficientes motores de mudança social. Apresentam-se como

importantes canais para a articulação de forças, potencialização de iniciativas, fortalecimento das organizações articuladas de forma mais ou menos permanente, atraindo e envolvendo cada vez mais novas pessoas e organizações e articulando-se a outras redes mais amplas, exercitando metodologias participativas, em que a inclusão social de todos os envolvidos não é uma questão de tática para otimizar a ação, mas uma opção pluralista de respeito e convivência com as diferenças, provocando, de imediato, impactos positivos para a melhoria das condições de vida das pessoas e contribuindo para mudanças mais gerais na sociedade envolvente, no país e no mundo.

Com todo o entusiasmo que podem suscitar as experiências de participação popular na coisa pública, concretizando-se muitas vezes em significativas experiências administrativas para enfrentar os principais problemas da realidade local, o pensamento social que estamos assumindo aponta no sentido de renunciar ao antigo sonho de resolver os graves problemas sociais simplesmente por meio do bom governo, ou seja, a ilusão de superar todos os problemas sociais pelo caminho do poder político. A democracia participativa expressa uma perspectiva de política solidária, mas não pode reduzir a ação dos movimentos aos espaços públicos e institucionais, nem, ao contrário, afastar qualquer possibilidade de transferir os valores da solidariedade aos espaços específicos das políticas públicas e do governo alegando o pragmatismo tão fortemente presente nos espaços das políticas públicas.

Como vimos, o processo participativo solidariamente construído, fundamental para construção de novas práticas sociais baseadas na cooperação e na associação, não significa ausência de interesses privatistas, oportunismos, conflitos. As alianças não significam ausência de conflitos, mas sim formas apropriadas de enfrentá-los. Na vivência da participação ao nível comunitário, os conflitos pouco se expressam, o

que não quer dizer que não existam, e sim que os símbolos, as trocas, os vínculos moralmente firmados são capazes de construir caminhos para sua superação pelo próprio dinamismo comunitário, onde as relações de poder são preferencialmente exercidas na base das alianças, da confiança, do companheirismo, da camaradagem. Já nos lugares reservados às relações de poder¹⁰², os conflitos se realizam de forma mais evidente, uma vez que as questões e os espaços em disputa alimentam e reproduzem a competição. Ainda assim, as experiências que observamos revelam que os valores solidários realizam-se também nesses espaços. Nesses lugares (como em quaisquer outros), ser solidários significa estar abertos ao diálogo, a construir e negociar consensos progressivos possíveis, o que se torna um caminho especialmente adequado para acostumar-se ao provável pluralismo em todos os campos.

As experiências analisadas demonstram que, assim como não existe um único caminho para a transformação da realidade, também não se pode supor um único princípio organizador da realidade social, seja o da solidariedade ou o da competição. Se assim é, toda análise é chamada a enfrentar o desafio de compreender como esses dois princípios contraditórios podem articular-se na dinâmica social, fazendo parte, ambos, da manutenção e da reprodução da vida social. Se as experiências demonstram a necessidade de superar o princípio neoliberal em que a competição e o cálculo racional são a única base organizadora da vida social, tampouco se trata de defender que o princípio da solidariedade seja o único movente da ação. Neste sentido, concordamos com a análise de Hugo Assmann e Jong Mo Sung, no esforço de superar as leituras extremadas a respeito dos comportamentos dos seres humanos,

¹⁰² Este sentido de “espaços próprios de relações de poder”, se relaciona a espaços mais propícios, mais visíveis, não significa que estamos assumindo uma concepção de que haja só um lugar onde o poder se realiza e se manifesta, concordamos de que todos nós, todos os dias, estamos envolvidos em relações de poder, contudo, como afirma Melucci (1994), existem lugares onde o poder se cristaliza de forma mais consistente.

que afirmem que o ser humano é essencialmente bom e generoso ou, no outro extremo, que são egoístas e calculistas:

O ser humano é um feixe de paixões e interesses, de necessidades e de desejos, de egoísmo e potencialidades de solidariedades mais generosas. Em outras palavras, o ser humano é um ser complexo que não pode ser reduzido a nenhum princípio bom ou mau, que vive da e na convivência dessas características distintas mas inseparáveis”. (ASSMANN e SUNG, 2000, p. 161).

A concepção da solidariedade como atuação da dádiva, proposta pelo M.A.U.S.S, ou como participação, conforme preferem segmentos dos novos movimentos sociais, são ambas coerentes com as experiências analisadas por nós, que evidenciam essas duas referências igualmente presentes nos movimentos sociais articulados em rede.

Do ponto de vista teórico, essa aproximação de duas abordagens que se encontram ancoradas na sociologia da ação pode realizar-se através da operação epistemológica centrada na sociologia das ausências e das emergências. Do ponto de vista metodológico, essa aproximação possibilita a superação de uma dicotomia entre as redes estratégicas, que estariam vinculadas ao mundo sistêmico, e as redes solidárias, que estariam vinculadas ao mundo da vida; superação dialética na qual solidariedade e estratégia se realizam na própria interação e no próprio movimento das redes.

Tal como aparece claramente nas experiências pesquisadas, a solidariedade realiza-se e manifesta-se em atitudes de companheirismo e de compaixão, associadas à interdependência fundamental na vida social e à preocupação com os problemas da coletividade:

O Assentamento iniciou com 80 famílias, foi diminuindo até chegar em 21 trabalhando na terra. Tentamos a experiência de roça coletiva, mas não funcionou, não é que as pessoas não sejam solidárias, que sejam egoístas, tanto é que quando alguém precisa a maioria ajuda, quando não pode limpar sua própria roça, por alguma razão de doença, os outros vão lá e limpam, e faz mesmo muitas ações

coletivas, na própria comunidade e na ajuda de outras comunidades. Mas a roça, a casa, a terra, cada um quer ter a sua, organizar do seu jeito. Agora só trabalha quem tem vontade, o trabalho passou a ser gostoso, e quem quer tem tempo para o grupo de jovens, a Associação, o grupo de capoeira, coisas que dinamizam o assentamento, junta as pessoas. E na hora de lutar, é lutar, o assentamento tem ajudado na luta pela reforma agrária em diversas outras comunidades ao redor. (Trecho transcrito de exposição oral de Antônio Bispo no IV Econasa, Teresina, 18/11/2004)

A sensibilidade solidária continua sendo importante como motivação que, se for articulada à percepção de horizontes futuros, contribui para impulsionar grupos, pessoas, organizações a construir e buscar objetivos futuros em novos modelos de organizar a vida, a produção e distribuição de riquezas. É ela que sustenta uma atmosfera positiva nos movimentos, evitando as posturas negativistas de denúncia, de crítica e de auto-crítica extremadas, que levariam mais para o imobilismo do que para a ação.

O compromisso solidário nasce da espontaneidade gratuita e dedicada das pessoas e de grupos, mas, para universalizar-se, necessita de certos níveis de institucionalização que tornem operacionais grandes campanhas para enfrentar os grandes problemas das multidões. A prática das experiências que analisamos não rejeita a sua própria institucionalização, assumindo-a, não como valor em si, mas para que a sensibilidade e a solidariedade se transformem em normas sociais e mecanismos institucionais que funcionem. Essa opção não se apresenta isenta de riscos, pois a normatização pode chegar a ser algo destruidor da sensibilidade solidária enquanto dom gratuito (mas paradoxalmente obrigatório), mas risco calculado e paradoxo inevitável para os movimentos que querem apostar na universalização dos direitos.

As experiências analisadas revelaram uma estreitamente urdida rede de idéias, práticas e sensibilidades solidárias convergentes, conectando um grande número de responsabilidades e engajamentos de indivíduos, grupos, comunidades. O

que motiva, por exemplo, comunidades de um pequeno município no sudeste do Piauí, em 20 de fevereiro de 2003, a organizar manifestação de solidariedade ao povo do Iraque, contra a invasão e a guerra provocada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra? Certamente que a experiência vivida naquele município, entre as pessoas e comunidades, as solidariedades inter-pessoais e comunitárias, em meio às dificuldades para manter a própria reprodução da existência, suscita sensibilidades solidárias não só locais, mas a participação em uma ampla operação planetária de luta contra a guerra e em favor da solidariedade e da vida. Essa experiência local, porque solidária e não unicamente utilitária, abre-se para outras solidariedades com os povos do mundo. As linhas hegemônicas nas ciências sociais podem até ironizar sobre o efeito ou eficácia das manifestações daquela comunidade para impedir a guerra. Certamente essas ações não terão impacto direto sobre aquela guerra, mas suscitam o debate e o sentimento contra todas as guerras, contra a violência, contra a dominação, contra a indiferença. Estes são os reais sentidos de qualquer rede solidária internacional contra a guerra.

A experiência das redes sociais e o conhecimento que se pode obter delas colaboram com a complexa operação epistemológica designada como sociologia das ausências e sociologia das emergências, a qual deve necessariamente viabilizar-se como uma epistemologia solidária, como modelo solidarista de pensar, conhecer, relacionar, inter-relacionar, gerando formas de conhecimento que sejam, inseparavelmente, formas de relacionamento entre seres aprendentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. (2000), *Carta de Princípios*. Site: www.abong.org.br.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. (1999), *Movimentos sociais e Participação cidadã no Brasil*. São Paulo, Instituto Polis (mimeo.).

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo & TEIXEIRA, Ana Cláudia C.(2006), *Orçamentos Participativos: projetos políticos, partilha de poder e alcance democrático*. In: DAGNINO E., OLVERA J. PANFICHI, E. (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp. 179 – 227.

ALTHUSSER, Louis. (1971), *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal.

ALVES DA SILVA, Roberto Marinho. (2003), *Modernização econômica e pobreza crônica: duas faces de uma mesma região*. Natal: UFRN, mimeo.

ALMEIDA, Carla. (2006), “O marco discursivo da ‘Participação Solidária’ e a nova agenda de formulação e implementação de ações sociais no Brasil”. In: DAGNINO, OLVERA e PANFICHI (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp. p. 95 – 135.

ARATO, Andrew. (1995), *Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil – orientações para novas pesquisas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS, ano 10, n 27. p. 18 – 27.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. (1981), “A industrialização do Nordeste: intenções e resultados”
Comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre disparidade Regional. Recife: Fórum Nordeste.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. (1997), “Herança de diferenciação e futuro de fragmentação”. In: *Revista Estudos Avançados*, v. 11, nº 29. São Paulo: USP/ IEA, p. 7 – 36.

ASSMANN, Hugo & SUNG, Jung. (2000), *Competência e sensibilidade solidária – Educar para a esperança*. Petrópolis, RJ: Vozes.

AVRITZER, Leonardo. (1994), *Sociedade civil: além da dicotomia estado e mercado*. In: AVRITZER, Leonardo., *Sociedade civil e democratização*. Belo-Horizonte: Del Rey.

AVRITZER, Leonardo. (2002), “Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil”. In: *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 561 – 597.

ANDERSON, Perry. (1995), “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILLI, Pablo. *Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra.

BARNES, J. A. (1987), “Redes Sociais e processo político” In: FELDMAN-BIANCO, Bela(org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global Editora.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. (1998), “Mitos da Globalização”. *Estudos Avançados da USP*. Nº 32. São Paulo.

BECKER, Howard S. (1999), *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec.

BELL, Daniel. (1973), *O advento da sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: Cultrix.

BENEVIDES, Maria Vitória de M. (1991), *A cidadania ativa. Referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo, Ática.

BOBBIO, Norberto.(1995), *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.

BOBBIO, Norberto. (1997), “Democracia representativa e democracia direta”. In: BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e terra. p. 61 –64.

BRITO, Paulo A.B.(1990), *Movimentos Populares: possibilidades e limites de um novo sujeito histórico. Dissertação de Mestrado*. Campina Grande, PB.

BRITO, Paulo A.B. (1996), *Mudam os tempos, muda o movimento*. Revista Gaveta Aberta, nº 03. Recife, PE. Escola de Formação Quilombo dos Palmares.

BRITO, Paulo A.B. (2003), *Movimentos Sociais e Educação Popular no Nordeste*. Recife, PE. Escola de Formação Quilombo dos Palmares.

BRITO, Paulo A.B. (2006), Redes sociais e alternativas de desenvolvimento para o Nordeste. In: *Redes Sociais e Alternativas de Desenvolvimento para o Nordeste*. Série Cadernos do Nordeste, nº13. Recife, PE. Escola de Formação Quilombo dos Palmares.

BRITO, Paulo A.B. e BASÍLIO, Divaneide. (2006), “Os instrumentos de participação popular e o desenvolvimento no Nordeste”. In: *Redes Sociais e Alternativas de Desenvolvimento para o Nordeste*. Seminário Educação Popular em Movimento. Recife, Série Cadernos do Nordeste, nº 13. Escola de Formação Quilombo dos Palmares.

BUARQUE, Cristóvão. (1992), “Análise crítica dos Projetos Governamentais”. In: *II Seminário sobre o homem e a seca no Nordeste. ANAIS*. Fortaleza: CNBB.

BURITY, Joanildo A.(org.) (2002), *Cultura e identidade - perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A.

BURITY, Joanildo A. (2003), *Redes sociais e o lugar da religião no enfrentamento de situações de pobreza: um acercamento preliminar*. Disponível no site da FUNDAJ: [http://www.fundaj.gov.br/ geral/ textos/ ciência política](http://www.fundaj.gov.br/geral/textos/ciencia_politica).

CAILLÉ, Alain. (2001). A(d)sociação e política. *Seminário Economia Popular Solidária*. Prefeitura Municipal do Recife e Programa de Pós Graduação em Sociologia/ UFPE; Recife: mimeo.

CAILLÉ, Alain. (2002), *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes.

CAILLÉ, Alain. (2002), “Dádiva e associação”. In: MARTINS, P. H. (org.). *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Tradução de Guilherme João. Petrópolis-RJ, Vozes. P. 191 – 205.

CAILLÉ, Alain. (2003) “Dádiva, cidadania e democracia”. In: *Economia popular e solidária: desafios teóricos e práticos*. Alzira Medeiros e Paulo Henrique Martins (orgs). Recife, PE: Editora Bagaço.

CAILLÉ, Alain. (2004), “A sociedade mundial no horizonte”. In: MARTINS, P. H., NUNES, B. (orgs.) *A nova ordem social: perspectiva da solidariedade contemporânea*. Brasília: Editora Paralelo 15. p. 117 – 41.

CAPRA, Frijof. (1997), *Ateia da vida – uma nova compreensão científica dos seres vivos*. São Paulo: Cultrix.

CASTELLS, Manuel. (1998), *Paper prepared for the UNRISD Conference on Information Technologies and Social Development, Palais de Nations, Geneva*.

CASTELLS, Manuel. (1999), *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora Paz e Terra.

CHANIAL, Philippe. (1992), *Espaces publics sciences sociales et démocratie*. Quaderni. Paris, Revue de la communication, n 18, automne, p. 63 – 72.

CHANIAL, Philippe. (2004), “Todos os direitos por todos e para todos. Cidadania, sociedade civil e mundo globalizado”. In: MARTINS, P. H., NUNES, B. (orgs.), *A nova ordem social: perspectiva da solidariedade contemporânea*. Brasília: Editora Paralelo 15. P. 58 – 70.

CHANIAL, Philippe. (2004b), “A cultura primária da democracia: comunidades locais, públicos democráticos e associações”. In: MARTINS, Paulo Henrique (org).

A dívida entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis-RJ, Vozes. P. 19 - 44.

COHN-BENDIT, Daniel. (1987), *La revolucion y nosotros que la quisimos tanto*. Barcelona: Anagrama.

COMBLIM, Joseph. (1993), *Padre Ibiapina e a Igreja dos pobres*. São Paulo: Paulinas.

COSTA, Sérgio. (1994), Esfera Pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil – uma abordagem tentativa. In: *Novos Estudos do CEBRAP*, N° 38. São Paulo, SP: Editora Brasileira de Ciências.

COSTA, Sérgio. (2002), *As cores de Ercília: Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG.

COSTA, Sérgio. (2002-b), “Teoria social, cosmopolitismo e as sociedades pós nacionais. In: SHERER-WARREN, Ilse. & FERREIRA, M. José M. Carvalho (org.). *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil - Portugal*. São Paulo Cortez.

CUIN, Charles-Henry. (1994), *História da Sociologia*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Ensaio.

CUNHA, Euclides da. (1936), *Os Sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.

DAGNINO, Evelina.(1994), *Anos 90: política e sociedade no Brasil* (Os Movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania). São Paulo: Brasiliense.

DAGNINO, Evelina. (1994), Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: DAGNINO, Evelina.(1994), *Anos 90: política e sociedade no Brasil* (Os Movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania). São Paulo: Brasiliense.

DAGNINO, Evelina. (org) (2002), *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra/ UNICAMP.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto & PANFICHI, Aldo. (2006), “Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”. In: DAGNINO, OLVERA e PANFICHI (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas-SP: Unicamp. P. 13 – 91.

DINIZ, Paulo C. Oliveira.(2002), *Ação coletiva e convivência com o semi-árido – A Articulação do semi-árido paraibano: uma experiência de desenvolvimento local*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. Campina Grande, PB.

DINIZ, Eli & AZEVEDO, Sérgio de. (1997), *Reforma do Estado e Democracia no Brasil*. Brasília, DF: UNB.

DOWBOR, Ladislau. (1998), *A Reprodução Social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

DOWBOR, Ladislau. (2000), “Prefácio”. In: FISCHER, Nilton Bueno e MOLL, Jaqueline (org’s). *Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo*. Petrópolis, RJ, Vozes.

DUQUE, Ghislaine. (1994), *O poder de pressão das manifestações populares no Nordeste (analisando a seca de 1993 na imprensa)*. In: XVIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu- SP, mimeo.

DUQUE, Ghislaine. & CIRNE, Maria N.R. (1998), “Pobreza rural no Nordeste semi-árido: Cidadania e exclusão social. Questionando os programas sociais”. In: FERREIRA, Ângela D.D. & BRANDENBURG, Alfio. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba-PR: Editora da UFPR.

DURKHEIM, Èmile. (1990), *As regras do método sociológico*. 14ª ed. São Paulo: Nacional.

DURKHEIM, Èmile. (1977), *Da divisão do trabalho social*. 1º vol. Tradução de Maria Inês Mansinho e Eduardo Freitas. São Paulo: Martins Fontes.

ELSTER, Jon.(1991), *Marxismo analítico, o pensamento claro* – Entrevista de Jon Elster a Esther Hamburger. Novos Estudos do CEBRAP, Nº 31. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

ENGELS, Friedrich. (1981), *Política*. Organizador: José Paulo Neto. São Paulo: Ática.

EUROPEAN COMISSION. (1995). *White Paper Teaching and Learning*. Towards the learning society. Bruxelas.

FIORI, José Luiz. (1993), “Ajuste, Transição e Governabilidade: o enigma brasileiro”. in TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (1993), *(Des) ajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FIORI, José Luís. (1995), *A globalização e a novíssima dependência*. In: Fiori, José Luís: *Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Insight.

FRANÇA, G. Carvalho. (2001), *Marcell Mauss e o paradigma da dádiva*. Texto Mimeografado. Caxambu, SP.

FREITAS, Giovane Jacó & SILVA, Evanildo Barbosa. (1993), “A ocupação da SUDENE: trabalhadores, governo e políticas públicas”. Revista Proposta. Rio de Janeiro: FASE.

FONTES, Breno. (2002), “O que significa redes?”. In: *Seminário Regional – Atuação em redes: Impactos na realidade. – Relatório final*. São Luiz- MA: Rede de Intervenção em Políticas Públicas – RIPP, mimeo.

FONTES, Breno. (2004), “Capital Social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias”. In: MARTINS, Paulo Henrique & FONTES, Breno (2004), colaboração com Jaques Godbout et al. *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. Recife: Editora da UFPE, p. 49 – 75.

FONTES, Breno Augusto S. M. (2004-a), “A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda”. In: MARTINS, P. H., NUNES, B. (orgs.), *A nova ordem social: perspectiva da solidariedade contemporânea*. p. 215 – 241.

FONTES, Breno. (2004-b), “Sobre trajetórias de sociabilidade: a idéia de redes sociais e saúde comunitária”. In: MARTINS, Paulo Henrique & FONTES, Breno (2004), colaboração com Jaques Godbout et al. *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. Recife: Editora da UFPE, p. 49 – 75.

FONTES, Breno & MARTINS, Paulo Henrique. (2004), “Construindo o conceito de redes de vigilância em saúde” In: MARTINS, Paulo Henrique & FONTES, Breno (2004), colaboração com Jaques Godbout et al. *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. Recife: Editora da UFPE, p. 103 - 120.

FONTES, Breno. (2006), “Interfaces do combate/ prevenção de AIDS e Tuberculose em Recife”. In: MARTINS, Paulo Henrique & FONTES, Breno. *Redes, práticas associativas e gestão pública*. Recife: Editora da UFPE, p. 75 – 112.

FORTES, Alexandre.(2001), *Nós do Quarto Distrito. A Classe Trabalhadora Portalegrense e a Era Vargas*. Tese de doutorado defendida no Curso de Doutorado em História, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

FREITAS, Alexandre S. (2005), *Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana*. Tese de doutorado apresentada ao PPGS- UFPE/CFCH.

FUKUYAMA, Francis. (1992), *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.

FUKUYAMA, Francis. (1996), *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro, Rocco.

FURTADO, Celso.(1992), *Brasil: a construção interrompida*: São Paulo, Paz e Terra.

FURTADO, Celso. (1974), *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GASKELL, George. (2002), “Entrevistas individuais e grupais”. In BAUER, Martin W. & GASKELL, George. (2002). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho ^a Handbook. Rio de Janeiro: Vozes. p.64-89.

GASPARI, Élio. (2003), *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras.

GASPARI, Élio. (2003), *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras.

GASPARI, Élio. (2003), *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras.

GENRO, Tarso Fernando. (1995), “Reforma do Estado e democratização do poder local”. VILLAS-BOAS, Renata. *Poder local, participação popular: construção da cidadania*. São Paulo: Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais.

GENRO, Tarso Fernando. (1997), “Uma nova cultura de solidariedade”, “Caderno MAIS, *Jornal Folha de São Paulo*, 12/ 01/ 97.

GENRO, Tarso Fernando. (1999), *O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis, RJ: Vozes.

GENRO, Tarso Fernando. (1999). “Os espaços públicos não estatais”. In: GENRO, Tarso F. *O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis, RJ: Vozes.

GENRO, Tarso Fernando. (1999), “Globalização, democracia e crise do Estado”. In: GENRO, Tarso F. *O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis- RJ: Vozes.

GENRO, Tarso Fernando. (2004), *Porto Alegre: o desafio da mudança*. Porto Alegre: Editora Ortiz S/.A

GIDDENS, Antony. (1997), “Admirável mundo novo: o novo contexto da política”. In: *Reinventando a Esquerda*. David Miliband (ORG.); tradução de Raul Fiker, revisão técnica de Márcia Epstein. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. P. 37 – 57.

GIDDENS, Antony e TURNER, Jonathan (org.). (1996), *Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva às sociologias interpretativas*. Tradução de Antonio Escobar Pires. Lisboa: editora Gradiva.

GIDDENS, Antony. (1999), Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. In: GIDDENS, Antony e TURNER, Jonathan(org.), *Teoria social hoje*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora UNESP.

GIDDENS, Antony.(2001), *Em defesa da sociologia. Ensaio, interpretações e réplicas*. Tradução de Roneide Venancio Majer, Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora UNESP.

GODBOUT, J. T. com Alain Caillé. (1999), *O espírito da dádiva*. Tradutor Patrice Charles F. X. Willaume. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

GODBOUT, Jacques T. (2002), “Homo donstor versus homo o economicus”. In: MARTINS, P. H. (org.), *A dívida entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Tradução de Guilherme João. Petrópolis-RJ, Vozes. P. 191 – 205.

GOHN, Maria da Glória.(1997), *Teorias dos movimentos sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.

GOHN, Maria da Glória. (2001), *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez.

GOHN, Maria da Glória. (2001-b), *História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros*. São Paulo, Loyola.

GOHN, Maria da Glória. (2003), *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

GOHN, Maria da Glória. (2005), *O protagonismo da sociedade civil, Movimentos sociais, ONG's e redes solidárias*. São Paulo. Coleção questões da nossa época.

GOUVEIA. Taciana. (2006), *Entrevista concedida a Marcelo Medeiros, para o boletim eletrônico da Rede de Informação do Terceiro Setor – www.rets.org.br*, em 01/12/2006.

GRAMSCI, Antônio. (1978), *Cartas do Cárcere – 2ª edição*. Seleção e tradução de Noênio Spínola. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

GRAMSCI, Antônio. (1984), *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro.

GRAMSCI, Antônio (1989), *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7ª ed. R.J. Civilização Brasileira.

GRAZIANO DA SILVA, José (coord). (1989), *A irrigação e a problemática fundiária no Nordeste*. Campinas-SP: Instituto de Economia/Proni.

JOVCHELOVITCH, Sandra & BAUER, Martin W. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, George. (2002). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho ^a Handbook. Rio de Janeiro: Vozes. p.90 – 113.

LOWY, Michael. (1979). *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: A evolução política de Lucács*. São Paulo: LECH - Livraria Editora de Ciências Humanas.

HABERMAS, Jurgen. (1997), *Direito e democracia: entre factividade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HOBSBAWM. Eric J. (org.)(1985), O marxismo na época da Segunda Internacional (terceira parte). Tradução Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Amélia Rosa Coutinho. *História do Marxismo*. Vol. 4. São Paulo: Paz e Terra.

HOBSBAWM. Eric J. (org.)(1985), O marxismo na época da Terceira Internacional: da revolução de outubro ao austromarxismo. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Amélia Rosa Coutinho. *História do Marxismo*. Vol. 5. São Paulo: Paz e Terra.

HAGUETTE, Tereza M. F.. (2000), *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes.

HOLANDA, Sérgio Buarque.(1984), *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Editora José Olímpio. 17ª Edição.

HOORNAERT, Eduardo. (1997), *Padre Ibiapina e a Igreja dos Pobres*. São Paulo: Paulinas.

IANNI, Otávio. (1971), *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.(1993), “O mapa da fome: subsídio à formulação de uma política de segurança alimentar”. In: PELLIANO, Anna Maria (coord.). Brasília, DF: IPEA.

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1993.

JARA, Felipe Hevia. (2006), “A institucionalização da participação cidadã: análise dos marcos legais da participação na América Latina”. In: DAGNINO, OLVERA e PANFICHI (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp.

JUNQUEIRA, P. (2000), *Apresentação. Intersetorialidade e redes sociais*. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. Nº 34.

KOWARICK, Lúcio. (2001), Introdução. In: TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.

LALLEMENT, Michel.(2004), *História das idéias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos*. tradução de Ephraim F. Alves – Petrópolis, RJ: Vozes.

LANDIM, Leilah. (2001), “Múltiplas Identidades das ONG’s”. – *Seminário de Estudos sobre as Organizações Não Governamentais na América Latina: situação e perspectivas*. São Paulo: PUCSP; ALOP; ABONG.

LANDIM, Leilah. (2003), “As ONG’s são Terceiro Setor?”. In: HANS-JURGEN, Fiege. *ONG’s no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

LAVILLE, Jean-Louis e SAINSAIEU, R.. (1997), *Sociologie des associations – Des organisations à l'épreuve du changement social*. Paris: Desclée de Brouwer.

LEFEBVRE, Henri (1963). *Réflexions sur le structuralisme et l'histoire*. *Cahiers Internationaux de Sociologie*.

LEIS, H. R. (2000), *A tristeza de ser sociólogo no século XXI*. Petrópolis: XXVI Reunião Anual da ANPOCS.

LEITE, José Correia. (2003), *Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política. Com colaboração de Carolina Gil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.

LEWIN, Linda. (1993). *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record.

LOYOLA, E. e MOURA, S.. (1996), “Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais”. In: FISCHER, T.. *Gestão contemporânea. Cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

LOPES, João Roberto. (2006), *Economia Solidária – De volta a arte da associação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

LYRA, Rubens Pinto.(1989), *Textos de teoria política*. João Pessoa, PB: UFPB/FUNAPE.

MACCIOCCHI, Maria-Antonieta. (1980), *A favor de Gramsci*. Tradução de Angelina Peralva. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

MALVESI, Roberto. (2003), “Cidadania e água”. In: BEOZZO, José Oscar (org). *Água é vida: Dom de Deus e responsabilidade humana. Curso de Verão XVII*. São Paulo: CESEP/ Paulus.

MANCE, Euclides André. (1999), *A revolução das Redes – A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, RJ: Vozes.

MANCE, Euclides André. (2002), *Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos, complexidade e libertação*. Petrópolis, RJ: Vozes.

MANCE, Euclides André. (2006), *Redes solidárias*. Disponível no boletim eletrônico da RITS, em seu site: www.rets.org.br/redes_teste/rd - edição de 08 de 2006.

MAIA GOMES, Gustavo. 1991. Uma estratégia para acelerar o desenvolvimento do Nordeste. Texto para discussão nº 233. Recife, PE: CME/PIMES/UFPE.

MARCUSE, Herbert. (1979), *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar.

MARTINS, Paulo Henrique.(2001), *A sociologia de Marcel Mauss e sua atualidade teórica*. Texto mimeografado distribuído durante XXV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, SP.

MARTINS, Paulo Henrique. (org). (2002), *A Dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes.

MARTINS, Paulo Henrique e FONTES, Breno (orgs). (2004), *colaboração Jacques Goudbout, Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. Recife, PE: Editora Universitária da UFPE.

MARTINS, Paulo Henrique. (2004-b), “O Estado e a distribuição dos bens da cidadania no contexto pós colonial”. In: MARTINS, P. H., NUNES, B. (orgs.) *A nova ordem social: perspectiva da solidariedade contemporânea*. Brasília: Editora Paralelo 15. P. 71 – 88.

MAUSS, Marcel.(2001), *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva.

MAUSS, Marcel. (2003), “Ensaio sobre a dádiva – Formas e razão da troca em sociedades arcaicas”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Casac & Naify. p. 183 – 314.

MARX, Karl. (1977), *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes.

MARX, K. e ENGELS, F. (1980), *Obras Escolhidas*. Volume 2. São Paulo: Alfa-Ômega.

MARX, K. e ENGELS, F. (1981), *Manifesto do Partido Comunista*. 2ª edição. São Paulo: Global Editora.

MARX, K. e ENGELS, F. (1984), *História*. Coleção Grandes cientistas sociais – nº 36. Organizador da coleção: Florestan Fernandes; tradutor: Florestan Fernandes. 2ª edição. São Paulo: Ática.

MARX, K. e ENGELS, F. (1987), *A Ideologia Alemã*. 6ª ed.. São Paulo: Hucitec.

MATOS, Aécio Gomes. (2004), “Organizadores sociais: algumas referências conceituais para a análise das organizações sociais”. In: *Estudos de Sociologia*. Revista do Programa de Pós-Graduação em sociologia da UFPE. Recife: Editora da UFPE. P. 123 - 154.

MATOS, Aécio Gomes. (2006), “Participação e Democracia”. In: MARTINS, Paulo Henrique & FONTES, Breno. *Redes, práticas associativas e gestão pública*. Recife: Editora da UFPE, p. 183 – 208.

MEDEIROS, Alzira & MARTINS Paulo Henrique. (2003), Introdução. In: MEDEIROS, Alzira & MARTINS Paulo Henrique (org). *Economia popular e solidária: desafios teóricos e práticos*. Recife: Bagaço.

MEEHAN, Elizabeth. (1997), *Igualdade, diferença e democracia*. In: *Reinventando a Esquerda*. David Miliband (ORG.); tradução de Raul Fiker, revisão técnica de Márcia Epstein. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. P. 93 – 108.

MELO, Mário Lacerda de. (1878), “Regionalização agrária do Nordeste”. In: *Série de estudos regionais*, nº 01. Recife, PE: SUDENE.

MELUCCI, Alberto. (1989), *Um objetivo para os Movimentos Sociais*. São Paulo: Lua Nova. p. 49-66.

MELUCCI, Alberto. (1994), “Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento”. Entrevista de Alberto Melucci a Leonardo Avritzer e Timo Lyyra. In: *Novos Estudos do CEBRAP* nº 40, Editora Brasileira de Ciências Sociais Ltda, São Paulo, SP. p. 152 – 166.

MELUCCI, Alberto. (2001), *A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Tradução de Maria do Carmo Alves Bonfim. Petrópolis: Vozes.

MELUCCI, Alberto. (2005), *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Tradução de Maria do Carmo Alves Bonfim. São Paulo: Vozes.

MENDES, José Manuel O. (2002), O desafio das identidades. In: Boaventura Sousa Santos, *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 203 – 540.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.).(1993), *Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social – teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2000), *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em Saúde*. 7ª ed. São Paulo. Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco.

MORIN, Edgar. (1991), *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa, Instituto Piaget.

MORIN, Edgar. (2000), *Os sete saberes necessários a educação do futuro*. São Paulo, Cortez; Brasília, UNESCO.

NUNES LEAL, Vítor. (1975), *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa Omega.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita. (2003), *Cidadania e cultura política no poder local: o Conselho de Administração Participativa de Camaragibe – PE*. Dissertação de Mestrado de Ciência Política na UFPE. Texto mimeografado. Recife, PE.

OLIVEIRA, Francisco de. (1981), *Elegia para uma re(li)gião*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

OMAN, C. (1994), *Globalização/regionalização: o desafio para os países em desenvolvimento*. Revista brasileira de comércio Exterior, nº 39.

PACHECO, Carlos Américo. (1996), *Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Campinas-SP, Revista Economia e Sociedade.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. (1997), *A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Cadernos MRE da Reforma do Estado.

PIAGET, Jean. (1979), *O Estruturalismo*. São Paulo: Difel.

POULANTZAS, Nicos. (1974), *Las classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Ed. Du Seuil.

POULANTZAS, Nicos.(1985), *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

PROJETO ÁRIDAS. (1995), *Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável*. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira. (1978), *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Editora da USP.

REBOUÇAS, Aldo da C. (1997), “Água na região Nordeste: desperdício e escassez”. In: *Revista Estudos Avançados*, v. 11, nº 29. São Paulo: USP/ IEA, p. 127 – 154.

REBERIOUX, J. (1985), “A questão nacional na época da Segunda Internacional”. In: HOBBSAWM. Eric J. (org.)(1985), *O marxismo na época da Terceira Internacional: da revolução de outubro ao austromarxismo*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Amélia Rosa Coutinho. *História do Marxismo*. Vol. 5. São Paulo: Paz e Terra.

REZENDE, M. Valéria Vasconcelos. (1985), *História da Classe Operária no Brasil*, Volumes I, II, III e IV. São Paulo: Pastoral Operária do Brasil.

REZENDE, Maria Valéria. Vasconcelos. (2002), *A vida rompendo muros: carisma e instituição*. João Pessoa: Manufatura.

REZENDE, Viviana. (1995), “De novo, os novos movimentos sociais”. In: *Revista Gaveta Aberta*. Nº 03. Recife: Escola Quilombo dos Palmares.

RIECHMANN, Jorge & BUEY, Francisco Fernández. (1994), *Redes que dan Libertad*. Barcelona: Editora Paidós.

ROCARD, Michel. (1997), “Solidariedade social em uma economia mista”. In: *Reinventando a Esquerda*. David Miliband (ORG.); tradução de Raul Fiker, revisão técnica de Márcia Epstein. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. P. 195 – 201.

ROMANO, Jorge. (2006), entrevista concedida a Luíza Gockel e Marcelo Medeiros, para *Boletim eletrônico da RITS* www.rits.org.br. Edição de 14/07/2006.

SADER, Eder.(1988), *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970 – 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SADER, Emir & GENTILLI, Pablo. (1995), *Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra.

SADER, Emir. (2002), “Para outras democracias”. In: *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 649 – 678.

SANTA’ANA, Sílvio. (2005), *Governança e Gestão na ASA* - texto mimeo. Recife: coordenação nacional da ASA.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1989), *Introdução a uma Ciência Pós Moderna*. Rio de Janeiro: Graal.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1991), *A transição paradigmática: da regulação à emancipação*. Coimbra. Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais, nº 25.

SANTOS, Boaventura Sousa. (2000), *Crítica da razão indolente; contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamentos.

SANTOS, Boaventura Sousa. (2000), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7ª Edição. São Paulo, Cortez.

SANTOS, Boaventura Sousa (Org).(2002), *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Boaventura Sousa. (2002), “Orçamento Participativo em Porto Alegre para uma nova democracia redistributiva”. In: *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 455 – 559.

SANTOS, Boaventura S. e AVRITZER, Leonardo. (2002), “Para ampliar o cânone democrático”. In: *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 39 – 82.

SANTOS, Boaventura S. e NUNES, João Arriscano. (2003), Introdução: Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). – *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. (Reinventar a Emancipação Social: Para novos manifestos; vol.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25 – 68.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2005), *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez.

SCHERER-WARREN, Ilse.(1996), *Redes de movimentos sociais*. 2ª edição. São Paulo: Loyola.

SCHERER-WARREN, Ilse.(1998), “Novos rumos da pesquisa sobre ações coletivas rurais”. In: SANTOS, Raimundo & COSTA, Lúcio F. Carvalho (org’s). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad.

SCHERER-WARREN, Ilse.(2000), “Movimentos em cena: ... e as teorias por onde andam?”. In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa/ Florianópolis: Socius/ EDUFSC.

SCHERER-WARREN, Ilse.(1999), *Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.

SCHERER-WARREN, Ilse.(2000), “Movimentos em cena: ... e as teorias por onde andam?”. In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa/ Florianópolis: Socius/ EDUFSC.

SCHERER-WARREN, Ilse. (2002), “A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial”. In: SCHERER-WARREN, Ilse. & FERREIRA, M. José M. Carvalho (org.). *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil - Portugal*. São Paulo Cortez.

SCHERER-WARREN, Ilse. (2005), “Redes sociais: trajetórias e fronteiras”, In: DIAS, Leila Cristina. & SILVEIRA, Rogério L.L. da. *Redes sociedade e território*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

SHIVA, Vandana. (2002), *The Living Democracy Movement: Alternatives to the Bank-ruptcy of globalisation*. *Library of Alternatives*. Fórum Social Mundial, www.forumsocialmundial.org.br

SCHUMPETER, Joseph A.(1984), *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Zahar Editora.

SILVIA da SILVA, Carmem.(2005), “O campo político dos movimentos sociais”. Texto disponível no site do Fórum Social Nordeste - www.forumsocialnordestino.org.br.

SOUZA MARTINS, (2000), *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec.

TATAGIBA, Luciana. (2006), “Os desafios da articulação entre sociedade civil e sociedade política sob o marco da democracia gerencial. O caso do Projeto Rede Criança em Vitória/ES”. In: DAGNINO, OLVERA e PANFICHI (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp. p. 137 – 178.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. (2000), Conselhos de políticas públicas: efetivamente uma nova institucionalidade participativa? In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A.;

TEIXEIRA, Ana Cláudia C. (org.). *Conselhos gestores de políticas públicas*. São Paulo: PÓLIS.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. (2001), *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.

THOMPSON, E. P. (1981), *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

TOCQUEVILLE, Aléxis. (2000), *A democracia na América*. Tradução por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

TOURAINE, Alain. (1978), *Los movimientos sociales hoy: actor et analyses*. Madrid: Editorial Planeta.

TOURAINE, Alain. (1989), *Palavras e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória Cultural.

TOURAINE, Alain. (1991), A sociologia da ação: uma abordagem dos movimentos sociais. In: *Anais do seminário - O retorno do ator França – Brasil*. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo: FEUSP.

TOURAINE, Alain. (1997), *Podremos vivir juntos? La discusión pendiente; el destino del hombre em la aldeã global*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica.

TOURAINE, Alain.(1998), *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. Bauru - SP: EDUSC.

TOURAINE, Alain. (2006), *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*; tradução de Gentil Avelino Titton. – Petrópolis- RJ, Vozes.

VARGAS, Virgínia. (2002), Feminismo, globalización y el movimiento de justicia y solidaridad global; In: *Transnational Alternatives*.www.tni.org.br/

VILLASANTE, Tomás R. (2002), *Redes e alternativas – Estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Tradução de Carlos Alberto Silveira. Petrópolis, RJ: Vozes.

VILLASANTE, Tomás R. (1998), *De las redes sociales a las programaciones integrales*. Buenos Aires, Argentina: Editora Lumen/ Hvmánitas.

VILLASANTE, Tomás R. (1998), *Del desarrollo local a las redes para mejor – vivir*. Buenos Aires, Argentina: Editora Lumen/ Hvmánitas.

VILLASANTE, Tomás R. (1991), *Movimiento ciudadano e iniciativas populares*. Madrid: Ediciones HOAC.

WHITAKER, Francisco. (2002), Fórum Social Mundial: Origens e objetivos. *Libraryof Alternatives*. www.forumsocialmundial.or.br .

WHITAKER, Francisco.(1992), *Participação popular na constituinte*. São Paulo: Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz.

ZANRÉ, Ângelo. (1997). *Às claras para todo mundo ver: o movimento de saques em Pernambuco na seca de 1990-93*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política/ UFPE. Recife: mimeo.

PRINCIPAIS DOCUMENTOS DA ASA CONSULTADOS:

ASA - PB. Programa de estímulo à produção e combate à fome através da Renovação Genética de Sementes para Pequenos Produtores do Nordeste. 1996. Convênio MAARA/SDR/ASSOCENE/PATAC. Experiência Especial: Articulação do Semi-árido Paraibano. Solânea: Articulação do Semi-Árido Paraibano.

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO - Programa um milhão de cisternas: 1º Seminário Regional. 2000. Juazeiro- BA: MMA/UNICEF/DIACONIA.

ASA - PB et al. Conferência Popular em Políticas Públicas: Desenvolvimento e poder local. 2000. Campina Grande.

Relatório do I ENCONASA. 2000. Recife.

REDINHA, uma comunidade solidária, 2002. Cajazeiras - PB.

Fórum Nordeste, 2002 – relatório Final com recomendações.

Relatório do II ENCONASA. 2001. Recife.

SEMI-ÁRIDO PARAIBANO - II Encontro Paraibano de agro-ecologia. 2002. Lagoa Seca.

Relatório do III ENCONASA. 2002. São Luiz.

PASSAGEM DAS ÁGUAS: história da família de Zé de Pedro e Maria do Carmo. 2003. AS-PTA; Pólo Sindical da Borborema; STR de Solânea.

Vamos nos Mobilizar, 2003.

Carta Política - Documento aprovado no IV ENCONASA - Novembro 2003. Campina Grande.

Relatório do IV ENCONASA. 2003. Campina Grande.

ASA INFORMA - Boletim da Articulação do Semi-árido brasileiro nº 01, nº 02, nº 03, nº 04 - ano 1, 2003; nº 05, nº06, nº07 - ano 02, 2004. Recife.

Uma aula diferente: aprendendo sobre água de cisterna. 2ª edição, 2004. Recife.

Bomba d'água popular. Mais uma ação da ASA. 2004. Recife.

Carta Aberta às prefeitas e aos prefeitos; às vereadoras e aos vereadores eleitos em 2004 nos municípios do semi-árido brasileiro. 2004. Recife.

Documento da Coordenação Nacional para o V ENCONASA. 2004. Teresina.

Relatório do V ENCONASA. 2004. Teresina.

Programa Um milhão de cisternas, 2005. Recife.

Construindo a cidadania no semi-árido brasileiro. 2005. Recife.

SEMI-ÁRIDO PARAIBANO - II Festa estadual da semente da paixão: “Sementes da paixão: cultivando a vida e guardando os frutos no semi-árido”. 2005. Carta de Cajazeiras.

Governança e gestão na ASA. Texto interno, elaborado por Sílvia Sant'Ana, para a coordenação nacional da ASA. 2005. Recife.

ANEXOS

ANEXO 1**ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS COM MEMBROS DAS COORDENAÇÕES ESTADUAIS E COORDENAÇÃO NACIONAL DA ASA:**

1. A partir de que momento sua entidade passou a fazer parte da ASA – Brasil?
2. O que você destacaria como mudanças para sua entidade, a partir da ação articulada enquanto ASA?
3. Que contribuição específica você considera que sua entidade oferece ao trabalho e a organização da ASA?
4. O que você considera como principal missão da ASA?
5. Quais são os temas e as questões que você considera mais importantes para a manutenção da articulação nacional e de realização de ações conjuntas?
6. Percebe-se ampliação das organizações articuladas na ASA nos últimos anos, e porque estas novas organizações procuram a ASA?
7. Como percebe a integração destas novas organizações à rede ASA?
8. Estas novas organizações articulam-se a novas redes, animando-as para ações conjuntas?
9. Além das bandeiras específicas da ASA, existem (e quais são) outras bandeiras gerais da sociedade local e global que a ASA tem assumido?
10. A ação articulada em rede tem provocado impactos na vida das pessoas atingidas por sua ação? Se sim, indique algumas localidades onde se percebe mudanças significativas:
11. Sua intervenção tem conseguido provocar mudanças em outras esferas sociais e políticas? Cite situações e referências concretas:
12. O que você acha que motiva as pessoas e organizações para continuar participando da ASA?
13. Como você analisa as ações da ASA em relação com o seu modelo organizativo?
14. Como é percebido e encarado, no interior da rede, a colaboração e o conflito entre as pessoas e as organizações participantes?
15. O que você considera como grandes contribuições da ASA no atual contexto local, regional e nacional; e como destacaria os principais desafios:
16. Deseja acrescentar alguma informação que considere importante para o propósito de nossa pesquisa?

ANEXO 2:**ROTEIRO BÁSICO PARA AS ENTREVISTAS GRUPAIS COM REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS E REDES SOCIAIS LOCAIS**

1. Apresentação pessoal do pesquisador e de seus propósitos com a presente pesquisa.
2. Façamos uma rodada de apresentações individuais, destacando, além do nome, as relações das quais se considera participante, e qual situação motivou a participar dos movimentos e luta sociais:
3. Destaque as principais contribuições que considera relevantes, que o seu movimento oferece para a realidade local:
4. É possível apresentar situações e atitudes em que os participantes das organizações têm assumido vivências mais tolerantes, solidárias, participativas; ou que se verifica o contrário?
5. A partir de que situação os grupos e organizações locais passaram a realizar ações conjuntas? E, se criou alguma forma de organização permanente em nível local?
6. Pode ser registrado quais novas organizações passaram a fazer parte da articulação nos últimos três anos? E o que atraiu as mesmas?
7. Esta pertença a articulação tem provocado mudanças na dinâmica e funcionamento de cada organização específica? cite exemplos:
8. A ação articulada tem provocado mudanças na vida das pessoas atingidas? Cite exemplos:
9. Existem outras mudanças em nível social e político local, que considera como conseqüências da ação das organizações reticuladas?
10. Como se dá a relação dessa articulação local com a ASA Brasil?
11. Quais são as novas ações realizadas no município que foram motivadas pela vinculação à ASA Brasil?
12. Que outras informações vocês consideram importantes acrescentá-las e que pode ser relevante para o propósito da nossa pesquisa?